

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

NILTON CESAR DOS SANTOS

**Geração de renda e capital social na agricultura familiar:  
avaliando dois Centros Comunitários de Produção da  
Eletrobras.**

UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ  
2016

**NILTON CESAR DOS SANTOS**

**Geração de renda e capital social na agricultura familiar: avaliando dois Centros Comunitários de Produção da Eletrobras.**

Tese de doutorado apresentada ao PROGRAMA DE ESTUDOS PÓSGRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão.

**NITEROI, OUTUBRO DE 2016**

**S237 Santos, Nilton Cesar dos.**

Geração de renda e capital social na agricultura familiar:  
avaliando dois centros comunitários de produção da Eletrobras /  
Nilton Cesar dos Santos. – 2016.  
206f.; il.

Orientador: André Augusto Pereira Brandão  
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal  
Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.  
Bibliografia: f. 202-206.

1. Agricultura familiar. 2. Capital social. 3. Energia elétrica.  
I. Brandão, André Augusto Pereira. II. Universidade Federal  
Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

**NILTON CESAR DOS SANTOS**

**Geração de renda e capital social na agricultura familiar: avaliando dois Centros Comunitários de Produção da Eletrobras.**

Tese de doutorado apresentada ao PROGRAMA DE ESTUDOS PÓSGRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor em Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dr. Vitor Hugo de Carvalho Gouvêa (2º Examinador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fernanda Duarte (3º Examinadora)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Lima de Almeida (4º Examinador)  
Universidade Estácio de Sá

---

Prof. Dr. Fernando Ribeiro Gonçalves Brame (1º Examinador)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

**NITEROI, OUTUBRO DE 2016**

*Dedico esta tese de doutorado a meus pais que me permitiram ser filho em sua total plenitude e que confiaram em mim até os seus últimos momentos de vida. (In Memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos....

A Eletrobras, sem a qual nada do que foi feito teria sido possível. Cujo apoio ao meu trabalho sempre foi muito significativo;

Ao Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social – aos professores e à Secretaria do Programa;

Ao meu mais que orientador, companheiro, que compartilhou seu conhecimento, experiência e sabedoria ao longo destes anos, e, uma forma generosa de orientar, respeitando meus posicionamentos;

A Universidade de Lisboa, por meio de minha orientadora Dulce Freire, que partilhou suas experiências e conhecimento de forma generosa;

Aos familiares, amigos e, em especial meu filho, pois, de alguma forma possibilitaram minhas catarses tentando exercitar os novos conhecimentos adquiridos para a construção deste trabalho;

À banca de avaliação, pelas contribuições que foram incorporadas neste trabalho desde o período de qualificação desta tese. Em especial ao Professor Fernando Brame, amigo e precursor desse trabalho dentro da Eletrobras,

A Deus que colocou em meu caminho, o objeto de estudo, o trabalho e o *insight* de buscar esse Programa em um momento difícil de minha vida.

O fim chegou. Muito obrigado a todos!

***“O descontentamento é o primeiro passo na evolução de um homem ou de uma nação.”  
(Oscar Wilde)***

## **RESUMO:**

Em estudos que discutem a geração de emprego e renda e desenvolvimento local, a agricultura familiar, que representa o *locus* das avaliações que servem como objeto para essa tese, tem sido destacada como um elemento de grande importância para o desenvolvimento do Brasil.

No entanto, diante dos desafios que o mercado impõe, é notória a carência pela qual a agricultura familiar passa com a falta de uma estrutura que possibilite viabilizar sua produção. Diante dessa realidade, surge a proposta de um projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar buscando o uso eficiente da energia elétrica.

Esse projeto, identificado como Centro Comunitários de Produção (CCP), nasceu atrelado ao Programa Nacional de Eletrificação Rural, buscando criar oportunidades de geração de renda e atribuir uma finalidade produtiva para a energia elétrica disponível nessas novas comunidades.

Nesse contexto, assumindo o projeto de CCP como uma política de geração de renda para a agricultura familiar, que contempla a participação dos beneficiários como um elemento fundamental a sua realização, nessa Tese, buscou-se verificar se o capital social, atrelado à participação, pode imprimir algum efeito ao projeto ou ser influenciado por ele.

**PALAVRAS CHAVE:** Agricultura Familiar, Capital Social, Centros Comunitários de Produção, Geração de Renda;



## **ABSTRACT:**

Studies that discuss the generation of employment and income and local development, family farming, which represents the locus of evaluations that serve as an object for this thesis, has been highlighted as an element of great importance for the development of Brazil.

However, faced with the challenges that the market imposes, the lack of family farming is obvious, because there is a lack of a structure that makes production feasible. Faced with this reality, the proposal for a project to support the development of family farming is presented, seeking the efficient use of electric energy.

This project, identified as a Community Production Center (CCP), was born linked to the National Rural Electrification Program, seeking to create income generation opportunities and assign a productive purpose to the electric energy available in these new communities.

In this context, assuming the CCP project as an income generation policy for family farming, which contemplates the participation of the beneficiaries as a fundamental element to its realization, in this thesis, it was sought to verify if the social capital, tied to participation, may have some effect on the project or be influenced by it.

**KEY WORDS:** Family Farming, Community Production Center, Income Generation, Social Capital;

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
Problematização do objeto .....	19
Objeto da pesquisa de Tese .....	20
<i>Contextualização do CCP de Pintadas</i> .....	20
<i>Contextualização do CCP de Ponta Porã</i> .....	21
Objetivos .....	22
<i>Objetivos geral:</i> .....	22
<i>Objetivos específicos:</i> .....	22
Metodologia.....	26
<i>Construção das ferramentas de avaliação</i> .....	26
<i>Criação dos instrumentos de análise</i> .....	27
<i>Características do trabalho de campo de Pintadas</i> .....	27
<i>Características do trabalho de Ponta Porã</i> .....	29
A organização da Tese .....	30
CAPITULO 1 .....	32
A AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEPÇÕES, POTENCIALIDADES E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS .....	32
1.1 - Definição de agricultura familiar .....	32
1.2 - Caracterização da agricultura familiar no Brasil.....	36
1.3 - A agricultura familiar e as políticas de fomento ao crédito, acesso a infraestrutura e aos mercados institucionais.....	40
CAPITULO 2 .....	49
CENTROS COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO: DA GERAÇÃO DE RENDA A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL?.....	49
2.1 - A consolidação dos CCPs, uma análise a partir da documentação .....	55
CAPITULO 3 .....	71
CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO DE PINTADAS DESCRIÇÃO E ANÁLISES 71	
3.1 - Perfil socioeconômico dos “novos produtores” .....	71
3.2 – Perfil socioeconômico dos produtores desde de 2006.....	74

3.2.1 - A geração de capital social: aspectos relativos à participação política e a organização para a produção .....	81
3.2.2 – Os aspectos de gênero .....	91
3.2.3 - O acesso à política de saúde .....	97
3.2.4 - A escola e a educação .....	99
3.2.5 – Os aspectos de renda .....	102
3.2.6 - A produção para o CCP .....	115
3.2.7 – Vinculação da COOAP com outros projetos voltados para a qualidade de vida e geração de renda.....	125
3.2.8 - A sustentabilidade do CCP .....	128
CAPITULO 4.....	135
CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO DE PONTA PORÃ DESCRIÇÃO E ANÁLISES .....	135
4.1 -Perfil socioeconômico dos representantes das famílias .....	135
4.2 - A geração de capital social: aspectos relativos à participação política e a organização para a produção .....	137
4.3 - Os aspectos de gênero.....	146
4.4 - O acesso à política de saúde .....	149
4.5 - O acesso à escola e a questão da educação .....	151
4.6 - Os aspectos de renda.....	153
4.7 – A produção no CCP .....	157
4.8 - Vinculação da AAFI e da COOPERAIFI com outros projetos voltados para a qualidade de vida e a geração de renda. ....	169
4.9 - O processo de implementação do CCP .....	175
4.10 - A sustentabilidade do CCP .....	181
CONCLUSÕES.....	189
BIBLIOGRAFIA.....	202

## INTRODUÇÃO

O debate que norteia o tema do desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local tem colocado em pauta a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil.

Na mesma medida, discussões sobre conceitos de agricultura familiar, bem como acerca de sua importância, tem colocado na mesa de negociação as diversas representações do setor, passando por entidades que aglutinam os pequenos agricultores, intelectuais que estudam o meio rural e técnicos governamentais que definem políticas para o setor agrícola.

A política de crédito rural, instrumento utilizado no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 para ressarcir ao setor agrícola as perdas inerentes ao processo de modernização da agricultura brasileira, contribuiu pouco para a agricultura familiar, que não seguia o modelo de produção voltado para o mercado externo, parte da estratégia econômica do governo.

Observando-se as perdas da agricultura familiar, a instabilidade de renda sofrida por esses pequenos agricultores e sua importante participação no setor agrícola nacional, em 1996, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi implantado buscando dirimir as distorções, ampliando a distribuição do crédito e expandindo os investimentos em infra-estrutura para o setor.

A institucionalização dessa nova política rearranja o cenário do crédito rural no Brasil, atribuindo a novos indivíduos a possibilidade de atuar politicamente nos espaços de decisão e de modificar o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural do país, tornando-a visível tanto nas esferas governamentais como para a sociedade em geral.

Contudo, vários estudos demonstram efeitos positivos, efeitos negativos e resultados que não foram de acordo com o que o programa previa, suscitando preocupações sobre o desvio de sua proposta inicial. Porém, em meio às divergências de resultados há a defesa de estudiosos que constatarem que o Pronaf traz mudanças significativas para a agricultura familiar.

Além do crédito e do acesso à infraestrutura previstos pelo Pronaf, em julho de 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, o Governo criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Maluf (2001) retrata a criação do PAA como um dispositivo que busca conter a fome, fruto da ausência de políticas geradoras de novas perspectivas de emprego e renda. Por ser um programa que privilegia a agricultura familiar, o autor cita que esse papel que o PAA acaba desenvolvendo, destaca uma maneira de pensar as políticas sociais e as destinadas à agricultura de uma forma integrada. Segundo o autor, ao viabilizar a produção agro-alimentar, o Estado está ao mesmo tempo atacando a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar.

Os recursos que o Programa paga pelos produtos dos agricultores que participam do PAA variam de acordo com a modalidade em que estão inscritos. Em setembro de 2009, os valores eram de R\$ 4.500,00 por ano/produtor na modalidade CPR Doação; de R\$ 4.500,00 por semestre/produtor no PAA Leite; e de R\$ 8.000,00 no PAA Formação de Estoque e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF). Na modalidade PAA Compra Institucional, criada em julho de 2012, o valor máximo era de R\$ 8.000,00 por ano/produtor (HESPANHOL, 2013, p. 473).

Segundo Camargo *et. al.* (2013) foi por meio da compra institucional do PAA que teve início a relação entre agricultura familiar e alimentação escolar, ampliada posteriormente pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Refere-se a uma ação que depende de dotação orçamentária, de instituições que possam e tenham interesse em participar e às quais estados e municípios têm livre escolha de adesão.

Todos esses mecanismos foram utilizados visando também a alavancagem da agricultura familiar no setor agrícola. Guanzioli e Cardim (2000), em seu relatório do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO apresentam dados que destacam a forte participação da agricultura familiar. Segundo os autores, a agricultura familiar representa um setor eficiente no uso do crédito rural, fazendo mais com menos. O estudo foi baseado no Censo Agropecuário 1995/96, período em que a safra agrícola recebeu o menor volume de crédito rural no Brasil desde o final dos anos 1960. Segundo os resultados do relatório, os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupavam 30,5% da área total e eram responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

Nesse cenário rico de possibilidades e carente de estruturas que viabilizem a produção frente aos desafios impostos pelo mercado – que condiciona um modelo que privilegia a maximização do lucro e da produção desconsiderando os aspectos sociais das famílias, muitas vezes forçando-as ao abandono de suas terras (SANTOS et al.,

2014) – emerge a proposta de um projeto de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar pela introdução de novos formatos de beneficiamento de seus insumos, buscando o uso eficiente da energia elétrica.

Esta Tese busca fazer uma avaliação deste projeto, identificado como Centros Comunitários de Produção (CCPs), engendrado pela Eletrobras, voltado para agricultores familiares. O Projeto segue um modelo que privilegia a participação, a construção de parcerias, o respeito à vocação produtiva comunitária e a formação de instituições de representação.

O projeto dos Centros Comunitários de Produção nasceu em 2003 atrelado ao Programa Nacional de Eletrificação Rural, “Luz no Campo”, que foi lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto publicado no Diário Oficial de 03 de dezembro de 1999, seção 1, p. 108, v. 137, n. 231. O Luz no Campo era coordenado pelo Ministério de Minas e Energias e operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

À época, o objetivo do programa Luz no Campo era atingir as áreas rurais que careciam de atendimento de energia elétrica e, conseqüentemente, promover a melhoria das condições de vida de áreas mais isoladas do país. Em razão de seu baixo índice de eletrificação rural, foi previsto um tratamento diferenciado para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste em termos de prazos e condições para os financiamentos.

Resultados de um levantamento realizado em nível nacional contratado pela Eletrobras demonstraram que a energia elétrica proporcionada pelo programa Luz no Campo nessas áreas era utilizada apenas para fins domésticos.

A fim de reverter esse cenário e propor uma outra perspectiva de utilização desse insumo para os novos usuários, em 2003 a Eletrobras propõe o projeto dos Centros Comunitários de Produção para que esses novos consumidores possam utilizar a energia elétrica de forma produtiva e gerar renda.

Resumidamente, os CCPs seriam empreendimentos compostos por máquinas e equipamentos, utilizando tecnologia e energia elétrica para o beneficiamento de produtos da agricultura familiar. Neste processo, busca atender às exigências sanitárias e ambientais para que tais produtos possam ser comercializados no mercado e tenham valor agregado. O CCP demanda parcerias, e a Eletrobras além de aportar recursos, também faz a gestão da implantação e avaliação do projeto. Até o ano de 2014 a Eletrobras contabilizava 23 unidades espalhadas pelo Brasil, atendendo a aproximadamente 1.230 famílias de pequenos agricultores.

A ideia do projeto dos Centros Comunitários de Produção é que as comunidades contempladas com a iniciativa tenham uma formação associativa e possuam uma vocação produtiva. Para a Eletrobras é importante que o projeto seja resultado de um processo endógeno em que a comunidade esteja presente em todas as fases, desde seu início, como mais um dos protagonistas da ação.

Nesse contexto, assumindo o projeto de CCP como uma política de geração de renda para a agricultura familiar que contempla a participação dos beneficiários como um elemento fundamental à sua realização, a Eletrobras já começa a desenhar um modelo que se distancia daquele puramente economicista, mais usualmente utilizado nessa perspectiva da geração de renda, para experimentar um modelo mais híbrido, que soma à perspectiva econômica os efeitos que o capital social<sup>1</sup>, atrelado à participação, podem imprimir ao projeto ou ser influenciado por ele.

Para entender essa política de geração de renda, capitaneada pelo núcleo duro do setor energético brasileiro, faz-se necessário uma avaliação que contemple metodologias de análise capazes de dar conta dos múltiplos aspectos que afetam a sua implementação e seus resultados. Um referencial teórico que trate da análise de políticas públicas, bem como de monitoramento e avaliação de programas é fundamental para essa consolidação.

Segundo Souza (2006) os estudos sobre políticas públicas no Brasil tiveram início no final da década de 1970, assumindo maior relevância a partir da democratização do país. Entretanto, nos Estados Unidos seu início ocorreu nos anos de 1950, identificado como “*policy science*” e na Europa, especialmente na Alemanha, algumas áreas da avaliação de políticas passaram a assumir importância no início dos anos 1970 (FREY, 2000).

Souza (2006) apresenta a análise de políticas públicas (*policy analysis*) como uma ferramenta utilizada pela ciência política para entender *como e porque* os governos escolhiam determinadas ações em detrimento de outras.

Das três dimensões (*polity, politics e policy*) apresentadas por Frey (2000) como as diferentes formas de abordagem da literatura sobre *policy analysis*, destacam-se para utilização nesta Tese a dimensão processual (*politics*), que tem em vista exatamente o processo político, os atores envolvidos, os conflitos e as negociações sobre as políticas;

---

<sup>1</sup> Utilizaremos este conceito nesta Tese no sentido definido por Putnam (2007). De forma resumida, o capital social refere-se às normas que promovem confiança e reciprocidade. É constituído por redes, organizações civis e pela confiança compartilhada entre as pessoas, fruto de sua própria interação social.

e a dimensão material (*policy*), que está pautada nos conteúdos concretos, isto é, a configuração, os problemas técnicos, os instrumentos e a efetividade dos programas. Já a dimensão institucional (*polity*), que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo, não será abordada em nossa pesquisa, já que estamos nos detendo, principalmente nos efeitos que o projeto tem sobre os seus beneficiários.

Por responder pelo mapeamento dos atores, a dimensão *politics* se traduz como o principal elemento da *policy analysis*. É exatamente sobre esse ponto que nossa Tese se debruçará com mais ênfase. A análise de políticas públicas busca identificar o "jogo" que está sendo "jogado", como se configuram as disputas dos atores e quais são os interesses que estão envolvidos. Nessa perspectiva, a Tese também pretende mapear quem são os atores envolvidos na política direta e indiretamente.

Observar os atores indiretos do processo, ou seja, aqueles em quem as políticas rebatem ou geram efeitos colaterais positivos ou negativos, mas que originalmente não pertenceriam ao chamado "público alvo da política" pode ser importante para identificar efeitos que possam gerar inter-relações ou impactos indiretos, que originalmente não comportariam o objetivo inicial da política. É fundamental que tais atores sejam identificados na perspectiva de análise.

Ainda no contexto da análise de políticas públicas, observa-se que o *policy cycle* - termo que designa as etapas do processo da política - do projeto dos CCPs, abarca as cinco fases: identificação do problema, construção da agenda, elaboração do programa, implementação e avaliação da política. Essa última mais voltada para os impactos gerados sobre o beneficiário. Embora essas etapas caracterizem uma sequência, segundo Frey (2000), elas representam uma série de elementos político-administrativos que podem ser investigadas separadamente.

Ainda nesse debate, para chegar às suas conclusões, esta Tese utiliza uma metodologia de monitoramento e avaliação de programas, que segundo Buainain *et al.* (2007) podem ser definidos como um processo de medir, registrar, coletar, processar, analisar e comunicar informação com objetivo de auxiliar a gestão de programas, projetos e atividades em geral, buscando identificar a partir de um conjunto de atores, fatores e variáveis que interagem e respondem a diversas políticas em nível macro, setorial e local, se esse processo de monitoramento e avaliação dá conta do controle da operação, do desempenho e dos impactos das ações do projeto.



No que tange à avaliação como um dispositivo de retroalimentação do processo, preconizado no projeto dos CCPs, Bovens *et al.* (2006) destacam que as avaliações possibilitam reformular os programas de forma racional e objetiva, pois permitem uma reorganização dos mecanismos de prestação de serviços, e, também, uma redistribuição de dinheiro e outros recursos fundamentais entre os vários atores envolvidos na implementação.

Segundo Buainain *et al.* (2007, p.49) “*os programas atuam e impactam pessoas, domicílios e comunidades.*” Nas avaliações dos CCPs procurou-se identificar os impactos do projeto sobre a família e a comunidade, buscando verificar em que áreas e de que forma essas famílias e sua comunidade são afetadas pelo projeto, tanto em termos de alterações estruturais como de comportamento.

O autor propõe algumas questões que considera importante em uma avaliação: “*como o programa afeta os beneficiários?; as melhorias são resultantes diretas do programa ou elas poderiam ter acontecido de qualquer forma com a sua ausência?; e o desenho do programa poderia ser modificado no sentido de ampliar o seu impacto?*” (BUAINAIN *et al.* 2007, p.50)

Segundo critérios sugeridos por Cotta (2001) *apud* Faria (2005), as avaliações dos CCPs poderiam ser classificadas como: a) antes, durante e depois da implementação da política ou programa, em função do seu *timing*; b) semi-independente quanto à posição do avaliador em relação ao objeto avaliado; e c) de contexto, insumos, processos e resultados no que diz respeito à natureza do objeto avaliado.

Flexor e Leite (2007) buscam explicar o papel dos *policy-makers* no contexto da formulação de políticas públicas. Segundo os autores existem modelos e/ou referenciais analíticos que são fundamentais para compreender os principais elementos que norteiam o processo decisório da institucionalização de políticas. Os autores partem de diferentes correntes do pensamento econômico, apresentando alguns modelos para explicar aspectos determinantes da dinâmica das políticas públicas.

Flexor e Leite (2007) citam que há modelos que partem da ideia de que no processo existe um ator que seria um agente central, representado pelo Estado/Governo que é racional e benevolente, dispõe de todas as principais informações e possui o direito de implementar as políticas que desejar. Nessa concepção, a Eletrobras poderia ser tomada como este ente que representaria o Governo, de forma benevolente ao possibilitar meios de gerar renda para esses pequenos agricultores, a partir de seus critérios de escolha. Segundo os autores, o papel desse ente seria o de maximizar o bem

estar social, considerando que há um conjunto de preferências individuais. Esse seria o chamado modelo da escolha racional, que pode partir de uma análise estrita de custos/benefícios, tendendo a privilegiar o ato de poupar recursos para uma maior utilidade social, em detrimento da manutenção de políticas visando suportar preços e gerar renda para agricultores (MOYER & JOSLING *apud* FLEXOR e LEITE, 2007).

Outros autores, Tullock (1986); Buchanan (1977) *apud* Flexor e Leite (2007) propõem o modelo de Escolha Pública. Nessa perspectiva, que segundo Flexor e Leite (2007) é mais realista, os teóricos reconhecem que existem diferentes indivíduos racionais e organizações com interesses distintos, envolvidos tanto na implementação quanto na avaliação das ações.

Esses indivíduos buscariam maximizar suas funções que estariam sujeitas a restrições. Por outro lado, as organizações seriam o resultado da agremiação de indivíduos com interesses em comum, portanto, voltadas para proteger e promover os interesses individuais. O resultado de todas essas convergências seriam as políticas públicas: "*processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições*" (FLEXOR e LEITE, 2007, p.4).

Para Flexor e Leite (2007), os processos econômicos, sociais e políticos que conformam as práticas associadas às políticas públicas, devem ser apoiados por referenciais teóricos advindos de campos distintos como da sociologia das organizações ou do neo-institucionalismo histórico. São três as dimensões tratadas pelos autores: dimensão histórica e institucional; dimensão processual das políticas públicas; e dimensão organizativa. Dessas, a dimensão organizativa seria indicada como mais um referencial teórico na análise do processo de implementação do projeto dos CCPs, alvo desta Tese.

Os autores chamam atenção para a dimensão organizativa, que segundo eles deve ser uma preocupação dos gestores na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Essa dimensão aborda, no que diz respeito aos processos de decisão, a opacidade e a ambiguidade das preferências dos atores. Nessa concepção, as preferências não antecedem as ações, porém podem surgir durante a dinâmica interativa do processo de decisão.

Embora não sejam estáveis, as preferências buscam se adaptar ao contexto organizacional em que os atores estão envolvidos. Esses atores, mesmo que inconscientemente podem manipular suas preferências. Essas preferências podem ser influenciadas por informações externas capazes de gerar preferências mais precisas

sobre um determinado assunto. Os jogos de poder e as negociações são outros elementos dessa dimensão organizacional que influenciam nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas.

Buscou-se até aqui apresentar uma série de elementos que compõem o cenário sobre o qual esta Tese busca lançar mão para verificar se ações de apoio à produção, como o projeto dos Centros Comunitários de Produção da Eletrobras, conseguem gerar alterações em comunidades de agricultores familiares no que tange à renda, acesso à bens e serviços, inserção no mercado, participação política e sua sustentabilidade.

Ao longo deste texto foi apresentada a agricultura familiar, como o *locus*, que em consequência abarca o sujeito sobre o qual esta Tese se debruçará, situando sua condição e mecanismos de ação implementados para o seu fortalecimento; o Centro Comunitário de Produção como o objeto de pesquisa, que será avaliado visando atingir os objetivos desse estudo, e parte do ferramental teórico do campo da avaliação de políticas e programas sociais. Todas as reflexões feitas até aqui sevem como elementos norteadores para a compreensão dos efeitos dos CCPs e para a construção do processo avaliativo que vamos realizar.

### **Problematização do objeto**

Em 2014, os Centros Comunitários de Produção (CCPs) da Eletrobras, totalizaram 23 unidades instaladas nas regiões nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do país, atendendo em torno de 1.230 famílias de pequenos agricultores.

Esta Tese versa sobre a avaliação de duas unidades desses CCPs. Busca identificar, a partir de seus resultados, respostas para os objetivos definidos neste trabalho. Assim, os Centros Comunitários de Produção de Pintadas - BA e de Ponta-Porã - MS constituem o escopo mais específico da pesquisa que realizamos.

Os CCPs de Pintadas e Ponta Porã foram escolhidos em função da disponibilidade de dados existente na Eletrobras. Dados cujo levantamento tem a participação do autor deste trabalho que é funcionário da empresa.

## **Objeto da pesquisa de Tese**

Os Centros Comunitários de Produção de Pintadas - BA e de Ponta-Porã - MS servirão como objeto de análise para os objetivos deste estudo, conforme descritos a seguir.

### *Contextualização do CCP de Pintadas*

Localizado a 260 quilômetros de Salvador, capital do estado da Bahia, Pintadas é um município com 10.342 habitantes, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE. Pintadas pertenceu ao município de Ipirá até 1985, quando se emancipou. A distância entre as duas cidades é de 48km. Em termos de desenvolvimento humano, seu índice é baixo,  $(0,612)^2$ , participando dos 30% piores IDHMs brasileiros. Em contrapartida, Salvador, com IDHM de 0,759, ocupa posição entre os 10% melhores IDHMs do país. No caso de Pintadas, contribuem para seu baixo índice os IDHM Renda (0,572) e IDHM Educação (0,525).

Segundo CCP implementado pela Eletrobras, foi inaugurado em 2006, está localizado na região do semi-árido da Bahia, região que sofre fortemente com a seca a maior parte do ano. Esse CCP contribui para que famílias de agricultores, que têm a atividade leiteira como meio de subsistência, possam escoar sua produção. O CCP tem a COOAP - COOPERATIVA AGRO-INDUSTRIAL PINTADAS LTDA. como seu responsável administrativo.

O CCP é formado por dois tanques de resfriamento de leite com capacidade de armazenamento de 3.000 e 4.500 litros cada um. Há também um tanque com capacidade para 300 litros que serve de receptor.

Alguns objetivos possíveis de serem alcançados com a instalação do CCP de Pintadas justificam sua implantação:

- i) atendimento às exigências do Ministério da Agricultura para o transporte do leite. Um dos principais problemas para os agricultores à época;

---

<sup>2</sup> Fonte: [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx) (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.) encontrado em 26/06/2026 em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>

- ii) incremento da escala de produção garantindo poder de negociação para o produto;
- iii) ampliação do intervalo de tempo de coleta entre o resfriador e a sede da cooperativa, possibilitando a diminuição dos custos operacionais;
- iv) incentivo à produção pela perspectiva de maiores ganhos por litro de leite comercializado;
- v) possibilidade de gerar emprego e renda;
- vi) redução do êxodo rural.

O CCP de Pintadas foi um projeto proposto em agosto de 2005 à Eletrobras pela COOAP - COOPERATIVA AGRO-INDUSTRIAL PINTADAS LTDA tendo sido inaugurado em junho de 2006.

#### *Contextualização do CCP de Ponta Porã*

Localizado a 324 quilômetros de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, Ponta Porã é um município com 77.872 habitantes, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE. Em 1900 se tornou distrito de Bela Vista. Em 1912 foi elevado à categoria de município. A distância entre as duas cidades é de 126 quilômetros. Em termos de desenvolvimento humano, seu índice é alto, (0,701)<sup>3</sup>, participando dos 34% melhores IDHMs brasileiros. Campo Grande, com IDHM de 0,784, ocupa posição entre os 2% melhores IDHMs do país. No caso de Ponta Porã, contribuem para seu alto índice os IDHM Longevidade (0,812) e Renda (0,708).

Ponta Porã foi o nono CCP implementado pela Eletrobras. Inaugurado em 2011, situa-se no sul da região Centro-Oeste do Brasil e faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai. Esse CCP contribui para que famílias de agricultores, que têm a atividade leiteira como meio de subsistência, possam escoar sua produção. Embora a Associação dos Agricultores do Assentamento Itamarati II (AAFI) apareça como responsável no projeto de instalação do CCP, sua gestão está sob a responsabilidade da Cooperativa dos Agricultores do Assentamento Itamarati II – COOPERAIFI.

---

<sup>3</sup> Fonte: [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx) (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.) encontrado em 26/06/2026 em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>

O CCP de Ponta Porã avaliado é formado por cinco tanques de resfriamento de leite com capacidade de armazenamento de 2.000 litros e um com capacidade de 3.000 litros, espalhados no assentamento.

Os mesmos objetivos possíveis de serem alcançados com a instalação do CCP de Pintadas podem ser considerados no caso de Ponta Porã, com exceção daquele que versa sobre o atendimento às exigências do Ministério da Agricultura para o transporte do leite, visto que em Ponta Porã já existia um resfriador instalado por uma empresa de laticínios do município de Dourados.

## **Objetivos**

### *Objetivos geral:*

Verificar se, e em que medida, o projeto dos CCPs consegue gerar alterações em comunidades de agricultores familiares, no que tange à renda, acesso à bens e serviços, inserção no mercado, participação política e sustentabilidade.

### *Objetivos específicos:*

A) Avaliar os impactos que podem ser direta ou indiretamente atribuídos ao Projeto em termos de:

a1) Renda;

a2) Capital social;

a3) Acesso a bens e serviços de consumo coletivo.

B) Analisar o impacto na produção e na produtividade agropecuária e na inserção no mercado;

C) Verificar em que medida o projeto viabilizou aumento da capacidade da comunidade se organizar para obter ou participar de outros tipos de financiamentos e de projetos;

D) Avaliar os potenciais de sustentabilidade socioeconômica do Projeto no nível das comunidades de agricultores familiares.

A partir dos aspectos até aqui observados, partimos de alguns parâmetros conceituais para apoiar a análise dos resultados da avaliação proposta nesta Tese e qualificar os objetivos específicos acima propostos.

Apesar de diferentes origens, os agricultores familiares do país mantêm características que os aproximam. A partir de uma dinâmica econômica que os

distanciam do padrão preconizado pela lógica do agronegócio e da produção em larga escala, suas relações de trabalho tendem a se desenvolver no âmbito do núcleo familiar se estendendo a parentes que guardam certa proximidade. Baseados em uma produção de subsistência, baixa tecnologia e gerando pouco impacto ao meio ambiente, tendem também a comercializar parte de sua produção no mercado.

Vitimizados pelas limitações de acesso a sistemas como rede de telefonia e rede mundial de computadores (internet), que impossibilita o levantamento de informações, os agricultores familiares, representantes do campesinato pobre brasileiro, têm como marcador a falta de acesso e reconhecimento que acaba dificultando sua relação e apropriação com e das políticas públicas.

Em muitos casos, junta-se a isso a limitação que esses pequenos agricultores têm na relação com a administração pública, marcada historicamente como a representação do domínio burocrático, do desrespeito ao usuário, dos procedimentos complicados, da morosidade na solução de problemas, ou seja, permeada de atributos que tendem a afastar de seu convívio o cidadão comum. Em geral, agricultores familiares pobres, que deixam de se beneficiar das políticas sociais pensadas para eles por conta dessa representação, que, os órgãos que implementam e gerenciam tais políticas, acabam gerando.

A relação dessa população rural, historicamente invisibilizada por conta de sua pobreza e falta de capital, tende a se desdobrar em um alto grau de distanciamento institucional com os executivos estaduais e municipais, que acabam por não identificar tais populações como parceiras.

No entanto, os projetos de Centros Comunitários de Produção aqui avaliados se apropriam de uma configuração diferenciada que, capitaneada pela Eletrobras, consegue articular os pequenos agricultores com o poder público municipal, órgãos ligados ao estado, bem como com o setor privado, em uma parceria em que todos participam da mesa de negociação dando poder de voz àqueles que historicamente sempre se sentiram preteridos.

Há outras dimensões relacionadas à formulação de políticas públicas que também acabam sendo um elemento dificultador para esse setor da agricultura no acesso às políticas sociais. Um exemplo é a diversidade de problemas sociais enfrentados pelos gestores diante dos poucos recursos que dispõem. Nesse contexto, a oferta de serviços seguirá conforme a força que um grupo social tem em se manter incluído na agenda das políticas públicas.

Os possíveis impactos gerados pelos CCPs na renda das famílias serão mapeados a partir das observações de renda obtidas na linha de base elaborada previamente na primeira fase de avaliação, no caso de Pintadas-BA e, a partir das representações construídas pelos atores acerca de suas condições de renda antes da implantação do CCP, no caso de Ponta Porã.

Neste sentido, a medição da renda mapeará dois elementos: a) o número de meses por ano em que a família obteve renda em dinheiro e b) a renda mensal média (a divisão do obtido no total dos meses pelo conjunto dos meses do ano).

No que tange ao acesso a bens e serviços, é necessário separar distintas situações. Com relação à educação, nossa proposta é, partindo da situação de escolaridade do chefe do domicílio e do cônjuge, identificarmos se famílias com perfis diferentes de escolaridade apresentam ganhos sociais diferenciados a partir das ações implantadas. Além de verificar se o funcionamento do CCP vem produzindo alteração no quadro educacional dos chefes da família e/ou vem incrementando debates nas comunidades capazes de gerar movimentos em busca de acesso a essa política.

Não obstante ao amplo sentido que o termo educação abarca, trabalharemos com a noção de “capital social institucionalizado” (Bourdieu, 1998), que está relacionado diretamente com o nível educacional institucional que cada indivíduo atinge e que é socialmente legitimado.

Trabalharemos o conceito de saúde identificando os acessos que essas comunidades têm a essa política antes da implantação do CCP e comparando os efeitos e acessos produzidos em decorrência da instalação do CCP. Além disso, verificar se o CCP desenvolve na comunidade articulações organizacionais internas capazes de desenvolver uma busca pela garantia desses acessos.

Outro ponto previsto nos objetivos desta Tese aponta para os elementos associados à participação social e ao capital social. Ou seja, pretende-se verificar se os CCPs elevam os níveis de participação social e conseqüentemente incrementam o capital social. Essa relação conjunta entre participação e capital social ocorre em função da complementariedade dos termos. Isto porque o capital social corresponde ao grau de confiança mútua e disposição associativa que os membros de determinada comunidade (ou sociedade mais ampla) apresentam (PUTNAM, 2007).

Por sua vez, a participação social – que equivale ao engajamento dos membros de uma determinada comunidade em grupos, associações, movimentos sociais, etc



(Putnam, 2007), ocorre a partir da confiança mútua e da disposição associativa que se conquista na comunidade.

Em função do que é previsto no projeto dos CCPs para a apresentação de um pleito, é provável que as comunidades aqui estudadas já apresentem um nível de participação social e capital social, visto que é exigido no projeto que estas sejam representadas por uma associação de moradores ou de agricultores familiares para que a parceria com as instituições promotoras da ação ocorra.

Em relação à condição de sustentabilidade dos projetos, nosso foco estará mais centrado em conduzir a coleta de dados combinando abordagens qualitativas e quantitativas para entender de que forma o projeto pode se manter a partir do momento em que ocorra o afastamento dos órgãos e instituições que aportaram o financiamento inicial.

Sabe-se que o campesinato pobre brasileiro tem historicamente produzido insumos alimentares com vistas a subsistência do núcleo doméstico, colocando esporadicamente no mercado suas pequenas sobras de produção. Isso não ocorre em função de uma ineficiência produtiva, mas de formas tradicionais e historicamente construídas de reprodução cultural e material (BRANDÃO, DALT e GOUVEIA, 2010; SIGAUD, 1979 e HEREDIA, 1979).

Trata-se de uma produção em baixa escala, cujos custos não são de conhecimento das famílias e grande parte do que é produzido é consumido no local. Mapear estes custos é uma tarefa difícil. Diante desse quadro, a proposta de verificar a sustentabilidade do projeto parte da indagação acerca de como a comercialização dos produtos do CCP conseguem se manter em relação ao mercado. Com isso são levantadas as seguintes questões: Os preços pagos acompanham o que o mercado pratica? Consegue-se pagar os custos de produção do CCP e ainda gerar lucro? Os ganhos permitem que esses agricultores familiares consigam ter acesso a outros bens? Há participação coletiva na gestão? Quais as expectativas de futuro desses agricultores? É sobre esse conjunto de dados combinados que poderemos entender a possibilidade de sustentabilidade do projeto.

Além disto, é necessário que na coleta de dados haja a preocupação em identificar outras formas de trocas que não aquelas geradas através da maneira convencional (moeda), típica de um modelo de sociedade capitalista, mas baseadas em outras formas de circulação do excedente, típicas ainda de relações pré-capitalistas.

## Metodologia

### *Construção das ferramentas de avaliação*

Em todas as avaliações dos CCP foram adotados o conceito de avaliação por triangulação de métodos conforme proposto por Minayo e Cruz Neto (1999), buscando desenvolver uma perspectiva de trabalho que conjugasse à análise dos processos e dos resultados a compreensão que os atores envolvidos conseguem construir sobre o desenvolvimento do projeto. Essa visão, que leva em consideração a questão processual, que engloba os atores da ação bem como a questão material, que está voltada para os resultados da ação, também pode ser observada no que prevê as dimensões *politics* e *policy* da análise de políticas citada por Frey (2000) e corroboradas por Flexor e Leite (2007); quando apresentam a dimensão organizativa que, segundo os próprios autores, aborda a opacidade e a ambiguidade das preferências dos atores nas práticas associadas às políticas públicas.

Ao incorporar as linguagens objetiva e subjetiva ao processo avaliativo, a avaliação dos CCPs buscou analisar “a participação e as percepções dos sujeitos envolvidos” e considerar “as relações e as representações como parte fundamental dos êxitos e limites das ações” (MINAYO, 2005 *apud* ELETROBRAS 2011-2012). A partir da triangulação de métodos buscou-se nas avaliações combinar o método quantitativo e o método qualitativo a fim de contemplar a multiplicidade dos processos sociais, construindo uma perspectiva dialógica. Procurou-se compreender os conhecimentos tácitos para transformá-los em conhecimentos explícitos e compartilhá-los com os agentes envolvidos no processo (SANTOS e BRAME, 2010)

Em todo o processo de avaliação dos CCPs, foi conjugado a utilização de técnicas quantitativas (aplicação de questionários) com qualitativas (grupos focais, entrevistas, análise de documentos).

Para as etapas de campo, foram utilizados nas avaliações um questionário semiestruturado combinando questões abertas e fechadas. Com as perguntas abertas, buscou-se propiciar aos entrevistados a reflexão sobre o assunto levantado sem restringi-los a um sentido definido previamente. Questões de caracterização dos respondentes e de seus familiares também foram incluídas além das perguntas relativas aos eixos de investigação.

Os questionários que deram origem as avaliações buscaram mapear as condições de vida e o comportamento dos pequenos agricultores e de sua família em relação: i) características de sua residência; ii) bens e tipo de consumo de sua família; iii) seus investimentos em equipamentos e benfeitorias na propriedade; iv) sua produção, renda e produtividade; e v) sua forma de envolvimento com o projeto. Essas foram as linhas de base que nortearam toda a avaliação nos diferentes momentos.

A aplicação dos questionários foi realizada na propriedade diretamente como produtor, no momento de entrega do leite no CCP ou em locais previamente definidos como escolas, associações etc., sem acarretar qualquer ônus ao trabalho.

As entrevistas em profundidade e os grupos focais foram realizados com o apoio de um roteiro utilizado para coletar as informações básicas, além de servir como forma de organizar o processo de interação com o informante.

#### *Criação dos instrumentos de análise*

Três etapas de trabalho foram consideradas no processamento dos dados: digitação, correção e análise. Para a digitação foi desenvolvido um banco de dados utilizado para a digitação dos dados de cada fase da avaliação. Para garantir a qualidade do processamento eram revisados e conferidos 20% dos questionários selecionados aleatoriamente para identificar as falhas de digitação e inconsistência entre as respostas.

Para a fase de análise o banco foi convertido para o *software SPSS*. Para cada fase da avaliação foram geradas tabelas de frequências simples, tabelas com cruzamento de variáveis e alguns testes estatísticos para verificação de significâncias.

No que tange aos dados qualitativos, foram feitas as transcrições das entrevistas em profundidade e dos grupos focais. As falas dos entrevistados foram agrupadas segundo os grandes temas definidos no roteiro de entrevistas.

#### *Características do trabalho de campo de Pintadas*

As avaliações propostas para os CCPs seguem as indicações teóricas que foram apresentadas anteriormente. Procurou-se estruturar a pesquisa em função da análise dos dados obtidos por meio de entrevistas com os agricultores familiares e demais atores envolvidos no processo. No caso do CCP de Pintadas, quanto ao *timing*, conforme Cotta (2001) *apud* Faria (2005), as avaliações foram realizadas “antes, durante e depois” da

implementação do projeto, com uma avaliação diagnóstica em novembro de 2006 (momento  $t=0$ ), antes da inauguração do CCP, que constitui uma linha de base para mapear as condições dos beneficiários do projeto antes de serem submetidos aos seus efeitos, possibilitando uma avaliação mais eficiente e acurada dos benefícios acarretados às famílias de agricultores em função de seu funcionamento. Em 2008 (momento  $t=1$ ), dois anos após a inauguração, foi realizado um novo levantamento de dados tendo como base o ano de 2006. Em 2015 foi realizada uma nova coleta de dados com as mesmas famílias investigadas em 2006 e que continuavam vinculadas ao CCP, utilizando os instrumentos da fase *ex-ante* (2006), que foram construídos já prevendo sua replicação nas fases posteriores para permitir sua comparação. A análise final do CCP de Pintadas compreende a comparação entre os dados de 2015 e o das fases anteriores.

A etapa de coleta de dados de 2015 do CCP de Pintadas (BA) ocorreu no período entre 27 de julho a 02 de agosto de 2015. O CCP se localiza na sede do município, atendendo produtores vinculados ao mesmo, que se alocavam nos limites de um raio de aproximadamente 20 quilômetros.

Foram aplicados questionários na mesma versão dos aplicados em 2006, na fase *ex-ante*, em onze (11) famílias de produtores rurais das 36 que participaram ao longo do processo. Os onze produtores avaliados em 2015 fazem parte do grupo que foi inquerido em 2006 e 2008. Nove deles foram entrevistados em suas próprias propriedades e dois foram entrevistados no CCP, no momento da entrega do leite.

Em decorrência da baixa representatividade dos produtores acompanhados desde 2006, decidiu-se também avaliar a situação dos atuais produtores do CCP. Como critério de decisão da população alvo foi considerado para pesquisa os produtores que haviam utilizado o CCP por no mínimo 6 meses no período entre maio de 2014 e maio de 2015 (conforme dados sistematizados fornecidos pela cooperativa responsável pela gestão do CCP), o que totalizava 51 produtores. Para isto utilizou-se um recorte do questionário aplicado na avaliação *ex-ante* contemplando questões de caracterização do produtor, de sua propriedade e de sua produção leiteira. Ao final foram aplicados 62 questionários, 11 com produtores acompanhados desde 2006 e 51 aplicado aos “novos produtores”.

A pesquisa qualitativa utilizou grupos focais e entrevistas em profundidade. Foram realizados três grupos focais com duração média de 67 minutos cada: um com os

11 produtores acompanhados desde 2006 e dois com produtores que se afastaram do CCP, mas que ainda estavam morando no município.

As entrevistas em profundidade foram realizadas: a) com uma liderança comunitária; b) com o responsável pela gestão local do CCP e presidente da cooperativa; c) com a prefeitura, representada pelo técnico agrícola que participou da implantação do CCP e que até aquele momento ainda era o responsável por prestar assistência técnica aos produtores de leite; d) com o órgão de assistência técnica, representado pelo técnico agrícola da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), que presta serviço junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Pintadas; e e) com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas.

A fim de manter o anonimato destes agentes sociais, na análise, quando citados, os participantes dos grupos focais e das entrevistas em profundidade são referenciados como: lideranças locais, quadros técnicos e produtores.

#### *Características do trabalho de Ponta Porã*

Assim como no caso de Pintadas, para o CCP de Ponta Porã a pesquisa foi estruturada em função da análise dos dados partindo das entrevistas com os agricultores familiares e de outros agentes sociais que tiveram participação no processo.

Diferentemente do modelo avaliativo utilizado em Pintadas, que já dispunha de outros momentos de coleta de dados, conforme Cotta (2001) *apud* Faria (2005), quanto ao *timing*, a avaliação de Ponta Porã foi realizada “depois” da implementação do projeto. Em função de seu primeiro levantamento ter sido realizado após o projeto já ter sido implantado e seus beneficiários já terem sido submetidos aos seus efeitos após um ano de funcionamento do equipamento, utilizou-se um modelo de avaliação do tipo “somente depois”<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, a comparação entre a realidade observada antes do advento do CCP e depois dele foi extraída a partir das representações que os atores do processo conseguiram construir acerca das condições socioeconômicas e produtivas que existiam antes de sua implantação. A questão é que, nesse tipo de modelo, as informações dos beneficiários e demais agentes sociais expressarão certo grau de viés, dado que são

---

<sup>4</sup>“Esse modelo opera da seguinte maneira: uma vez efetuada a medição após a implementação da política, com base na informação que estiver disponível, reconstitui-se a situação que existia antes de se começar tal implementação. Ou seja, a análise do impacto alcançado pela política é realizada por meio da comparação entre os dados obtidos pela medição efetuada após a implementação e os dados advindos da reconstrução da situação inicial.”(AMARAL, GONÇALVES e FAUSTINO, 2014, p.21)

baseados em uma experiência já com resultados. Apesar dessa fragilidade, essa é a opção metodológica de que dispúnhamos.

Em 2013 foi realizada a coleta de dados com as famílias listadas no projeto inicial e que se mantinham entregando o leite no CCP. O levantamento ocorreu do dia 7 ao dia 14 de novembro de 2013. O CCP se localiza no assentamento rural Itamarati II a aproximadamente 54 quilômetros da sede do município.

Foram aplicados questionários em dezesseis (16) famílias de produtores rurais vinculados. Entrevistados no CCP, no momento da entrega do leite. A pesquisa qualitativa utilizou grupos focais e entrevistas em profundidade.

Foi realizado um grupo focal com 8 participantes, com duração de 90 minutos e 7 entrevistas em profundidade: com o responsável pelo Centro Comunitário de Produção; com a liderança da comunidade onde está implantado o CCP; com o presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Itamarati II (AAFI) e com o presidente da Cooperativa dos Agricultores do Assentamento Itamarati II (COOPERAIFI), conjuntamente, por exigência, pois ambos alegavam que o trabalho era complementar e para que fosse possível abarcar todas as questões da entrevista, seria necessário que um pudesse contribuir com a resposta do outro; com o secretário municipal de meio ambiente; com um técnico da Secretaria de Meio Ambiente; e com um representante do sindicato de trabalhadores rurais.

Da mesma forma que se procedeu para a análise de Pintadas, a fim de manter o anonimato dos agentes sociais envolvidos na avaliação, quando citados na análise, os participantes dos grupos focais e das entrevistas em profundidade serão identificados como: lideranças locais, quadros técnicos e produtores.

## **A organização da Tese**

Nossas reflexões têm como referência os conceitos de agricultura familiar debatidos pelos diversos estudiosos da área. A partir do levantamento da literatura acerca do tema, apresentaremos no primeiro capítulo as diversas concepções relativas ao conceito de agricultura familiar. Assim, esse capítulo teve como objetivo discutir os diversos olhares sobre o fenômeno e apresentar as concepções que norteiam nossa base analítica. Também é apresentado uma caracterização da agricultura familiar no Brasil utilizando dados do Censo agropecuário do IBGE. No final do capítulo, buscou-se verificar o estado atual da relação entre a agricultura familiar e as políticas públicas de

acesso ao crédito e à infraestrutura, bem como de acesso a mercados institucionais; que vem sendo desenvolvidas pelo estado brasileiro tais como o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O capítulo 2 tratou sobre o desenvolvimento do desenho do projeto de Centros Comunitários de Produção. A partir de uma análise documental propôs-se identificar como ocorreu a criação do CCP, e, como ao longo dos anos, seu desenho foi sendo modelado. Utilizando as discursividades construídas pelos diferentes atores buscou-se compreender os elementos que foram sendo considerados no projeto desde o início de sua formulação. Além de identificar os fatores de viés econômico, preponderantes para a construção do projeto, buscamos verificar mais detalhadamente se e como a preocupação com ideias e ações promotoras de capital social e participação, surgem como objetivo complementar à geração de renda para os agricultores familiares.

A análise documental foi fundamental, pois permitiu entender o contexto político em que se inseriu o projeto, os conceitos que estavam norteando aquele contexto, valores e posições preconizados pelos atores envolvidos. Permitiu ainda identificar quem foram os atores formuladores, além de auxiliar a compreensão das relações de poder que atravessavam essas relações.

Nos capítulos 3 e 4 foram apresentados os resultados das avaliações, respectivamente de Pintadas-BA e Ponta Porã-MS. Em cada capítulo, foram comparadas as diferentes fases, antes e depois da implantação do CCP, para cada comunidade de agricultores familiares, e verificado quantitativa e qualitativamente os efeitos gerados pelo projeto em seus beneficiários.

Finalizando, o capítulo 5 apresentou uma conclusão fazendo um resgate das discussões realizadas de maneira dialógica com os resultados observados nas avaliações, buscando cumprir com o objetivo desta Tese que é identificar as potencialidades dos CCPs em contribuir para a geração de trabalho e renda para o agricultor familiar.

# CAPITULO 1

## A AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEPÇÕES, POTENCIALIDADES E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

### 1.1 - Definição de agricultura familiar

A diversidade de conceitos, interpretações e propostas relacionadas a "agricultura familiar" têm sido apresentada por diferentes entes que representam os "pequenos agricultores", seja por intelectuais que estudam as questões do meio rural, seja por técnicos governamentais responsáveis por implementar políticas públicas para o setor. (GUANZIROLI e CARDIM, 2000)

Neste capítulo são discutidos conceitos e interpretações que têm perpassado os debates das teorias que abordam o tema. Conceitos que convergem, mas que também divergem do que tem sido considerado como o paradigma conceitual para o termo.

Segundo o Estatuto da Terra, disposto na Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, artigo 4º, inciso II da legislação brasileira, a agricultura familiar é apresentada a partir do conceito de Propriedade Familiar definido como:

o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (ART. 4, inciso 2, Lei nº 4.504, 1964).

Para a definição de área máxima, a legislação brasileira estabelece na Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, como pequena propriedade, imóveis rurais com até 4 módulos fiscais<sup>5</sup> e média propriedade, imóveis entre 4 e 15 módulos fiscais. A medida dos módulos fiscais varia segundo os municípios do país.

Para o Ministério de desenvolvimento Social, a agricultura familiar é:

---

<sup>5</sup>Unidade de medida agrária, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. Expressa em hectares e variável, segundo o município, levando-se em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm))



uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (MDS, 2014).

A publicação “Novo retrato da Agricultura Familiar, o Brasil Redescoberto” (Guanziroli e Cardim, 2000), apresenta uma concepção para agricultura familiar que se afasta do que frequentemente se observa nas análises sobre a temática. O texto privilegia as relações sociais de produção dos agricultores familiares, em detrimento das perspectivas que utilizam um limite máximo de área ou de valor de produção para associar a unidade familiar à “pequena produção”. Nessa linha:

“a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.” (GUANZIROLI e CARDIM, 2000, p. 8)

Em seu artigo, Pedroso (2014) aponta que não existe um conceito para agricultura familiar e, conseqüentemente, não há uma teoria desenvolvida sobre a temática. O termo teria surgido da mobilização sindical e de interesses particulares de mediadores políticos com desejo de desenvolver as regiões rurais.

Pedroso (2014) faz uma crítica à forma como o conceito de agricultura familiar aparece estabelecido na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Segundo a autora, a expressão, quando de sua institucionalização em 1995, subtrai o caráter principal da atividade, que deveria ser de ordem econômica. Tais critérios dizem respeito: i) ao tamanho da propriedade; ii) ao tipo de mão de obra utilizado; e iii) a origem da renda familiar, que deve ser predominantemente das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento.

Para a autora tais critérios podem gerar distorções que cerceiam as possibilidades de desenvolvimento econômico da agricultura familiar. Segundo a autora, no caso do "tamanho da propriedade" pode-se encontrar propriedades menores produzindo e integradas ao mercado bem como propriedades com áreas maiores com famílias vivendo em relativa pobreza.

No que tange ao critério "tipo de mão de obra utilizada", a autora questiona o fato de o pequeno agricultor não poder contratar mão de obra visto que, em outros ramos produtivos, empresas familiares o fazem. Ademais, na medida em que as atividades desse pequeno produtor aumentam, faz-se necessário a introdução de mais trabalhadores no processo.

Para a autora, a exigência de se trabalhar com mão de obra familiar é de cunho meramente político. É uma exigência que parte de uma corrente Marxista das Ciências Sociais que tende a demonizar "os patrões" e defender que o mundo rural seja de base familiar não abrindo espaço para a exploração do trabalho assalariado.

No entanto, a lei quando aplicada se depara com a necessidade de fazer adequações ao texto, na medida em que, a contratação de trabalhadores ocorre frequentemente no mundo rural. De qualquer forma, este critério não foi motivado por uma justificativa econômica. (PEDROSO, 2014)

Em relação ao critério "origem da renda familiar" a autora defende que este não se sustenta sob argumentos econômicos, visto que a propriedade rural e a família necessitam da renda advinda do trabalho de fora da propriedade como uma forma de complementação de renda, essencial para a sua manutenção.

Segundo Pedroso (2014), a defesa desse critério se baseia em interesses por parte daqueles que estiveram presentes na formulação da ideia de agricultura familiar na década de 1990, que tinham como perspectiva para as regiões rurais uma sociedade formada por pequenos agricultores integrados produzindo para seu autoconsumo e distanciados da ação do mercado.

Resumidamente, o texto de Pedroso (2014) defende que os critérios de classificação para a agricultura familiar devem advir de seu reconhecimento como atividade econômica. Dessa forma, será possível estabelecer critérios concretos que definam este conjunto social, se afastando do significado ideológico que a expressão assume na perspectiva brasileira.

Uma outra concepção propõe encarar o conceito de agricultura familiar como uma categoria genérica: "*como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo*" (WANDERLEY, 1996, p.2).

Segundo a autora, ao associar família, produção e trabalho, uma estrutura produtiva determina a sua forma de agir econômica e socialmente. No entanto, para além disso, essa configuração assume um caráter genérico dado as diversas formas

sociais concretas de atuação que essa agricultura familiar pode apresentar no tempo e no espaço.

Wanderley (2004, p.47-48) ao discutir a relação entre campesinato e agricultura familiar revela que o agricultor familiar é um ator social do mundo moderno e não simples objeto de intervenção do Estado. Para a autora, o que confere esse *status* ao agricultor familiar "*é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.*" que está associada ao campesinato.

Baseada em Hugues Lamarche, (LAMARCHE, 1993), Wanderley afirma que agricultura familiar carrega uma tradição baseada na centralidade familiar, nas formas de produzir e na sua maneira de viver. No entanto, na medida em que estão inseridos em uma sociedade globalizante, esses atores sociais precisam se adaptar às novas formas de produção e de vida em sociedade.

Ainda que integrada ao mercado e atendendo às suas exigências, a modernização dessa agricultura não vai reproduzir o modelo clássico da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. A manutenção da lógica familiar, que advém de uma tradição camponesa, não é rompida. Essa lógica serve como inspiração e orientação para a atuação desse agricultor nos novos contextos em que está inserido. A família continua a ser o objetivo principal que vai definir as estratégias de produção e de reprodução, além de ser a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2004).

Todos esses conceitos nos servem para verificar que o debate é intenso, e diferentes pontos de vista são apresentados, demonstrando que não há uma definição única para o conceito de agricultura familiar. No entanto, para a condução desta Tese faz-se necessário definir a concepção básica que nos norteará. Nesse contexto, trabalharemos com a perspectiva de Guanzirolí e Cardim (2000) que apresenta uma sugestão de caracterização dos agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção e não da demarcação de um limite territorial ou de valor de produção à unidade familiar, relacionando-a ao que deveria ser uma "pequena propriedade", que provavelmente, seja a concepção mais frequentemente encontrada nos trabalhos que analisam o tema pelo fato de que as estatísticas agropecuárias tendem a utilizar esse critério de classificação.

## 1.2 - Caracterização da agricultura familiar no Brasil

A obra já citada, Novo Retrato da Agricultura Familiar, o Brasil Redescoberto (GUANZIROLI e CARDIM, 2000), busca também demonstrar o potencial que a agricultura familiar brasileira representa para o país. O trabalho apresenta dados que vão de encontro ao que tem sido o paradigma regente no que tange ao meio rural brasileiro, expondo o grande latifúndio a uma nova perspectiva de desenvolvimento, fundada na agricultura familiar. O relatório estabelece um paralelo sobre a pequena produção e a agricultura patronal e relata que a primeira apresenta a vantagem de ser uma alternativa socialmente melhor para a distribuição agrária no país, além de ser melhor produtiva, ambiental e economicamente.

Lançando mão dos microdados do Censo agropecuário 1995/96 do IBGE, o relatório FAO/INCRA de Guanziroli e Cardim (2000) revelam resultados que demonstram o potencial e a pujança da agricultura familiar no Brasil. Mesmo diante de escassez de crédito, a agricultura familiar consegue ser mais eficiente, produzindo mais com menos do que os agricultores patronais. Segundo os autores, por ter a terra como um fator limitante de sua produtividade, o agricultor familiar tende a intensificar o seu uso para aproveitar ao máximo a área total de que dispõe, destinando aos sistemas intensivos de produção maior parte de sua área.

O número de estabelecimentos rurais no Brasil totaliza 4.859.864 unidades, que ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares, com um Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária de R\$ 47,8 bilhões e financiamento total (FT) de R\$ 3,7 bilhões. Desses, a agricultura familiar detém 85,2% dos estabelecimentos, 30,5% da área ocupada, 37,9% do VBP e apenas 25,3% do FT. Relacionando o FT com o VBP de cada perfil e agricultor, verifica-se que para cada 1000 reais investidos na agricultura familiar são gerados quase 20 mil reais de VBP, contra quase 11 mil reais gerado pela agricultura patronal com o mesmo investimento.

Em termos regionais a agricultura familiar é de grande importância para as regiões Norte e Sul nas quais mais de 50% do VBP é produzido nos estabelecimentos familiares. O Nordeste é responsável por 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros. A região Centro-Oeste é a que apresenta o menor número de agricultores familiares, sendo responsável por apenas 3,9% do total de estabelecimentos familiares no Brasil.

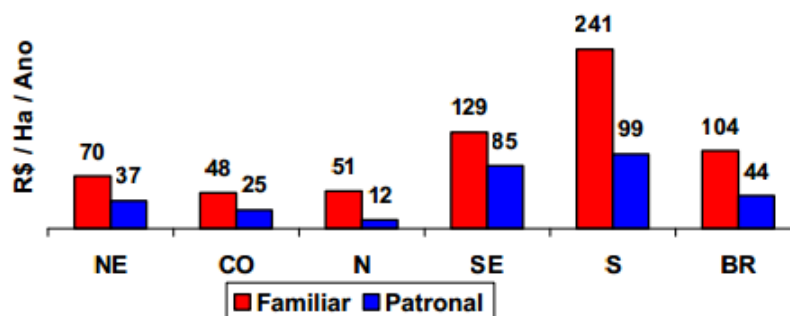
A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 ha. Segundo os autores do estudo, a área média dos estabelecimentos familiares está relacionada ao processo histórico de ocupação da terra. Nas regiões onde os agricultores patronais apresentam as maiores áreas médias, o mesmo acontece entre os familiares. Enquanto a área média entre os agricultores familiares do Nordeste é de 16,6 ha, no Centro-Oeste é de 84,5 ha. No caso patronal, a área média do Nordeste é de 269 ha, no Centro-Oeste é de 1.324 ha.

Como indicador de renda o estudo apresenta a Renda Total (RT) agropecuária, ou seja, a receita total do estabelecimento incluindo o valor da produção estocada e o valor imputado à produção destinada ao autoconsumo familiar e ao consumo intermediário para alimentação animal; e a Renda Monetária (RM) por estabelecimento, que considera apenas o valor de toda a produção agropecuária vendida, definidas a partir de critérios estabelecidos conforme informações disponíveis no Censo. No Brasil, a RT média por estabelecimento familiar foi de R\$ 2.717,00, variando entre R\$ 1.159,00/ano no Nordeste e R\$ 5.152,00/ano na região Sul. A RM da agropecuária por estabelecimento foi de R\$ 1.783,00 entre os agricultores familiares, sendo R\$ 696,00 na região Nordeste e R\$ 3.315,00 na região Sul.

Outra comparação de eficiência que o estudo aponta entre a agricultura familiar e a patronal é a Renda Total por hectare produzindo uma média de R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00/ha/ano dos agricultores patronais.

Essa maior eficiência da agricultura familiar sobre a patronal acontece em todas as regiões do Brasil. No Nordeste, a relação média é R\$ 70,00/ha contra R\$ 37,00/ha, no Centro-Oeste a média é de R\$ 48,00/ha contra R\$ 25,00/ha. Na região Sul, a relação é de R\$ 241,00/ha contra R\$ 99,00/ha. Na região Norte, os agricultores familiares obtêm uma média de R\$ 52,00/ha de Renda Total, valor quase cinco vezes superior à dos agricultores patronais, que obtêm uma média de apenas R\$ 12,00/ha/ano.

**Gráfico 1** – Renda total (RT) por ha/ano dos estabelecimentos familiares e Patronais



Fonte: Relatório INCRA/FAO (2000)

A situação dos agricultores familiares, segundo a condição de uso da terra apresenta o seguinte perfil: 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. A região Nordeste concentra o menor percentual de agricultores familiares proprietários, (65%). O Centro-Oeste é o que apresenta maior percentual de agricultores familiares proprietários (89,8%).

O relatório chama atenção para o problema da situação fundiária dos agricultores familiares no Brasil. Além de apenas 3/4 serem proprietários de suas terras, entre esses, muitos possuem menos de 5 ha, o que tende a inviabilizar a sustentabilidade econômica desses pequenos produtores por meio da agricultura, com exceção de algumas atividades econômicas, sua localização e/ou seu grau de capitalização. No Brasil, 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem, sob qualquer condição, menos de 5 ha, sendo que outros 30% possuem entre 5 a 20 ha e 17% possuem entre 20 e 50 ha. Ou seja, 87% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 50 ha. Os agricultores familiares com área maior que 100 ha e menor que a área máxima regional representam 5,9% dos estabelecimentos, mas ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar brasileira.

A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro. Dispõe de apenas 1/3 da área e é responsável por 76,9% do Pessoal Ocupado. Os agricultores familiares assumem a contratação de 16,8% do total de empregados permanentes do Brasil. Mas também emprega temporariamente um grande número de pessoas. Em 31/12/95 havia 986.678 empregados temporários na agricultura familiar. Isso não significa que esse segmento se utilize do emprego temporário com maior frequência e intensidade que os patronais. Do total de Unidades de Trabalho utilizadas

na agricultura familiar, apenas 4% são contratadas, sendo todo o restante do trabalho desenvolvido por membros da família.

Entre os estabelecimentos familiares 4,3% contratam empregados permanentes: 2,9% contratam um empregado, 0,8% contratam dois empregados e apenas 0,6% contratam mais do que dois empregados permanentes. 7,4% dos familiares contratam serviços só de mão-de-obra temporária.

O acesso à assistência técnica é feito por 16,7% dos agricultores familiares apenas. No ano em que estes dados foram coletados (1995/96), não havia o programa de universalização do acesso à energia elétrica e poucos agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste tinham acesso a esse serviço, percentual que variava entre 9,3% e 18,7% respectivamente.

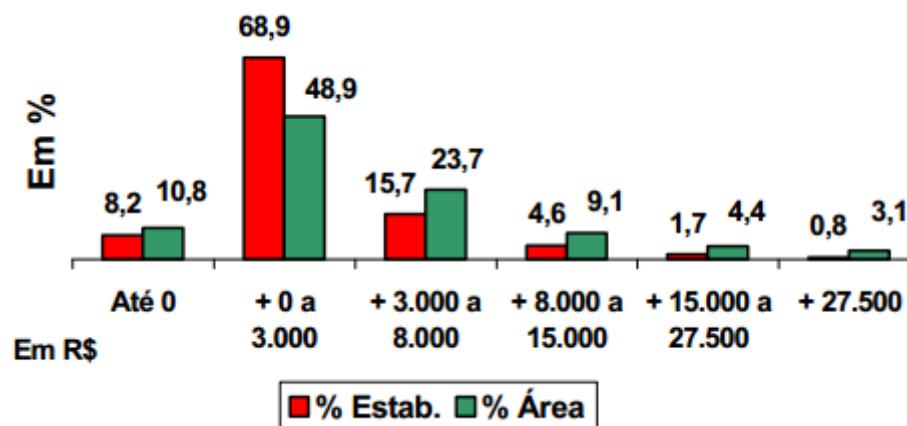
Em termos de investimentos, os agricultores familiares destinaram seus recursos à formação de novas plantações (culturas permanentes e matas plantadas) e compra de animais (designados, abreviadamente, por novas plantas e animais), com 37,1% dos investimentos, seguido por máquinas e benfeitorias (25,2%) e compra de terras (16%).

Para finalizar essa descrição, um achado bastante interessante apresentado pelo relatório diz respeito à renda total dos estabelecimentos. O Gráfico 2 demonstra que há uma considerável variação entre os agricultores familiares. A grande maioria destes (68,9%) possui renda total do estabelecimento entre zero e R\$ 3.000 ao ano. 15,7% possuem renda total entre R\$ 3.000 e R\$ 8.000. Apenas 0,8% tem renda total superior a R\$ 27.500 por ano.

Cerca de 8,2% dos estabelecimentos familiares apresentaram renda total negativa ou nula. São eles: 1) agricultores que estão investindo em novas atividades, as quais demandam gastos e investimentos, mas ainda não estão produzindo; 2) agricultores que tiveram prejuízos na safra em que foi realizado o Censo; e 3) agricultores que produzem muito pouco, sendo que a renda da atividade agropecuária desenvolvida no estabelecimento tem pouca importância, o que, em muitos casos, resulta em renda negativa.

Essa avaliação sobre a renda total negativa ou nula está baseada na área total ocupada por este grupo, pois mesmo representando 8,2% dos estabelecimentos familiares, ocupam 10,8% da área total dos agricultores familiares. Ou seja, os que apresentaram renda negativa não são necessariamente pobres.

**Gráfico 2 – Brasil Agricultores familiares - Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de renda total**



Fonte: Relatório INCRA/FAO (2000)

### 1.3 - A agricultura familiar e as políticas de fomento ao crédito, acesso a infraestrutura e aos mercados institucionais

A agricultura familiar tem entrado na pauta de debate nos últimos anos alavancada pela discussão em torno do tema da sustentabilidade, do desenvolvimento local, da geração de emprego e renda e das questões em torno da segurança alimentar. Segundo o Guanzioli e Cardim (2000), um fator que tem sido importante para esse debate na sociedade é a aumento do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Políticas como Pronaf e PNAE, de acesso ao crédito e de institucionalização de mercado consumidor representam, para o projeto de Centros Comunitários de Produção, reforços que podem viabilizar, para os principais beneficiados pelo projeto, possibilidades e perspectivas de investimento na propriedade e escoamento da produção.

No entanto, para pequenos produtores familiares, as exigências que geralmente são apresentadas para a aquisição do crédito rural muitas vezes não permitem que tais agricultores o acessem, o que mantém o pequeno agricultor afastado das possibilidades de melhorias na sua propriedade e de investimento em equipamento e aquisição de



animais. Tudo isto, em última instância, restringe suas perspectivas de incremento econômico.

Por outro lado, a institucionalização de um mercado de aquisição de alimentos, que privilegie a compra da agricultura familiar, repõe ao pequeno agricultor uma garantia líquida de venda de seus produtos, apresentando-se como mais uma alternativa de escoamento de produção. Esse canal, se bem explorado, poderá ser o viabilizador dos tais investimentos impossibilitados pela dificuldade de acesso ao crédito.

Em seu estudo intitulado “Efeitos do Pronaf sobre a Produção Agrícola Familiar dos Municípios Tocantinenses”, Pereira e Nascimento (2014), baseados em autores como Schumpeter (1997); Bacha (2004); Conti e Roitman (2011); Sacco dos Anjos et al. (2004); Bittencourt (2003); e Abramovay e Veiga (1999), constroem uma fundamentação teórica sobre a relação entre crédito e desenvolvimento.

Os autores constataam que o desenvolvimento só é possível por meio do crédito, visto que a sociedade privilegia a propriedade privada dos meios de produção e a divisão do trabalho. O crédito seria o dispositivo essencial para financiar as inovações na produção. No setor agropecuário o crédito rural representaria os recursos financeiros colocados à disposição por meio de instituições pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para fomentar as atividades ligadas ao setor rural da economia.

Os autores sinalizam para as distinções entre a indústria e o setor agrícola. Esse último, é muito mais suscetível às condições climáticas e de preço, necessitando, portanto, de políticas que estimulem o agricultor a produzir e, ao mesmo tempo, reduzam o risco do investimento agrícola.

Também chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas de assistência técnica e de aquecimento da demanda, bem como reforçam a ideia do crédito agrícola como elemento crucial que vai além da questão produtiva e que deve ser utilizado como indutor de desenvolvimento e justiça social.

Tratando da finalidade do crédito agrícola, os autores citam a instituição do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em 1965, que amplia o volume de crédito concedido no país e obriga as instituições integrantes do sistema, que na transação dos recursos uma proporção seja garantida ao seguimento rural, visto que o setor apresentava escassez de financiamento. No entanto, validados pelo governo, os maiores beneficiados pelo crédito nos anos 1970/80 foram os médios e grandes produtores das regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste).

À época, esse universo de produtores, voltados para o mercado externo estavam consonantes com a estratégia econômica de exportação do governo e representavam, para o setor bancário, maior lucro e maior garantia para as transações, na medida em que detinham a posse da terra, insumo de garantia real.

Essas estratégias de concessão de crédito acabavam beneficiando um grupo restrito, ampliando as desigualdades de renda entre agricultores e também entre regiões. O que deveria ser levado em consideração para a concessão do crédito seria a capacidade dos agricultores beneficiários pagarem seus financiamentos a partir dos seus resultados produtivos.

No entanto, sem a intervenção do Estado por meio do Pronaf, o pequeno agricultor não teria acesso ao crédito. A preferência do sistema bancário pelos grandes agricultores residia no fato de que esses apresentavam garantias reais, reduzindo o risco da operação, além de terem capacidade de apresentar contrapartidas financeiras, como aquisição de seguros, aplicações e outros produtos.

Para o setor bancário, os contratos com baixos valores, representavam um custo de operação com tendência a superar a rentabilidade esperada, tornando tais operações pouco atrativas quando comparadas às transações de maior vulto. Diante de um cenário tão desfavorável às operações de crédito para o pequeno agricultor, a expansão do crédito rural via Pronaf, representa a força da institucionalização de uma política pública específica de atendimento a um grupo de beneficiários (agricultores familiares) cujos valores médios dos contratos são consideravelmente baixos e não atrativos ao setor financiador.

Segundo Pereira e Nascimento (2014), a consolidação do Pronaf força uma modificação nas "regras do jogo", sejam elas formais ou informais, que vão nortear as ações dos indivíduos rearrumando o ambiente de atuação em que a referida política de crédito se insere e o papel que a agricultura familiar passa a representar no processo de desenvolvimento rural.

Tais mudanças representam uma maior inserção da agricultura familiar no mercado de crédito bem como sua participação nos espaços de ação política. Essa participação possibilita que a agricultura familiar demonstre a sua importância tanto no âmbito governamental, quanto da sociedade em geral. Os autores destacam que os conselhos, por exemplo, aparecem como um espaço de representação que possibilita a participação ativa dos agricultores na mesa de negociação, na definição de políticas, nas três esferas de governo.

Baseado em estudos avaliativos do Pronaf, Pereira e Nascimento (2014) apresentam alguns resultados que vão corroborar questões já apresentadas sobre o programa, mas também lançar novos achados. Abordando as ações para o financiamento, os autores concluem que o programa serviria como um dispositivo de compensação de mercado (investimento em infraestrutura e maior facilidade de acesso ao crédito), que tende a desfavorecer o agricultor familiar, que representa um segmento econômico importante na contratação de mão de obra e geração de renda.

Outro resultado aponta para a ausência de correlação entre o Pronaf e a elevação da renda familiar e forte correlação entre o programa e variáveis tecnológicas e de produtividade agrícola. O estudo apresenta resultados contrários àquilo que o programa propõe, que seria a facilitação para o aumento de renda, reduzindo as desigualdades. Além de ser mais que um fomentador da esfera produtiva, ser também um elemento de inclusão social, geração de empregos e desenvolvimento territorial. Esses resultados que apresentam a relação entre o Pronaf e o aumento do aparato tecnológico preocupa vários estudiosos com a possibilidade de que o programa venha a se desviar de suas propostas iniciais e passe a privilegiar agricultores que se enquadrem em preceitos puramente produtivistas.

Nesse artigo de Pereira e Nascimento (2014) há um estudo que sinaliza a capilaridade do Pronaf e sua importância no desenvolvimento rural e territorial. Destaca que o impacto do Pronaf no PIB de serviços e no PIB industrial dos municípios estudados são superiores ao verificado no PIB agropecuário. Tais resultados demonstram o efeito do Pronaf na aquisição de bens de consumo e serviços que não fazem parte do processo produtivo.

Pereira e Nascimento (2014) também citam um estudo que confirma que o Pronaf busca assegurar crédito barato para pequenos agricultores, apoiar no desenvolvimento de infraestrutura e assistência técnica buscando reduzir a pobreza na área rural. Em contrapartida, outros achados apontam para resultados baseados em dados do Nordeste que verificaram impacto pouco significativo ou até mesmo negativo na relação Pronaf e renda e produtividade. Na opinião desses autores, se o programa tivesse força para reduzir a pobreza rural seria esperado reduzir também o êxodo.

Pereira e Nascimento (2014) apresentam outros estudos demonstrando efeitos positivos do Pronaf na relação entre aumento do volume de crédito e manutenção ou crescimento da população rural, mas também há exemplo em que o Pronaf acaba servindo como viabilizador de migrações temporárias.

Os autores, a partir dessa revisão, constataam que o Pronaf representa uma mudança significativa no ambiente institucional em favor da agricultura familiar. Verificam que os estudos que buscam relacionar o Pronaf à dimensão produtiva tendem a divergir e não permitem generalizações. Os resultados dependerão das condições locais do público beneficiário, variando, assim, em função da base territorial.

Além do crédito e do acesso à infraestrutura previstos pelo Pronaf, em julho de 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696, o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O PAA foi criado visando enfrentar a fome e a pobreza, além de servir como um mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar. A fim de formar estoques de alimentos estratégicos e a distribuição para população em maior vulnerabilidade social, o programa adquire, dispensando processos de licitação, alimentos diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações.

Segundo MDA (2014), esses alimentos têm dois focos de destino: um visando à doação, que são encaminhados para entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e cestas de alimentos distribuídas pelo Governo; e outro visando à formação de estoques próprios que são adquiridos pelas próprias organizações da agricultura familiar para que possam comercializar no momento mais adequado possibilitando maior agregação de valor aos produtos.

O acesso ao programa está disponível a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf<sup>6</sup>. Cada agricultor tem direito a um limite anual de participação no PAA e o preço de seus produtos não podem ultrapassar o valor praticado nos mercados locais. (MDA, 2014)

---

<sup>6</sup>É o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural MCR, do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2. Encontrado em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/feirasmercados/arquivos/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap.pdf/view>

Em 26 de setembro de 2012, a Resolução nº 50 instituiu o instrumento jurídico de contratação "Chamada Pública", de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a modalidade "Compra Institucional" do PAA. Essa forma de gestão agiliza o acesso dos recursos aos agricultores, que recebem o pagamento pelos produtos entregues diretamente numa conta bancária do Banco do Brasil, acessada por cartão magnético individual e exclusivo do PAA (BRASIL, 2013a *apud* CAMARGO *et. al.* 2013).

Camargo *et. al.* (2013) citam que a Compra Institucional do PAA é uma ação em que os estados e municípios têm livre escolha de participação e que sua execução está atrelada a dotação orçamentária e ao interesse das instituições que podem participar. Segundo os autores, foi essa modalidade que iniciou a relação entre agricultura familiar e alimentação escolar, ampliada, posteriormente, com a Lei nº 11.947/2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Peixinho (2013) apresenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como a política pública na área de segurança alimentar e nutricional que mais tempo durou no Brasil, e que tem reconhecimento mundial, como sendo um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar. Segundo o autor:

As primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil datam da década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no país (PEIXINHO, 2013, p.910).

Segundo Teo e Monteiro (2012) o PNAE teve seu início em 1940 com marco legal em 1950. Segundo os autores esse é um programa que tem avançado significativamente nos seus objetivos, formas de gestão, execução, abrangência e articulação com outros setores além da educação.

Descrevendo a trajetória do PNAE, Peixinho (2013) cita os avanços conquistados principalmente a partir de 1995. O autor cita que através de coleta de dados diretamente com a população, foi verificado que careciam de condições alimentares mais adequadas. Para dirimir tais deficiências, o Governo brasileiro tomou medidas visando influenciar a alimentação dos trabalhadores, criando em 1940 o salário mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que pode ser considerada a primeira política pública de alimentação; a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), criada em 1945; e, quase uma década depois, a Campanha

Nacional da Merenda Escolar, contando com a ajuda de doações internacionais de alimentos.

Entre 1955 e 1970, o PNAE teve uma forte participação de organismos internacionais. Com uma primeira etapa, iniciando nos anos 1950, com recursos do United Nations Children's Fund (UNICEF) identificado no Brasil como FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância.

A década de 1960 mantém a força dos organismos internacionais fornecendo quase todos os gêneros alimentícios consumidos pelos escolares brasileiros financiado pela United States Agency for International Development (USAID) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos anos 1970 emergem várias empresas nacionais fornecedoras de alimentos para a merenda escolar, o que caracterizaria a terceira etapa do processo. A partir daí os alimentos formulados como sopas e mingaus – produzidos pelas indústrias alimentícias, passam a ter presença marcante na cesta de produtos da alimentação escolar.

Ainda na década de 1970 ocorre a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) com o fornecimento de uma refeição de valor nutricional equivalente a 15% das recomendações nutricionais diárias durante o ano letivo para alunos de escola pública. No final da década, o programa passa a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Entre 1976 e 1984, o II PRONAN que tinha como uma de suas diretrizes o PNAE, buscou introduzir um conjunto de inovações, entre elas: integrar os vários ministérios; estimular a produção de produtos básicos; interferir na cadeia de abastecimento; adquirir gêneros alimentícios do pequeno produtor; e garantir preços mais competitivos (MS/INAN, 1976, *apud* PEIXINHO, 2013).

No entanto, o II PRONAN passou por falta de apoio político e orçamentário, uso clientelístico e problemas com a pontualidade das ações implementadas, que acabaram contribuindo negativamente para o êxito do programa.

Em 1988 a Constituição Brasileira assegura o direito universalizado à alimentação escolar aos alunos de ensino fundamental das redes públicas federal, estaduais e municipais. A promulgação da Lei nº 8.913 de 1994, possibilitou a gestão da alimentação escolar de forma descentralizada permitindo racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos e viabilizar uma alimentação mais condizente com o hábito alimentar das diferentes regiões do país. Isso possibilitou a inserção da pequena

empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional.

Em 1999, a forma de repasse de recursos financeiros do Governo Federal, passa de convênio para transferência automática. Todos os municípios, Distrito Federal (DF) e estados do país passam a receber os recursos para aquisição de gêneros alimentícios.

Em 2000, o Governo Federal exige a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) para o repasse das verbas para os estados, o DF e os municípios, gerando mais uma instância de fiscalização com participação comunitária. A Medida Provisória 1979 de 02 de junho de 2000 define a composição do CAE:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder; II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares; V - um representante de outro segmento da sociedade local (PEIXINHO, 2013, p.912).

Com o Programa Fome Zero, criado em 2003, integram-se vários programas e políticas relacionados à assistência social, à transferência de renda e às ações de natureza estruturante, como a geração de emprego e renda e a reforma agrária.

A Lei nº 11.947/2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 representam o marco legal sob o qual o PNAE está assentado (TEO e MONTEIRO, 2012). Prevê a universalização do programa para toda educação básica; define a educação alimentar e nutricional como elemento principal para os objetivos do programa; possibilita maior participação da comunidade no controle social das ações desenvolvidas pelos Estados, DF e Municípios; garante a alimentação aos alunos mesmo que haja suspensão do repasse dos recursos por eventuais irregularidades constatadas na execução do PNAE.

Teo e Monteiro (2012) reconhecem os avanços da Lei em relação ao apoio ao desenvolvimento sustentável ao fazer uma articulação mais ampla com a agricultura familiar e proibir e restringir a aquisição de alimentos menos saudáveis.

Como reforço para a agricultura familiar essa Lei prevê o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente, respeitando a sazonalidade, a cultura e a tradição alimentar. Define o repasse de no mínimo 30% dos recursos financeiros do PNAE para aquisição em gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma

agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (PEIXINHO, 2013)

Essas orientações criam um cenário favorável ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção de hábitos alimentares saudáveis a partir da escola (TEO e MONTEIRO, 2012). A Lei possibilitou dispensar o processo licitatório, utilizando outro instrumento, a “chamada pública”.

Entre 2003 e 2011 houve consideráveis avanços na conquista de mercado institucional para a agricultura familiar. Período em que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) elevou os aportes financeiros transferidos para os Estados, municípios e DF. Em 2003, o FNDE passou a se responsabilizar pela alimentação das creches, destinando recursos diferenciados para esse segmento escolar e nos anos posteriores os valores per capita foram aumentados para creches, escolas indígenas e quilombolas.

Em 2007 a Portaria Interministerial nº 17/2007 criou o Programa Mais Educação, aumentando a oferta educativa nas escolas públicas com atividades opcionais de acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. Isso elevou o contingente de atendimento e o “PNAE passou a repassar um per capita maior para os alunos que aderem ao Programa.” (PEIXINHO, 2013, p.914).

Todos esses dispositivos utilizados pelo Estado para promover a agricultura familiar a um patamar de mercado preservando sua trajetória reforçam o sentimento de identidade desses pequenos agricultores e de reconhecimento para as esferas externas. A ideia de serem protagonistas em um processo de desenvolvimento comunitário, contribuindo para que a alimentação dos escolares, dos quais parte são seus filhos e netos, melhore de qualidade e dessa forma contribua para a melhoria dos hábitos de consumo dessas futuras gerações, são pontos que reforçam esse sentimento identitário. Ainda que obstáculos precisem ser superados para que esse segmento social consiga conquistar espaços de disputa, caminhos têm sido abertos conforme apresentado nesses diferentes estudos. Esses mecanismos ou políticas, que facilitam o acesso ao crédito, provêm melhoramento da infraestrutura no campo e garantem um mercado institucional, além de condições de estocagem de seus produtos visando a acumulação de poder de negociação no mercado, são elementos que contribuem para garantir a sustentabilidade dos Centros Comunitários de Produção, objeto de estudo desta Tese.



## CAPITULO 2

### CENTROS COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO: DA GERAÇÃO DE RENDA A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL?

Neste capítulo vamos analisar um conjunto de documentos que consolidaram no âmbito da Eletrobras o Projeto dos Centros Comunitários de Produção – CCPs. Pretendemos verificar como a ideia de geração de renda e capital social, os dois pilares principais desta Tese, perpassam os discursos dos formuladores da ação e de outros atores que direta ou indiretamente estão associados ao projeto.

Obviamente que o conceito de geração de renda é inerente ao objetivo principal do projeto. Sabemos que o conceito de capital social não é trivial, mas elementos como associativismo, participação, entidades de classe e laços de fraternidade podem induzir a formação de capital social. É partindo dessa concepção que buscaremos verificar nos documentos se e como ocorre a conformação dessa perspectiva no projeto.

O projeto de CCP na Eletrobras existe há 12 anos e possui poucos documentos institucionais. Desde 2003 até os dias atuais são discutidos e desenvolvidos mecanismos de defesa do projeto e de sua manutenção. É nítido que essa é uma ação que se sustenta nos investimentos da Eletrobras, muito por conta de seu corpo técnico, que se responsabiliza pelo projeto na empresa. Embora seja uma ação frágil no âmbito institucional em função de não receber uma anuência formal das instâncias de poder, ela também não deixa por completo de ser elogiada por essas mesmas instâncias. Nesse misto de indiferença e apoio, o projeto vai se sustentando e se mantendo no rol de investimentos da empresa.

Mediante a escassez de documentos citada, partimos de uma concepção mais ampla na qual “documento” é considerado em termos de campos, de estruturas e de redes de ação, representando uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos.

Embora o termo “documento” seja mais comumente definido como artefatos padronizados como notas, contratos, certidões, entre outros; trabalhamos nesta Tese com um conceito que entende que "devemos considerá-los em termos de campos, de estruturas e de redes de ação." (PRIOR, 2003, *apud* FLICK, 2009).

Para Prior (2003) "o *status* das coisas enquanto ‘documentos’” depende das formas através das quais esses objetos estão integrados nos campos de ação, na medida em que os documentos só podem ser definidos em relação a esses mesmos campos

(PRIOR, 2003, *apud* FLICK, 2009). Ou seja, “documentos” representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos (FLICK, 2009).

A fim de conduzirmos uma análise documental que dê conta de atingir nossos objetivos, buscamos nos orientar conforme cita Flick (2009), que a análise documental deva ser constituída por um *corpus*. Ou seja, pela preocupação em definir uma amostra de documentos que possa representar significativamente todo o conjunto que se escolheu analisar. Entretanto, nosso objetivo foi selecionar documentos de forma proposital para o entendimento de um caso específico, contudo tal tarefa não foi muito difícil, em função da pouca quantidade de documentos produzida no âmbito do projeto. Nesse contexto, Flick (2009) nos chama a atenção para o problema da intertextualidade, ou seja, as conexões que um documento pode ter com outros documentos, fazendo referências no modo como estes constroem a realidade social. Para o autor, observar e considerar tais conexões pode ser útil para o estudo.

Sabe-se que documentos não são produzidos apenas como demonstração de fatos ou realidades, mas também para atingir algum objetivo prático de quem os produziu, ou seja, para que o mesmo tenha alguma utilização (FLICK, 2009). Como critérios para a escolha destes documentos, foram considerados a autenticidade, a credibilidade, a representatividade e a significação.

A análise é apresentada de forma cronológica a partir de documentos produzidos entre 2003 e 2007, tendo abrangência interna e externa a Eletrobras. O curto período de cobertura se deve a baixa produção de documentos sobre o projeto.

O projeto de Centros Comunitários de Produção nasceu em 2003 atrelado ao Programa Nacional de Eletrificação Rural, “Luz no Campo”, que foi lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto publicado no Diário Oficial de 03 de dezembro de 1999, seção 1, p. 108, v. 137, n. 231. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energias e operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras.

O objetivo do programa Luz no Campo era atingir as áreas rurais que careciam de atendimento de energia elétrica e, conseqüentemente, promover a melhoria das condições de vida de áreas mais isoladas do país. Em razão de seu baixo índice de eletrificação rural, foi previsto um tratamento diferenciado para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste em termos de prazos e condições para os financiamentos.

A partir dos resultados de uma pesquisa de âmbito nacional, contratada pela Eletrobras, para verificar os impactos causados pelo programa Luz no Campo, pôde-se

identificar que a utilização da energia nessas novas áreas se traduzia por um consumo apenas para fins domésticos.

A fim de criar oportunidades de geração de renda e atribuir uma finalidade produtiva para esse novo insumo disponível a essas comunidades a Eletrobras desenvolveu o projeto dos CCPs em 2003, no final da vigência do Programa Luz no Campo e início do programa Luz para Todos, que fora lançado em novembro de 2003, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa tinha o objetivo de levar acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, eliminando a exclusão elétrica no país. Assim como o Programa Luz no Campo, o Luz para Todos foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobras e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

O mapa da exclusão elétrica no país indicava que as famílias sem acesso à energia elétrica eram de baixa renda, aproximadamente 90% com renda inferior a três salários mínimos, e viviam em locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. O governo, com o objetivo de reduzir a pobreza e gerar renda para as famílias, definiu que a energia funcionasse como um vetor de desenvolvimento social e econômico para aquelas comunidades. A chegada da energia elétrica facilitaria o acesso aos serviços básicos de saúde, educação e abastecimento e saneamento, além de melhorar a integração dos programas sociais do governo federal.

Atualmente a Eletrobras conta com 23 CCPs instalados nas regiões nordeste, sul, sudeste e centro-oeste atendendo em torno de 1.230 famílias de agricultores. Esses projetos espalhados pelo país estão sediados em comunidades rurais. As atividades desenvolvidas pelos CCPs são variadas: resfriamento de leite, fabricação de farinha de mandioca, processamento de tomate, produção de doces e compotas de frutas, fabricação de rapadura e açúcar mascavo a partir da cana de açúcar, produção de suco de uvas e processamento de hortaliças e legumes.

Os CCPs são unidades compostas por um conjunto de máquinas e equipamentos para produção, processamento, conservação e/ou armazenagem de produtos agropecuários. Buscam empregar tecnologias apropriadas e utilizar a energia elétrica de maneira eficiente. Em termos de instalações, os CCPs podem ser pequenas estruturas, galpões ou qualquer tipo de edificação que atenda às exigências legais, sanitárias e ambientais e demais requisitos técnicos.

Um CCP nasce de parcerias. A Eletrobras, além do aporte financeiro para a compra dos equipamentos utilizados no empreendimento também se encarrega da gestão do processo de implantação, da articulação junto aos parceiros, além de realizar um monitoramento do projeto. Como demais parceiros, se apresentam o poder público municipal, que geralmente contribui com a doação do material para a edificação da unidade e o engenheiro para acompanhar a obra; o órgão de extensão rural, que pode ser de nível municipal ou estadual e fica responsável por prestar assistência técnica; a concessionária de distribuição de energia elétrica<sup>7</sup>, que se responsabiliza pela instalação elétrica da unidade e dos equipamentos; e a associação comunitária que reúne os agricultores familiares<sup>8</sup> que serão beneficiados. Esta última fornece a mão de obra para a construção da unidade.

Para participar do processo de seleção na Eletrobras, a comunidade precisa apresentar um projeto pleiteando o apoio. A ideia do projeto dos Centros Comunitários de Produção é que as comunidades contempladas com a iniciativa tenham uma formação associativa e possuam uma vocação produtiva. Para a Eletrobras é importante que o projeto seja resultado de um processo endógeno em que a comunidade esteja presente em todas as fases, desde seu início, como mais um dos protagonistas da ação.

Diante dessa configuração, buscamos por meio da análise documental identificar como o desenho do projeto se estrutura e o conceito de capital social se conforma nos discursos apresentados nos documentos formais ou informais utilizados pelos agentes formuladores desde o início do projeto. Ou seja, em que medida um projeto que visa geração de renda através de atividades comunitárias entre agricultores familiares se relaciona com perspectivas ligadas ao conceito de capital social.

Baseando-se em Putnam (2007) o conceito de capital social é entendido como um conjunto de práticas sociais e sistemas de participação que fomentam a cooperação. Para Putnam (2007), quanto maior a relação de confiança existente entre indivíduos de um determinado grupo social, além de suas possibilidades de associação, maior seu capital social.

---

<sup>7</sup>Refere-se às empresas que fazem a comercialização de energia entre a unidade consumidora e a unidade transmissora. Exemplo: Light, Ampla, Cemig. Agente titular de concessão, permissão ou autorização federal para explorar a prestação de serviços públicos de energia elétrica, referenciado. Encontrado em [<http://www.aneel.gov.br/biblioteca/glossario.cfm?att=C>]

<sup>8</sup>A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Encontrado em [<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>]

Um conceito mais amplo de capital social está vinculado ao valor tácito que a participação em uma rede social pode atribuir a partir das relações estabelecidas interna e externamente à essa rede. Trata-se da rede social como um valor econômico. Dependendo dos contatos sociais e da forma como estes são realizados, eles poderão ser fator de desenvolvimento econômico. Da mesma forma que um equipamento de trabalho pode aumentar a produtividade, as relações sociais também podem gerar capital (PUTNAM, 2007).

Em seu livro "Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna" Putnam (2007) avalia a continuidade e as mudanças institucionais ocorridas na Itália durante um período de vinte anos. Consta que as diferenças entre regiões tinham raízes históricas que remetiam a aspectos fundamentais da democracia, do desenvolvimento econômico e da vida cívica. Em seu estudo, Putnam demonstra como a "comunidade cívica", ou seja, os padrões de participação cívica e solidariedade social pode ser uma das possibilidades para explicar o que diferencia as regiões do Norte da Itália, com bom desempenho institucional, das regiões do Sul com mau desempenho.

A igualdade política, que implica em direitos e deveres iguais para todos, é apontada por Putnam como um dos elementos de civismo. Por meio de relações horizontais de reciprocidade e cooperação, em detrimento de relações verticais de autoridade e dependência, se mantém a comunidade unida. Outro elemento apontado por Putnam é que são os estoques de solidariedade, de confiança e de tolerância, que fazem com que os cidadãos em uma comunidade cívica sejam "prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros" (PUTNAM, 2007).

As associações enquanto estruturas sociais da cooperação aparecem como outro elemento, que contribui para gerar efeitos sobre os indivíduos bem como sobre a sociedade incorporando e reforçando normas e valores comunitários (PUTNAM, 2007). Tais achados de Putnam se configuram como parâmetros que buscamos cotejar com os documentos analisados, para verificar se e como o desenho do programa vai se estruturando no decorrer do tempo, influenciado também pela vocalização dos diferentes atores, de forma que uma indissociável relação entre geração de renda e capital social se configure.

Nesse contexto, poderemos lançar mão de questionamentos do tipo: o desenho do projeto que dá origem a implementação dos CCPs da Eletrobras induzem ou conduzem para que haja a instauração de relações de confiança mútua, participação e práticas associativas? Esse pode ser o ponto de partida para lançar luz às análises

baseadas nas experiências dos CCPs que iremos avaliar.

Embora tenhamos um interesse mais direcionado com essa investigação, não pretendemos esgotar as possibilidades analíticas passíveis de serem verificadas nos documentos selecionados. Portanto, foram traçadas algumas perguntas utilizadas como referência para o desenvolvimento do estudo. Cabe ressaltar que o processo analítico não foi pautado apenas em destacar os elementos expostos nos documentos. Nesse caso, a facilidade de acesso ao objeto, a experiência e o envolvimento do autor, facilitou a compreensão do contexto no qual o documento foi produzido. Assim, acreditamos que: "Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação" (FLICK, 2009).

Ao trabalhar com documentos, nosso interesse está voltado para compreender: a) como tem origem o projeto dos Centros Comunitários de Produção; b) quais as justificativas para a existência de um projeto de geração de renda capitaneado por uma empresa de energia elétrica; c) como tal projeto foi articulado institucionalmente; d) como se configuraram normativamente os arranjos políticos que ensejaram a implementação do projeto; e) em que cenário político o projeto se alavancou ou foi configurado; e f) se traços componentes do conceito de capital social permeavam os formuladores da ação.

Neste sentido, as concepções desenvolvidas nos documentos serão cotejadas com o conceito teórico de capital social, que "se refere a práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade. Sistema de participação que estimulam a cooperação. Quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de capital social." (PUTNAM, 2007).

Frente aos objetivos desta Tese, a análise documental é fundamental, pois permite entender o contexto político em que se insere o projeto, os conceitos que estão norteando aquele contexto, valores e posições preconizados pelos atores envolvidos. Permite ainda identificar quem são os atores formuladores e auxilia a compreensão das relações de poder que atravessam suas relações.

Partindo desse conceito, foram observados 11 documentos, dos quais cinco não apresentavam qualquer componente que contribuísse de forma específica para a proposta desse estudo e, portanto, foram descartados. Por fim, um conjunto de seis documentos, baseados no conceito mais amplo de Prior (2003), foram efetivamente

analisados. Estes correspondem a: um manual, dois relatórios, uma matéria jornalística e duas propostas de projeto.

Quanto à qualidade dos documentos seguimos a orientação de Scott (1990, p.6), que sugere a apreciação de quatro critérios a serem considerados para a escolha de um documento: autenticidade, credibilidade, representatividade e significação.

Finalizando esta descrição metodológica, a análise será apresentada de forma cronológica para que seja possível entender como as mudanças ocorreram ao longo do tempo no desenho do projeto. Os documentos analisados foram produzidos entre 2003 e 2007 tendo abrangência interna e externa a Eletrobras.

## **2.1 - A consolidação dos CCPs, uma análise a partir da documentação**

O primeiro documento analisado data de 01/01/2003. Refere-se a uma minuta que deu corpo, qualificou e propôs os Centros Comunitários de Produção como um projeto que deveria ser adotado pela Eletrobras. Esta minuta se intitulava: “Luz no Campo - Projetos Sustentáveis Proposta de Projeto”. Trata-se de um documento interno, que foi produzido pelo Departamento de Engenharia de Distribuição, responsável à época pela operacionalização do Programa Luz no Campo para defender uma proposta de projetos sustentáveis, atrelada ao Programa de Universalização do fornecimento de energia elétrica.

O documento apresenta os “Projetos Sustentáveis”, como um caminho possível para vencer as barreiras que o meio rural enfrenta para alcançar a geração de renda e o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, aborda os entraves encontrados à época para se levar a energia elétrica a estas áreas: alta dispersão e baixo consumo, que acabava por não tornar atrativo para as concessionárias, esse segmento da sociedade.

Essa falta de atratividade para as concessionárias apareceu no documento como um motivo importante para que houvesse o apoio pela Eletrobras por meio de sua Diretoria Executiva – instância responsável na empresa pela aprovação de projetos. Para as concessionárias era importante que os novos pontos ligados no meio rural tivessem condições de pagar a conta do fornecimento de energia e os custos de instalação. Na leitura do documento é perceptível que, embora houvesse referência às possibilidades de promoção social que o projeto realiza, a justificativa para sua institucionalização estava mais baseada no retorno econômico que poderia ser promovido a partir da implementação de tecnologias que possibilitariam ao agricultor familiar, coletivamente,

deixar a produção artesanal e atingir patamares de maior escala. Esse incremento fomentaria um mercado rural de energia, cuja demanda viria tanto das novas atividades produtivas, quanto do âmbito doméstico. Teríamos assim a geração concomitante de conforto e benefícios econômicos para as famílias, além de uma maior garantia de adimplência para as concessionárias.

O documento lançava mão de resultados parciais de uma pesquisa sobre o Programa Luz no Campo, para reforçar a necessidade de desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda que possibilitariam a fixação dos agricultores familiares na zona rural. O texto da minuta apontava os resultados que o projeto era capaz de produzir a partir dos ganhos financeiros que poderiam ser alcançados. Nesta perspectiva, era a renda que propiciaria as condições de adimplência, a melhoria de vida do agricultor familiar e a continuidade das unidades produtivas.

Outro ponto destacado pelo documento era relativo ao estabelecimento de parcerias. Alguns exemplos de parceiros e seus papéis são, portanto, apresentados. A Eletrobras assumia a gestão do processo de implantação e buscava desenvolver meios para levar a esse "homem do campo" subsídios e apoio técnico que o estimulasse a conquistar sua sustentabilidade econômica.

Nos objetivos do projeto, é forte a valoração atribuída ao aumento de renda das famílias, a viabilização do uso de máquinas na produção, a preocupação em estimular formas de comercialização dos produtos beneficiados, a redução do êxodo rural e a preocupação com a viabilização de um mercado rural de energia elétrica – o que pode ser interpretado como uma forma de chamar a atenção das concessionárias de distribuição para esse segmento.

O documento apresenta as parcerias entre instituições e o trabalho coletivo dos agricultores familiares como meios utilizados para atingir um objetivo comum. Podemos considerar que componentes do conceito de capital social estão contemplados no documento de uma forma subliminar. Para que haja parceria e participação é necessário haver, na articulação entre agricultores e entre esses e os outros parceiros, uma relação de confiança mútua. Há uma potencialidade de que essa relação de confiança cresça com o tempo, na medida em que tais grupos vão trabalhando em conjunto e estabelecendo uma relação de troca. A cooperação e a confiança são tratadas por Putnam como uma via de mão dupla. "A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. A própria cooperação gera confiança" (PUTNAM, 2007, p.180).



O documento deixava claro que o projeto estava vinculado ao Programa Luz no Campo. Este era o pré-requisito exigido para que as comunidades pudessem pleitear sua participação: propriedades atendidas ou cadastradas pelo Programa. Nessa direção o documento se preocupava em apresentar os objetivos do Programa Luz no Campo, o que este representava enquanto um programa de eletrificação rural e os recursos que foram destinados ao programa. Além disto, o Programa Luz no Campo aparece no texto como um projeto de responsabilidade social. Nesse ponto, os autores do documento reforçavam e fundamentavam o caráter do projeto de CCPs, em consonância e de forma complementar ao projeto maior de Universalização.

O documento apresenta o projeto de Centros Comunitários de Produção como um dos três componentes do projeto original chamado “Luz no Campo - Projetos Sustentáveis”, que visava ampliar as ações do Programa Luz no Campo, e que também conjugava projetos para capacitação (“Treinamento”) e transferência de conhecimento de forma mais prática (“Centro de Demonstração”) para técnicos que atuavam diretamente com os agricultores familiares.

Nessa minuta, eram elencados alguns parceiros como fundamentais ao projeto, como as secretarias de agricultura e concessionárias, entretanto, o próprio documento apresenta uma crítica a primeira instituição em relação à falta de recursos e morosidade na execução das ações e a segunda pelo seu "desinteresse inicial". No entanto, uma das motivações principais do documento era demonstrar para as concessionárias as vantagens de fazer investimentos em CCPs nas comunidades rurais em que estivessem operando.

O projeto não dispunha de recursos financeiros para sua implantação. No entanto, havia um item no documento que abordava ganhos ocorridos em 2002 que fortaleciam a implementação do “Luz no Campo - Projetos Sustentáveis”. Tais ganhos resultavam em recursos que foram previstos no Programa Luz no Campo para que as concessionárias promovessem a divulgação do Programa e estes passariam a ser utilizados também no custeio de projetos voltados para o aumento da produção agrícola local. Ou seja, o projeto de CCPs passava a contar com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) a partir da alteração da cláusula 17<sup>9</sup> dos contratos de financiamento do Programa Luz no Campo, firmados entre a Eletrobras e as concessionárias de

---

<sup>9</sup>Cláusula do Contrato de financiamento do Programa Luz no Campo que prevê o recolhimento de parte dos valores concedidos em uma conta de investimento, destinada a cobrir despesas relativas à divulgação do Programa.

distribuição de energia elétrica.

O documento indica que o projeto de CCPs foi estruturado sem, contudo, ter recursos alocados. Outra passagem que reforça esta hipótese cita que outra fonte de recursos de possível utilização seria a rubrica 3.2 do balanço social da Eletrobras, que previa investimentos em ações de reforço da cidadania e que dependeria apenas da aprovação da direção da empresa para ser utilizado.

O documento citava o apoio previsto no Programa Luz no Campo para outros programas sociais. Apresentava o interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na implantação de CCPs em assentamentos da reforma agrária, destacando sua implementação mediante efetiva participação dos agricultores com a valorização do uso de energia e ações coletivas e integradas. Apresentava exemplos citando ganhos para a concessionária e para esses agricultores, usando termos como “experiências vitoriosas”, contudo, não explicitava tais experiências. O documento deixa claro que, para o sucesso do projeto, seria necessário que o desejo dos parceiros na participação fosse estabelecido nas atribuições de cada um já no projeto.

Vale ressaltar que essa minuta apresenta uma proposta elaborada por um departamento da Eletrobras que ficou responsável pela execução do Programa Luz no Campo. Esse departamento percebeu que por meio do projeto de CCPs poderia incrementar essa política governamental de universalização do acesso a energia, além de ampliar o escopo das ações do Departamento na empresa. Baseado em resultados de pesquisas do Programa Luz no Campo, esse departamento identificou um nicho para atuar como articulador e gestor de recursos governamentais destinados para o desenvolvimento socioeconômico na área rural, integrando parceiros e respondendo como responsável pelo projeto na Eletrobras.

Embora o projeto CCP inicie sem ter recursos alocados para sua execução, a minuta se encarrega de apresentar os caminhos para obter tais recursos dentro da empresa. Visto que seriam os agricultores familiares que teriam de arcar com as contas de consumo de energia, além das parcelas do financiamento da extensão de rede e montagem do padrão de medição executados pelas concessionárias, o projeto CCP aparece como uma estratégia cabível para que os agricultores possam gerar renda e garantir o retorno dos empréstimos realizados pela Eletrobras às concessionárias para a execução do Programa Luz no Campo.

Como podemos verificar o Projeto de CCP não foi uma ação idealizada de cima para baixo, partindo da diretoria da empresa, mas uma proposta de instâncias medianas,

no nível de departamento<sup>10</sup>, visando uma ampliação de suas ações e atendendo a uma previsão do Programa Luz no Campo no sentido de fomentar políticas sociais. Esse sentido inverso da proposta de ação pode ser um dos fatores que nos auxilia a entender a fragilidade<sup>11</sup> enfrentada pelo projeto nos dias de hoje e a dificuldade de transformá-lo em uma ação institucionalizada que faça parte do planejamento estratégico da Eletrobras.

Como elementos que apontem para aspectos mais diretamente ligados ao contexto analítico do conceito de capital social, o documento apresenta as exigências para o processo de implantação de um CCP. Dessas exigências, a participação efetiva dos agricultores familiares por meio de uma associação, sua articulação com instituições públicas, propiciando a abertura de um canal de comunicação para a busca futura de novos projetos voltados para melhorias comunitárias, além do reforço dos vínculos comunitários e das regras de reciprocidade poderiam conduzir para a geração de capital social. Entretanto, é possível entender a falta de elementos expostos claramente no texto que aponte para esses aspectos, visto que o mote principal do projeto era, inicialmente, a geração de renda.

O segundo documento que analisaremos é o manual para apresentação de projetos de CCPs lançado em 15/07/2003, no governo de Luiz Ignácio Lula da Silva. Por ser um projeto atrelado ao Programa Luz no Campo, o documento fez uma introdução discutindo o acesso à energia como promotor de conforto, modernização, transformação de matérias primas em bens manufaturados e consequentemente propulsores de geração de renda. O documento apontava a necessidade de se pensar alternativas que possibilitassem, às famílias que passavam a receber energia, agregar valor aos insumos agrícolas produzidos em suas propriedades. A perspectiva era que fosse possível gerar excedentes financeiros que permitiriam pagar suas contas de energia. Já na introdução do manual foi apontada a necessidade de implantação dos CCPs, em comunidades onde a produção dos agricultores familiares pudesse ser desenvolvida através de procedimentos coletivos e/ou associativos, o que possibilitaria a geração de uma escala de produção capaz de justificar o investimento.

O discurso relativo ao associativismo, um dos elementos apontados por Putnam

---

<sup>10</sup> Na Eletrobras existem três níveis hierárquicos abaixo do nível de diretoria: Superintendência, Gerência de Departamento e Gerência de Divisão.

<sup>11</sup> Fragilidade no que tange a falta de anuência formalizada por entes hierarquicamente superiores, que tem o poder de viabilizar uma ação. Isso gera inconstância e limitação no aporte de recursos ao projeto, morosidade em decisões legais que envolvem o projeto bem como liberações para os técnicos desenvolverem os trabalhos de implantação e avaliação, responsabilidade da Eletrobras, no projeto.

(2007) como componente fundamental do capital social, já começava, nesse manual, a ser esboçado, por meio das exigências descritas para a implantação de um CCP<sup>12</sup>. Mais especificamente, para que um CCP fosse implantado era exigido que os agricultores familiares fossem organizados em uma associação. Ou seja, a ideia era que o CCP gerasse renda, a partir de esforços combinados. A justificativa para tal demanda era que a produção coletiva geraria uma escala que justificaria o investimento para o beneficiamento.

Na perspectiva de Putnam (2007), a cooperação é tão mais sólida quanto maior é a compreensão acerca de sua importância objetiva pelos participantes. A cooperação não seria o produto, necessariamente, de uma ética de união entre os homens, mas sim de uma permuta de interesses convergentes. Um "interesse próprio que é 'esclarecido' e não 'míope'. O interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros". Chamado por Tocqueville (2004) de "interesse próprio corretamente entendido" (PUTNAM, 2007, p. 102).

Este manual publicado em 2003 já preconizava que os CCPs deveriam ser unidades de uso comunitário, com o objetivo de aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares associados. Assim como o documento anterior, o manual também fazia referência a questões relacionadas à forma de uso coletiva dos equipamentos, ao uso racional da energia, à redução do êxodo rural, e ao possível uso dos recursos estimados na cláusula 17 – apresentando esta possibilidade de forma mais detalhada.

Como um manual, cumpria a função de apresentar o roteiro para a formulação dos projetos para proposição de CCPs, que deveriam ser produzidos por associações comunitárias de agricultores familiares; bem como definir os papéis das principais instituições com potencial para parceria.

No que tange ao grupo de possíveis beneficiários, o manual define um conjunto de exigências: "A associação deve ser constituída por um número mínimo de 80% de pequenos produtores da comunidade que utilizem mão de obra predominantemente familiar". Nesta mesma direção o manual indica que as associações proponentes de projetos de CCPs devem assumir o compromisso de informar aos participantes e beneficiários todas as decisões e discutir com estes a definição das responsabilidades.

O fato de haver a necessidade de existir uma associação como proponente do

---

<sup>12</sup>Para Putnam a afiliação a grupos que buscam uma organização horizontalizada como clubes desportivos, cooperativas, associações, etc. propiciaria um bom desempenho no que tange a gestão.

CCP nos leva a avaliar este documento como um degrau importante na construção da proposta deste projeto enquanto uma ação que espera estimular a constituição de capital social, através do estabelecimento de exigências voltadas para aspectos coletivos.

O terceiro documento que tomamos aqui como alvo foi produzido em 10/12/2003 e relatava todo o processo da implantação do CCP de São Fidelis-RJ, desde os momentos iniciais de diálogo com os agricultores familiares e parceiros até sua inauguração. Esse documento consiste em um relatório de atividades do técnico responsável pela execução do projeto. Nesse relatório foram apresentados também os gastos despendidos por cada parceiro (sem contabilizar os custos indiretos).

Estão descritos nesse documento os papéis de cada parceiro: Associação de Produtores local; órgão de extensão rural estadual - Emater-RIO; Prefeitura municipal de São Fidelis; Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ, atual AMPLA; e Eletrobras. O documento apresenta um item de conclusões onde vemos que foram apontados problemas encontrados naquele CCP. Entre os problemas se destacam a ineficiência e falta de compromisso dos funcionários da prefeitura, o que impactou a execução das obras necessárias para o início do funcionamento.

O documento também revelou que as relações de parceria não estão isentas de conflitos. Por se tratar de um relatório de campo, o técnico da Eletrobras responsável demonstra sua insatisfação em relação à atuação da prefeitura, que no processo se responsabilizou pela construção da área física para instalação do CCP.

Esse relatório constitui um documento que se preocupa mais em apresentar o processo de edificação da unidade – o que é dedutível do fato de que se trata de um texto redigido por um engenheiro que dá o tom do mesmo a partir de sua formação. O documento finaliza citando o "empenho entre parceiros" como condição para atingir os resultados no exíguo tempo (45 dias) definido como prazo para a inauguração do CCP. Nesse ponto, verifica-se que o autor do relatório aponta, sem muita ênfase, o trabalho coletivo como um importante elemento na conformação dos resultados da iniciativa.

Também é apresentado um relatório fotográfico do evento de inauguração ilustrando cada um dos parceiros representados pelas suas maiores instâncias: presidente da Eletrobras, presidente da Emater e diretor da CERJ. A participação de gestores que ocupam posições chave, registrada no relatório, nos leva a supor que a instalação deste CCP carrega uma importância política bastante significativa para tais instituições. Mais precisamente, a inauguração do primeiro projeto de CCP da Eletrobras, vinculado a um programa de universalização de energia (Programa Luz no Campo), parece significar

para os financiadores um bom dispositivo para promoção das respectivas imagens institucionais. O texto não apresenta qualquer perspectiva que se relacione de forma mais sistemática com os elementos que cercam o conceito de capital social. De fato, trata-se de um relatório, redigido como um documento de prestação de contas, menos propenso, portanto, a discussões voltadas para aspectos relativos ao ordenamento social que cerca o CCP.

O quarto documento que trazemos à luz foi produzido em janeiro de 2004, trata-se de um informativo mensal de veiculação interna, produzido pelo Departamento de Comunicação da Eletrobras, para os seus empregados. Nessa edição de número 87 do informativo, foi apresentada uma matéria completa sobre a inauguração do primeiro CCP da Eletrobras, situado em de São Fidelis-RJ.

O nome da comunidade que recebeu o CCP é Boa Esperança, e no texto o jornalista faz um trocadilho citando o CCP como um motivo para a renovação da esperança da comunidade em busca de um futuro melhor. O informativo relatava, dentre outras coisas, a presença do presidente da Eletrobras no evento e citava o papel de cada parceiro para a viabilização do projeto. Também chamava a atenção para a rapidez com que foi construído o espaço físico que abriga os equipamentos para resfriamento de leite, que compõem o CCP (45 dias).

De acordo com o informativo, a associação dos produtores de Boa Esperança se encarregou de parte da mão de obra, do material de construção e da alimentação dos trabalhadores. Isso demonstraria a participação efetiva dos agricultores já desde o início do processo: "O Centro Comunitário de Produção de Boa Esperança foi concebido para resgatar e consolidar entre os produtores de São Fidelis um valor indispensável para o desenvolvimento da microeconomia rural: o associativismo." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004)

Esse documento já apresenta um discurso que não se limita a tratar o CCP apenas pela via da geração de renda, mas também como um dispositivo que fomenta a participação. Outra sessão do informativo apresentou uma entrevista com representantes de cada um dos parceiros que atuaram na implantação do CCP (Eletrobras, Concessionária de distribuição de energia - CERJ, Prefeitura Municipal e Associação de produtores e moradores de boa Esperança).

Essa sessão destacava a ideia de que a "Parceria é a alma do negócio". No subtítulo havia uma referência à parceria entre os governos federal, estadual e municipal, além da iniciativa privada e dos agricultores familiares. No caso da

Eletrobras, o discurso do presidente atrelava o projeto do CCP ao programa de universalização do fornecimento de energia elétrica e previa o apoio para a inauguração de muitos outros centros em todo o país.

O informativo expunha um discurso entusiasmado do presidente que ressaltava a necessidade de levar ao “homem do campo”, além da energia elétrica, também formas para que este pudesse utilizar tal insumo para "melhorar suas condições de trabalho e aumentar sua renda." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004).

No desfecho de sua entrevista, o presidente certifica de que aquela seria a primeira de muitas outras iniciativas de CCPs que se seguiriam. A exposição no informativo, desse discurso do presidente, nos leva a refletir sobre o que teria acontecido para que o projeto enfrentasse tantas dificuldades para se consolidar institucionalmente apesar desse apoio inicial empenhado pela maior representação institucional.

Já o representante do setor privado, diretor de relações institucionais da concessionária CERJ, atual ampla, apresentou um discurso bastante favorável, indicando que a empresa e seus acionistas teriam "grande interesse em multiplicar essa iniciativa" cumprindo, dessa forma, "seu papel social de fomentar o desenvolvimento." Trata-se de um posicionamento bastante relacionado aos negócios, voltado para a preocupação com as ligações de novos pontos e a manutenção do programa de universalização. No entanto, a partir da inauguração do CCP em São Fidelis, nenhum outro CCP contou com o apoio dessa empresa novamente.

A esfera estadual se pronunciou por meio do presidente da Emater-RJ. Seu discurso aponta para o distanciamento entre as instituições parceiras e os agricultores familiares. Na transcrição do discurso, percebe-se a ênfase maior na integração das três esferas governamentais, como se a parceria para implantação do CCP fosse estabelecida somente entre as instituições estatais, esquecendo-se do setor privado e dos agricultores familiares.

Esse representante aponta que foi positivo observar o presidente da Eletrobras cumprimentando e sendo cumprimentado por “homens do campo”. O simbolismo dessa fala revela, por um lado, a aproximação do poder federal (representado pelo gestor máximo da Eletrobras) junto a uma parcela pauperizada da população, para o estabelecimento de uma relação de parceria. Mas por outro lado, também expressa a ideia - advinda da surpresa daquele que observa a ação - de que distintas camadas sociais não se articulam, não negociam, não se integram de forma mais horizontalizada,

ou seja, tais relações ocorrem mais comumente em um sentido mais verticalizado.

O representante da EMATER aponta que a valorização das áreas rurais se dá "(...) evidentemente, pela geração de emprego e renda" (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004). Nesse momento, faz uma defesa do associativismo: "Sabemos que o pequeno produtor só tem chance de melhorar sua qualidade de vida enquanto faz parte de um movimento associativo e, de forma mais avançada, quando chega a um movimento cooperativista." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004).

Contudo, o discurso do representante da EMATER se refere também de forma constante ao fato de que os órgãos e instâncias estatais ali presentes haviam doado para a comunidade os equipamentos, as instalações e mesmo o saber técnico necessário ao CCP. Assim o agricultor familiar aparece na terceira pessoa. Ou seja, tais agricultores não são tomados como mais um elemento da parceria, mas como se o projeto fosse pautado numa perspectiva de implementação que parte de cima para baixo.

A citação seguinte demonstrava essa visão verticalizada do representante da Emater. "no momento em que **proporcionamos** a esse produtor uma oportunidade como essa [de ter um CCP], estamos transmitindo a ele a seguinte mensagem: 'pratique o associativismo, porque você ficará mais forte, será apoiado, e terá o respeito e a atenção do setor público.'" (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004 - grifo nosso).

Por fim, o informativo apresenta a perspectiva do prefeito que se deteve mais nos ganhos para o agricultor familiar, enquanto indivíduo localizado num ambiente específico (o meio rural). Em sua perspectiva os benefícios viabilizados pelos equipamentos componentes do CCP poderiam auxiliar esse grupo a se manter "(...) na própria terra, com dignidade, sem precisar mendigar emprego nas cidades." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004).

O prefeito, quando se referiu à parceria, sugeriu a ideia de "unificação", de "participação de todos", de "horizontalidade", enfatizando que um aspecto muito importante que teria proporcionado a implementação do CCP foi a soma de conhecimentos. "Mas o principal é a gestão do CCP pelos próprios produtores - sobretudo os menores, que estão desenvolvendo a autoestima e aprendendo a negociar com as cooperativas. Hoje eles se sentem donos do próprio negócio e começam a resgatar a essência do cooperativismo, que vinha se perdendo nos últimos tempos." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004).

Segundo o informativo o prefeito finalizou sua fala, ratificando a necessidade de associativismo: "Os pequenos produtores estão percebendo que, para progredirem,



precisam se unir, se libertar dos intermediários que só querem vantagens financeiras e políticas, e aprender, no dia a dia, a administrar o seu negócio." (Informativo Eletrobras nº 87, jan/2004).

A criação de organizações e a consolidação das relações de confiança entre os indivíduos são apontados por Putnam (2007) como elementos componentes do capital social. Para que haja o cooperativismo, é necessário que se exercite a troca de confiança entre os agricultores. A elevação da autoestima vai fazer com que esses indivíduos busquem expressar mais seus anseios na participação da gestão do CCP e se colocar mais em relação aos anseios do outro.

Essa troca vai gerar negociação e para que os agricultores possam ver seus anseios minimamente atendidos, haverá necessidade de que estes confiem uns nos outros no que tange aos acordos a serem cumpridos. As regras de reciprocidade citadas por Putnam encontram solo fértil nessa concepção de atuação a que se propõe o projeto dos CCPs, seja ela a "específica" - permuta simultânea de itens de igual valor, seja ela a "generalizada" - que supõe, mutuamente, que um favor concedido em um dado momento será retribuído em algum momento futuro (PUTNAM, 2007).

Todo o texto, inclusive a síntese elaborada pelo Departamento de Comunicação da Eletrobras, que foi o autor do informativo, expressa a preocupação em citar o associativismo e relacioná-lo à sustentabilidade. A ideia de organização, defesa de interesses, coletividade, associativismo, apresentados como um retorno ou como algo necessário para que um CCP se constitua, perpassa todo o documento e aparece em todos os discursos transcritos. É importante observar que esse documento de circulação interna institucional, divulga o conceito de CCP e o coloca na pauta de discussão cotidiana, pelo menos dos empregados da Eletrobras, não como um projeto exclusivamente voltado para a geração de trabalho e renda, mas como fomentador de relações associativas. Aqui vemos como ao longo do processo de consolidação do projeto, o desenho do CCP – ainda que não necessariamente formalizado – vai progressivamente apontando para elementos que fazem parte do rol de preocupações do conceito de capital social, tal como definido em Putnam (2007).

O quinto documento é um projeto apresentado em 12/08/2005 à Eletrobras, pela cooperativa agroindustrial de Pintadas - COOAP, pleiteando a construção de um CCP para incremento da atividade leiteira. O documento, que seguiu as orientações do manual para proposição de CCPs da Eletrobras, iniciava apresentando uma contextualização do município onde estaria situada a comunidade demandante do

projeto.

Assim, apresentava uma série de indicadores sociais para justificar a necessidade de apoio. Citava, baseado em dados do IBGE, que se tratava de uma comunidade tipicamente rural (63,8%) com baixos índices sociais: ICV (0.472); IDH (0.620); e IDI (0.366)<sup>13</sup>.

O documento relatava ainda os problemas relacionados à migração rural-urbano decorrente da concentração fundiária e escassez de emprego, o que forçava a saída de homens para o sudeste, mais especificamente para trabalhar nas usinas de álcool do interior de São Paulo, deixando a cargo das mulheres todas as responsabilidades concernentes à vida familiar.

Essa situação, diz o texto, causava um desequilíbrio de gênero que impactava o conjunto da sociedade local. Segundo o documento, a economia de Pintadas sofreu uma crise nos anos 1999/2000, quando perdeu seus principais canais de comercialização de leite (Nestlé e Parmalat), por não possuir uma produção suficiente que justificasse investimento em inovações por parte do setor privado.

Em decorrência dessa crise, os agricultores familiares buscaram alternativas para se manter na atividade rural. Assim, passaram a vender o leite para a CCLB-Cooperativa Central de Laticínios da Bahia (empresa estatal), além de fornecer para algumas pequenas fábricas de requeijão situadas em comunidades vizinhas.

O projeto não explicita de forma clara, mas sugere que os agricultores familiares buscaram soluções para resolver a crise que os atingia. Isso revela que em Pintadas já existia um espírito comunitário, de busca de soluções, que possibilitava ações da sociedade civil independentes do poder local, ações estas que tendiam para a cooperação. Isso demonstraria um potencial para o sucesso do CCP pleiteado, pois já poderia ser identificado aí um dos elementos necessários para a sua boa configuração, que é a participação comunitária.

Reforçando este ponto, o documento passou então a discorrer sobre as experiências de associações do município na produção agrícola e na condução de assuntos coletivos. Diferentemente do que indica Putnam (2007) acerca da verticalidade da igreja católica, que tende a hierarquizar as relações, dificultando as regras de reciprocidade, solidariedade, participação e comportamento cívico; em Pintadas foi por

---

<sup>13</sup>ICV - Índice do Custo de Vida; IDH - Índice de Desenvolvimento Humano; e IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil.

meio desta instituição religiosa, representada pelas comunidades eclesiais de base, que são comunidades inclusivistas ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se agregam em função de uma aproximação territorial e de uma pobreza em comum. Refere-se a um grupo advindo das classes populares, vinculados à igreja ou mesmo a uma comunidade que busca articular a leitura da bíblia à realidade social. Nesse lugar, a comunidade passou a refletir sobre seus problemas não através de uma avaliação fatalista (do tipo "tudo se deve a Deus"), mas com uma perspectiva de conscientização de seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Essa conscientização promovida pela igreja gerou, de início, um movimento de luta pela terra. O Partido dos Trabalhadores - PT assumiu o executivo municipal em 1996, e segundo o projeto do CCP, havia uma sinergia muito forte entre os elementos político-partidários e os elementos sociais e comunitários – o que revelava uma forte comunhão entre interesses municipais e coletivos. De fato, a Rede Pintadas, correspondia a uma “tecnologia social<sup>14</sup>” que operacionalizava essa relação.

O texto do projeto apresentava ganhos como a CrediPintadas, atual SICOOB Sertão, uma cooperativa de crédito alavancada com a ajuda da prefeitura e que fazia a gestão financeira de recursos que eram repassados por parceiros externos às instituições integrantes da Rede. Essa foi uma conquista após a perda do apoio do Banco do Estado da Bahia (BANEB) que fechou as portas na cidade, após a vitória do PT no município.

O documento se preocupava em demonstrar que a cidade respirava relações de cooperativismo e associativismo e que esses eram os pilares para a solução das crises e o desenvolvimento do município. O documento citava também as parcerias estabelecidas com instituições nacionais e internacionais para financiar projetos por meio da Rede Pintadas.

Segundo o documento, o município contava com o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) que constitui um dispositivo social que busca apoios de fontes externas tanto financeiras como técnicas para a criação de alternativas à geração de emprego e renda e de formas de produção e convivência com a seca. O CCSP era a sede física da Rede e desenvolvia as inter-relações entre as instituições que a integravam. Finalizando, o texto apresentava o público alvo e as justificativas para a implantação de um CCP para resfriamento de leite no município. Dentre estas aparecem a necessidade de atender as exigências do Ministério da Agricultura em relação ao

---

<sup>14</sup> Compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

transporte do leite e os benefícios que os agricultores familiares poderiam obter.

O sexto documento que trazemos à análise data de 26/05/2006, refere-se a um relatório para a apreciação da diretoria executiva (que é responsável por homologar os projetos em que a Eletrobras deseja atuar). Esse relatório tem por objetivos a Institucionalização dos Projetos Complementares às obras do Programa Luz para Todos, o Programa de criação e consolidação de Centros Comunitários de Produção - CCP-Eletrobras e o Programa de Avaliação do Desempenho de Equipamentos Eletorrurais – PADEE.

Trata-se de um relatório que se origina de três diretorias da empresa, identificadas à época como diretoria de Engenharia, Projetos Especiais e Administração. O relatório apresenta para a apreciação da diretoria executiva dois programas dentre os quais o de CCPs. Como argumento de convencimento para a proposta de execução do projeto, o documento utiliza a experiência do primeiro CCP da Eletrobras, o CCP de São Fidelis-RJ. O documento citava que a experiência foi tão exitosa que outras concessionárias e outros órgãos de extensão rural vinham apresentando novos pleitos.

O discurso se fundamentava na possibilidade dessas novas comunidades, que passaram a receber energia elétrica, poderem, além de conforto, utilizar essa energia como um vetor de desenvolvimento, agregando valor à produção agrícola e favorecendo o aumento da renda, possibilitando que esse agricultor familiar custeie suas despesas com seu consumo. O objetivo do documento era consolidar o projeto dos CCPs, atribuindo ao Departamento de Gestão do Programa de Universalização – DEP responsável pela sua operacionalização, poder para desenvolvê-lo institucionalmente e garantir a destinação de recursos por parte da empresa.

O documento também objetivava demarcar papéis entre departamentos, de forma que projetos da DEP e do Departamento de Responsabilidade Social – DAS, não se sobrepusessem em uma mesma comunidade. Observa-se no texto do documento que este também buscava atribuir mais poder ao DEP para atuar em ações de outras áreas, em projetos que se assemelhassem ao dos CCPs. O projeto dentro da Eletrobras era capitaneado pela área de Engenharia e ficava claro o peso que o Programa de Universalização de Energia (Luz para Todos) tinha para a alavancagem do mesmo.

No texto, o projeto era sempre sendo citado como uma ação complementar, para possibilitar que o agricultor familiar que passava a ter acesso à energia pudesse fazer seu uso de maneira produtiva, gerando renda e viabilizando a conseqüente melhoria das condições de vida de sua família – e ao mesmo tempo garantindo os recursos

necessários para o pagamento do seu consumo de energia. Com isso a empresa cumpriria seu papel social, fomentaria um mercado rural de energia e preveniria a inadimplência para as concessionárias, gerando formas para que o novo consumidor tivesse como pagar sua conta.

Esse relatório que analisamos constitui um documento com caráter mais político, voltado para a institucionalização do projeto numa perspectiva de definir as responsabilidades e legitimar os agentes formuladores do mesmo dentro da empresa. Neste sentido, não encontramos argumentos que se relacionem com aspectos relativos ao capital social, mas somente a ênfase de que o CCP produziu impactos positivos e significativos para os agricultores familiares beneficiados em São Fidelis-RJ.

Em cada documento analisado, foi possível verificar uma série de elementos que nos conduziram para uma leitura acerca do posicionamento institucional do projeto dos Centros Comunitários de Produção ao longo do tempo. Buscou-se apresentar estes documentos sob a forma de uma trajetória, para que ficassem claras as mudanças temporais no desenho implícito e explícito do projeto.

Pudemos verificar ao longo das análises que o projeto nasceu para resolver um impasse relacionado à possível inadimplência por parte dos novos consumidores de energia elétrica no meio rural que estavam sendo incorporados às redes de fornecimento. Ou seja, a energia estava chegando, mas com ela vinham as contas relativas à ligação à rede e ao consumo. E como pagar? O projeto de CCPs é proposto como solução para esse problema. A ideia era que a produção agrícola coletiva fosse fomentada por meio de investimentos capazes de gerar formas de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, que poderiam, a partir daí, alcançar mercados mais robustos.

No entanto, no contexto desta proposta, a Eletrobras percebe que a geração de renda através do CCP pode se dar em um ambiente capaz de incrementar relações de confiança e incremento da participação comunitária. Tais aspectos seriam capazes de fazer com que as comunidades ampliassem suas potencialidades, buscando novos projetos, parcerias e financiamentos, desenvolvendo novas vocações e sendo, enfim, protagonistas de seu próprio futuro socioeconômico.

Partimos de uma questão principal fundamentada no conceito de capital social tal como utilizado por Putnam (2007). Na análise, buscou-se verificar se elementos que Putnam considera formadores de capital social estavam, de alguma forma, presentes nos diversos textos dos variados documentos analisados. Ao exigir que as comunidades se

organizem em associações, a Eletrobras já estava tangenciando um dos elementos que Putnam (2007) considera fundamental na formação do capital social. Embora na origem do projeto essa não seja a preocupação principal, marginalmente ela vai se conformando e dando mais sustentabilidade à proposta.

Observou-se que elementos que se relacionam com a noção de capital social são introduzidos em quase todos os documentos analisados. Mesmo em matérias informativas, de veiculação interna da empresa, os CCPs foram apresentados como projetos que além de gerar renda, transformam realidades sociais em direção a formatos de protagonismo associativo local, impulsionando indivíduos e grupos a buscarem mudança através da confiança e da participação.

Esta é a perspectiva dos formuladores e os objetivos a serem alcançados. Mas quais são os impactos e os resultados efetivos do projeto nas comunidades de agricultores familiares beneficiadas? Começaremos a discutir este, que é nosso objeto central, no próximo capítulo.

### **CAPITULO 3**

## **CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO DE PINTADAS DESCRIÇÃO E ANÁLISES**

Começamos por apresentar a forma como se estrutura a análise dos dados coletados em campo na avaliação do CCP de Pintadas-BA, que conta com 11 tópicos. Como já mencionado, por conta do baixo número de produtores que vem sendo acompanhado desde 2006, foi incorporado à coleta de dados um grupo de “novos produtores”, com os quais iniciaremos a análise, com uma caracterização do seu perfil socioeconômico. Em seguida serão apresentadas as características socioeconômicas do grupo de produtores que vem sendo acompanhado desde 2006. A análise contemplará um tópico para discutir os fatores relacionados à participação política e a forma como esses produtores se configuram no que tange aos aspectos vinculados ao capital social. A análise também buscará compreender como as questões de gênero são encaradas pelo grupo e o papel da mulher nesse contexto. Outro ponto que se segue, relaciona-se ao acesso da comunidade às políticas de educação e saúde. Logo após, a análise se ocupa em descrever os aspectos relativos à renda das famílias associadas ao CCP e a sua produção e produtividade. Busca-se em outro tópico entender a vinculação entre a associação responsável pelo CCP e outros projetos voltados para a geração de renda e garantia de qualidade de vida para a comunidade. No penúltimo tópico é discutido o processo de implementação do CCP e, finalizando, são apresentados recursos possíveis para a sustentabilidade do projeto.

### **3.1 - Perfil socioeconômico dos “novos produtores”**

Embora denominemos esse grupo como “novos produtores”, mais de 50% desses começaram a entregar seu leite à cooperativa antes de 2010. A maioria absoluta dos “novos produtores” é do sexo masculino (82,36%). Quanto à cor/raça, 7,8% não informaram, 56,9% se auto declaram pardos, 27,5% brancos, 3,9% pretos e 3,9% amarelos.

Embora não haja analfabetos entre os 51 novos produtores, o nível de escolaridade é baixo com mais de 72,0% deles com até o ensino fundamental completo. Entretanto, a maior parte (56,9%) não conseguiu completar o fundamental. Existem

ainda 13,4% de produtores com ensino médio completo e 3,9% com o ensino superior completo.

As famílias são pequenas. O número de pessoas vivendo no domicílio varia entre 1 e 7 com média de 3,3 pessoas por domicílio. 43,1% das famílias são compostas por 3 a 4 pessoas, 39,2% por 1 a 2 pessoas. Apenas 17,7% das famílias possuem mais de 4 membros.

A maioria das famílias (80,4%) não recebe auxílio governamental. Contudo, das famílias que recebem (10), o Programa Bolsa Família atende a nove e o Programa Garantia-Safra atende uma família.

As propriedades têm áreas que variam entre 4 e 134 hectares. No entanto, 68,6% das famílias têm propriedades de tamanho entre 10 e 50 hectares. Nos extremos, ou seja, propriedades com até 10 hectares e acima de 100 hectares existem apenas 5 e 3 famílias, respectivamente. O tamanho médio das propriedades é de 34,6 hectares.

O abastecimento de água das propriedades é feito pela rede de abastecimento geral (60,8%), por cisterna (27,5%), em seguida por tanque, tanque e cisterna e por carro pipa com 3,9% de propriedades cada.

Poucas famílias (17,6%) não possuem canalização interna para a distribuição de água em suas residências. Entretanto, menos da metade (49,0%) possuem esgoto sanitário, 45,1% usam fossa e 5,9% não possuem/usam o descampado. Dos 51 produtores, um (1) não possui instalações sanitárias e nove (9) possuem fora da residência. Apenas dois (2) produtores não têm acesso à rede de energia elétrica.

Quanto ao acesso dos produtores à financiamentos e assistência técnica, 31,4% informam não possuir crédito agrícola e 76,5% alegam não receber assistência técnica.

Mesmo sendo pequenos produtores, mais da metade (58,8%) contratam mão-de-obra em suas atividades, principalmente de forma temporária (41,2%). Outros 41,2% nunca contratam mão de obra. A grande maioria (88,2%) não presta serviço para outras propriedades. Poucos são os que o fazem, seja de forma permanente (7,9%), seja de forma temporária (3,9%).

A renda das famílias advém exclusivamente da propriedade (31,3%) e da propriedade e de outras fontes (68,7%), das quais: a aposentadoria representa 35,3%, o trabalho assalariado 19,6%, aposentadoria e trabalho assalariado correspondem 11,8% e 2,0% das famílias recebem de outras fontes.

A análise da renda das famílias advinda da propriedade foi realizada tomando o cuidado de separar a renda bruta anual adquirida com a produção de leite da renda



adquirida no ano com a produção de outros produtos. Em 2015, a renda total dos 50 produtores que informaram, totalizou R\$479.070,00. Há propriedades com rendas variando entre R\$400,00 e R\$48.000,00 gerando um ganho médio no ano de R\$9.581,40 por produtor, que em 2015 representaria um ganho mensal um pouco acima do valor do salário mínimo vigente naquele ano. A maioria dos produtores (76,0%) obteve uma renda entre R\$2.000,00 e R\$20.000,00 no ano. Nos extremos, apenas 14,0% dos produtores ganharam até R\$2.000,00 e 10,0% acima de R\$20.000,00 em 2015. A renda mediana<sup>15</sup> desses produtores foi de R\$7.900,00.

No caso das propriedades que obtêm renda também com outras atividades além do leite, que representam apenas 11 (21,6%) das 51, aquelas obtiveram em 2015 um valor total de R\$40.800,00 com a venda de seus produtos, o que representa 27,7% da renda anual obtida com a venda do leite (R\$147.080,00). A renda bruta dessas 11 propriedades em 2015 com essas atividades variou entre R\$700,00 e R\$10.000,00. A maioria (54,5%) obteve renda entre R\$2.000,00 e R\$5.000,00. A renda média e a renda mediana foram próximas, R\$3.709,09 e R\$3.000,00, respectivamente. Vale ressaltar que em 40 propriedades (78,4%) só há a produção de leite como atividade, confirmando que em Pintadas o leite representa a maior fonte de geração de renda para as famílias beneficiadas pelo CCP.

A renda dos produtores está diretamente ligada a sua produtividade. Essa por sua vez está relacionada à quantidade de animais que esse produtor possui e o tempo que passa produzindo. Em Pintadas, no grupo que denominamos novos produtores, há proprietário que possui apenas um (1) animal e aquele que possui 50 cabeças. No entanto, a maior parte dos produtores (31,4%) possui entre 5 e 9 animais, mas as famílias possuindo entre 1 e 4 animais (29,4%) também são bem representadas no grupo. 23,5% dos produtores têm entre 10 e 19 animais e 15,7% possuem 20 cabeças de gado ou mais. O número médio de animais por família é de aproximadamente 10 vacas. Cerca de 68,0% das propriedades passaram todo o ano de 2015 produzindo leite. Em média a produção ocorreu em 10,3 meses do ano.

---

<sup>15</sup>Na estatística, a mediana é o valor numérico que separa a metade superior de uma amostra de dados, população ou distribuição de probabilidade, em Rol ordenado de forma crescente ou decrescente, a partir da metade inferior. A renda mediana, no nosso caso, representa a renda máxima de 50,0% dos produtores que menos ganharam e a renda mínima de 50,0% dos produtores que mais ganharam com a venda de leite em 2015.

### 3.2 – Perfil socioeconômico dos produtores desde de 2006

Onze (11) são os produtores acompanhados desde 2006. Esse grupo apresenta uma baixa representação de produtores jovens e adultos jovens. O fato de o grupo ser pequeno dificulta ainda mais uma maior variação dos perfis. Os produtores têm idades variando entre 33 e 67 anos. A maior concentração ocorre na faixa entre 50 e 60 anos (45,4%) e 72,7% têm acima de 50 anos. Vale ressaltar que apenas 9,1% têm entre 33 e 40 anos. A média e a mediana de idade são de 55 e 57 anos. Em relação a gênero, há uma (1) mulher entre os produtores. Os produtores se autodeclararam de cor parda (54,5%), branca (36,4%) e preta (9,1%).

A Tabela 1 apresenta um comparativo anual da escolaridade dos produtores. Entre 2006 e 2015 observa-se uma melhora com a diminuição de produtores que tinham o ensino fundamental incompleto e chegaram ao segundo segmento do ensino fundamental e a completar o ensino médio.

**Tabela 1** – Escolaridade dos produtores

<b>Escolaridade</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>1º segmento ensino fundamental incompleto</b>	5	3	3
<b>1º segmento ensino fundamental completo</b>	3	4	3
<b>2º segmento ensino fundamental incompleto</b>	1	1	1
<b>2º segmento ensino fundamental completo</b>	1	2	0
<b>Ensino médio completo</b>	1	1	4
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Em relação à forma de trabalho dos produtores não há muito movimento entre 2006 e 2015, apenas o fato de um produtor se declarar como patrão, ou seja, passou a utilizar mão de obra assalariada de forma regular. Entre os anos de 2006 e 2008 observa-se dois (2) autônomos que viraram empregados. Porém, em 2015 o número de autônomos volta a crescer.

**Tabela 2** - Principal relação de trabalho dos produtores

<b>Principal relação de trabalho</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Empregado</b>	1	3	1
<b>Autônomo</b>	10	8	9
<b>Patrão</b>	0	0	1
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

A contribuição previdenciária, que em alguns CCPs apareceram como um problema para os produtores, em Pintadas sofreu uma mudança entre 2006 e 2015 com um aumento no número de contribuintes conforme vemos na Tabela 3, que apresenta um aumento de 60,0% de contribuintes e uma redução de 50,0% no número de não contribuintes. Essa alteração gerou uma variação de 45,4% em 2006 para 72,7% em 2015 na proporção de produtores contribuindo para o INSS.

**Tabela 3** - Relação com a Seguridade social

<b>Seguridade social</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não contribui para o INSS</b>	6	7	3
<b>Contribui para o INSS</b>	5	4	8
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Ao longo do período analisado as famílias foram tendo uma diminuição de tamanho. Em 2006 a média era de 4,6 pessoas por família, em 2008 passou para 4,2 pessoas, e em 2015 para 3,5 pessoas. Em 2006 a maioria das famílias era composta por 4 a 5 pessoas, em 2015 a maior concentração estava em famílias com 2 a 3 pessoas.

**Tabela 4** - Número de pessoas nas famílias

<b>Número de pessoas</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>2 --- 3</b>	2	3	6
<b>4 --- 5</b>	8	8	5
<b>6 --- 7</b>	1	0	0
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

A Tabela 5 mostra que nesse grupo de 11 famílias o número de moradores é reduzido ao longo dos anos. Em 2006 as famílias totalizavam 51 membros, em 2008 totalizavam 46, e em 2015 o total de membros passou para 39. Entre 2006 e 2015, o número de filhos/enteados reduziu à metade. Em 2006 a taxa era de 2,45 filhos/enteados por famílias e em 2015 passou para 1,27. Essa queda é prejudicial para o processo de sucessão das famílias, e acaba colocando uma interrogação sobre a sustentabilidade, no longo prazo, das atividades produtivas relacionadas ao CCP.

**Tabela 5 – Composição das famílias**

<b>Composição das famílias</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Produtor</b>	11	11	11
<b>Cônjuge, companheiro (a)</b>	11	10	9
<b>Filho(a), enteado(a)</b>	27	20	14
<b>Pai, mãe, sogro(a)</b>	0	0	2
<b>Neto (a), bisneto(a)</b>	0	2	2
<b>Agregado</b>	0	2	1
<b>Outro parente</b>	1	1	0
<b>Parente do empregado</b>	1	0	0
<b>Total</b>	51	46	39

Fonte: Dados coletados em campo

Essas são famílias que ao longo de três momentos de pesquisa, a partir de 2006, quase não faziam uso de auxílio do governo, apenas em 2015 houve um aumento de 200,0% na utilização desses dispositivos. Quatro (4) famílias recorreram ao Garantia Safra, uma (1) ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e uma (1) ao Bolsa Família.

**Tabela 6 – A família recebe auxílio governamental?**

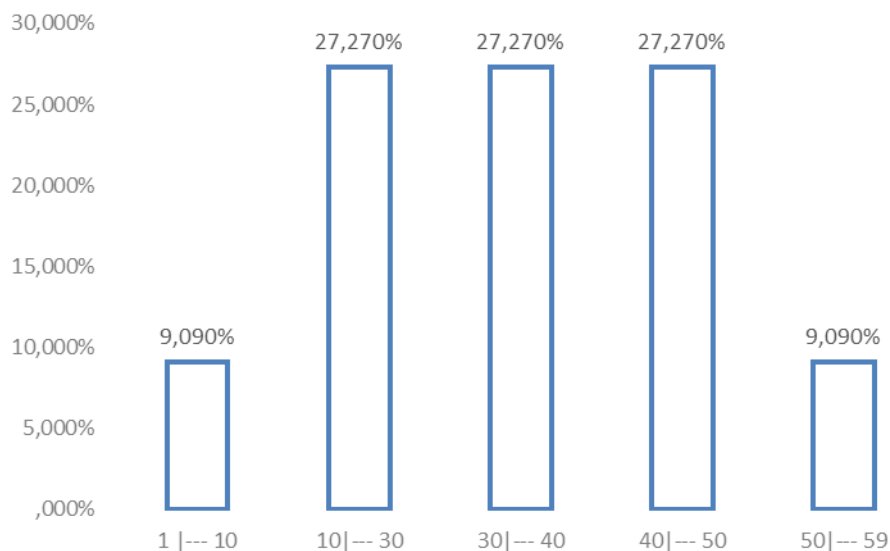
<b>Auxílio Governamental</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Sim</b>	2	2	6
<b>Não</b>	9	9	5
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Buscou-se verificar o tempo que os produtores residiam na propriedade. O tempo médio observado para os 11 produtores foi de 33 anos com produtores vivendo

entre 1 (caso de um produtor que trocou de propriedade) e 59 anos (também apenas uma ocorrência). Todos os demais (81,3%) residem em suas propriedades entre 10 e 50 anos.

**Gráfico 3** – Tempo de residência na propriedade (anos)



Fonte: Dados coletados em campo

A Tabela 7 mostra que houve melhoria no sistema de abastecimento de água no município. Em 2006 nenhuma propriedade era abastecida pela rede geral de abastecimento. Em 2015, três (3) das 11 propriedades passaram a ter abastecimento de água. Provavelmente em decorrência da seca, os que tinham tanque nos anos anteriores, em 2015 passaram a não os ter mais. Quem não possui qualquer tipo de abastecimento em sua propriedade, em 2015 passou a ter.

**Tabela 7** – Abastecimento de água

Abastecimento d'água	2006	2008	2015
<b>Rede geral</b>	0	0	3
<b>Cisterna</b>	7	6	8
<b>Cisterna e tanque</b>	2	2	0
<b>Não possui</b>	2	3	0
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Em 2006 apenas uma (1) propriedade apresentava canalização interna. Em 2015 esse número passou para cinco (5) residências. O que demonstra a preocupação dos produtores em investir em seu patrimônio e em seu conforto.

**Tabela 8 – Canalização interna da água**

<b>Canalização interna</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Possui</b>	1	2	5
<b>Não possui</b>	10	9	6
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Houve melhoria também no que tange ao esgotamento sanitário. Em 2006 havia duas propriedades que não possuíam qualquer tipo de sistema de esgoto. Em 2015 isso já não ocorria mais, o número de propriedades com rede de esgoto passou de uma (1) para três (3) e de fossa passou de 3 em 2006 para 7 em 2015. Ainda há uma propriedade que usa o descampado (Tabela 9).

**Tabela 9 – Esgotamento sanitário**

<b>Sistema de esgoto</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não possui</b>	2	3	0
<b>Rede coletora</b>	1	2	3
<b>Fossa</b>	3	4	7
<b>Sumidouro</b>	2	0	0
<b>Descampado</b>	3	2	1
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Entre 2006 e 2015 houve um bom avanço no acesso à rede elétrica convencional, com o aumento de uma (1) propriedade em 2006 para nove (9) propriedades em 2015. Dessas 8 novas propriedades ligadas à rede elétrica convencional, quatro (4) usavam energia solar em 2006 e outras 4 não tinham energia regular em suas propriedades.

**Tabela 10** – Fonte de energia elétrica

<b>Energia elétrica</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Sem energia regular</b>	5	4	1
<b>Energia solar</b>	5	5	1
<b>Rede elétrica</b>	1	2	9
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

O acesso à rede convencional de energia possibilitou que praticamente todas as propriedades passassem a ter geladeira elétrica. Das 9 propriedades que não possuíam o eletrodoméstico em 2006, apenas 1 continuou sem tê-lo em 2015 (Tabela 11).

**Tabela 11** – Presença de geladeira

<b>Geladeira</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não possui</b>	9	7	1
<b>Elétrica</b>	2	3	10
<b>Gás</b>	0	1	0
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

O mesmo ocorreu com o ferro de passar roupa. Em 2006, apenas uma (1) propriedade possuía ferro de passar elétrico. Havia propriedades que usavam ferro a carvão (5), esquentavam no fogão a gás (2) e algumas que não possuíam esse utensílio (3). Em 2015, todas as 10 propriedades que tinham acesso à energia solar ou convencional, tinham ferro de passar elétrico.

**Tabela 12** – Presença de ferro de passar roupa

<b>Ferro de passar</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não possui</b>	3	4	1
<b>Carvão</b>	5	3	0
<b>Elétrico</b>	1	2	10
<b>Esquenta no fogão a gás</b>	2	2	0
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Em decorrência do próprio clima de Pintadas, de temperaturas elevadas, em relação ao uso do chuveiro elétrico para o aquecimento de água nas residências, o acesso à energia elétrica, não gerou o mesmo efeito ocorrido com a aquisição de geladeira e ferro de passar roupa. A Tabela 13 mostra que 11 propriedades não possuíam aquecimento de água em 2006. Já em 2015 esse número diminuiu para 9. Apenas duas (2) residências tinham chuveiro elétrico em 2015.

**Tabela 13** – Sistema de aquecimento de água

<b>Aquecimento de água</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não possui</b>	11	11	9
<b>Elétrico</b>	0	0	2
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

O fogão é um utensílio que apenas duas (2) propriedades não possuíam em 2006. Houve um salto de 1 para 4 propriedades com fogão a lenha e uma diminuição de 8 para 7 de fogão a gás entre 2006 e 2015.

**Tabela 14** – Presença de fogão

<b>Fogão</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não possui</b>	2	2	0
<b>Lenha</b>	1	0	4
<b>Gás</b>	8	9	7
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Avaliando uma listagem definida de bens de consumo, verifica-se que desde 2006 bens como motocicleta (utilizada cotidianamente pelos produtores e seus familiares para deslocamentos), rádio, animal de sela, televisão e carroça/carro de boi foram consumidos e se mantiveram em 2015. Com exceção da carroça/carro de boi, os demais foram consumidos por pelo menos 60,0% das residências. Ademais, entre 2006 e 2015, houve também incremento no consumo de telefone fixo, caminhonete ou



utilitário, carro de passeio, que em 2006 nenhuma família possuía e passam a possuir em 2015. O telefone celular também foi um bem consumido quase pela totalidade dos produtores (Tabela 15).

**Tabela 15 – Presença de bens de consumo**

<b>Bens de consumo</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Televisão</b>	6	7	10
<b>Radio</b>	9	9	10
<b>Telefone fixo</b>	0	0	3
<b>Caminhonete ou utilitário</b>	0	0	3
<b>Carro de passeio</b>	0	1	3
<b>Motocicleta</b>	10	10	9
<b>Bicicleta</b>	2	3	3
<b>Carroça e/ou carro de boi</b>	5	5	3
<b>Animal de cela</b>	8	9	7

Fonte: Dados coletados em campo

### **3.2.1 - A geração de capital social: aspectos relativos à participação política e a organização para a produção**

Para iniciar esta discussão é fundamental trazer uma definição do chamado “dilema da ação coletiva”, tal como proposto em Olson (1999). A característica básica deste é que:

[...]mesmo que todos os indivíduos de um grupo sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais. (OLSON, 1999, p. 14).

Segundo Olson (1999), a ação coletiva somente será efetivada se existirem elementos de coerção ou incentivos individuais, para além do ganho possível com o alcance do objetivo comum. Isto porque, mesmo que se os custos de cooperar forem menores que os benefícios que poderiam ser alcançados coletivamente, será mais racional não cooperar se tal cooperação não gerar diferença no bem produzido ou na possibilidade de consumo do mesmo.

Nessa perspectiva de Olson, iniciamos este tópico contextualizando o ambiente em que a gestão do CCP se desenvolve para buscar entender como e em que grau a cooperação, a participação dos produtores e a confiança intersubjetiva ocorrem na relação com o CCP.

O CCP de Pintadas começa a operar em 2006 sob a responsabilidade da Cooperativa Agro-industrial de Pintadas LTDA – COOAP. No início de suas atividades, em 1999, a COOAP se dedicava à produção e comercialização de carne de ovinos. Em 2006, a comercialização de leite resfriado passa a representar uma segunda atividade sob a responsabilidade da cooperativa. Em 2015, à época desse levantamento de dados, ambas atividades se mantinham em operação.

Historicamente, antes do advento do CCP, havia em Pintadas um contexto de insegurança com as empresas de laticínios e com atravessadores individuais que compravam o leite diretamente de cada produtor. Isso porque essas empresas submetiam os produtores a vender sua produção por um valor subestimado, e, por vezes, à falta de recebimento do valor previamente acordado. Também havia insegurança no escoamento da produção, visto já terem perdido seus produtos por não terem sido coletados durante um dado período de tempo.

A implantação do CCP por meio da cooperativa, inserindo o leite como mais uma de suas atividades, surge neste cenário como um mecanismo de agregação dos produtores e como um meio de romper com essa insegurança que permeava a produção de leite no município.

Entre 2006 e 2015 o CCP foi submetido a duas formas de gestão. Em um primeiro momento, quando a gestão da cooperativa se voltava para atender o mercado de caprinos e ovinos, criou-se um comitê, com cinco membros, escolhidos pelos produtores de leite por votação, para fazer a gestão do CCP. Esse comitê ficou responsável pela administração do CCP até o ano de 2009. Entretanto, já em 2006, no início de atuação do comitê, que realizava uma gestão independente, foi verificado desajustes entre a contabilidade do CCP, realizada pelo grupo, e a da cooperativa. Essas distorções levaram a COOAP (que era de fato a entidade responsável pelo CCP), naquele ano, a decidir manter a contabilidade do CCP vinculada à cooperativa.

Essa iniciativa suscitou o interesse de parte dos produtores em formar uma associação para assumir o CCP. Essa ideia foi ponderada pelo fato das limitações que teria uma associação para comercialização de produtos. Dado que o objetivo do projeto

era a comercialização de leite, a proposta não tomou fôlego e o comitê foi perdendo expressão até encerrar suas atividades em 2009.

Na proposição teórica apresentada por Olson (1999), grupos onde a contribuição de cada indivíduo para a produção do bem coletivo não pode ser notada (posto ser reduzida) e implica em custos tendem a gerar comportamentos de deserção. Tais grupos são definidos então como “latentes”. Do ponto de vista da racionalidade coletiva, uma cooperação irrestrita seria positiva para todos, mas do ponto de vista da racionalidade individual desertar pode ser estrategicamente mais promissor. Os produtores de Pintadas que participavam do comitê ao verem sua contribuição perdendo fôlego ou perdendo força política acabaram desertando e buscando um trabalho mais individualizado.

#### **E. Então qual era o papel da cooperativa no início?**

- Rapaz, a cooperativa não marcou muito na época, não... era mais um projeto mesmo, uma gestora do leite, independente, porém, ligada à cooperativa, mas era gestão independente.
- A gestão era independente justamente porque era um acordo nosso, todos.

#### **E. E como é que vocês escolhiam essas pessoas?**

- O grupo de produtores mesmo que escolhia.
- Tinha reunião e a gente escolhia.
- Nessa época, era reunião todo mês ou até mais.
- É porque assim, a COAP, o conselho de administração da COAP não era necessariamente voltado pro produtor de leite, e essa comissão gestora do CCP era só produtor de leite, pessoas que representavam todas as pessoas que faziam entrega do leite.
- Na verdade chegou até a cogitar, né? Associação.

#### **E. Por que que não foi para frente?**

- Eu acho que foi muito mais assim por uma questão comercial, né, porque assim, o entendimento, já faz muito tempo, né, que o entendimento da associação, do ponto de vista da organização das pessoas teria um papel muito importante, mas do ponto de vista da comercialização da produção do leite caberia mais a uma cooperativa.

(Grupo focal com produtores)

#### **E. Por que que acabou o conselho?**

- Rapaz, eu num sei, que tudo que começa, com o tempo relaxa e por aí vai.
- Foi relaxando.
- Esse conselho aí se acabou, acabou, parou no que tava.
- Foi fracassando, fracassando e aí acabou que ficou com a gestão da cooperativa.

**E. Mas eu pergunto para vocês, faz falta esse conselho ou não faz falta? Porque uma coisa é dizer assim: não acabou, mas não precisava dele mesmo. Outra coisa é acabou: mas faz falta.**

- Talvez a ideia do conselho foi pensando até num salto maior que aquele momento se tinha por expectativa que a cooperativa em si fosse dar um salto no trabalho e aí precisava ter, mas como as coisas ficaram tranquilas e que não deu salto esperado, que uma boa parte talvez esperava, aí era desnecessário.

(Grupo focal com produtores)

O outro formato de gestão do CCP ocorre após a dissolução do comitê em 2009, quando a COOAP então assume toda a gestão do CCP. Nesse formato, não são mais os produtores que votam pela escolha do gestor, mas a cooperativa é quem define o agente que passa a se responsabilizar pela administração do empreendimento. Desde que a gestão do CCP passou do comitê para a cooperativa em 2009, o gestor se mantém o mesmo. Trata-se de um técnico agrícola, que não é produtor de leite, que atuava como professor em Pintadas. A partir de 2013 passou a atuar também como presidente da COOAP.

Essa mudança ocorrida na forma de gestão do CCP de Pintadas, traduz uma verticalização que contraria a proposta de uma efetiva participação cívica. Putnam (2007), afirmar que a horizontalidade facilita a confiança intersubjetiva. Ao contrário, a verticalização tende a gerar hierarquia e desconfiança. No caso de Pintadas, os agricultores familiares tendem a se afastar dos núcleos de tomada de decisão que são necessários para a compreensão de toda a gestão.

- ... a minha gestão no CCP hoje é praticamente toda parte. É financeiro, relacionamento com pessoas, produtor, contábil, que encaminha a prestação de conta pro contador, então assim, a parte do CCP hoje tá designada pra mim.

(Entrevista com liderança local)

A visão dos atores que compõem essa avaliação, acerca das diferentes formas de gestão do CCP, segue distintas concepções. Há os que destacam que a demanda não justificava uma gestão independente e aqueles que defendem que com o comitê os produtores se mantinham melhor informados. Parece que o fato da cooperativa ter se comprometido com a garantia de recolhimento e de pagamento do leite é suficiente para que os produtores se acomodem e deixem de exercer seu papel de cooperado, discutindo a gestão da cooperativa.

- Era melhor ter o Conselho porque você tá lá acompanhando tudo o que tava acontecendo, na reunião sempre participa, porque no caso com os outros, todo mundo vai saber o que tá acontecendo. E sem ter o Conselho você fica: ah tudo bem, num vou mais... pro lado de lá...

- Num tem informação de nada.

(Grupo focal com produtores)

**E. Por que que não continuou esse comitê gestor?**

- Eu acho que talvez foi a questão da demanda assim, que não havia a necessidade de ter dois blocos, até porque já tinha que ter a administração da cooperativa e ter o outro grupo dentro da cooperativa administrando o comitê. Não dava certo. Então as pessoas aí às vezes, têm uns que estavam no sistema de cooperativa de crédito, aí a questão foi indo e achou que daria pra conciliar na diretoria da cooperativa.

**E. Na sua opinião, ficou melhor, ficou pior ou ficou igual?**

- Pra mim a mesma coisa. Não teve mudança.

**E. Não teve alteração? Não alterou na gestão, nem no preço do leite?**

- Não, não.

**E. Então você acha que essa forma que está vigorando hoje, gestão pela cooperativa é uma forma adequada?**

- Dá pra tocar tranquilo.

**E. Não teria nenhuma outra forma melhor do que essa?**

- Eu acredito que não, dá pra levar.

(Entrevista com liderança local)

Em 2006, quando o número de produtores listados no projeto de CCP era de 35 beneficiários, havia uma grande expectativa desses sobre sua participação nas decisões de interesse coletivo, a fim de que o projeto fosse exitoso. Nesse ambiente de efusiva participação e interesse coletivo no bem comum, as decisões em relação à administração do CCP eram tomadas democraticamente por meio do voto nas reuniões, quando então emerge a criação do comitê para conduzir a administração do CCP.

Embora parecesse ser um posicionamento quase homogêneo para todos os produtores, nem todos tinham a mesma disposição à participação. Na avaliação *ex-ante* realizada em 2006, observou-se que em relação ao comprometimento com o projeto a expectativa da maioria dos produtores era de se comprometer em 80,0%. Em 2015 foi notado que essa expectativa não vingou, visto que o número de produtores de 2006 havia se reduzido a 11. Além disso, cerca de 80,0% dos “novos produtores” estariam na cooperativa em uma condição de afiliados informais, o que levaria a cooperativa a planejar um projeto educativo, em parceria com uma ONG, para tentar desenvolver

nesses produtores de leite a noção e os valores que permeiam a proposta do cooperativismo. Junta-se a isso, a participação das famílias na cooperativa que no geral é baixa.

Entretanto, na visão dos produtores um dos motivos para seu baixo envolvimento se justifica pelo pouco incentivo da direção da cooperativa que não os têm motivado à participação, por meio de reuniões para tomada de decisão, visto que toda a gestão do produto, desde a procura por mercado até o valor acertado para o preço de venda é realizado pelo gestor do CCP sem qualquer consulta a eles.

**E. O cooperado costuma participar da cooperativa, qual é o nível de adesão, de participação do cooperado na cooperativa?**

- Olha, eu diria que isso aí é o ponto chave. A gente tem uma dificuldade, nessa participação do cooperado ativamente na cooperativa, eu diria que desses 115, 120 cooperados hoje ativamente devemos ter aí uns 60, 80 mais ou menos.

**E. O que que explica isso?**

- Rapaz, na verdade assim o pessoal tem falta, acho que é aquela questão, do espírito cooperativista mesmo, que eu culpo também a cooperativa por não ter feito um trabalho mais voltado pra essa área de cooperativismo de, do trabalhar o conceito cooperativista no pessoal, entendeu?  
(Entrevista com liderança local)

**E. E a participação das famílias na cooperativa?**

- Participação baixa.

**E. Baixa. Por quê?**

- Eu diria que, provavelmente vários fatores, né? Primeiro eu acho que... tá faltando motivação da própria direção que eu acho que é quem tem que puxar, né? Talvez seja esse o maior motivador pra essa baixa participação.  
(Grupo focal com produtores)

Observa-se que, mesmo que haja a percepção de que a direção do CCP não tenha estimulado as reuniões, como ocorria no início, em que todos se esforçavam para participar, há também um sentimento de *mea culpa* por parte desses produtores, revelado na percepção de acomodação decorrente do fato deles próprios não tomarem a iniciativa de solicitar as reuniões e só reclamarem quando observam algo de errado. Na medida em que tudo está funcionando de maneira adequada, com pagamentos em dia e leite recolhido evitando perdas, não há a necessidade latente, na visão desses produtores, de solicitar reuniões. Diante disso, o modelo de gestão verticalizada vai se consolidando, sem qualquer esforço por parte da cooperativa de reverter esse quadro.

Resumindo, a participação do produtor na cooperativa, se restringe ao recolhimento do leite produzido e sua venda. Qualquer produtor que entregue leite na cooperativa é considerado cooperado.

**E. O senhor me falou assim: mas, no começo tinha reunião em que a gente recebia informação sobre essas coisas. Mas, essas reuniões não estão mais acontecendo?**

- Porque todo sócio fazia o esforço de vim, né, vim trazer o sócio de lá, tudo a gente sabia, de venda e não venda.

**E. Pois é, mas isso era no início? E de uns tempos para cá passou a não ter mais reunião? Mas, vocês solicitaram essas reuniões?**

- Também não.

- Não.

**E. Por que não?**

- Porque... acomodou (risos).

- Fora isso, num convidou mais ninguém.

- Aí só reclama se tiver errado, se tiver errado lá, aí o cara que tá gerenciando lá que é o culpado.

(Grupo focal com produtores)

De fato, os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade não foram bem disseminados e praticados ao longo do processo, salvo talvez no início do projeto quando esses elementos eram vitais para seu sucesso. Essa baixa adesão é confirmada na relação que os produtores demonstram ter com a cooperativa enxergando-a como um canal para venda de seu leite apenas. Nenhum dos produtores tem a percepção de serem donos do negócio, mas que existe um dono, que faz o mesmo papel, de maneira mais eficiente, que faziam os atravessadores do passado.

**E. Porque... quando a gente fala de cooperativa, imagina que todos se sentem donos do negócio.**

- Não.

- Não.

- Não.

**E. Não?**

- O dono é outro.

- Deixa eu falar um negócio aqui. Eu acho assim, partiu pra leite, eu acho que eu não sou dono nem do leite, eu só faço vender, porque se eu, eu num posso impor meu preço do leite, dizer assim meu leite eu vou vender de 80. O preço quem vai marcar é ele, a cooperativa, agora, pra você dizer é que outra coisa... não é.

(Grupo focal com produtores)

Obviamente que os ganhos limitados a que esses produtores estiveram sujeitos no passado não ocorrem mais. Há muito mais garantias da compra de toda sua produção e atualmente eles sabem o mínimo que vão receber pelo litro de leite. Contudo, o reducionismo da atuação desses produtores no processo como um todo os coloca como meros entregadores de leite e recebedores de seu pagamento, afastando-os de se apropriarem dos trâmites que envolvem o ciclo de produção e sua administração financeira. Essa falta de acesso e participação reforça as limitações que esses produtores têm desde o cálculo do custo de sua produção até o resfriamento do leite para a venda.

O que ocorre entre produtores e CCP é uma relação que se restringe ao compromisso pela entrega do leite de um lado e pelo pagamento do outro. Independentemente de esse produtor ser cooperado ou da quantidade de leite entregue por ele, o valor pago pelo litro de leite será o mesmo.

Essa condição sofrida pela cooperativa de não fidelização desses produtores gerada pela baixa adesão e, conseqüentemente, por um sentimento duvidoso de pertencimento a ela, gera para a própria entidade um problema que se traduz na instabilidade de produtores fornecendo leite à COOAP. O que verificamos na redução de 35 para 11, entre 2006 e 2015, no número de produtores que iniciaram as atividades da cooperativa; mas também no fato de que novos produtores, embora estejam listados, não estão necessariamente fidelizados.

Ao perder fornecedores, a cooperativa perde sua capacidade de negociação junto ao mercado consumidor e fica suscetível a variação de preço, o que dificulta sua capacidade de mantê-lo em níveis adequados. Essa situação a coloca em uma condição desfavorável para o produtor como o canal de venda de seu produto, possibilitando a perda de mais produtores, gerando um círculo vicioso que pode prejudicar a sustentabilidade do projeto. Um movimento de mobilização e sensibilização buscando mostrar as conquistas coletivas que poderiam ser alcançadas por todos tendo uma forte participação dos produtores se faz necessário para buscar fidelizar esses produtores à COOAP.

- Você vê que aquele grupo que começou lá em 2006, é um grupo totalmente fiel, mas a partir daí muitos produtores saíram do processo por não ter essa cultura cooperativista, acabou até parando a atividade ou então até indo pra atravessadores, pra outros compradores de leite, entendeu.  
(...)



**E. Nesse tempo que você está na direção, desde 2009, teve alguma mudança nisso, essa adesão do produtor à cooperativa, aumentou, diminuiu, ficou igual?**

- Teve, teve, teve diversas mudanças na questão da quantidade de produtores. A gente tinha um grupo aí de 100 produtores, 100, 90 produtores, hoje estamos com uma média de 60 produtores a 70 produtores mais ou menos.

**E. Mas eu pergunto sobre a mobilização política mesmo desses produtores ela se alterou nesse período ou continuou igual?**

- Na verdade continuou igual, porém eu percebo que a participação dos produtores antes, digamos lá no início, era bem mais presente.

**E. Por quê?**

- É, justamente essa questão, começou-se um trabalho lá em 2006 bonitinho, bem maravilhoso, só que aí se afunilou muito, eu já peguei o barco também bem estreitinho, entendeu? Que então isso vai durar um tempo pra crescer novamente, que a gente quer isso, porque num justifica um processo coletivo cooperativista meio afunilado entendeu, nas ideias políticas etc.  
(Entrevista com liderança local)

- A gente sobrevive muito apertado aqui porque a gente tem muito concorrente. Então às vezes se a gente analisar o processo cooperativista, era pra gente trabalhar com o grupo fidelizado até apresentar uma maneira diferente de coletividade, de se organizar pra não ter esse medo... Então esse pessoal, eles trabalham com muito leite, tem pessoas aí que trabalham com seus 40 mil litros. Então eles têm poder de barganha muito grande, no mercado externo, então eles conseguem elevar um preço, do topo que ele quiser que, eu tô pagando R\$0,70 eles chegam aqui pagam R\$0,80, aí a gente com um pinguinho de leite fica apertado...

(Entrevista com liderança local)

A participação política desses produtores parece ser de fato inexpressiva. Isso é confirmado com outras entidades coletivas que também sofrem com a ausência de seus membros. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por exemplo, entidade com alto índice de afiliação, também sofre desse problema. A participação dos produtores está circunscrita ao pagamento em dia de suas mensalidades a fim de garantirem sua aposentadoria rural ulterior. No entanto, os aspectos políticos, que envolvem essa vinculação, não são levados em consideração.

**E. E do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vocês participam? Pagam o sindicato?**

- Sou a 26 anos.

- Eu sou 23 anos.

**E. Sim, vocês pagam sindicato, mas vocês participam do sindicato, vão a reunião?**

- Eu quase mesmo nunca fui.

**E. Alguém aqui é mais ativo?**

- Eu já, 14 anos... 14 anos que eu parei de ir.

- Eu fui numa reunião do sindicato... até hoje

- Convidaram, mas nunca fui.

(Grupo focal com produtores)

**E. E o Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Muitas pessoas que vendem leite, pagam o sindicato, mas eles se mobilizam politicamente em torno do sindicato?**

- Não muito, assim o sindicato ele se mobiliza, mas, não muito. O pessoal tem uma motivação de pagar o sindicato pra aposentadoria.

(Entrevista com liderança local)

Os anos 1990 e 2000 no município de Pintadas foram de crescimento do número de associações comunitárias. Com o passar dos anos essa vocação para o associativismo foi perdendo a força. Atualmente há poucas associações em atividade.

**E. São associações comunitárias?**

- Comunitárias, agora, por exemplo, funcionando são poucas. Porque tem muitas que são criadas no momento político, pra tentar canalizar os projetos que o governo do estado tinha ali e aí foi só aquele momento. Na semana passada teve o seguinte, que aí um colega falou que tinha 70 e tantas associações, aí dessas aí a metade já morreu, por exemplo, né? Só tem problema agora de nome de gente lá enganchado.

(Entrevista com liderança local)

Em todo esse contexto de participação política e de organização desses produtores em torno da produção, o que se percebe é que o arrefecimento da participação social, que se encontrava lá em 2006 quando o projeto do CCP estava sendo implantado, foi confirmando a necessidade de que a cooperativa assumisse um papel de gestora. Na verdade, a COOAP assume a gestão de um dispositivo sobre o qual ela tinha responsabilidade. A forma de condução dessa gestão pode ser criticada visto que centraliza o poder de decisão em poucos e não busca privilegiar o desenvolvimento de capital social, nem o incremento de margens de confiança intersubjetiva capazes de desenvolver uma percepção voltada para o engajamento político ou organização entre os produtores.

Por outro lado, o CCP enquanto uma tecnologia social de geração de renda, capaz de agregar os produtores, não conseguiu desenvolver neles um interesse pelo associativismo nem uma disposição para organização de base.

A disposição participativa que ocorrera em 2006 foi sendo esvaziada ao longo dos anos, dando lugar a profissionalização da gestão do CCP e excluindo os produtores das tomadas de decisões. Esse movimento não ocorrera de forma imposta, mas permitida pelo conjunto dos produtores, que se colocaram na posição de vendedores de leite para a cooperativa, muitos dos quais – mesmo que cooperados – chamando-a de “empresa” ou “firma”.

O quadro identificado em 2015 revela um grupo de produtores que recebem um pagamento pelo leite que entregam à cooperativa, sem ter qualquer participação na condução dos negócios realizados pelo CCP. Sem ter informações sobre os custos de operação, preço de venda e nem do lucro obtido pela cooperativa.

### **3.2.2 – Os aspectos de gênero**

As questões de gênero tratadas no enfoque rural têm apresentado resultados que convergem na mesma direção, marcada pela desigualdade, do que se apresenta no meio urbano. Não obstante suas distintas características, tanto no meio urbano quanto no rural às mulheres tem sido reservado um lugar que não é o da esfera de decisões. Os marcadores que definem os papéis de homens e mulheres estão fortemente presentes na divisão sexual do trabalho, colocando-as mais uma vez no lugar de “ajudadoras”. Isto porque, diversos estudos que verificaram a relação do trabalho por sexo na agricultura chegaram à conclusão de que a mulher ocupa uma posição de subalternidade, reforçada pela compreensão de que seu trabalho é uma ajuda no processo geral da propriedade.

A descrição inicial dos dados de Pintadas mostra que o conjunto de produtores já nasce com uma pequena participação feminina. Dos 35 produtores avaliados na fase ex-ante em 2006, havia apenas uma mulher que se manteve participando do CCP ainda na avaliação realizada em 2015 em que permaneciam 11 produtores. Dos 51 “novos produtores”, quase 18,0% eram mulheres.

O marco inicial da participação feminina no município de Pintadas ocorre a partir da criação da Associação das Mulheres de Pintadas, nos idos anos 1990. Esse movimento foi responsável por campanhas em defesa da saúde pública do município, do aumento e da regularização do fornecimento de água, e da solução do problema do depósito de lixo da cidade. Ademais, o movimento se responsabilizou pela visibilidade e pela condução das discussões sobre as questões de gênero no contexto do município.

A partir das articulações do movimento, uma liderança feminina foi eleita para o executivo municipal.

No entanto, todo esse histórico de participação, de luta, de posicionamento político não serviu como estímulo para estabelecer um maior envolvimento das mulheres no projeto. Seja no CCP ou na cooperativa, a participação política das mulheres é inexpressiva. Na perspectiva de uma liderança comunitária, há o reconhecimento de que se trata de uma questão cultural ainda fortemente presente na comunidade local.

**E. As mulheres chegaram a participar, no comitê gestor, por exemplo?**

- Parece que não tinha não.

**E. E na cooperativa hoje, tem mulheres na direção da cooperativa?**

- Na direção, na principal mesmo, presidente, vice, secretário, essa coisa, não.

**E. Por que você acha que as mulheres não estão aí? Não estavam no comitê gestor e não estão agora na direção da cooperativa?**

- Questão cultural. Por exemplo, foi criada uma outra cooperativa aqui inclusive quem tava na direção dessa outra cooperativa de produção ela fez parte do grupo, que é Nereide, aí, por exemplo, a cooperativa dela até tinha conseguido mais mulher. A diretoria dela era toda mulher, só agora que mudou, nessa última mudança, coisa e tal, mas não tinha nenhum homem na diretoria. É um negócio assim, que às vezes a questão de gênero ela não é muito pensada em determinado momento, né? Não, por que não bota uma mulher aqui, coisa e tal. Que têm pessoas que conseguem dar conta do recado tranquilo, mas aí é questão de que não é muito pensado. Que é um erro. Obviamente um erro.

(Entrevista com liderança local)

A gestão do CCP entende que é preciso traçar estratégias e pensar mecanismos para fazer uma inserção mais efetiva das mulheres nos espaços de decisão, na medida em que elas participam de forma intensa na geração da renda familiar.

**E. E com relação a participação das mulheres na gestão do CCP?**

- ... olhando um rastro aí de 2007, 9 anos pra cá, 8 anos ou seja, não teve participação, vejo até os produtores, é só os homens. Tem algumas mulheres na relação, mas é mais homem, tudo homem. Agora que se tende a aumentar mais a participação feminina. Eu diria assim que é mais por um histórico cultural que se tem principalmente mais nessa região do Nordeste, do

sertão nordestino, e o homem é o macho da casa, aquela coisa toda, as mulheres não tinham voz também.

**E. E vocês já fizeram algum trabalho nessa direção? A cooperativa já fez algum trabalho nessa direção, ou tem planos de fazer?**

- Olha, temos planos, trabalho especificamente nessa direção a gente vem começando a focar nas assembleias, até nos conselhos, pra colocar mulheres, mas assim, um trabalho específico com os produtores, é... fez mas uns trabalhos pontuais, trabalhos com a CONAB que é a companhia de abastecimento, que ela exige 40% de mulheres na participação dos programas, mas assim, um trabalho, um projeto da cooperativa pra essa parte de gênero eu sou sincero a falar a gente não fez, não foi feito, foi feito pontualmente. Mas, a gente tem planos dentro de toda essa estruturação de tá justamente envolvendo e fazer um trabalho mais voltado pra área do gênero feminino.

(Entrevista com liderança local)

Há a percepção de que a participação das mulheres ainda é baixa, porque o trabalho com o gado representa atividade que requereria a ação masculina. Reforçando a ideia de que os aspectos regionais são contundentes na manutenção desse preconceito.

Esses aspectos regionais se referem ao fato desses produtores se enxergarem como “machos” nordestinos. Segundo Brumer (2004), para se explicar a divisão de trabalho entre homens e mulheres rurais, faz-se necessário considerar dois aspectos. O primeiro está relacionado ao fato de que a unidade familiar de produção congrega os esforços de todos os membros da família para o bem de todos, com uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo aspecto, e mais convergente à reflexão que se faz nesse momento, diz respeito ao modelo paternalista de sociedade em que vivemos, que atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Essa perspectiva acaba excluindo as mulheres dos espaços e das tarefas julgadas masculinas, conforme se observa nesse estudo, destacado pelos diferentes atores.

**E. A participação política das mulheres, seja na cooperativa, seja na gestão do CCP é baixa, não é?**

- É.

**E. Por quê?**

- Tem mulher, têm mulheres, que são sócias da cooperativa. Mas, isso foi do começo. Foi um erro do começo, e talvez também seja uma cultura da região, das mulheres, na zona rural, na atividade de leite e carne sempre mais é os homens, talvez seja uma cultura da região. Por ser um serviço, mais manual, mais pesado e tal, tem mulheres também que estão envolvidas,

tem mulheres também cooperadas que participam das assembleias e tem mulheres também na assembleia, na diretoria da cooperativa, nas discussões. Mas, a participação é baixa realmente.

(Entrevista com liderança local)

Embora na cooperativa a participação feminina seja baixa, na gestão do sindicato essa participação é maior, dado que ocupam lugares na diretoria, ainda que o próprio sindicato não tenha feito qualquer ação para elevar tal participação.

**E. No sindicato, como é que é isso?**

- Tem mais mulheres na diretoria, tem mais mulheres do que homens.

**E. É um trabalho que vocês fizeram nessa direção?**

Não. Pelo perfil, pelas pessoas que se apresentam com disposição, com vontade de participar.

(Entrevista com liderança local)

Brumer e Freire (1984), em estudo realizado na área agrícola no Rio Grande do Sul, verificaram que, na divisão de trabalho entre homens e mulheres cabe a eles atuarem em atividades que exijam maior força física, como, derrubar árvores e fazer cerca, cortar lenha, fazer curvas de nível e lavrar. Além disso, cabe a eles também se apropriar das novas tecnologias, como o uso de um trator mais sofisticado. Já à mulher, são reservadas tanto as atividades mais cotidianas, que dizem respeito ao cuidado do lar ou ao trabalho agrícola, como as de cunho mais leve, as domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal.

É necessário entendermos que as designações para atividade “pesada” e “leve” se trata de uma construção social, visto que nas atividades destinadas à mulher, tanto trabalhos leves como pesados são executados, haja vista que, em suas funções, a mulher carrega filhos, busca água em lugares distantes da casa. Nesse sentido, o “trabalho leve” é na verdade caracterizado como tal, não pelas suas características, mas devido a posição hierárquica que a pessoa que o executa ocupa na família.

Não obstante, em nosso estudo, embora as mulheres de Pintadas tenham uma história e mesmo uma participação efetiva em algumas esferas de decisão política atualmente; no CCP, elas não possuem qualquer inserção política ou na produção. Os dados qualitativos indicam a percepção de que as mulheres somente “ajudam” na produção do leite, mas, que esta atividade é predominantemente masculina, ficando às mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas e outras produções comerciais como a horta e o criatório de galinhas.

**E. E na produção do leite a maioria das mulheres atua?**

- Tem ajuda, não tá direto na ponta, mas, tá ajudando o marido. Mas, têm algumas que elas mesmo que atuam, algumas que ficaram viúvas, né?

(Entrevista com liderança local)

**E. As mulheres em geral atuam na produção de leite?**

- Uma pequena parte, diretamente é uma pequena parte. E de qualquer modo, indiretamente são elas né, ela acaba se encarregando de outras atividades só que o marido bota ela assim..., ela não tá diretamente na ordenha, mas, ela tá diretamente na ração e com isso, ela tá direto na atividade.

**E. Mas em geral não é ela que está a frente?**

Não, não.

**E. Por que isso?**

- É cultura. Vem sempre aquele machão, ‘quem tem que tomar conta do negócio é o homem, mulher sabe que tem outras obrigações’, mas indiretamente ela tá ligada.

(Entrevista com o quadro técnico)

**E. Na família de vocês, como é que é? Como é que funciona isso?**

- É pouco as mulher.

- O curral mesmo é pouco assim que vai.

- Mais é ficar fazendo café (risos).

(...)

**E. Mas no geral essa é uma atividade de homem ou essa é uma atividade de mulher?**

- 90 % homem.

- É de homem.

**E. Por que que vocês acham que é assim?**

- Mulher aqui num é muito ligado nisso...

(Grupo focal com produtores)

Corroborando o que havia sido dito sobre atividades “leves” e “pesadas”, o discurso entre os produtores participantes da avaliação sobre o papel da mulher na produção do leite reforça a ideia de que a atividade não é feita para elas por se tratar de um trabalho “braçal”. Entretanto, faz-se necessário considerar que, nesse processo, a mulher é responsável por aspectos fundamentais, como o cultivo e preparação da palma para o gado, na produção de queijo etc. Embora elas não tenham uma atuação direta na coleta do leite ou no transporte do produto até o CCP, pois como citado suas atividades contribuem indiretamente para o processo, são frequentemente colocadas como meras ajudantes e dificilmente atuam como protagonistas na atividade.

### **E. As mulheres em geral atuam na produção de leite?**

- Ó, o município, se você for ver quando você perguntar nas entrevistas se as mulheres trabalham com leite, acho que quase 90%, 100% fala não. Porque quem trabalha com leite é que tira o leite e tem que transportar pra cooperativa. Então, como é um trabalho mais braçal, normalmente é feito pelos homens. A mulher, às vezes ela tá lá cortando palma, que é pro leite, não é isso? Ela tá cozinhando, ela tá industrializando, fazendo queijo, mas quando você pergunta se ela tá no leite, no ramo do leite, normalmente, por uma questão cultural, questão de anos isso, normalmente são os homens que estão à frente da propriedade nessa questão do leite. A mulher faz parte da propriedade, mas, muitas vezes pega outro papel e então ela acaba deixando essa parte que é a parte mais braçal, então. É que o homem vem trazer o leite e a mulher resolve aí pra dentro outras coisas. Então é mais por isso.

### **E. De qualquer forma, mulheres produtoras são poucas.**

Temos, temos. Às vezes num tá no nome dela, como eu disse, às vezes não tá no nome da mulher. Tem a [fulana], ela trabalha na fazenda lá, faz tudo lá com o marido, só que quando fala do leite, não é ela que tira, num é ela que tira o leite. Mas, muitas vezes quem ajuda a cortar palma, chega lá ela tá cortando palma com o marido, então não deixa de ser a cadeia, faz parte da cadeia do leite.

(Entrevista com o quadro técnico)

Em linhas gerais, a avaliação confirmou que as relações de gênero no CCP de Pintadas não se alteraram. Similarmente ao quadro observado em 2015 para os homens, no que tange à participação nas discussões e decisões do CCP ou da COOAP, elas também apresentam uma baixa inserção participativa.

Em estudo que transversa a perspectiva de gênero no trabalho da produção leiteira, Schmitz e Santos (2013), apontam que, no que tange a recursos financeiros, os elementos simbólicos que atribuem ao homem a tarefa de fazer o seu gerenciamento são reproduzidos na esfera rural, mesmo quando há modernização da produção. São os homens os responsáveis pelas finanças enquanto que às mulheres cabe o trabalho cotidiano, não remunerado e repetitivo.

Da mesma forma se segue em Pintadas. As mulheres têm um papel fundamental no processo de produção do leite, no entanto, esse papel é visto como uma “ajuda”, o que acaba por excluí-las da possibilidade de comando da atividade e de aparecerem listadas como produtoras junto à cooperativa, salvo raras exceções. Nessa condição, as mulheres nunca são os sujeitos que vão receber o pagamento pelo leite vendido à cooperativa, sendo colocadas sempre em uma condição de dependência do homem. Esse



é um problema de desigualdade de gênero<sup>16</sup>. A gestão do CCP se definiu como comprometida em buscar soluções para mudar o quadro.

### 3.2.3 - O acesso à política de saúde

A avaliação busca verificar também como o acesso à saúde acontece para a comunidade beneficiada. No caso do CCP de Pintadas seu raio de ação é todo o município, dificultando que o projeto consiga impactar nessa área. No entanto, buscou-se conhecer as condições dos serviços públicos na área da saúde naquele âmbito. Em 2006, os 11 produtores apontavam a política de saúde de Pintadas como positiva, em 2015 houve quatro (4) mantendo a mesma opinião, a maioria (6) apontou como regular e houve um (1) que afirmou ser negativa. Cabe ressaltar que a percepção da situação da saúde piorou depois de 2008.

**Tabela 16** – Opinião sobre os serviços públicos na área de saúde

<b>Opinião</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Positiva</b>	11	11	4
<b>Negativa</b>	0	0	1
<b>Regular</b>	0	0	6
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Confrontando os dados qualitativos de 2015, observa-se que a posição dos diferentes atores segue na contramão do que foi identificado no levantamento quantitativo realizado com os 11 produtores, apresentando uma visão mais positiva acerca do sistema de saúde. Segundo os entrevistados há uma estruturação do sistema para situações menos complexas. As comunidades são atendidas por agentes de saúde, em algumas há postos de saúde e as que não possuem e têm dificuldade de acesso ao transporte há um atendimento móvel com médico para dar apoio. Nos casos mais complexos, em que o município não consegue atender, é feito o deslocamento para Salvador ou Feira de Santana com total apoio da prefeitura.

<sup>16</sup>O conceito de gênero pretende dar conta da atribuição de sentidos hierárquicos entre homens e mulheres. Neste aspecto, o gênero seria a leitura social do sexo atravessada por relações de poder e dominação (LOURO, 1996 e SCOTT, 1990).

**E. E o acesso à saúde para essa população, como é?**

- Nas comunidades têm os agentes comunitários de saúde, em todas as comunidades, são 100% acompanhadas as famílias pelos agentes de saúde. Temos os postos nos povoados, não em todos, mas, em alguns povoados nós temos postos, nos povoados, que não têm a proximidade maior de ônibus, vai as unidades móvel com médico e tal. Então, há uma certa melhoria no município com relação à saúde. Claro, não tá bom não porque no Brasil, principalmente na saúde pública tá tudo ruim. A privada no Brasil já tá complicada, imagina a pública. Mas, eu acho que razoavelmente tem uma certa assistência.

(Entrevista com o quadro técnico)

As lideranças locais reafirmam a existência dos serviços de saúde e corroboram a ideia de que o sistema de saúde no município é bom. De fato, Pintadas não chega a ser submetida a níveis tão precários de acesso à saúde como se costuma observar em comunidades rurais. Cabe salientar que o CCP está localizado no perímetro urbano da cidade e que os entrevistados falam dos serviços oferecidos na cidade.

**E. E a questão do acesso à saúde pública? Como é que anda isso?**

- Bem, muito, muito mais organizado que do que há 10 anos atrás. Hoje, eu diria que hoje a gente tem uma saúde boa, de qualidade. O atendimento com médicos todos os dias nos hospitais, tem ambulância, tem carro da saúde que leva pacientes da zona rural praticamente duas, três vezes pra Salvador, que é o centro maior, e também Feira de Santana. Tem acompanhamento do PSF, dentistas, pediatra, então assim, pra esse lado da saúde a prefeitura, o poder público vem bem ao pé da letra mesmo. Você hoje não chega um dia pra não ter médico no hospital. E têm os carros que buscam se tiver algum problema, e algum produtor, que seja outra pessoa eles trazem. Então assim, antes você não tinha médico, hoje você tem. Agente de saúde no pé todo dia, até nessa questão da dengue tá pegando mais no pé ainda, então eu diria que hoje a gente tem uma saúde boa. Tem que melhorar, lógico, como tudo, hoje nada é perfeito, precisa melhorar, mas, melhorou bastante. Numa comparação de 2010 pra, de 2006 quando começou, pra hoje... melhorou

(Entrevista com liderança local)

**E. E a saúde? O acesso à saúde desse produtor de leite, como é que está isso?**

- A saúde pra cidade pequena é boa. Agora, os casos de emergência é Salvador.

**E. Entendi.**

- A prefeitura disponibiliza uma casa de apoio em Salvador pra aqueles que precisa ficar lá, tomar medicamento, uma pessoa lá

com conhecimento dos hospitais pra tá, pra tá levando, pra tá acompanhando as pessoas que não têm informação e carros, carro que transporta essas pessoas, infelizmente é assim, na verdade, não tem muita coisa que resolve em Feira de Santana (...). Quando você precisa ir pra Salvador, se tiver que ficar tem essa casa de apoio, se você não conseguir vir hoje, você vem amanhã né? Fica na casa de apoio, não precisa pagar aluguel, a prefeitura é quem arca com as despesas, então a gente tem sempre pessoas que reclama, mas, eu não reclamo não.  
(Entrevista com liderança local)

No grupo focal os produtores, embora identifiquem pequenos problemas e entendam que há pontos a serem melhorados, apontam que o município atende bem nessa área e avaliam como boa a situação do sistema de saúde na região.

**E. E acesso à saúde aqui no município, como é?**

- Rapaz a saúde aqui não é 10, agora tem lugar que tá pior do que nós. Tem muita gente saindo das outras cidade e vindo pra aqui...  
- Vai fazer uma consulta e muitos tentando marcar...

**E. Vocês têm dificuldade ou têm facilidade de ter acesso à saúde?**

- Não, uma coisa que pra gente quando precisa, tem. Eu quebrei a perna vai fazer mais de ano. Cheguei aqui, já fui atendido.  
- Emergência tem... aí quando é algo que demora mais, né, que você vai voltando, aí é a regulação, têm até coisas que vocês acha que poderia ser mais rápido, mas só dentro da regulação do estado. Você tem que entrar na fila. Aí como os problemas que se têm aqui, todo canto têm talvez até mais. Mas, o SUS por parte do poder público tá funcionando bem. Aí tem médico no município, né, tem nos povoados, dentista, coisa e tal, então é como diz Arlindo, 10 num é, mas tem uma nota azul, boa, né?  
(Grupo focal com produtores)

### 3.2.4 - A escola e a educação

O ensino no município de Pintadas, que em 2006 já apresentava uma imagem positiva para 7 dos 11 produtores avaliados, em 2015 o número de produtores com essa visão aumentou para 10. Os 4 produtores que tinham uma imagem regular sobre os serviços públicos na área de educação de Pintadas reduziram para apenas 1 em 2015.

**Tabela 17** – Opinião sobre os serviços públicos na área de educação

<b>Opinião</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Positiva</b>	7	10	10
<b>Negativa</b>	0	1	0
<b>Regular</b>	4	0	1
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

A avaliação quantitativa dos produtores é corroborada pelas lideranças locais que têm, sobre o acesso à escola, desde 2006, uma boa avaliação. Segundo os entrevistados, o ensino é de boa qualidade, tem escola para todos ou transporte suficiente para atender às comunidades do município adequadamente.

**E. Mas, e o acesso à escola?**

- Hoje, a gente tem ônibus, a prefeitura hoje tá com mais de 15 ônibus eu acho, 8 a 15 ônibus, 10 a 15 ônibus além de vãs pequenas buscando alunos, buscando o menino em toda localidade, construindo colégio... Então, hoje só não estuda quem não quiser. Porque o acesso tá mais fácil que naquele tempo.

(Entrevista com liderança local)

**E. Como é o acesso à escola para as famílias de produtores rurais aqui no município?**

- É boa.

**E. Por que você diz que é boa?**

- Dentro do possível é bom porque toda região tem transporte pra que os alunos venham pra casa, as escolas da zona rural foram quase todas fechadas por vários fatores, falta de aluno em determinada série, professores coisa e tal, então, tem transporte e nos últimos dois anos o município mudou muito a questão do transporte, lembro que ele conseguiu os ônibus amarelinho da escola mesmo, de ônibus comum, só três que ainda são, como é que diz, locados, os carros, a frota toda é nova, então tem acesso.

**E. Não falta vaga na escola então?**

- Não. Quem quer estudar tem como estudar

(Entrevista com liderança local)

Em outra concepção, um elemento é destacado como problemático nessa discussão. Embora concordem com a visão positiva sobre a educação de Pintadas e a disponibilidade de transporte, os produtores citam que as estradas, que na sua maioria

são sem pavimentação, nos períodos de chuva se revelam como um grande problema para essa área.

**E. Tem vaga para todo mundo?**

- Ah, pra mim tá bem. Todo mundo tá estudando.

- Tem.

- Todo mundo estuda.

- O problema maior é questão de estrada...

**E. Transporte escolar?**

- O ônibus escolar tem. Agora estrada, tem estrada de chão. Asfalto só tem no trecho aqui 20 e poucos quilômetros até a avenida com Ipirá que é a rota, mas, o resto é tudo chão. Então essa é uma das dificuldades. Agora carro, transporte tem em toda região, mas tem estrada de chão

- Esses dias choveu muito a estrada ficou ruim, né?

(Grupo focal com produtores)

A escolaridade dos 11 produtores avaliados desde 2006 avançou, visto que diminuiu o número daqueles com ensino fundamental incompleto, e aumentou o número daqueles que completaram o ensino médio. Apesar disso, o nível de escolaridade do grupo ainda é baixo. Um aumento mais expressivo na escolaridade desses produtores poderia, hipoteticamente, ter influenciado na melhoria da participação, bem como na organização para a produção. Infelizmente o CCP não conseguiu provocar uma busca desses produtores pela escola, como maneira de atribuir maior qualidade ao aprendizado e ampliar o campo das perspectivas perante os novos desafios.

**E. Pois é. Isso não teve nenhuma alteração? O pessoal não voltou a estudar?**

- Não, acho que em função do CCP eu creio que não. Teve alguns projetos do governo, né, outros programas de governo, o pessoal idoso voltou a estudar, inclusive eu fui professor da aceleração pra eles, do pessoal idoso, né, que estudou comigo, tem uns produtores que estudaram comigo, são meus alunos, mas não em função do CCP. Creio que seja em função de outros programas de governo que tinha e tal

(Entrevista com o quadro técnico)

**E. Em geral a escolaridade do produtor é baixa?**

- É.

**E. Não aconteceu nenhum movimento recente de volta a escola do produtor?**

- Não.

**E. Tem algum trabalho nesse sentido ou não?**

- Eu acredito que não

(Entrevista com liderança local)

### 3.2.5 – Os aspectos de renda

Como já apontamos, dos 35 produtores que foram listados em 2006 no projeto, onze (11) foram os que se mantiveram fidedignos até o levantamento de 2015. No entanto, ao avaliarmos os aspectos de renda e conseqüentemente de que fontes ela advém, observa-se que desde 2006 esses produtores eram os que, em sua maioria, obtinham sua renda através da propriedade e de outras fontes. A Tabela 18 mostra que em 2006, nenhuma dessas 11 famílias obtinham sua renda exclusivamente da propriedade. Todas tinham outras fontes, sendo que uma (1) advinha de aposentadoria. Talvez esse tenha sido o porquê desses produtores terem conseguido superar momentos difíceis de seca e conseqüentemente de baixa produção e outros não terem tido estofo suficiente para superar tais crises. Em 2015 o quadro se alterou um pouco, com duas (2) famílias vivendo exclusivamente da renda adquirida com o que suas propriedades produziam. No entanto, as outras fontes se mantiveram na renda da maioria das famílias com o aumento de uma família vivendo também de aposentadoria.

**Tabela 18** – Obtenção da renda familiar

Obtenção da renda familiar	2006	2008	2015
Exclusivamente da propriedade	0	2	2
Propriedade e aposentadorias	1	0	2
Propriedade e outras fontes	10	8	7
Não informou	0	1	0
Total	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

A pesquisa qualitativa mostra que a produção desses é diversificada, ainda que o leite seja a principal fonte de renda da propriedade.

- Ovino. Aqui é um município de pecuária, né? Então é a leiteira, um boi, o garrote, por causa da questão do corte, e ovinos.

**E. Basicamente esse pessoal que está hoje no CCP, quando eles não vivem só de leite, incorporam o ovino?**

- Ovino. Criam umas galinhazinha no quintal, não falta, mais familiar, vende ovos. Tem alguns produtores que trabalham com mel também. Apicultores.

**E. E gado de corte também?**

- É, eles criam garrotes, né? Alguns, a maioria não deixa fazer boi, como diz o povo né, quando chega em tantas arroba vende

pra ter um extra. Aí, depende da área de terra deles, né? Se ele vê que dá pra segurar um bezerro com 9 arroba, aí se a área é maior aí deixa fazer garrote (Entrevista com o quadro técnico)

- Hoje tem comércio, uma coisa muito boa pra nós que é ovino, que são carneiro.

**E. Ah sim, ovino, além do leite?**

- Ovino. Nós temos agora um grupo aí também que tá indo pra uma área muito boa que é a questão da apicultura, e aí o município desenvolveu a implantação de umas tecnologias a partir do ano passado, né? Como a gente vinha de uma seca muito longa, aí ficou a cisterna pra produções, barreiras, então o município hoje tem muita coisa.

**E. Você tinha me falado que a produção de mel tem aparecido, a produção de ovinos, mas, isso entre os produtores de leite?**

- Podem ter alguns que tá fazendo, que têm as 3 atividades. A questão da agricultura familiar, você tem que ter de tudo um pouquinho.

**E. Claro, mas o leite é o principal em geral ou não?**

- É. Leite é o principal

(Entrevista com liderança local)

**E. E como é que ele complementa essa renda? Ou não complementa?**

- Complementa, complementa. Assim, na questão de criação de gado que deu um salto legal na agricultura, suinocultura, com isso, você vê que subiu. Normalmente a maior parte é agricultura familiar. Aí tem a criação de apicultura, suinocultura, bovinocultura, de ave, avicultura, então.

(Entrevista com o quadro técnico).

O projeto de CCP tem como principal objetivo gerar renda para os produtores beneficiados, portanto, a averiguação do aumento da renda desses produtores ao longo do tempo é condição *sine qua non* para validar os resultados do projeto. Em 2006, na avaliação *ex-ante*, quando o CCP ainda não estava em funcionamento foi verificado o valor pago pelo litro de leite aos produtores pelos atravessadores da época. A Tabela 19 apresenta os valores pagos por litro de leite pela COOAP e por outras vias. Como em 2006 o levantamento foi do tipo *ex-ante*, a COOAP ainda não comercializava o leite. Observa-se que o CCP não conseguiu ser mais lucrativo para os produtores do que a venda por fora. Do valor que era praticado em 2006 pelos atravessadores (R\$0,40), houve um aumento de 75,0% para o preço de 2015. O leite vendido diretamente ao consumidor subiu 257,5%. É importante ressaltar que essa comparação ocorre sobre apenas um (1) produtor que também vendeu parte menor de sua produção *in natura* e

diretamente a consumidores locais. Além disso, essa prática não é legal, visto que a vigilância sanitária coíbe a venda do leite não resfriado.

**Tabela 19** – Preço de comercialização do leite pelos produtores

<b>Preço por litro de leite</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Beneficiado pelo CCP</b>	----	R\$0,54	R\$ 0,70
<b>Não beneficiado pelo CCP</b>	R\$ 0,40	R\$ 0,63	R\$ 1,43

Fonte: Dados coletados em campo

Buscando contemplar as outras fontes de produção da propriedade que incidem sobre a renda da família e separar o ganho obtido com a venda do leite e com a venda dos outros produtos, a análise avalia as duas fontes. Em 2006 a renda bruta anual adquirida pelos 11 produtores do CCP com a venda de leite foi de R\$58.065,00, o ganho médio foi de R\$5.278,64 com variação entre R\$1.080,00 e R\$11.388,00.

Em 2008, os ganhos com a venda de leite aumentaram e, no período, este foi o ano de melhor renda mensal para os produtores. A Renda bruta mensal média em salários mínimos saiu de 1,25 salários em 2006 (quando o valor do salário mínimo correspondia a R\$350,00) para 2,24 salários em 2008 (quando valia R\$788,00), um aumento de 79,2%. Em 2015 os ganhos voltam a reduzir para 1,49 salários decrescendo em 33,5%. Comparando 2006 com 2015 ocorre um incremento de 19,2%.

Os rendimentos em 2015 totalizaram R\$155.360,00 no ano com a venda de leite. A renda média mensal foi de R\$14.123,64, variando entre R\$7.560,00 e R\$32.400,00.

**Tabela 20** – Renda bruta anual da propriedade com a atividade produtiva ligada ao CCP

<b>Classe de renda bruta anual da produção de leite (R\$)</b>	<b>2006</b>	<b>2008*</b>	<b>2015</b>
<b>5.000  --- 10.000</b>	5	4	5
<b>10.000  --- 15.000</b>	1	3	2
<b>15.000  --- 20.000</b>	0	1	2
<b>20.000  --- 30.000</b>	0	1	1
<b>30.000  --- 40.000</b>	0	0	1
<b>Total</b>	11	10	11
<b>Renda bruta anual total das propriedades</b>	R\$ 58.065,00	R\$ 111.661,00	R\$ 155.360,00
<b>Renda bruta anual média por propriedade</b>	R\$ 5.278,64	R\$ 11.166,10	R\$ 14.123,64
<b>Renda bruta mensal média em salários mínimos vigentes no ano respectivo</b>	1,25	2,24	1,49

\* Uma propriedade não informou a renda oriunda da atividade leiteira.

Fonte: Dados coletados em campo



Avaliamos a seguir a renda da propriedade advinda de outras fontes que não o leite. Em 2006 havia nessa condição 9 produtores, em 2008 havia 8 produtores e em 2015 havia 6 casos. Essa diminuição demonstra que os produtores foram voltando mais sua produção para o leite. A renda bruta total no ano de 2006, dos 9 produtores com outras fontes, foi de R\$24.995,00 com variação entre R\$330,00 e R\$7.720,00 e média de R\$2.777,22. Em 2008, com menos 1 produtor que em 2006, a renda bruta no ano foi de R\$40.499,00. A renda média foi R\$5.062,38, com produtores tendo ganho entre R\$1.597,00 e R\$8.000,00. Em 2015 a renda bruta anual das 6 propriedades oriundas de outras atividades variou entre R\$1.500,00 e R\$14.000,00, com renda média de R\$7.433,33. O total anual foi de R\$44.600,00.

Tomando como base o ano de 2006, em 2015 a renda bruta quase dobrou e a renda média mensal superou 2,5 vezes a de 2006. O mesmo movimento que ocorreu com os ganhos na venda de leite foi verificado com os ganhos provenientes de outras atividades. Entre 2006 e 2008 há um incremento de 53,0% na renda bruta média mensal medida em salários mínimos e um decréto de 22,8% entre 2008 e 2015. A comparação em salários dá uma visão mais real dos ganhos obtidos.

**Tabela 21** – Renda bruta anual da propriedade com outras atividades produtivas

<b>Classe de renda anual de outras atividades (R\$)</b>	<b>2006</b>	<b>2008*</b>	<b>2015</b>
<b>1.000  --- 2.000</b>	3	1	1
<b>2.000  --- 5.000</b>	2	3	0
<b>5.000  --- 7.000</b>	1	2	2
<b>7.000  --- 10.000</b>	1	2	1
<b>10.000  --- 15.000</b>	0	0	2
<b>Total</b>	9	8	6
<b>Renda bruta anual total das propriedades</b>	R\$ 24.995,00	R\$ 40.499,00	R\$ 44.600,00
<b>Renda bruta anual média por propriedade</b>	R\$ 2.777,22	R\$ 5.052,38	R\$ 7.433,33
<b>Renda bruta mensal média em salários mínimos vigentes no ano respectivo</b>	0,66	1,01	0,78

\* Uma propriedade não informou a renda oriunda de outras atividades.

Fonte: Dados coletados em campo

O resultado total da propriedade é apresentado na Tabela 22 onde são considerados os ganhos com o leite somados às outras atividades existentes na propriedade que geram renda.

Em 2006, a renda bruta anual das 11 propriedades variou entre R\$1.080,00 e R\$15.440,00. A média por propriedade foi de R\$7.550,91. A soma de todas as propriedades totalizou um faturamento bruto no ano de R\$83.060,00.

Em 2008, foram 10 produtores que informaram seus rendimentos. A renda bruta total no ano variou entre R\$3.300,00 e R\$28.988,00, com média de R\$15.216,00 por propriedade. No total os produtores tiveram um faturamento bruto de R\$152.160,00.

Em termos absolutos, em 2015 os ganhos foram mais elevados que os anos anteriores. Os 11 produtores tiveram uma renda anual variando entre R\$7.560,00 e R\$46.400,00. A renda bruta média no ano foi de R\$18.178,18 por produtor. O faturamento total em 2015 chegou a quase duzentos mil reais (R\$199.960,00).

O aumento entre a renda bruta anual média de 2006 para 2008 foi de 101,5%, de 2008 para 2015, após sete anos, o aumento foi mais modesto de 19,5%. Entre 2006 e 2015 o aumento foi de 147,0%, impactado muito fortemente pelo período que transcorreu entre 2006 e 2008.

A renda medida em salários mínimos pode ser encarada como indicador de maior acurácia para verificar o real incremento de renda conquistado por esses produtores, por refletir melhor o valor monetário em cada momento. O ano de 2008 representou de fato um período muito bom para os ganhos dos produtores de Pintadas. A renda bruta mensal média passou de 1,79 SM em 2006 para 3,05 SM em 2008, representando um aumento de 70,4%. Entre 2008 e 2015 houve um decréscimo de 37,0%, com a renda média mensal caindo para 1,92 SM. No período, entre 2006 e 2015 o aumento em salários mínimos na renda bruta mensal foi de 7,3% (Tabela 22).

**Tabela 22** – Renda bruta anual da propriedade

<b>Classe de renda anual bruta (R\$)</b>	<b>2006</b>	<b>2008*</b>	<b>2015</b>
<b>1.000  --- 5.000</b>	5	1	0
<b>10.000  --- 15.000</b>	3	3	1
<b>15.000  --- 20.000</b>	1	2	4
<b>20.000  --- 30.000</b>	0	2	2
<b>30.000  --- 50.000</b>	0	0	1
<b>Total</b>	11	10	11
<b>Renda bruta anual total das propriedades</b>	R\$ 83.060,00	R\$ 152.160,00	R\$ 199.960,00
<b>Renda bruta anual média por propriedade</b>	R\$ 7.550,91	R\$ 15.216,00	R\$ 18.178,18
<b>Renda bruta mensal média em salários mínimos vigentes no ano respectivo</b>	1,79	3,05	1,92

\* Uma propriedade não informou a renda oriunda de outras atividades.

Fonte: Dados coletados em campo

A Tabela 23 apresenta a relação entre a renda bruta anual adquirida com a venda do leite e a renda bruta anual total. É importante sinalizar que a renda obtida com o leite esteve em torno dos 70,0% a mais em todos os anos verificados, ou seja, o leite para esses 11 produtores de Pintadas é de fato a principal fonte de renda. Outro elemento importante e que depõe a favor do projeto, é que essa participação da renda do leite sobre a renda total aumentou ao longo dos anos. De fato, foi de 69,9% em 2006, 73,4% em 2008 e 77,7% em 2015. Como vemos, o leite é um insumo fundamental para o sustento dos agricultores familiares de Pintadas.

**Tabela 23** – Renda bruta oriunda do leite sobre a renda bruta da propriedade

<b>Renda média (R\$)</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Proveniente do leite</b>	R\$ 5.278,64	R\$ 11.166,10	R\$ 14.123,64
<b>Renda média total</b>	R\$ 7.550,91	R\$ 15.216,00	R\$ 18.178,18
<b>Relação (leite/total)</b>	69,9%	73,4%	77,7%

Fonte: Dados coletados em campo

As conclusões que levantamos a partir dos dados quantitativos são corroboradas pela avaliação qualitativa. A percepção dos produtores é de que houve crescimento na renda no período.

**E. De 2006 para cá a renda de vocês melhorou ou ficou igual? O CCP melhorou alguma coisa na renda de vocês?**

- Ao menos pra mim melhorou, né?
  - Pra mim também melhorou.
  - Bem melhor...
  - Mas, tá melhor que pelo menos que tem a garantia de que não vai perder, e naquele momento lá, vocês corria o risco, inclusive de não pagarem
  - A firma tá mantendo, né?
  - O pessoal tá mais seguro.
- (Grupo focal com produtores)

Além do aumento de renda reconhecido pelos produtores, um ganho fortemente positivo do projeto na avaliação deles é a garantia de pagamento e a sua regularidade. Ou seja, confiar que, ao entregar seu leite na cooperativa, sua renda está garantida diferentemente do que ocorria antes do CCP. Isso significa empoderar as famílias para uma melhor perspectiva de acesso a bens de consumo e ao crédito.

**E. O que, na opinião de cada um de vocês, o CCP trouxe de positivo? Para a vida de vocês, para a vida da família?**

- Eu achei que, porque você vende o leite, já sabe que o leite é pra sustentar a família, você sabendo que aquele dinheiro é certo, você não se preocupa.
  - Vai poder comprar fiado.
  - É, você já compra já sabendo que o seu dinheiro tá certinho ali. Porque é a coisa pior é você vende uma coisa, você vende, e num sabe se vai receber hoje, ou amanhã ou depois. E aí não, o CCP desde que começou atrasa 1 dia, 2, mas tava lá, coisa de banco, porque o banco quando chega, ah só pode botar o dinheiro na conta amanhã, atrasa 1 dia, 2. Desde que começou acho que só atrasou os dias do próprio banco. Foi a coisa melhor que eu achei.
  - É.
  - Eu acho que... a gente sabe que o preço tá abaixo no geral, mas sabe que tá certo.
  - Sabe que o dinheiro tá vindo certo.
- (Grupo focal com produtores)

Na perspectiva dos produtores, o CCP “moralizou” a venda de leite em Pintadas ao inserir no município a regulação do preço do leite. Hoje, os produtores sabem que possuem uma referência de preço que força os outros compradores a caminhar mais ou menos próximos do preço praticado no CCP. Essa regulação jogou o preço para cima e como consequência elevou ganhos dos produtores, além disso, forçou que os outros compradores também passassem a atuar honrando os pagamentos. A melhora da autoestima também foi citada como uma diferença em relação ao início do projeto.

**E. Se fossemos fazer um resumo do que o CCP trouxe de positivo, teria o que?**

- É, principalmente regular o preço. O CCP hoje ele regula o preço, se não fosse o CCP pelo que eu sinto desde lá de 2007, a demanda de leite, a lei da oferta e da procura com os atravessadores, o preço tava bem mais abaixo. Porque a cooperativa não tem fins lucrativos.

(Entrevista com liderança local)

**E. Se fossemos fazer um resumo do que o CCP trouxe de positivo, teria o que?**

- O preço.

- Aumento do preço.

- E mais regularidade...

- Que teve momento em que não faltava quem quisesse comprar, mas, muita gente não tinha segurança de entregar pra alguns compradores.

- E outra coisa que também foi falado é essa questão mesmo que a gente disse é indiscutível, se não tivesse o CCP, que é uma alternativa, o preço do leite, mesmo agora com essa queda do preço, mas, ninguém sabia como é que taria, porque quem dizia o preço que pagava era eles, os atravessadores. E agora não, agora ele não pode dizer, eu vou pagar R\$0,50, porque sabe que a cooperativa vai pagar mais. (...). Se não fosse isso meu amigo, não se sabe como taria aqui, né?

(Grupo focal com produtores)

**E. Se fossemos fazer um resumo do que o CCP trouxe de positivo, teria o que?**

- Melhorou o preço, melhorou a autoestima do produtor, entendeu? E eu falo porque fiquei no início e eu lembro que quando eles chegavam, falavam muito do CCP, claro com tempo vão falando menos. Mas, melhoraram a autoestima deles quando viram o preço melhorar um pouco, eles viram o poder de barganha que tinham quando estavam unidos, que antes não tinha esse poder de barganha com os compradores. Os compradores não sentavam com eles pra negociar o preço, os cara fala: ah, num vou comprar, vai pro outro, o outro tava pagando igual. Então acho que autoestima deles melhorou bastante.

**E. Mais alguma coisa?**

P. Sim, têm produtores que eles vendiam o leite e paravam a venda: ah, num vou mais vender. Ficavam no calote às vezes, e eles falavam: vou vender pra que, pra num receber? (...). Então com o CCP isso não ocorreu mais. Porque tanto o CCP pagou certinho, como os outros começaram a pagar certo. A que deu calote acabou saindo, né? Foi justamente com a entrada do CCP que fez isso, né, pegou esse vácuo deles aí e o CCP moralizou mesmo a questão do pagamento do leite. Nossa, eu acompanhei

a data do vencimento e pagava na data certa, então moralizou, o CCP moralizou o leite em Pintadas.  
(Entrevista com o quadro técnico)

Buscou-se verificar se o aumento de renda trouxe para essas famílias possibilidades de investimentos ao longo desses anos e se o CCP contribuiu para isso. Em 2006 e 2008 não houve investimento em poupança por parte de nenhum produtor, embora a maioria também não tivesse interesse. Em 2015 houve um produtor que tinha interesse e conseguiu investir.

**Tabela 24** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em poupança

<b>Investimento em poupança</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	6	10	5
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	5	1	5
<b>Houve interesse e foram feitos investimentos em decorrência CCP</b>	0	0	1
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Em 2006 e 2008 houve 5 e 3 produtores que fizeram investimento em eletrodomésticos independente do CCP. Em 2008 e 2015, três (3) em cada ano investiram em eletrodomésticos e realizaram esses investimentos por conta do CCP.

**Tabela 25** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em eletrodomésticos

<b>Investimento em eletrodoméstico</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	5	5	5
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	1	0	3
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	5	3	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	3	3
<b>Não informou</b>	0	0	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Por ser um bem mais caro, é esperado que o investimento em veículo seja baixo. Em 2006 houve 4 produtores que investiram na compra de um veículo. Em 2008 um (1) produtor adquiriu um veículo independente dos ganhos do CCP e dois (2) compraram

em função dos ganhos com o CCP. Em 2015, um (1) produtor investiu em veículo e afirmou que os ganhos com o CCP ajudaram nessa realização.

**Tabela 26** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em veículos

<b>Investimento em veículo</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	6	7	5
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	1	0	5
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	4	1	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	2	1
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Para investimentos em melhorias da casa houve poucos que não tivessem interesse em todos os anos. Em 2006, nove (9) produtores tinham interesse em investir, mas não puderam fazer. Em 2008 e 2015, 3 e 2 produtores afirmaram que investiram possibilitados pelo CCP.

**Tabela 27** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses na residência

<b>Investimento na residência</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	1	3	4
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	9	4	5
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	1	0	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	3	2
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Outro tipo de investimento que deveria atrair os produtores seria em animais. De fato, em todos os anos houve interesse em fazê-lo. Em 2006 mais da metade dos 11

produtores investiram. Isso se justifica pela perspectiva que tinham, com a chegada do CCP, de aumentarem sua produção. Em 2008 também houve investimento em animais por parte de 5 dos 11 produtores, já com o apoio dos ganhos obtidos com a venda do leite. Em 2015 os investimentos foram realizados por 4 produtores também possibilitado pelos ganhos com o leite vendido no CCP. Nesse ano, seis (6) produtores tiveram interesse em investir, mas não conseguiram. Comparando 2015 com 2006, houve redução no investimento em animais o que pode ser explicado pela seca que acometeu a região no período.

**Tabela 28** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em animais

<b>Investimento em animais</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	2	2	1
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	2	1	6
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	7	2	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	5	4
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Os produtores vêm investindo na propriedade desde 2006. Naquele ano, 8 dos 11 fizeram investimentos, em 2008 o mesmo quantitativo continuou investindo, sendo que 3 contaram com os recursos adquiridos com a venda do leite. Em 2015, dois (2) produtores não puderam investir em sua propriedade, embora quisessem fazê-lo. Nove (9) produtores, no entanto, conseguiram investir e com a ajuda de recursos adquiridos com o leite. É inegável que para qualquer tipo de investimento esses produtores utilizam os recursos advindos da venda de leite, visto que esse representou em cada etapa mais de 70,0% da renda total bruta da propriedade.



**Tabela 29** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses na propriedade

<b>Investimento na propriedade</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	3	2	0
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	0	0	2
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	8	5	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	3	9
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Os investimentos em equipamentos eletrorurais e implementos agrícolas foram baixos ao longo do período. Em 2008 há a ocorrência de um (1) produtor que teve a intenção de investir, mas não o fez e um (1) que alega ter investido em eletrorurais, independente dos ganhos que teve com o CCP. No caso dos implementos agrícolas, em 2006 cinco (5) dos 11 produtores tinham interesse em investir, mas não conseguiram. Em 2008, um (1) produtor teve interesse, mas não conseguiu comprar implementos e 2 conseguiram fazê-lo com ajuda dos ganhos advindos do CCP. Em 2015 houve um aumento de produtores que investiram em equipamentos eletrorurais e implementos agrícolas, possibilitados pelos ganhos com a venda de leite, 4 em cada. Contudo, 3 quiseram comprar implementos agrícolas, mas não tiveram recursos.

**Tabela 30** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em equipamentos eletro-rurais

<b>Investimento em equipamento eletro-rurais</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	11	8	7
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	0	1	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	0	1	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	0	4
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

**Tabela 31** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em implementos agrícolas

<b>Investimento em implementos agrícolas</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	6	7	4
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	5	1	3
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	0	0	0
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	2	4
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Foi averiguado também se houve investimentos em novas técnicas de produção. Em 2006 houve interesse de um produtor, que não conseguiu investir e 2 produtores que investiram em novas técnicas. Em 2008, não mudou muito. Houve 4 produtores interessados em fazer investimento, mas não puderam e um (1) produtor que conseguiu realizar. Em 2015, possibilitados pelo ganho com o CCP, 3 produtores fizeram investimentos em novas técnicas de produção.

**Tabela 32** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em novas técnicas de produção

<b>Investimento em novas técnicas de produção</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	8	5	3
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	1	4	4
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	2	1	1
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	0	3
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

Em relação às áreas de pastagem, os investimentos aumentaram entre 2006 e 2015, com 5 produtores tendo investido utilizando os ganhos obtidos com o CCP.

**Tabela 33** – Investimentos realizados pelo produtor nos últimos 12 meses em áreas de pastagem

<b>Investimento na área de pastagem</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Não houve interesse</b>	4	5	2
<b>Houve interesse, mas não foram feitos novos investimentos</b>	2	1	2
<b>Houve interesse foram feitos investimentos independente CCP</b>	5	4	2
<b>Houve interesse foram feitos investimentos decorrência CCP</b>	0	0	5
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

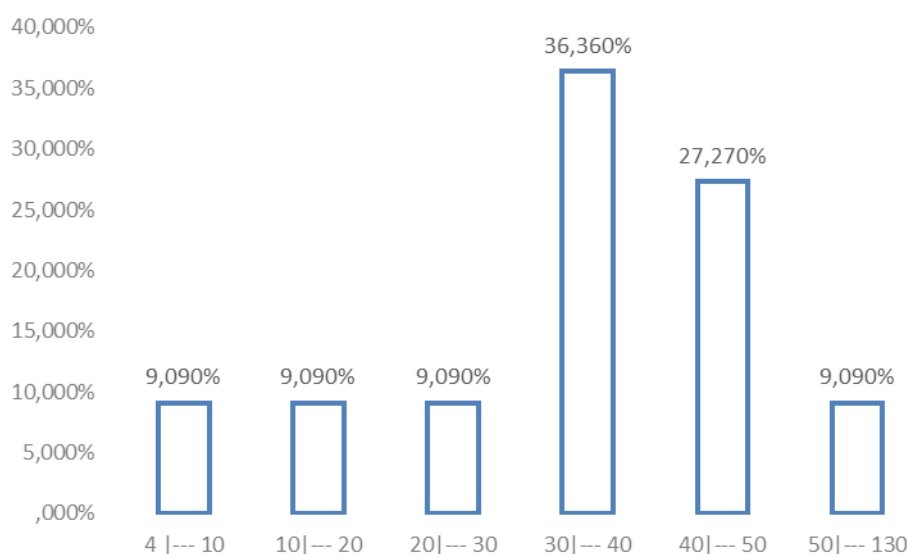
Na avaliação sobre os investimentos realizados pelos produtores, observa-se que há um aumento ao longo do período. Em 2105 os investimentos em novas técnicas de produção, aquisição de implementos agrícolas e em áreas de pastagens aumentou, principalmente, possibilitado pelos ganhos com a venda do leite no CCP. Este resultado mostra que a renda obtida com o CCP, que foi crescente entre 2006 e 2015 está sendo em parte reinvestida na própria produção, o que tende a contribuir com a sustentabilidade da atividade leiteira entre estes produtores.

### 3.2.6 - A produção para o CCP

A capacidade de recolhimento de leite do CCP é muito maior do que o atendimento para 70 produtores como o observado em 2015. Porém, há uma grande concorrência com atravessadores e indústrias de laticínios da localidade.

Dos 70 produtores que apareceram entregando leite no CCP em 2015, estamos avaliando os 11 que vinha entregando ininterruptamente desde 2006. Suas produções são entregues para que a COOAP faça o resfriamento e comercialize por meio do CCP.

Avaliando a capacidade produtiva dos 11 produtores, verifica-se que suas propriedades têm tamanhos entre 4,8 e 130 hectares. O tamanho médio é de 40,1 hectares e o mediano de 34 hectares. Apenas uma propriedade possui acima de 100 hectares.

**Gráfico 4** – Distribuição da área das propriedades (Ha)

Fonte: Dados coletados em campo

Em 2015, esses 11 produtores totalizavam um rebanho leiteiro de 305 vacas. Em 2006 e 2008 as famílias, quase na sua totalidade, possuíam até 19 vacas. Em 2015 acontece um salto, os 11 produtores em conjunto passam a ter três vezes mais vacas que em 2006. Naquele ano todas as famílias passaram a ter no mínimo 10 vacas e três delas conseguiram arrebancar acima de 30 vacas. Entre 2006 e 2008 houve um aumento de famílias com um rebanho de tamanho maior, contudo o tamanho total do rebanho permaneceu inalterado. Em 2015 há um salto de 200,0% no número médio de animais em relação a 2006.

**Tabela 34** – Distribuição do rebanho leiteiro das propriedades

Número de vacas	2006	2008	2015
<b>1 --- 9</b>	7	3	0
<b>10 --- 19</b>	3	7	4
<b>20 --- 29</b>	1	0	4
<b>30 --- 39</b>	0	0	1
<b>40 --- 49</b>	0	0	1
<b>50 --- 90</b>	0	0	1
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11
<b>Rebanho leiteiro</b>	101	101	305
<b>Menor rebanho</b>	1	2	10
<b>Maior rebanho</b>	20	18	85
<b>Média de animais por propriedade</b>	9,2	10,1	27,7

Fonte: Dados coletados em campo

A produção de leite dos produtores aumentou ao longo dos anos. Entre 2006 e 2015, o aumento foi de 68,5%. Em 2008, dois anos após a inauguração do CCP, a produção aumentou em 40,1%. Dessa produção, o montante de leite entregue ao CCP foi quase cinco vezes a produção enviada para outros canais. Em 2015 essa relação foi de 51,2 vezes e gerou um aumento de 42,1% no total do leite beneficiado no CCP em relação a 2008.

**Tabela 35** – Total da produção anual de leite das propriedades (litros)

<b>Leite produzido</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>Beneficiado pelo CCP</b>	0	165.752	235.600
<b>Não beneficiado pelo CCP</b>	142.530	33.916	4.600
<b>Total</b>	142.530	199.668	240.200

Fonte: Dados coletados em campo

A Tabela 36 apresenta um movimento positivo na produção de leite dos 11 produtores avaliados entre 2006 e 2015. Em 2006 existia um número considerável de produtores (4) nos primeiros níveis de produção (até 10 mil litros/ano). Em 2015 todos os produtores passaram a produzir pelo menos 10.000 litros por ano. Ou seja, os dados demonstram que há uma redução no número de produtores com produção nos níveis mais baixos e um aumento de produtores com capacidade de produção mais relevante.

**Tabela 36** – Distribuição da produção anual de leite das propriedades

<b>Leite produzido (litros)</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>0  --- 5.000</b>	2	1	0
<b>5.000  --- 10.000</b>	2	0	0
<b>10.000  --- 15.000</b>	3	2	4
<b>15.000  --- 20.000</b>	2	3	2
<b>20.000  --- 25.000</b>	2	1	2
<b>25.000  --- 55.000</b>	0	3	3
<b>Não informou</b>	0	1	0
<b>Total</b>	11	11	11

Fonte: Dados coletados em campo

A produtividade por animal segue um comportamento inverso à produção de leite total, que aumentou ao longo dos anos. Em 2006, a maioria dos produtores (8) tinham vacas produzindo acima de 3,5 litros de leite ao dia. Em 2008, houve um movimento crescente, todos os produtores (10) tinham suas vacas produzindo no mínimo 4 litros/dia. Entretanto, em 2015, a maioria das propriedades (6) teve suas vacas produzindo até 2 litros de leite por dia.

**Tabela 37** - Média da produção de leite por animal/dia em cada propriedade

<b>Litros de leite por vaca/dia</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2015</b>
<b>0,5</b>	0	0	0
<b>1</b>	0	0	1
<b>1,5</b>	0	0	3
<b>2</b>	1	0	2
<b>2,5</b>	2	0	0
<b>3</b>	0	0	1
<b>3,5</b>	2	0	2
<b>4</b>	1	2	1
<b>5</b>	1	3	0
<b>5,5</b>	1	1	0
<b>6</b>	1	1	1
<b>6,5</b>	1	0	0
<b>7</b>	0	1	0
<b>7,5</b>	0	2	0
<b>8</b>	1	0	0
<b>Total</b>	11	10*	11
<b>Média diária</b>	4,5	5,65	2,72

\* Não foi possível realizar o cálculo para uma propriedade.

Fonte: Dados coletados em campo

Se compararmos as narrativas acerca da produção e da produtividade desses produtores tendo como base apenas os dados quantitativos perceberemos que há elementos que deveriam se complementar e que na verdade divergem. Quando observamos o número de vacas e a produção de leite anual crescendo no período, seria esperado que a produtividade das vacas também aumentasse. Contudo, não é o que ocorre, e passamos a entender o porquê a partir do levantamento qualitativo que indica a seca como o principal vilão para a queda de produtividade das vacas.

Os dados qualitativos certificam que a queda na produtividade identificada nos dados quantitativos a partir de 2008 ocorre em função do longo período de seca vivenciado pelo município, principalmente entre os anos 2009 e 2014. Impactando no rebanho e, conseqüentemente, na produtividade. Esse impacto produziu um efeito negativo sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido desde 2006, a partir do advento do CCP, para estimular a cadeia produtiva do leite no município. As manifestações dos diferentes atores seguem na direção dessa narrativa:

- Esse correr de 4 anos com essa seca, o povo só achou pra ver se salvava o rebanho. Desligou. Só lutando, lutando pra ver se salvava, gastando. Eu mesmo fui assim, eu tava com 17 vacas parideira, aí começou a seca, começou... acabou palma, acabou tudo. Aí sumi no mundo com gado, vendi tudo, que eu num tinha mais jeito de eu ficar com gado, que se eu ficasse quem ia morrer era eu.

- Foi.

- Uns 4 anos, de 2010 pra 2014 foi pra 4 anos, 2011, 2014.

- Foi um sufoco que a gente só se ligava era ver a vaca vivendo. A gente já tava mal, o leite quase mesmo acabou.

- Porque aí acabou tudo quase.

(Grupo focal com produtores)

- Quem nos acabou foi a seca, a estiagem, seca não, a estiagem, porque nós não tivemos apoio, se nós tivesse tido apoio... porque apoio assim no início pra gente ter preparado mais ração pros animais, nós teria conseguido vencer a seca sem ficar devendo. Porque eu conheço gente, vizinho meu, que fez dois projetos, um no Banco do Nordeste, outro no Banco do Brasil pra poder alimentar os animais, comprar ração e hoje o gado morreu quase todo e agora o banco tá cobrando, bota o cara no SPC, e aí?

(Grupo focal com produtores)

- A gente teve uma queda grande em 2010... A gente teve uma queda maior foi em 2009 pra 2010, teve uma queda, mas a maior mesmo maior foi agora em 2013 pra 2014.

**E.: Seca?**

- Seca. Tinha até produtor falando que ia tornar a criar gado de corte, decepcionado com o preço do leite.

(Entrevista com o quadro técnico)

**E. Entendi. Você acha que a seca foi um fator que também atrapalhou na produção?**

- Com certeza, né, muitos produtores saíram, se você observar aí a perda foi muito grande, né, em relação, porque foi

insustentável pro produtor, né? Num tava com a estrutura preparada pra isso...

**E. Diminuiu a produção leiteira no município?**

- Diminuiu. O rebanho e a produção. O rebanho desceu de 36.000 cabeças pra 22.000.

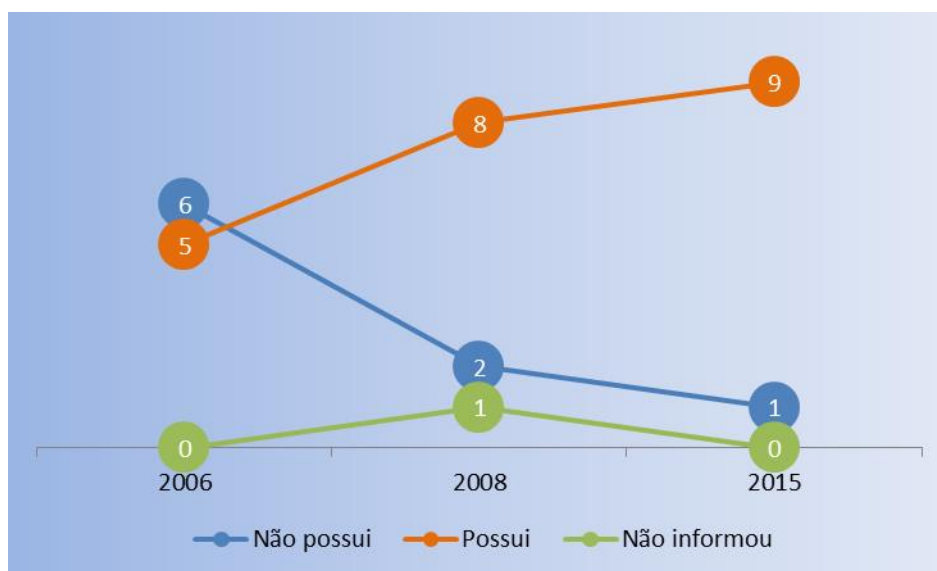
**E. A produção também abaixou?**

- Muito. Tem muitos resfriadores que fecharam. Tinha resfriadores em todos os povoados, municípios, fecharam as portas, resfriador fechou, com 1.000 litros por dia. Não tinha leite nem pra manter, ficou mais o da sede mesmo, do município, mais nos povoados fecharam todos.

(Entrevista com o quadro técnico)

Um importante indicador que reforça tais afirmações dos produtores sobre a seca que prejudicou muitos, levando-os a se endividarem para tentar manter a sua propriedade produtiva, é o crédito agrícola. Este aumentou em quase 100,0% entre 2006 e 2015 conforme Gráfico 5. Inicialmente pode ser que o crescimento tenha sido movido em função do desejo de investir no aumento da produção por conta da melhor expectativa de ganho com a venda do leite, porém, com a seca, o motivo parece ter sido tentar salvar o gado que ainda lhes restava.

**Gráfico 5 – Crédito agrícola entre os produtores**



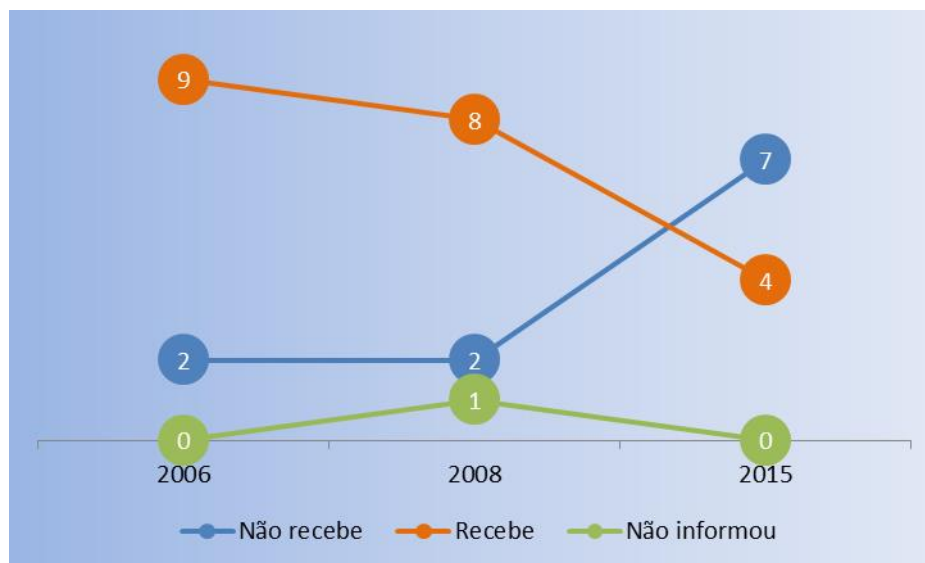
Fonte: Dados coletados em campo

A assistência técnica é um dispositivo necessário para a boa condução do processo produtivo na agricultura e agropecuária de base familiar. No entanto, tem sido



um problema enfrentado pelos CCPs, que tendem a contar com o apoio no início do projeto e depois, muitas vezes por falta de estrutura, tendem a arrefecer. Em Pintadas não foi diferente, O Gráfico 6 mostra que os produtores em 2006, na sua maioria (9), eram atendidos pela assistência técnica. Ao longo do tempo foi diminuindo o número de produtores com acesso, e em 2015 menos de 50% tiveram acesso à assistência técnica.

**Gráfico 6** – Produtores que declaram receber assistência técnica



Fonte: Dados coletados em campo

Ao serem entrevistados, o quadro técnico e a liderança local reconhecem que, no início do projeto (2006), a prefeitura colocou um técnico agrícola a disposição conforme havia se comprometido, porém, pouco tempo depois as atividades desse técnico foram interrompidas.

**E. Você então deu uma assistência técnica no início mais voltada para o produto e menos para a produção?**

- Não, a gente trabalha com a produção, o produtor também, né? Tanto trabalhar a questão da ordenha com o produtor na questão da ordenha, né? Demos palestra sobre a questão da alimentação animal, né, falamos sobre genética também. Então a gente tanto trabalhava com eles o manejo do rebanho e a questão do leite: transporte, armazenamento do produto...

**E. Essa assistência técnica era individualizada, ou era uma assistência mais geral?**

P. Mais em forma de reuniões era todos os produtores, e aquele corpo-a-corpo diário com o produtor na plataforma, né? Quando eu ficava lá tava sempre conversando com eles, orientando, dia-a-dia, e às vezes, se precisava, a gente ia também até o curral.

**E. Quanto tempo você ficou?**

P. Fiquei uns 2, se eu não me engano, abril, maio de 2006, 2007 eu fiquei até, eu fiquei mais de ano lá, na plataforma mesmo. Depois eu fui pra agricultura, trabalho com a questão de gestão, o curso eu continuava dando lá, mas, dando também em outros setores. Só com o CCP eu fiquei 1 ano e pouco lá. (...) É, na plataforma, trabalhando só com o CCP. Depois houve a necessidade de eu ir pra Secretaria de Agricultura... Depois acabou que eu tive que me afastar um pouco do CCP, porque teve arrumações lá na secretaria, na diretoria na época, e em outras função e eu tive que ficar.

**E. Nesse 1 ano que você passou lá, você era pago pela prefeitura?**

- Da prefeitura. Não recebia nada do CCP.  
(Entrevista com o quadro técnico)

**E. Mas, no momento que iniciou o CCP essa assistência técnica foi adequada, ou não foi adequada?**

- Começou bem. Pra o começo era, tinha palestra, tudo, tentou buscar aquela parte de higienização que tem, teve, continua tendo, muita resistência, aquela coisa todinha. A parte de higienização é pra você ter qualidade, e aí, quanto mais você foge do problema, por exemplo, de fazer as coisas certinha, aí você vai tá sendo prejudicado.

**E. Mas, essa assistência técnica então era mantida pela prefeitura?**

- Foi, é uma parceria.

**E. E parou?**

P. Sim.

**E. Hoje, não tem assistência técnica?**

- Não.

**E. Como é que o produtor faz, ele se vira como?**

- Rapaz, isso aí, é, tem assistência técnica, por exemplo, de outro projeto, e coisa e tal, e aí vem tocando o barco.  
(Entrevista com liderança local)

A assistência técnica é apontada como precária tanto por produtores quanto por lideranças, devido à pequena quantidade de técnicos disponibilizados e à ação descontínua destes. A ausência de acompanhamento técnico junto aos produtores produz falta de credibilidade e mais dificuldades para atingir conquistas mais efetivas.

**E. O que aqueles produtores que entregam leite ali conseguem ter de assistência técnica?**

- Então a assistência técnica começa uns 6 meses, 1 ano para, aí vai mais 6 meses pra começar novamente, então, todo produtor hoje tem uma certa chateação com a assistência técnica do município. Nem só aqui como em outros municípios.

(Entrevista com liderança local)

- É, governo estadual. Também federal na questão do MDA... de chamadas, só que o que acontece é que são assistências técnicas muito pontuais, e ainda chega aquela questão que a gente falou no início: abriu um edital, um edital não, antes era convênio, conveniou com a secretaria do governo lá pra tantos técnicos, aí tudo tava às mil maravilhas, depois passou ali 2, 3 parcelas atrasadas, sem receber, aí não faz mais dia de campo. Então assim, a assistência técnica, vindo do sistema do governo, ela vem, mas, não é uma assistência técnica que você pode dizer essa aqui é a assistência que vai, porque todo ano tem problema...

(Entrevista com liderança local)

- Há uma discussão pra que seja assistência técnica continuada, porque, por exemplo, ela é prestada aqui pelo centro comunitário que acompanha com um técnico aqui do município 120 produtores, mas não é só de leite... e nós passamos 1 ano sem ser renovado e também passou 1 ano sem ter esse acompanhamento. Tem outros projetos aqui também que têm assistência técnica, mas, na verdade é uma demanda ainda muito grande. É uma discussão junto com os órgãos públicos, porque não pode ficar sem essa assistência.

**E. Por que a assistência técnica era uma contrapartida da prefeitura, não era?**

- Era uma contrapartida da prefeitura.

**E. E não chegou a acontecer de verdade então?**

- Não, como a gente esperava não aconteceu.

- É muita gente e pouco técnico pra dar assistência.

(Grupo focal com produtores)

**E. O que aqueles produtores que entregam leite ali conseguem ter de assistência técnica?**

- Bom, pela quantidade de produtor é bem arrastado, porque a quantidade de técnico não é suficiente, não.

(Entrevista com quadro técnico)

- A prefeitura continua fazendo assistência técnica com todos os produtores do município, agora não tamos fazendo mais aquela assistência técnica individual, nós fazemos um trabalho mais voltado para os os programas de governo, principalmente os governamentais, semeando, o PRONAF, né? E outros aqui que eventualmente sempre aparecem, então, a gente tá fazendo nessa direção, meio ambiente, palestra, com a comunidade, com os produtores. Que não tem como a gente pegar um técnico pra visitar 1.000 produtores individualmente. Aí fica impossível.

(Entrevista com o quadro técnico)

O custeio da assistência técnica pela cooperativa, a fim de garantir o acompanhamento dos produtores de forma contínua, seria inviável, pois ela não teria condições financeiras para manter essa estrutura. Por outro lado, fica claro na perspectiva da liderança entrevistada que os produtores não estariam dispostos a dividir os custos da contratação de um técnico.

**E. A cooperativa não tem condições de pagar uma assistência técnica?**

- Eu acredito que não. Seria custos, né? Contratar um veterinário, né? O custo e toda aquela coisa, e mesmo um técnico agrícola que, o ideal de você ter seria no caso um agrônomo e um veterinário. Tá sendo buscado, aí agora já é uma grande parceria, um consórcio público que hoje tá aqui no território, são 16 municípios, aí uma assistência técnica, que aí já pode beneficiar a gente na questão já de inserção.

(Entrevista com liderança local)

**E. Eu estou falando financeiramente mesmo, você acha que não dá conta?**

- A gente não conseguiu, a gente pensou, sentou, teve esse debate pra gente encontrar uma forma... pra gente contratar um veterinário pra cooperativa, mas a gente não conseguiu. O custo... a gente não conseguiu arcar, a gente foi pra planilha e não conseguiu.

(Entrevista com liderança local)

**E. Hoje o que o produtor me reporta é que falta assistência técnica. Como é que você vê isso?**

- E muito. Olha, assistência técnica falta e muito. Primeiro, como a gente trabalha praticamente apertado, a gente não tem nem condição de manter um técnico com recursos próprios, a gente fica muito a mercê de assistência técnica do governo. E aí o que acontece? O governo, ele tem editais, tem convênios...

(...)

... e eu tô tentando provocar uma discussão aí, nesse âmbito da assistência técnica. Porque o produtor sempre critica a assistência técnica, mas, eu tenho certeza, que se eu chamar pra todo mundo colocar a mão no bolso e a cooperativa entrar com sua parte, com seu percentual, e cada um entrar com seu percentual, diria aí que uns 50% pula fora, entendeu? Então assim, eu tô pensando nisso, chamar todo mundo e falar: oh, a gente vai contratar um técnico que vai acompanhar, o salário dele de técnico vai ser bancado percentualmente por cada produtor e pela cooperativa, é possível? Entendeu? Porque se esperar de governo o negócio não funciona.

(Entrevista com liderança local)

A assistência técnica é colocada como um ponto essencial, pois além de oferecer maiores perspectivas para os produtores que estão produzindo, chama a atenção daqueles que não produzem leite, para os ganhos de produtividade, de aumento do volume produzido e, por conseguinte da geração de renda.

**E. Hoje o que o produtor me reporta é que falta assistência técnica. Como é que você vê isso?**

- Ah, o que eu mais queria hoje, se eu pudesse fazer alguma coisa, era que a assistência técnica vigorasse no nosso município. Precisa, precisa, a gente vê alguns produtores com vontade, com desejo. Você vê um produtor de cinco cabeças em uma propriedade e ele tem a força de vontade de vir aqui, comprar uma vacina... é uma pessoa que precisa de uma mão amiga, precisa de um apoio, as pessoas daqui abraçam fácil as atividades.

(Entrevista com quadro técnico)

Neste tópico, analisamos os aspectos voltados para a produção e produtividade que atingem os 11 produtores. Observou-se ao longo dos anos, elevação no volume de produção, na aquisição de animais e em contrapartida o decréscimo da produtividade. Em parte, esse fenômeno se justifica pela seca vivenciada no município ao longo dos últimos anos, impactando a cadeia produtiva do leite, gerando a substituição de rebanhos e provocando endividamentos. Mas também pela ausência e descontinuidade de uma assistência técnica que não conseguiu cumprir o seu papel de acompanhar e orientar os produtores. O resultado dessa inoperância se revela como mais um elemento de impacto na queda da produtividade. Essa é uma questão sobre a qual não se revela uma solução concreta. A possibilidade que se enxerga é, partindo da cooperativa, a busca de editais e chamadas públicas de assistência técnica, mesmo com todas as suas limitações.

### **3.2.7 – Vinculação da COOAP com outros projetos voltados para a qualidade de vida e geração de renda**

Um caminho fundamental para o aumento da produtividade e da produção do leite é a busca por parceiros que possam contribuir para que os produtores tenham condições de melhorar seus resultados. O apoio de ONGs, de órgãos públicos, é importante para que a COOAP possa trabalhar nessa direção. Um ponto positivo é que a própria cooperativa vê como importante manter relações com outras redes que possam

apoiar projetos e ajudar na alavancagem da produção leiteira e do desenvolvimento local:

Sim. Na verdade, a gente que trabalha nessa área do cooperativismo, associativismo, precisa fazer parte de diversos meios. Então assim, hoje eu faço parte da COOAP, da Rede Pintadas, associações de família agrícola, entre outros, diversos órgãos a gente participa da discussão, a gente tá fazendo com que as coisas andem, entendeu? Então assim, o meio social ele precisa muito de pessoas que ajude o negócio andar, e aí a contribuição que puder dar, né?  
(Entrevista com liderança local)

Atualmente, a COOAP tem a Rede Pintadas e o projeto Adapta Sertão como parceiros, que têm como foco o produtor rural e buscam garantir, através de soluções sustentáveis, a manutenção do homem no campo.

A Rede Pintadas é constituída por um conjunto de 11 organizações representativas do Município de Pintadas que atuam na área social, produtiva e cultural. É uma ONG local, formalizada através da Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas, e tem algum apoio do poder público municipal.

O Adapta Sertão, coordenado pela ONG REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro, tem uma abrangência mais ampla que a anterior e representa um caminho para ajudar a resolver os problemas que ocorrem na cadeia produtiva do leite e de outras atividades agropecuárias.

Pelo que se propõe, o projeto pode ser de fato um divisor de águas sobre todo o quadro encontrado no CCP de Pintadas. Em seu escopo, o projeto visa preparar as populações locais para a adaptação às mudanças climáticas e prevê: a implantação de tecnologias de irrigação limpas para o uso mais eficiente dos recursos hídricos disponíveis no sertão, a capacitação de agricultores/as para a incorporação de novos mecanismos de manejo produtivo, não predatórios e capazes de resistir à seca e acesso ao crédito e identificação de nichos de mercado. Ainda aposta no fortalecimento do cooperativismo e na inclusão de mulheres e jovens no manejo produtivo dos recursos locais. Esse foi um projeto muito citado durante toda a realização do trabalho de campo:

- Tem um projeto aqui em Pintadas, é um projeto que chama Adapta Sertão, é um projeto... ele tá sendo desenvolvido pela REDEH, rede de desenvolvimento que a sede é no Rio de Janeiro, em parceria. Essa REDEH tem contato e perspectiva de apoio com o BNDES. Então esse projeto, no que se refere ao leite, ele tá numa fase de diagnóstico, levantamento de

propriedade, cadastramento de propriedade pra poder iniciar um projeto apostando mais uma vez na cadeia produtiva do leite. Inclusive como tem o BNDES já no negócio, a ideia é de posteriormente de construir um laticínio no território... que são 16 municípios a partir de Jacuípe.  
(Grupo focal com produtores)

Os produtores estão acreditando nesse caminho, segundo as lideranças locais, como uma possibilidade de fortalecer sua produção e obter suporte sobre novas técnicas que ajudem a gerar renda. O Adapta Sertão prevê duas frentes de atuação em que os produtores se inserem, ovinos e produção de leite, com os programas Mais Porteira e Mais Leite:

- Tá apostando porque o Adapta Sertão ele vem com dois projetos novo aí, o Mais Porteira, que é pactuado no ramo de caprino e ovino, que já vai atender o frigorífico que é da cooperativa da COOAP também, e o Mais Leite no âmbito agora dos produtores de leite com acompanhamento técnico, ração, produto, todo esse trabalho, manejo, tudo direitinho pra ele num ter sofrimento na seca e nem nas suas dificuldades no manejo com os animais.  
(Entrevista com liderança local)

O projeto prevê a vinculação formal do beneficiário a uma cooperativa. Com isso é esperado que grande parte dos produtores vinculados ao CCP sejam beneficiados.

Além do movimento ligado às ONGs citadas, a cooperativa também tem buscado participar de chamadas públicas e editais para projetos que acabam por garantir, mesmo que de forma intermitente, a assistência técnica. O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), órgão paraestatal que atua em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem lançado editais nessa linha de atuação.

O papel da COOAP tem se limitado à produção de leite e, por conseguinte ao incremento da renda dos produtores. Não se apresentam, por parte da cooperativa, iniciativas que busquem fomentar projetos com uma perspectiva mais ampla de qualidade de vida para as famílias vinculadas ao CCP. Nem se verificou no estudo, uma maior inclinação por parte da cooperativa em buscar inserção política junto aos conselhos municipais que atuam nas políticas públicas de saúde, educação, transportes etc.

Talvez isso seja explicado pelo fato de a cooperativa ter um perfil mais econômico, se distanciando das demandas de vertente mais social. Em Pintadas há

associações comunitárias ativas que possivelmente estão atuando em prol do aumento da qualidade de vida pela via da organização social.

Ademais, a saúde e a educação públicas de Pintadas são vistas positivamente por produtores, lideranças e quadro técnico, além destes indicarem que ocorreram melhorias importantes nessas áreas nos últimos anos.

### **3.2.8 - Autossustentabilidade do CCP**

O CCP de Pintadas, inaugurado em 2006, buscava reunir os produtores de leite, de forma a ganhar escala de produção para fazer uma comercialização conjunta e assim poder escapar dos atravessadores e de empresas que negociavam com cada produtor individualmente. Esta situação anterior favorecia um quadro de instabilidade para os produtores que tinham que se sujeitar a um preço muito baixo pago pelo litro de leite, a flutuações sem explicação lógica, descontinuidade na coleta e atraso no pagamento.

Nesse período que decorre desde o início da atuação do CCP, o que se observou de positivo nos resultados obtidos com o projeto vai diretamente ao encontro do que se espera no âmbito da sustentabilidade. A garantia de continuidade da coleta do leite, o pagamento mensal sem atrasos ao produtor, o aumento gerado inicialmente no preço do leite em decorrência da ruptura com o modelo de negociação individual no processo de compra e venda do leite que era praticado; são fortes elementos indutores de um processo sustentável.

Outro elemento propiciado pelo CCP foi a assistência técnica, por conta das parcerias estabelecidas. Tanto a assistência técnica inicial patrocinada pela prefeitura quanto a assistência posterior advinda dos editais foram validas como aprendizado técnico, que produziu conhecimento para a gestão da produção.

Um ponto importante que cabe ser salientado é o papel do CCP de agregar o pequeno produtor e possibilitar melhores ganhos para ele por não fazer diferenciação por conta da quantidade entregue:

**E. Esses que estão entregando hoje são pequenos produtores, são médios produtores, como é que vocês avaliam isso?**

- São pequenos.

**E. Pequenos. Vocês acham que o CCP não atrai o grande produtor?**

- A filosofia atual, a filosofia hoje, que eu vejo assim, do jeito que tá hoje não atrai.



**E. Por quê?**

- Uma, porque o preço hoje é igual a todos, num tem um diferencial de preço. Aí num tem um diferencial de, de fazer diferente, de ter uma assistência técnica, de ter um acompanhamento.

- Que estimule o produtor assim.

- Então na verdade hoje tá igual os demais compradores. Eu vejo dessa forma, a forma atual que tá. Então o pessoal, da forma que tá... se não pagar mais... tem muitos produtores que entendem assim. Já tem outros que não, outros têm mais espírito de cooperativista... mas tem muitos, principalmente os grandes mesmo que eles procuram mais a questão do preço.

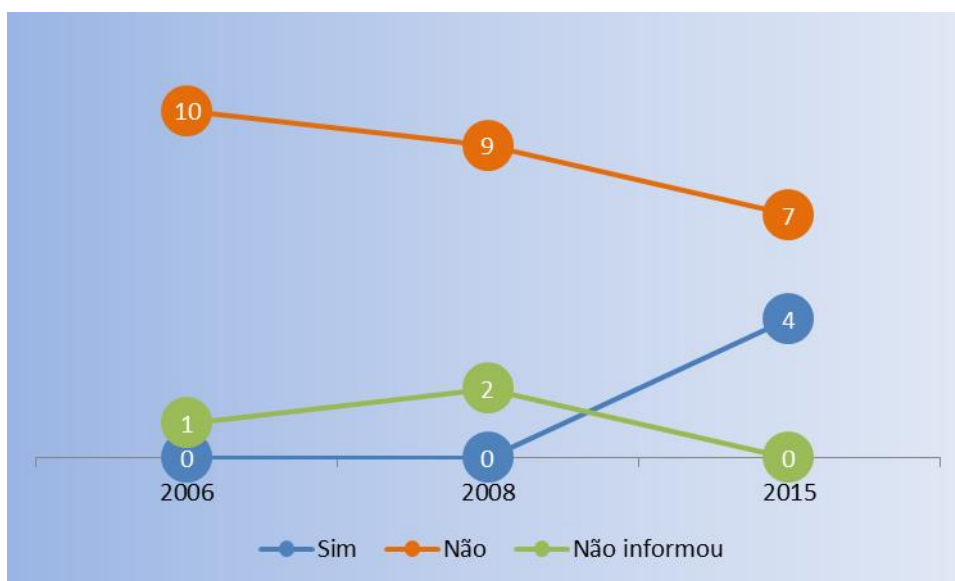
**E. Mas, não era para imaginar que um empreendimento que é do próprio cooperado pagasse melhor?**

P. Não, mas tem muitos produtores aí que não são cooperados, e os maiores falando em termos de município. Eu vejo dessa forma. Os maiores produtores hoje aí são poucos que se tornam cooperados da COAP

(Grupo focal com produtores)

Para fazer frente ao mercado, a COOAP precisa manter uma produção de leite elevada para que possa barganhar melhores preços. Quanto mais leite resfriado, ou seja, quanto mais produtores entregando no CCP, maior é o poder de negociação da cooperativa. O aumento de 68,5% na produção de leite dos 11 produtores aqui avaliados entre 2006 e 2015 aponta que, mantida essa tendência de crescimento, a sustentabilidade do projeto tende a se consolidar. Contudo, cabe lembrar, que no mesmo período a produtividade por animal decresceu. Isso é um ponto negativo.

Outro fator que também depõe para a sustentabilidade é o crescimento da expectativa dos produtores em abandonar a produção de leite. Essa avaliação verificou em cada momento essa expectativa do produtor. No Gráfico 7, observa-se que em 2015 essa opção incorporou mais adeptos.

**Gráfico 7** – Expectativa do produtor abandonar a atividade leiteira

Fonte: Dados coletados em campo

Esta inclinação a parar de trabalhar com leite é explicada pelo preço deste, que segundo os produtores, encontra-se muito abaixo do que deveria ser, chegando a patamares próximos do que era observado no início do projeto. Não obstante reconheçam o papel de regulação que a cooperativa exerce nesse cenário, sem o qual a situação poderia estar pior.

- Eu acho que... a gente sabe que o preço tá abaixo no geral, mas sabe que tá certo.
- Sabe que o dinheiro tá vindo certo.
- Agora o início da CCP a gente vendia o leite o mesmo valor que tá agora, há 8 anos atrás vendia o leite nesse mesmo valor.  
(Grupo focal com produtores)

- Um litro de leite hoje, desculpe eu entrar na frente, um litro de leite hoje alimenta 4 pessoas, ou 5, R\$0,70. Uma dose de pinga hoje é R\$1,00, 3 dedos assim ó. Agora imagine, põem tudo na caneta pra você ver se você não tá perdendo.  
(Grupo focal com produtores)

**E. Esse preço que vocês conseguem no leite hoje, o senhor diria que é um preço adequado, ou não é adequado?**

- Não é. As coisas tão muito caro, o custo pra você ter o leite, aí onde que é a questão, como a gente não faz cálculo acha que tá mais ou menos, né, mas não tá. O preço como teve, até o ano passado como teve, era um preço que não daria muito pra reclamar, que era o preço de R\$1,00. Aí, como caiu, caiu um

terço, praticamente um terço do valor, aí foi uma queda, uma porrada até aí.

**E. O senhor acha que R\$1,00 seria um preço...**

- É, não é, vamos dizer assim, excelente, mas, dá pra manter. Tava numa situação muito boa.  
(Entrevista com liderança local)

Os produtores entendem que não cabe puramente a ação da cooperativa para que o preço melhore, mas que este quadro está condicionado a um contexto de mercado muito mais amplo.

Agora, a questão do preço do leite não é a cooperativa, nem o CCP que vai dizer o preço do leite, porque o mercado lá fora é que diz, o mercado lá fora caiu o leite praticamente mundial, e manter o preço que tava, como já teve aqui até de R\$1,05, R\$1,10 e aí hoje se for pagar esse preço eu acredito que a cooperativa tem essa vontade de pagar, mas pra vender com prejuízo, não dá né?

(Grupo focal com produtores)

Outro ponto importante, em relação à sustentabilidade de um projeto como esse, está relacionado ao cálculo do custo de produção. Os produtores não fazem esse cálculo, seja por não saberem, seja por não se interessarem. O problema é que a falta desse conhecimento limita a realização de um planejamento mais eficiente para gerar aumento de produtividade.

**E. Alguém aqui faz o cálculo do custo do leite de vocês?**

- Não.  
- Se você somar quanto toda despesa que você tem com a vaca...  
- Fazer o custo que a vaca come.  
- Se fosse fazer essa conta todinho, aí você vai gastar muito sim, muito, muito...  
- O produtor que faz isso... a última vez que eu tive lá na roça dele, parece que ele tava gastando em torno R\$0,49 o litro.  
- Aí quando tava de R\$ 0,90 ele tava ganhando dinheiro, aí quando começou pra R\$ 0,60, tá dando pra comer só.

**E. Ninguém aqui faz essa conta? Por que que vocês não fazem essa conta? Nunca aprenderam, nunca tiveram vontade?**

- Aprender, aprendi o básico, palestra que eu fiz aqui...  
- Tem hora que você até deixa de tirar se fizer a conta, teve 3 anos aí meu filho, porque a despesa é alta, teve 3 anos aí que se fizesse essa conta deixava a vaca no curral.

(Grupo focal com produtores)

**E. No geral o produtor faz o cálculo ou não faz?**

- A maioria não faz. Mais de 90% aí não faz.

**E. Não faz.**

- Isso é uma das coisas que se tivesse uma assessoria, uma assistência que ajudasse a tornar a propriedade como se fosse uma empresa, eu acho que tem que o pessoal tratar hoje a propriedade rural como uma empresa. Porque tem muita gente que tem a sua propriedade e não sabe se dá lucro, se dá prejuízo. Vai levando na aposta.

(Grupo focal com produtores)

A percepção dos quadros técnicos ratifica a ausência do cálculo do custo de produção e não sinaliza qualquer intenção em promover meios para que os produtores possam aprender a fazer ou estímulos que os induzam nesse caminho.

**E. O produtor faz o cálculo do custo de produção?**

- Não faz.

**E. Você conhece algum que faz? Nem dos maiores nem dos menores?**

- Não.

**E. Por quê?**

- Cultura do Nordeste, né? Os produtores, a grande maioria não faz.

**E. Pelo fato de o produtor não definir o custo, pode acontecer de ter produtor hoje que está tomando prejuízo?**

- Temos, temos, inclusive na época da seca que o custo foi altíssimo, teve gente que teve que vender o rebanho pra pagar a dívida e ficou devendo. E acabou com o negócio porque, realmente, o custo foi muito alto principalmente na época da seca. Nos anos que não é de seca a gente não tem muito esse problema, porque a gente sabe que hoje o custo da pastagem é bem menor, mas quando você pega o custo de produção na época de estiagem, quando é uma estiagem de 2, 3, 4 meses, então o que ele ganhou nos últimos meses acaba compensando, mas pega 3 anos de seca... aí não compensa.

(Entrevista com o quadro técnico)

Tanto o quadro técnico quanto as lideranças são categóricos em garantir a sustentabilidade do CCP. Utilizam a experiência na área e o volume da produção de leite dos fornecedores do CCP em geral como argumento para defender essa perspectiva.

- Tem. Sustentabilidade tem. Porque o volume que ele tem hoje tá em que, quase 3.000 litro, 4.000, quando você pega o que precisa pra gerenciar acho que ele consegue, e os produtores mesmo dizem, mesmo sendo pouco, o valor dando pouco, é disso que eles vivem. Então, se hoje fechar o CCP eu tenho

certeza, que que esses produtores vão para os atravessadores diretamente, individualmente e o preço tende a que? A baixar, então tende a ser pior. Então se tá ruim, se o preço tá ruim, imagina sem alguém que regularize isso, que brigue...

**E. Então você acha que daqui há 10 anos esse CCP ainda existe?**

- Eu acho que sim  
(Entrevista com o quadro técnico)

**E. Está sustentável?**

- Tá, tá sustentável, hoje o CCP ele gera aí em torno de 4000 a 5.000 litros por mês no mínimo, entre 3000 a 4.000 no mínimo quando ele tá no período mais crítico, então ele nunca deu prejuízo, ele sempre foi rentável e às vezes ele ainda até consegue cobrir contas extra da cooperativa, despesas se de repente se precisar publicar um edital, precisar registrar uma ata.  
(Entrevista com liderança local)

**E. Você acha que esse CCP vai ser sustentável, vai continuar sendo sustentável?**

- Sim. Eu acho que vai.

**E. Por que que você acha que vai?**

- Porque tá no estágio que você já conhece tudo. Já conhece todos os mecanismos, de como funcionar e coisa e tal, aí é preciso só avançar, fazer determinado produto do leite pra se sustentar, mas ele consegue se manter. (Entrevista com liderança local)

- Eu acho que é sustentável o CCP, a gente avaliando com sangue frio, a gente vendo o que já fez, eu acho sustentável, eu acredito muito, eu acredito muito no CCP e eu acredito que a gente ainda conta com parcerias, e eu acho que nosso objetivo é juntar forças e tornar isso cada vez mais sustentável, cada vez melhor.

(Entrevista com liderança local)

Já a manutenção dos equipamentos fica assegurada pelo pequeno fundo de reserva que o CCP consegue gerar a partir dos recursos que a cooperativa obtém com a venda do leite resfriado, para atender a pequenos imprevistos e garantir o funcionamento dos equipamentos:

- É, aí assim, a questão do fundo de reserva, a gente mantém um fundo mínimo, a gente vai ter um processo de tá depositando, entendeu? Guardando sempre uma reserva de recurso. Então é bem enxuto, não precisa de recurso da cooperativa pra assumir despesa do CCP, ele se assume, e no período que tem muito leite

ele consegue fazer a sua reserva tranquilo. Não tem muito problema.

(Entrevista com liderança local)

Do lucro obtido com a venda do leite não é retirado qualquer parte para ficar com o CCP em prejuízo dos produtores. Com os resultados do que é vendido no mercado são retirados os custos para o funcionamento do CCP e o que sobra é repassado para o produtor. A grande concorrência na compra de leite na região, somada à baixa fidelização dos cooperados, agravam a situação de ganhos. A dificuldade de manter os produtores fidelizados, por exemplo, é um aspecto que fragiliza a gestão, pois não cria um modelo participativo desses produtores na cooperativa e não desenvolve neles uma identidade como parte integrante dela. Na perspectiva desses produtores é valorizada a importância da existência da cooperativa, mas com um inequívoco distanciamento entre ele (mero fornecedor) e o que denominam com “a firma” (cooperativa):

- ... essa firma, o povo tem que entender que tem que manter pra que ela aumente aí pra ajudar, até porque a cidade da gente, a gente tem que ter uma firma aí. Agora por causa de R\$0,05 vai vender em outro lugar e deixando aqui a cidade em decadência, às vezes se a firma, às vezes num continuar subindo aí o povo tava tudo derramado. O povo num pensa isso não, entendeu?

(Grupo focal com produtores)

Esse é um elemento que também pode abalar a sustentabilidade do projeto. Em um cenário de grande concorrência entre compradores de leite, fidelizar os produtores, trazendo-os para o negócio, incorporando-os politicamente nas decisões que atravessam a comercialização do leite poderá contribuir para desintegrar o sentimento de que eles são meros fornecedores e que não têm maiores compromissos com a cooperativa. Essa mudança é de suma importância para tornar esses produtores de fato cooperados e acabar com a ideia de que são simples vendedores de leite que poderão vender onde estiver pagando melhor.

## CAPITULO 4

### CENTRO COMUNITÁRIO DE PRODUÇÃO DE PONTA PORÃ DESCRIÇÃO E ANÁLISES

A forma como se estrutura a análise dos dados de campo do CCP de Ponta Porã segue o mesmo formato apresentado para o CCP de Pintadas. O CCP de Ponta Porã ora avaliado está localizado na área de Nova Conquista do Assentamento Itamarati II. No projeto inicial, era previsto a possibilidade de 170 famílias se beneficiarem com a instalação do CCP. No entanto, na época do levantamento de dados, apenas 16 famílias apareciam inscritas como entregadoras de leite.

#### 4.1 -Perfil socioeconômico dos representantes das famílias

Conforme citado, em Ponta Porã foram entrevistados 16 indivíduos, cada um representando uma família vinculada ao CCP. A maioria desses entrevistados era do sexo masculino (62,5%). No que tange à auto declaração de cor/raça, 50,0% se declaram brancos, 43,8% pardos e apenas 6,2% pretos. A idade média é de 43 anos, com a maior parte variando entre 35 e 44 anos (43,8%). Dos entrevistados, 13 se declaram agricultores (81,3%). Entre os demais temos um aposentado, um empregado assalariado rural e um prestador de serviços rurais por conta própria. Na maioria dos casos (93,7%), a atividade rural exercida é a produção familiar sem contratação de empregados, característica de um formato de produção descapitalizado. Apenas uma (1) família contrata serviços temporários.

Entre esses 16 produtores, nenhum chegou a atingir o nível médio de escolaridade. 25,0% deles não conseguiram completar o antigo primeiro grau e 12,5% completaram o antigo primário. A maior parte desses produtores é composta por analfabetos/sem instrução (31,3%) ou fez apenas o antigo primário sem completá-lo (31,3%) (Tabela 38).

**Tabela 38:** Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	n	%
<b>Analfabeto/sem instrução</b>	5	31,3
<b>Primário incompleto</b>	5	31,3
<b>Primário completo</b>	2	12,5
<b>Primeiro grau incompleto</b>	4	25,0
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

As famílias são pequenas. O número de pessoas vivendo no domicílio varia entre 1 e 7 com média de 4,1 pessoas por domicílio. 56,3% das famílias são compostas por 3 a 4 pessoas, 31,2% das famílias possuem mais de 4 e 12,5% possuem até 2 membros.

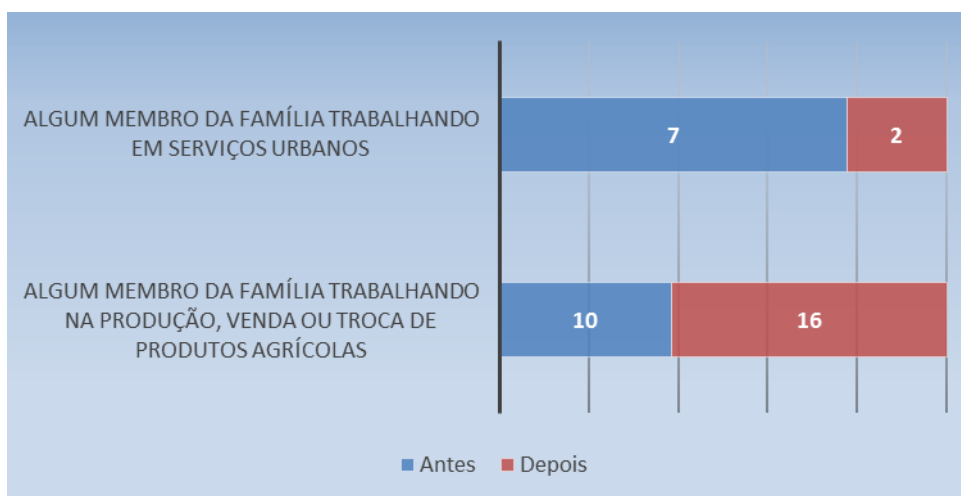
Apenas 18,7% das famílias não recebem auxílio governamental. As outras 81,3% das famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), que busca assistir populações pobres e miseráveis atingindo, atualmente, em torno de 14 milhões de beneficiários no país, conforme cita o Portal Brasil de agosto de 2015. Por se tratar de um assentamento, não há variação entre o tamanho das propriedades. Cada lote dispõe de 6 hectares de terra.

O abastecimento de água é realizado por cacimba/cisterna/poço. Quase a totalidade (93,7%) das propriedades tem esse sistema de abastecimento, que se mantém desde antes da implantação do CCP.

Todas as famílias que estão no CCP e participam desse estudo têm suas casas construídas em alvenaria, possuem acesso à energia elétrica, têm seu banheiro construído na parte interna da residência e possui esgotamento sanitário por meio de fossa séptica. Essa estrutura já era observada antes do CCP e não sofreu qualquer alteração após sua implantação.

O CCP promoveu um movimento desses produtores em direção ao trabalho agrícola e um conseqüente arrefecimento às atividades de cunho urbano. O Gráfico 8 demonstra que: a) antes do CCP somente 10 (62,5%) destas famílias possuíam algum membro trabalhando com produção, venda ou troca de produtos agrícolas e; b) após o CCP ocorreu redução no percentual de famílias que possuíam algum membro envolvido em atividades de trabalho urbanas de 7 (43,8%) para 2 (12,5%). No trabalho doméstico fora de casa não foi observado qualquer alteração. O que ocorria antes do CCP foi encontrado após, no período do levantamento de dados: uma família em que um de seus participantes desenvolve trabalhos nesse âmbito.



**Gráfico 8** – Algum membro da família trabalhando em outras atividades

Fonte: Dados coletados em campo

#### 4.2 - A geração de capital social: aspectos relativos à participação política e a organização para a produção

Começamos por apresentar como se estrutura a representação da associação e da cooperativa que ficam responsáveis pelo CCP. Essa compreensão nos ajudará a entender melhor em que nível se encontra a participação política das famílias envolvidas no projeto e como a confiança intersubjetiva dessas famílias se estabelece.

Criada em 2006, a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati II (AAFI) busca representar as famílias assentadas. Essas famílias, no entanto, não têm a obrigatoriedade de se associar formalmente e, conseqüentemente, pagar uma taxa para a manutenção da entidade.

Assim, a representação é feita elegendo um conselheiro para cada grupo de noventa famílias. Entretanto, nem todas as 90 famílias fazem uso de seu direito ao voto. Contudo, o escolhido aparece como sendo a convergência da escolha de todos os produtores. Embora, formalmente não sejam associados, os que participam votando são considerados como sócios.

Ao todo, são 23 conselheiros que participam da diretoria, dos conselhos fiscal e deliberativos e, por conseguinte das assembleias que tomam as decisões relacionadas à

AAFI. Por conta do tamanho do assentamento e pela dificuldade em acomodar 1680 famílias para a realização de reuniões, esse tipo de representação foi a estratégia identificada como adequada.

Esse modelo *sui generis* praticado no assentamento Itamarati II conduz a uma verticalização das relações que é contrária àquilo que se propõe para uma efetiva participação cívica. Putnam (2007) sugere que a verticalização tende a gerar hierarquia e desconfiança. Para o autor, quanto mais horizontalizada forem as relações associativas, maiores serão as possibilidades de sucesso, visto que as relações horizontais propiciam a confiança intersubjetiva. O modelo proposto aponta para a necessidade de repensar as possibilidades de participação efetiva dos produtores assentados. Além de muitas das famílias não terem conhecimento de que existe alguém que as represente na associação, o conjunto dos produtores, com esse tipo de representação, acaba ficando alijado dos espaços de decisão. Essa participação efetiva dos produtores seria positiva para compreenderem melhor sobre a gestão do empreendimento do qual fazem parte.

**E. Como liderança o que você acha?**

- Ele é um modelo bem complicado até pra entender porque de repente tem gente sendo representado sem saber. Têm mesmo muitos que nem sabem.

**Mas qual o vínculo desse representante com os assentados?**

- A obrigação é dos representantes estarem lá representando. Mas o representante vai, marca uma reunião lá dentro do grupo pra conversar com a patota o que está acontecendo e de 90 famílias se for 5 é muito. Então aí estão todos distanciados.

(Entrevista com liderança local)

Tendo iniciado suas atividades em 2010, alguns meses antes da instalação dos equipamentos do CCP, a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Itamarati II (COOPERA AFI) foi criada como alternativa à impossibilidade da AAFI trabalhar visando o lucro, por ser uma associação. A COOPERA AFI é a entidade que faz a captação de todo o leite produzido pelos produtores do CCP Boa Esperança.

Na intenção de alavancar melhorias para o assentamento, promover parcerias a fim de incrementar os investimentos e direcionar a produção de leite para o mercado, as lideranças do movimento de assentados tiveram a ideia de criar a cooperativa para viabilizar essas propostas.

No conceito de cooperação praticado pela COOPERAIFI, todo produtor que entrega leite é considerado como um cooperado informal. Esse produtor tem garantido a compra de sua produção por um valor que é definido mensalmente, ainda que ele não esteja vinculado legalmente à cooperativa ou à AIFI como associado.

O quadro anterior de comercialização de leite na região é marcado pela insegurança que existia diante das empresas que compravam a produção de forma individualizada. Esse formato de comercialização do leite submetia os produtores à venda de sua produção por valores baixos, a reiteradas faltas de pagamento do valor previamente acordado, além da insegurança de ter sua produção perdida em função da ausência, por longo período de tempo, das empresas compradoras que não garantiam a compra do leite dos produtores. A cooperativa nasce visando congrega os produtores, ganhar escala de produção e acabar com a dependência diante dessas empresas.

No entanto, este é um modelo de gestão questionável para um CCP, pois, embora a compra da produção total e o pagamento de um valor mínimo sejam garantidos pela cooperativa, os produtores ao se distanciarem e delegarem a um representante sua participação deixam de ter o conhecimento sobre o ciclo de produção e sobre sua gestão financeira. Essa limitação de participação do produtor à entrega de sua produção e ao recebimento de seu pagamento o reduz a um coadjuvante que não é capacitado para calcular o seu custo de produção até a chegada de seu leite ao resfriador e após ser resfriado.

**E. Como é feita a divisão dos custos do CCP? Por exemplo, tem um custo de energia, tem um custo de manutenção...**

- Tudo pela COOPERAIFI. Por exemplo, o produtor recebe o leite líquido. Então energia, água é tudo descontado do valor do leite. O preço vem líquido.

**E. Então a COOPERAIFI consegue negociar o leite a um preço que dá para ela pagar o custo e também tirar uma taxa de administração?**

- Tira e paga o melhor preço pra todo mundo.

(...)

**E. Mas o senhor não acha que com isso vocês diminuíram a participação de vocês? Se vocês mesmos fizessem a gestão, vocês não estariam mais unidos, não teriam um grupo mais forte?**

- Eu acho que nesse momento não tem como fazer essa gestão até porque não tem essa união. Você viu que a escolaridade do pessoal é pouca, não tem pessoas que têm capacidade nesse momento de fazer essa gestão. Então tem que ser pela COOPERAIFI porque o pessoal aqui a escolaridade é pouca. Mais pra frente a gente pode admitir, mas nesse momento a COOPERAIFI ela é importante, ela é o principal aqui, é a perna

pra nós andar. A gente faz uma projeção, se não tivesse a COOPERAABI não tinha como fazer esse manejo do leite.  
(Entrevista com liderança local)

Entretanto, a própria liderança observa que a falta de vontade dos produtores em participar do processo geral de produção é um problema, visto que a falta de estrutura do assentamento apresenta demandas e necessidades que exigiriam a participação mais efetiva dessa população. A explicação se baseia na ausência de união entre os assentados após a conquista de seus lotes. Nesse sentido, a liderança compreende que a união ocorre enquanto estão lutando juntos para receber sua propriedade e poder trabalhar. Após assentados, segue-se o arrefecimento da luta e a perda do entendimento da ação coletiva. Passam as famílias a agir isoladamente em seu lote, buscando suas próprias formas de sustento e se mantendo pouco suscetíveis à participação política.

- A questão da unidade é assim, conforme o assentamento vai criando corpo vai ficando mais antigo, as pessoas vão se isolando. Muitas vezes vai acontecendo. Hoje eu não sei assim na questão da união se ainda tem aquela união do começo (...) Nós não temos conseguido avançar nesse sentido. O único avanço que teve de fato foi na comercialização do leite.  
(Entrevista com liderança local)

- Até reunião hoje se faz dentro do assentamento com cerca de 15, 20. Não é como no começo do assentamento quando a gente fazia reunião pra 100 pessoas, 200 pessoas. Agora assentou, acomodou, eles acham que não têm necessidade. (...) Estão mais acomodados. Não há participação nenhuma.  
(Entrevista com liderança local)

Visto que a relação entre as famílias e o CCP se volta para uma troca comercial em que um lado entrega o seu produto e o outro faz o seu pagamento, em que os produtores recebem o mesmo valor pelo preço do litro de leite seja ele associado ou formalmente cooperado, ou não; e sem diferença no valor pago pelo leite conforme a quantidade entregue por cada produtor, o dilema da ação coletiva proposto por Olson (1999) é convergente com a narrativa evidenciada.

Como já citado, essa relação é nociva tanto para o produtor quanto para a cooperativa. Apoiado em Olson (1999), verifica-se que a ação coletiva só ocorrerá se houver uma forma de impor esta ou se forem construídos incentivos individuais que possibilitem ganhos acima daqueles que poderiam ser obtidos sem a participação.

No caso de Ponta Porã não há nem incentivo individual nem elementos que forcem a participação. Isto porque, mesmo que os custos de cooperar sejam menores que os benefícios que poderiam ser alcançados coletivamente, será mais racional não cooperar se tal cooperação não gerar diferença no bem produzido ou na possibilidade de consumo do mesmo.

Os produtores de Ponta Porã entendem que não haverá melhorias se cooperarem. Esses produtores não sofrem qualquer forma de coerção para que se envolvam na cooperativa. Haja vista a igualdade de tratamento, independente da condição do produtor junto à cooperativa. Além disso, todos os elementos que evocam o dilema da ação coletiva de Olson são observados dentro desse grupo: no lugar de coerção há facilidades que induzem à acomodação e a não participação.

- Tem gente que não quer ser cooperado. Tem aquele caso que tem a reunião, a assembleia, pra decidir então tem pessoas que acha que pra eles entregou o leite aqui e recebeu então está bom.

#### **E. Tem muita gente que entrega e que não é associada?**

- Tem bastante. Porque para o transportador tanto faz pegar o leite do associado como também pegar o leite de quem não é associado, mas vivem aqui no assentamento né, dentro do nosso sistema de assentamento não tem porque não entregar o leite lá. O preço que paga é igual, não tem diferença de associado ou não. Pelo menos aqui pra mim não vejo diferença não, se é associado ou não é associado, paga o preço normal.

(Entrevista com liderança local)

A dificuldade de tornar os produtores participativos ocorre tanto na COOPERAIFI quanto na AIFI. Como exemplo, no dia em que o responsável pelo resfriador do CCP de Boa Esperança foi escolhido, momento de fundamental importância para o projeto, a participação dos produtores foi escassa.

Ao contrapormos os posicionamentos dos produtores expressos no grupo focal com a perspectiva sustentada pela liderança, percebe-se que o abismo é maior do que sustenta a liderança. A visão dos produtores não remete, em nenhum momento, a um desejo em busca da realização de um trabalho em coletividade nem de qualquer tipo de engajamento político. O grau de informação dos assentados sobre o que ocorre na cooperativa é difuso. Não há conhecimento claro sobre as reuniões que ocorrem, reforçando sua não participação, além de a maioria não saber que são representados nas assembleias por um conselheiro que ajuda a definir os rumos do assentamento.

**E. E como se escolheu uma pessoa para tomar conta do resfriador que é o senhor no caso?**

- Sim. Foi em reunião da COOPERAIFI.

**E. E quem participou desta reunião?**

- Foi chamado todo mundo do assentamento, mas pra vir é difícil, veio gente, mas não foi muito.

**E. E porque o senhor acha que não veio muita gente nesta reunião?**

- Nem todos se interessa pra participar, mas todo mundo aqui sabia da reunião.

(Entrevista com liderança local)

**Deixa eu perguntar agora sobre a associação. Vocês sabem quando foi formada a associação?**

- Eu não.

- Dizem que... não sei.

- Tem que perguntar pra o coordenador.

(...)

**Não lembram, não? E a cooperativa? A cooperativa, vocês sabem quando foi formada?**

- Não.

- Não sei, não.

**Vocês são cooperados? Vocês fazem parte da cooperativa?**

- Eu não.

- Eu também não.

**E da associação? Vocês estão inscritos na associação? Vocês participam?**

- Não.

- Eu também não.

(Grupo focal com produtores)

O que transparece é que os produtores não têm interesse em se envolver. Simplesmente não há um motivo claro para o não exercício da participação. A falta de engajamento político e de solidariedade, inclusive na definição daquele que os representaria, é desvelada na fala dos produtores. O “eleito” como conselheiro, representante das famílias, não tem o reconhecimento dos assentados.

Por outro lado, os assentados também não se comprometem em buscar alguém para representá-los. Entretanto, no grupo focal também aparecem perspectivas daqueles que esclarecem o motivo da não participação, que estaria pautada na falta de interesse em se comprometer com o exercício da cooperação e da participação nas esferas de decisão. Como não são associados, não se consideram legítimos para “dar palpite”.

Percebe-se que a participação foi sempre pontual para ajudar em momento específico, mas sem ter a intenção de continuar com a responsabilidade ou o

compromisso de ter que se envolver apoiando a gestão do projeto ao longo de sua atividade.

Houve no momento inicial da implantação do CCP, o apoio dos produtores para que o “benefício coletivo” fosse produzido. Naquele momento os produtores estavam engajados e não existia uma presença ostensiva de *free-rider*<sup>17</sup>. Após a implantação e iniciada a operação do CCP o apoio daqueles produtores à sua gestão arrefeceu e houve uma deserção generalizada, abrindo espaço para que a associação comunitária criasse uma cooperativa com poucos cooperados e estabelecesse uma gestão verticalizada para o resfriador.

Segundo Olson (1999), esse não seria o tipo de ocorrência mais comum em um grupo pequeno visto que, nesse caso o benefício é dividido entre poucos e os ganhos são mais robustos e perceptíveis para cada produtor individualmente, induzindo que haja mais estímulo à cooperação.

#### **Por que não participam?**

- Sei lá, é porque eu não estou ué... Eu não estou fazendo parte.

- Eu acho que falta de convite às vezes de repente.

Não, aqui é assim.

- Eu acho que o grupo de você é o Tavares que participa dela. É que cada 90, participa um.

- É, mas só que daí é só entre eles.

- Eu não sei porque na verdade eu nem sabia que o Tavares fazia parte da associação.

- Eu lembro que uma vez que teve uma reunião pra tirar um representante pra fazer parte na associação. Aí o pessoal não quis, ninguém quis participar e nem quis tirar um representante, aí ficou sem. Aí de lá pra cá não teve mais reunião. Daí o Jacó fez uma reunião, ele mais o baianinho mais o Waldeci pra fazer esse representante e daí não houve também. Nesse dia já virou discussão e acabou lá e saiu de lá da reunião e não tirou esse representante. Aí de lá pra cá eu não fiquei sabendo. Aí agora há poucos dias eu fiquei sabendo que o Tavares estava de representante. Eu falei, mas por mim ele não foi votado, se ele está participando é por conta dele entendeu e o pessoal da comunidade também não sabe não, da minha comunidade não sabe que ele faz parte.

- Eu acho assim porque eu não faço parte da associação, não sou cooperado lá, não faço parte lá. Aqui no resfriador eu concordei quando veio e tudo, apoiei o projeto, ajudei em muitas coisas pra construir e tal pra mexer, mas eu não fiquei junto, não faço parte de estar vindo aqui e dar palpite. No meu ponto de vista eu não faço parte porque eu não sou cooperado lá. Agora se eu fizesse

<sup>17</sup> Este conceito, em tradução livre, se refere ao “carona”, ou seja, ao indivíduo que apesar de usufruir de um dado benefício coletivo, não está disposto a colaborar com a sua produção.

parte da associação e tivesse todo dia lá na reunião eu podia vir aqui e falar alguma coisa.  
(Grupo focal com produtores)

Os custos da transação parecem ser altos para os beneficiários, que preferem aceitar a forma de gestão proposta pela associação, na qual a cooperativa administra todo o processo de comercialização da produção, se encarregando dos custos de operação do resfriador e do recolhimento e venda do leite. Esse modelo de gestão proposto pela associação é divergente ao próprio princípio da cooperação, que tem na horizontalidade das relações a sua base, diferente do proposto, que tende a ser hierarquizante fomentando um ambiente de baixa confiança intersubjetiva e esvaziamento da ação coletiva. O que se logra desse processo é uma relação mercadológica entre compradores e vendedores da mercadoria leite.

**Mas eu estou perguntando da forma da gestão, de como trabalha o CCP. Aqui é a cooperativa que faz a gestão. Outra forma seria vocês produtores fazerem a gestão...**

- Mas não ia dar, não.

- Eu acho que não.

**Por que não?**

- Porque que nem eu falei no começo. Tem gente que pensa de um jeito. Tem um que pensa de um tipo, tem outro pensa de outro...

- Daí vai dar briga.

- Aí já complica. Eu no meu modo de pensar, eu acho que do jeito que está, pela associação, está bom. É que nem eu falei uma parte concorda e uma parte já não concorda.

**Sim. E os outros? O que os outros acham?**

- Eu acho assim, essa questão de eles administrarem não tem nada errado. Porque aqui graças a Deus eu não sei como é o caso dos outros lugares, não tenho nem ideia como que é, só sei que atende a gente bem aqui. E outra coisa, o leite, a gente recebe o nosso valor no dia certo, suponhamos do que nós pensamos que é e que não desconta nada e não tem pagamento de luz e nem nada; a cooperativa é responsável desses gastos. Então eu acho que não tem nada de errado eu acho que está normal.

(Grupo focal com produtores)

A impressão que se deduz das falas dos atores investigados nesse processo é que não há qualquer interesse em mudar ou qualquer desconforto com o quadro que se apresenta nesse modelo de gestão do CCP. Seja a AAFI, a COOPERAIFI ou os produtores, não há sinalização de um movimento que queira mudar o quadro existente. Por parte das entidades não há qualquer manifestação no sentido de procurar



desenvolver mecanismos de agregação de novos associados/cooperados. Nenhum planejamento é pensado visando reconhecer e fortalecer essas instâncias que são essenciais na organização do projeto conforme atestam técnicos entrevistados da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (AGRAER), que opera na região e tem sua sede localizada no próprio Assentamento Itamarati II.

Faz-se necessário resgatar a importância da associação e da cooperativa e destacar as conquistas possíveis de serem alcançadas quando os produtores se empenham numa maior participação. Infelizmente, os dados mostram que a entrega do leite se traduz no único elo de união entre beneficiários e entidades (AAFI e COOPERARI). Junta-se a isso a confirmação de uma baixa participação dos produtores em outras esferas de articulação política como é o caso do sindicato.

**E. O que vocês acham desta forma como funciona a associação?**

- Só que não avançou assim em termos de... entre o produtor com a cooperativa não houve uma conversação melhor pra ele se integrar mais ou um convite pra ele se associar, alguma chamativa alguma coisa a mais pra ele poder participar.

(Entrevista com Quadro técnico)

**E. O que vocês acham desta forma como funciona a associação?**

- Eu não sei de nada, não. O negócio da associação lá eu não sei quem é presidente, nem quem é tesoureiro, quem é secretário, nem nada.

- Nem eu.

- Se eu falar pra você que eu sei, eu estou mentindo. Então já falo logo a verdade, eu não sei quem é. Se falar pra mim lá, o presidente é o fulano, eu vou falar que eu não sei porque eu nunca participei de nenhuma reunião.

**E. os outros?**

- A mesma coisa.

- Não sei também.

**E. Vocês participam do sindicato?**

- Mas sabe o que é? Falta aquele incentivo.

- Mas assim o valor está alto. Eu no meu caso pra nós agricultor que já somos de baixa renda R\$ 120,00 é puxado.

**E. É por ano que você está pagando isso aí?**

- É, mas é alto.

**E. O sindicato faz algum trabalho com vocês? Vem aqui? Tem contato com vocês?**

- Não.

- Pra nós ele nunca veio não.

(Grupo focal com produtores)

Embora a criação da AAFI e COOPERAIFI seja importante para o processo de estruturação do projeto de CCP elas não conseguiram desenvolver nenhuma forma de capital social nem melhorar os níveis de confiança, capazes de conduzir para uma percepção dos produtores acerca da necessidade de se engajarem politicamente e se organizarem para a produção. Semelhantemente, o CCP também não conseguiu incrementar a capacidade associativa nem a organização na base dos agricultores.

A COOPERAIFI foi criada para facilitar a comercialização do leite e buscar preencher a lacuna de participação e organização existente no projeto. No entanto, ela não desenvolveu mecanismos para criar nos produtores a vontade de se engajar e participar e, por outro lado, não houve por parte desses, qualquer resistência. Isso possibilitou que a cooperativa fosse cada vez mais tomando conta da gestão do CCP e os produtores sendo isolados do processo, a ponto de apenas entregarem o leite e receberem o seu pagamento, sem qualquer conhecimento sobre o valor de repasse do produto, sobre o lucro obtido pela cooperativa e o custo para a manutenção do equipamento.

#### **4.3 - Os aspectos de gênero**

Não é diferente, do que se observa na literatura (BRUMER, 2004; CORDEIRO, 2007; SALES, 2007; SILVA e VALENTE, 2013; SCHMITZ e SANTOS, 2013), o quadro que se apresenta em Ponta Porã quando se avalia os aspectos relacionados a gênero no tocante à participação dos produtores no projeto. A reprodução do modelo patriarcal, que coloca a mulher nos lugares secundários de produção, ou melhor, naqueles lugares que representam a base do processo (seja na ordenha, no transporte e nos afazeres de casa), reafirmando as distinções de gênero que estão marcadas no assentamento, assim como é comum em toda a sociedade. Essa condição afasta as mulheres das esferas de decisão e anula sua participação que poderia ser mais efetiva e propulsora de cooperação.

Na perspectiva durkheimiana (DURKHEIM, 1999), cabe à mulher, no desenvolver de qualquer atividade, realizar aquilo que o homem não interessa realizar. Assim, são as características biológicas que determinarão os papéis sociais de ambos os

sexos. Essa divisão sexual do trabalho seria, nessa concepção, indutora de uma complementação das funções de homens e mulheres mantendo a coesão social.

No entanto, autores como Kergoat (2003), destacam que os papéis sociais de homens e mulheres seriam construções sociais e não fruto de um destino biológico. Ou seja, na divisão sexual do trabalho as relações de poder estão estabelecidas entre os sexos. A autora destaca, que em cada sociedade as relações de poder entre homens e mulheres se conformam de maneira diferenciada. E como ocorre no assentamento em Ponta Porã, observa-se ao longo do tempo que as atividades laborais masculinas são socialmente mais valorizadas do que as femininas. (KERGOAT, 2003, p.55,56).

Em Ponta Porã, a maioria (68,8%) das famílias que se beneficiam do CCP tem homens como responsáveis pelos domicílios. Nas demais (31,2%), são mulheres as responsáveis. Esse já representa em si um elemento que legitima a predominância masculina na tomada de decisões. A “solidariedade conjugal” de Durkheim é aqui apresentada na subserviência que a mulher assume e na visão patriarcal que subjaz todo aquele grupo social - do papel secundário da mulher em processos de trabalho, que em determinadas etapas requer força ou decisão. Essa solidariedade conjugal, que segundo Durkheim seria produto da divisão do trabalho sexual, tende a se reproduzir nas demais funções orgânicas e sociais.

Da mesma forma que, em suas entrevistas, representantes e técnicos confirmam a perspectiva durkheimiana sobre o lugar da mulher no tecido social, os produtores como um todo também reafirmam que, embora as mulheres tenham um papel fundamental na produção do leite e, portanto, no sucesso do projeto, sua inserção política nos espaços de decisão é diminuta.

**E. E na COOPERAIFI, na direção, as mulheres participam?**

- Ai não.

**E. Bom, e aqui elas participam de que forma?**

- Elas tiram o leite, trazem o leite.

- Até agora não participou, mas pode participar sim. Que pra começar o trabalho da cooperativa era tudo homem.

(Entrevista com liderança local)

- Na verdade eu acho que a mulher, a grande participação dela é na produção do leite. Porque na verdade eu acho que elas é que estão mais no dia a dia no CCP, que vão lá entregar. Porque os

homens na maioria estão na atividade já à parte. A mulher ajuda a cuidar, ajuda até a ordenhar.

- (...) Agora na discussão da cooperativa, na associação nós temos uma participação muito baixa.

**E. Por quê?**

- Essa é uma boa pergunta. Quando nós fomos assentados eu brinquei que o grupo de mulheres ia fazer uma área de lazer e aí nós íamos instigando elas pra elas criarem uma entidade jurídica pra poder acessar benefícios. A dificuldade era tão grande de reunir as mulheres, delas assumirem a responsabilidade que eu brinquei que o primeiro presidente da associação de mulheres seria homem. E não é que na reunião indicaram o seu Clovis?

- É assim, a participação da mulher na tomada de decisão aqui no assentamento, ela tem sido muito baixa.

(Entrevista com liderança local)

**E. E no leite, as mulheres trabalham?**

- Ah sim, aqui tanto faz é igual no leite. É a mulher, é o homem...

- É.

- Sempre os dois.

- Porque tudo que tem que fazer de manhã na atividade do leite aqui uma pessoa sozinha não dá.

- A atividade é dos dois com certeza.

(Grupo focal com produtores)

Segundo Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é marcada pelas relações de poder estabelecidas entre os sexos. No contexto de nossa pesquisa, a participação das mulheres no assentamento se reduz ao universo doméstico de produção, reforçando a ideia de que a atividade feminina deva estar convergente com tais tarefas distanciando-as de uma participação mais efetiva no ambiente político dominado pelos homens.

Essa atitude perante a divisão sexual do trabalho também é destacada por Schmitz e Santos (2013, p.349), que em estudo sobre a produção leiteira e a participação das mulheres no processo produtivo encontram a mesma perspectiva apresentada pelos atores sociais de Ponta Porã. Às mulheres, cabe o mundo privado e aos homens o público. Elas ficam mais vinculadas ao processo de produção: ordenham, limpam e por vezes entregam o leite no CCP. Em algumas situações, ambos compartilham algumas tarefas, no entanto, os homens ocupam os lugares de decisão política.

#### 4.4 - O acesso à política de saúde

A zona rural é deficiente de atenção do poder público no que tange às políticas sociais. Segundo Silva e Dimenstein (2013), a atuação governamental na promoção da saúde e assistência social segue uma tradição de baixa atenção, que se agrava no meio rural.

A situação da política de saúde no assentamento de Ponta Porã reproduz o mesmo aspecto ou características observadas no sistema de saúde brasileiro. Embora haja um posto 24h em funcionamento no assentamento, a equipe é insuficiente para o tamanho da população e há carência de médicos para o atendimento. Vale ressaltar que este posto já existia antes da implantação do CCP.

Para Silva e Dimenstein (2013), a atenção dos gestores municipais, estaduais e federais sobre essas áreas mais isoladas é fundamental, visto que, embora a saúde no Brasil seja universal e pública, tem dificuldade de chegar nos espaços em que as estradas, transporte e os postos de saúde são precários, inviabilizando a oferta de um serviço de qualidade. Esses percalços contribuem para a reprodução histórica da ausência de políticas de saúde no cotidiano rural.

Dispondo de um sistema de saúde local precário, a solução dos assentados é se deslocar para a sede do município de Ponta Porã, onde também o atendimento é deficitário e pode vir a ser marcado para meses à frente.

##### **E. E o atendimento de saúde como é?**

- Péssimo, pra mim é péssimo. Estou com uns exames aí pra entregar.
  - Não é bom não.
  - (...) Aí eu vou lá e não consigo entregar os exames, estou com os exames ali e não consigo entregar pra o médico pra ele poder me encaminhar pra outro médico que eu preciso entregar esses exames. Então eu acho que isso aí, é muito ruim. Tem que ter médico aqui é muita gente no Itamarati.
  - Saúde péssima.
  - Aí colocam o médico ali, e o que acontece? O médico só pode atender 15 pessoas. E aí como é que fica uma população desse tamanho aqui? Aí você vai lá na cidade, chega lá pra você marcar a consulta: o que você está fazendo aqui? (...) Tem um médico lá que atende 15 pessoas e você tem que chegar três horas da manhã e tem que ficar lá pra ser atendido às dez horas.
  - Você chega às 3 e o médico vai chegar 9 horas, 10 horas.
- (Grupo focal com produtores)

Os produtores demonstram que o CCP não conseguiu produzir motivação organizativa capaz de promover a participação política necessária para viabilizar a busca por políticas públicas de atendimento à saúde.

As lideranças também demonstram a insatisfação e descrença com o sistema, que segundo eles permanece o mesmo que antes do CCP e destacam que há casos de se buscar socorro no Paraguai devido à falta de expectativa de atendimento no Brasil.

**E. Mas para resolver esse problema da saúde aqui, vocês já fizeram algum tipo de movimento?**

- Não.

- Ah, eu não sei.

- Geralmente o pessoal reclama. O que eu sei é que o pessoal da associação faz reunião, discute, pede, mas não sei o que o pessoal lá acha que aqui não precisa médico.

(Grupo focal com produtores)

**E. Mas dá conta de atender a demanda? Ou não?**

- Olha. Praticamente não atende.

**E. E qual é o problema?**

- Não tem médico.

- Não tem ambulância, não tem remédio, não tem. O meu pai foi operado anteontem. O meu pai estava procurando operar aqui no Brasil e com a vesícula inflamada, com pedra na vesícula, deslocada da vesícula, marcaram a operação dele pra abril. Teve que operar no Paraguai.

(Entrevista com liderança local)

Os dados quantitativos demonstram que tanto antes quanto depois da implantação do CCP existia agentes comunitários de saúde no assentamento. Entretanto, sua atuação nem mesmo foi citada nas entrevistas qualitativas. Isso denota que o serviço não tem expressão ou reconhecimento por parte desse conjunto de atores entrevistados e que, portanto, não melhora a situação da saúde local.

Nessa mesma linha, o Programa Saúde da Família parece pouco expressivo na comunidade, 87,5% dos entrevistados responderam que, tanto antes quanto depois do CCP, o programa não existia e 12,5% responderam que existia. Dois anos após a implantação do CCP, a situação da saúde no assentamento é a mesma. O CCP não conseguiu gerar o desejo pela participação que levasse os produtores a se organizarem politicamente para demandar a melhora do acesso ao sistema de saúde.

#### 4.5 - O acesso à escola e a questão da educação

Começamos este tópico lembrando que no perfil socioeconômico dos representantes das famílias, verificou-se que grande parte dos responsáveis pelos domicílios e seus cônjuges possui baixo grau de instrução. Como justificativa para esse cenário, se apresentam, por um lado, a noção recorrente de que as atividades no campo não exigem escolarização; e, por outro, a idade em que os produtores se encontram – já que o retorno ou mesmo início dos estudos é mais complexo na fase adulta.

A zona rural, por apresentar, em grande parte dos casos, precariedade nos serviços de transporte e nas condições de tráfego das estradas acaba apresentando dificuldade no acesso à escola. Segundo Silva e Arnt (2010), com esses percalços, assegurar vagas nas escolas rurais não é suficiente para garantir o acesso ao estudo. Faz-se necessário que as estradas e o transporte estejam em condições de garantir o tráfego com segurança para que o acesso dos estudantes às instituições de ensino seja garantido.

O assentamento Itamarati II, diferentemente do que propõe Silva e Arnt para a realidade rural, no que tange ao acesso à educação, apresenta condições melhores para os que vivem no assentamento. O conjunto de produtores entrevistados revela que, embora não haja uma escola no assentamento, há oferta de transporte e vagas para todos os estudantes. Nesse caso, o que se questiona não é a estrutura e o acesso à mesma, mas a qualidade do ensino, que para eles é baixa, e a forma qualquer como é realizada a administração escolar.

**E. Deixa eu perguntar agora sobre a educação? Como é o acesso à escola?**

- Essa escola está uma baderna. Esse ano até eu tentei estudar pra eu ver o clima de lá e é um inferno também. Não tem diretoria, os professores não estão nem ai pra a bagaceira, não tem nada de disciplina nessa escola.

**E. Mas vocês conseguem vaga? Tem problema para conseguir vaga para os filhos?**

- Ah vaga tem, se quiser vaga tem; até eu me inscrevi (rsrs). Eles querem que você vai lá se inscrever pra pegar o salarinho deles; o nível de educação é zero. A vaga tá lá.

(Grupo focal com produtores)

Essa perspectiva sinalizada pelos produtores é comungada pelos outros atores sociais que foram entrevistados e que também não verificam qualquer ponto crítico no sistema de educação da região. Embora a qualidade do ensino e da formação dos

professores não sejam quesito de análise na avaliação desse grupo, eles revelam que é oferecido uma estrutura e vagas que atendem os assentados.

**E. Vocês acham que a distribuição das escolas está adequada? Não está adequada?**

- Olha. Pelo lugar, eu acho que está adequado. Porque assim claro que não dá de fazer uma escola em cada canto.

- Mas assim, tem uma escola que hoje é lotada. Eu acho que tem em torno de 2 mil e tantos alunos, 3 mil. Tem outra. Tem outro colégio grande. Tem colégio estadual e municipal. Acho que está bem distribuído assim.

**E. Mas dá conta da demanda?**

- Da conta.

(Entrevista com liderança local)

**E. E questão do acesso à educação no assentamento? Como você acha que está?**

- Tem escola só na vila, mas tem transporte da prefeitura, não vejo reclamação disso não.

(Entrevista com liderança local)

**E. E a questão do acesso à escola, como está?**

- Tem escola pra todo mundo, isso não falta. Pode não ser perto de casa, mas tem o ônibus da prefeitura, tudo certinho. Isso não tá ruim, não.

(Entrevista com quadro técnico)

Conforme apresenta Santos, Silva e Lúcio (2011) em seu estudo, a ideia que os trabalhadores do campo têm de que para viver na "roça", ter formação escolar não é necessário como para a área urbana, potencializa o não interesse em se dedicar aos estudos. Ademais, a carência estrutural da zona rural, em geral com escolas multisseriadas, coloca em cheque a eficácia do ensino oferecido.

Por se tratar de uma população específica, cujo perfil tem como característica a baixa escolaridade e o fato de que a maioria dos estudantes sequer conseguem atingir o ensino médio, faz-se necessário pensar um modelo específico de educação. Reproduzindo um padrão que segue o de seus pais, avós, "não por opção, mas por ausência de condições mínimas de sobrevivência" (SANTOS, SILVA e LÚCIO, 2011, p.2), essa população tenderá a encarar o trabalho rural como sua expectativa de vida.

Da mesma forma que observamos para as questões de gênero e para a política de saúde, a implantação do CCP também não gerou modificações no acesso à educação e,



semelhante ao que aconteceu nos outros dois aspectos mencionados, mais uma vez, o CCP não conseguiu fomentar formatos de organização capazes de produzir nos beneficiários a disposição para lutar de forma participativa buscando promover a qualidade da escola que serve ao assentamento.

#### **4.6 - Os aspectos de renda**

A identificação de que o Programa Bolsa Família (PBF) atende a 13 das 16 famílias que entregam leite no CCP Boa Esperança demonstra que se trata de um grupo carente de apoio à geração de renda. Atualmente, atendendo a quase 14 milhões de famílias usuárias, o Programa Bolsa Família busca garantir o acesso de populações pobres ou em situação de extrema pobreza à alimentação, educação e à saúde. Nesse sentido, o CCP tende a cumprir o seu papel de possibilitar que pequenos produtores possam ter potencializadas suas expectativas de ganho.

Buscou-se estabelecer um comparativo entre a renda dos produtores e, somente para uma família não foi possível identificar a renda total antes e depois do funcionamento do CCP. Nas 15 famílias cuja informação foi coletada, verifica-se que, antes do CCP, a maior parte (40,0%) apresentava renda entre R\$ 301,00 e R\$ 500,00 e, após o funcionamento do CCP, essa mesma proporção de produtores passou a perceber acima de R\$700,00 mensais. Em todas as faixas apresentadas na Tabela 39 entre o momento anterior e posterior à implantação, o número de produtores tende a aumentar conforme os níveis de renda aumentam.

Antes da implantação do CCP, a renda média mensal do produtor era de R\$ 551,33, após seu funcionamento a renda passou para R\$ 806,00, um aumento de 46,2%. Embora não seja possível afirmar que esse aumento seja em função dos ganhos restritos a partir do CCP, pois outros fatores podem ter contribuído para tal incremento, os dados qualitativos demonstrarão que o CCP trouxe melhora líquida na renda das famílias beneficiadas.

**Tabela 39:** Renda total das famílias por faixas, antes e depois do funcionamento do CCP

Renda por faixas	Antes		Depois	
	n	%	n	%
<b>Até R\$ 200,00</b>	1	6,7	0	0,0
<b>R\$ 201,00 a R\$ 300,00</b>	3	20,0	2	13,3
<b>R\$ 301,00 a R\$ 500,00</b>	6	40,0	4	26,7
<b>R\$ 501,00 a R\$ 700,00</b>	2	13,3	3	20,0
<b>Acima de R\$ 700,00</b>	3	20,0	6	40,0
<b>Total</b>	15	100,0	15	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Quase que a totalidade dos produtores entrevistados (94,0%) afirmou que, com a implantação do CCP, houve um incremento na renda da família. Apenas um (1) produtor informou que a renda familiar continuou igual. Essa afirmativa é confirmada na realização do grupo focal.

**E. Mas se for comparar o que vocês estão tirando hoje com antes do CCP, aumentou, diminuiu ou ficou igual?**

- É claro que melhora, né.
- Por causa do preço melhora um pouquinho.
- É
- Porque antes de vir um resfriador desse, eles pagavam em volta de R\$0,32, R\$0,31 né?
- É.
- Lá em baixo que era o preço.
- Eu entreguei leite pra Cambi a R\$0,29.
- Então...

(Grupo focal com produtores)

Utilizando a alimentação como uma *proxy* da renda, buscou-se verificar se o padrão de consumo alimentar das famílias se alterou após a implantação do CCP. O questionário abordava se a família teria passado a consumir alimentos que antes do CCP não lhes era possível consumir. Nesse caso, 18,8% dos produtores avaliados disseram ter introduzido, em sua dieta alimentar cotidiana, alimentos que antes não utilizavam (Tabela 40).

**Tabela 40:** A família passou a consumir algum alimento que antes do funcionamento do CCP não consumia

<b>Consumo de outros alimentos</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	3	18,8
<b>Não</b>	13	81,3
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Há também a ideia de que a qualidade da alimentação consumida melhorou após o CCP. Nada menos que 12,5% dos produtores que achavam sua alimentação “regular” antes do CCP passaram a defini-la como “boa” após o CCP.

**Tabela 41:** Qualidade da alimentação da família antes e depois do funcionamento do CCP

<b>Qualidade da alimentação</b>	<b>Antes</b>		<b>Depois</b>	
	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Boa</b>	11	68,8	13	81,3
<b>Regular</b>	4	25,0	2	12,5
<b>Ruim</b>	1	6,3	1	6,3
<b>Total</b>	16	100,0	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Tentando buscar mais elementos que comprovem que a renda das famílias melhorou, buscou-se verificar a quantidade de refeições diárias das famílias com crianças antes e depois do CCP. Dentre 18,7% de famílias que têm crianças com idade entre 0 e 2 anos, não houve qualquer alteração no número de refeições. O mesmo quadro que se apresentava antes do CCP, foi verificado após o CCP: 66,7% dessas crianças fazendo 3 refeições por dia e 33,3% fazendo 4 refeições por dia. Investigou-se também as crianças entre 3 e 11 anos de idade e observou-se o mesmo comportamento antes e depois do funcionamento do CCP. Ocorre uma pequena mudança entre as pessoas acima de 11 anos de idade, em que uma (1) família afirma aumentar o número de refeições de 2 para 3 por dia.

**Tabela 42:** Número de refeições diárias antes e depois do CCP – Crianças de 0 a 2 anos

Número de refeições diárias	Antes		Depois	
	n	%	n	%
3 refeições	2	66,7	2	66,7
4 refeições	1	33,3	1	33,3
<b>Total</b>	3	100,0	3	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

**Tabela 43:** Número de refeições diárias antes e depois do CCP – Crianças de 3 a 11 anos

Número de refeições diárias	Antes		Depois	
	n	%	n	%
2 refeições	1	16,7	1	16,7
3 refeições	2	33,3	2	33,3
4 refeições	2	33,3	2	33,3
5 refeições	1	16,7	1	16,7
<b>Total</b>	6	100,0	6	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

**Tabela 44:** Número de refeições antes e depois do CCP – Pessoas acima de 11 anos

Número de refeições diárias	Antes		Depois	
	n	%	n	%
2 refeições	2	12,5	1	6,3
3 refeições	9	56,3	10	62,5
4 refeições	4	25,0	4	25,0
5 refeições	1	6,3	1	6,3
<b>Total</b>	16	100,0	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Outra questão que se buscou verificar para confirmar a percepção de incremento da renda foi se houve mudanças na aquisição de bens, investimento e crédito. Assim, 68,8% informaram que a família passou a comprar mais bens após o funcionamento do CCP. Já 31,3% disseram ter realizado alguma reforma em sua casa e 50,0% informaram que o crédito no comércio melhorou.

**Quadro 1:** Depois do funcionamento do CCP:

A família passou a comprar mais bens		A família fez alguma reforma na sua casa		O crédito com os comerciantes melhorou	
n	%	n	%	n	%
11	68,8	5	31,3	8	50,0

Fonte: Dados coletados em campo

O que se observa é que é lúdica a percepção do aumento de renda após a implantação do CCP. Tanto os dados quantitativos quanto o grupo focal seguem nessa direção. De fato o CCP incrementou a renda média dos produtores do assentamento Itamarati II. Os elementos que buscamos observar transversalmente como um *proxy* da alteração de renda demonstram que as mudanças são tímidas em alguns casos e há alguns que não serviram para revelar, ou endossar a tese de mudança na renda, como é o caso da alteração no número de refeições feitas diariamente. Entretanto, alterações mais genuínas são observadas na aquisição de bens e no poder de crédito que esses produtores passam a ter no comércio local reforçando assim a tese do incremento de renda. Infelizmente, esse ganho tem sido para poucos, visto que é baixa a participação das famílias no CCP, inviabilizando a ideia inicial de atendimento a uma parcela mais representativa de moradores do assentamento.

#### **4.7 – A produção no CCP**

Entendendo que a renda advém da capacidade de produção da família, passamos a analisar as condições dos agricultores familiares assentados em relação aos recursos de que dispõem para a produção.

O tamanho dos lotes dos assentados é padrão. Cada família dispõe de 6 hectares, o que limita as possibilidades de aumento de produção. A maioria dos produtores possui de 12 a 13 cabeças de gado. Há alguns que possuem acima de 40 cabeças, no entanto, esses produtores necessitam arrendar outras terras.

Metade das famílias alega que após o funcionamento do CCP sua quantidade de vacas se manteve igual, no entanto, para 37,5% das famílias houve um aumento na quantidade de vacas. Outras 12,5% afirmam que sua quantidade de vacas diminuiu.

Pode-se verificar que o CCP não conseguiu incrementar de forma intensa a capacidade produtiva das famílias do assentamento, visto que nem metade dos produtores conseguiu aumentar seu rebanho. A maioria (62,5%) manteve igual ou até mesmo diminuiu sua quantidade de vacas. De qualquer forma houve alguns que conseguiram expandir, tendo ou não que arrendar outras propriedades.

A mesma percepção se tem quando se avalia a quantidade de gado na comunidade como um todo. Para 12,5% das famílias entrevistadas a quantidade de gado

na comunidade aumentou após o CCP, porém, a maioria cita que a quantidade se manteve igual.

**Tabela 45:** Opinião dos entrevistados sobre a quantidade de gado leiteiro de sua família após o funcionamento do CCP

<b>Quantidade de gado leiteiro de sua família</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Aumentou</b>	6	37,5
<b>Continua igual</b>	8	50,0
<b>Diminuiu</b>	2	12,5
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

**Tabela 46:** Opinião dos entrevistados sobre a quantidade de gado leiteiro na comunidade após o funcionamento do CCP

<b>Quantidade de gado leiteiro da comunidade</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Aumentou</b>	2	12,5
<b>Continua igual</b>	10	62,5
<b>Diminuiu</b>	1	6,3
<b>NS/NR</b>	3	18,8
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Os que arrendam terras normalmente possuem mais de 15 vacas e necessitam aumentar o pasto para alimentar o rebanho. Essas propriedades arrendadas costumam ser de outros assentados que pararam de produzir leite e foram em busca de outras atividades para gerar renda.

**E. Então o senhor para ter essa quantidade arrendo terreno?**

- É, está arrendado. Tem que pagar pasto pra fora pra outro lote que a pessoa que não tem nada então eu vou lá e alugo e coloco gado solteiro e mantenho as minhas vacas que estão lactando na ração. E mais um lote arrendado também.

(Grupo focal com produtores)

Há uma distinção de perfis de produtores assentados. Com a implantação do CCP, desde 2011 há os produtores que aderiram ao projeto e vêm obtendo êxito na produção de leite, esses têm aumentado seu rebanho, outros reduziram sua produção. Essa diferença de perfil de produtores pode ser explicada em função da origem de cada um dos assentados.

- A variação é muito grande. Porque nenhum chegou em cima do sítio igual ao outro. Sempre tinha um que tinha uma reservinha, chegou e adquiriu mais cabeças. E tinha aquele que só dependeu do próprio projeto.  
(Entrevista com liderança local)

Entre o período que decorre da instalação do Assentamento Itamarati II em 2004 e o início do funcionamento do CCP em 2011 ocorreram situações que favoreceram ao desestímulo à produção de leite no assentamento. No início do assentamento o Ministério do Desenvolvimento Agrário doou em torno de 20 resfriadores que foram distribuídos pelo assentamento. A falta de controle na distribuição desses resfriadores anulou o uso de forma coletiva e propiciou um uso de maneira mais localizada. Esse formato possibilitou que empresas privadas assumissem a gestão pagando um valor pelo litro de leite muito abaixo do mercado. Esse cenário gerou descontentamento e falta de credibilidade dos produtores em relação à comercialização e possibilidade de sucesso na produção de leite.

Em função dessas experiências malsucedidas, havia por parte dos produtores um ceticismo quanto às possibilidades de sucesso do projeto de CCP. Havia ainda a crença de que aquele quadro não pudesse ser contornado. Essa foi uma das dificuldades que a COOPERAFI teve que enfrentar no início do processo.

Em 2011, a cooperativa iniciou o trabalho de coleta do leite dos produtores assentados. Em julho daquele ano as empresas privadas, que já haviam chegado a pagar R\$0,20 pelo litro de leite, estavam pagando R\$0,48 por litro. Em agosto, com a atuação da COOPERAFI, o litro de leite passou para R\$0,75 e no ano da avaliação (2013) pagava-se R\$0,89. No entanto, mesmo com um salto de 345,0% em relação aos R\$0,20 que eram pagos antes do CCP ou o aumento de 18,7% em relação aos R\$0,75 pagos em 2011. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também para o técnico da AGRAER, mesmo sendo um bom preço, não é o suficiente para manter uma produção adequada.

- Então, melhorou bastante. Por isso eles não estão reclamando. Mas que é pouco esse valor para o produtor, é. Se ele for tratar uma vaca com ração, com remédio, do jeito que tem que ser, não paga a despesa dela.  
(Entrevista com liderança local)

**E. Deixa eu retornar para a questão do leite. O valor que é pago pelo leite hoje é R\$ 0,89... É um valor que você acha adequado? Ou não é adequado?**

- O preço felizmente subiu né, mas eu acho que o preço não poderia ser menos que R\$ 1,00 em função do custo de produção hoje extremamente elevado em termos de insumos. Vamos dizer, a vaca precisa de ração, precisa de vacina, precisa de medicamentos e isso aí tem se elevado nos últimos anos, o percentual de aumento foi muito maior do que o percentual de aumento do leite. (...) Se você ver hoje Paraná e Santa Catarina é acima de R\$1,20, R\$1,25, sei lá, e nós estamos em R\$0,89 e o custo nosso aqui é maior porque a produtividade é pequena, então o custo é maior.

(Entrevista com quadro técnico)

Mesmo diante de quadro tão desfavorável, marcado pela desconfiança e falta de crédito no sucesso do projeto, a criação da cooperativa possibilitou o aumento no preço do litro de leite e a desarticulação de uma comercialização praticada por um cartel de empresas que recolhiam o leite anteriormente e que subjugava o produtor a um valor ínfimo no litro de leite, deixando-os sem opção. Com a atuação da COOPERAFI passou-se a fazer a própria comercialização e estimular a produção de leite no assentamento, que fora inibida pelos atravessadores.

Nesse novo cenário, a cooperativa, com os resfriadores mais próximos, pode praticar um preço mais justo para o litro de leite, garantir a compra de toda a produção, dando maior tranquilidade aos produtores. Embora a produção de leite da cooperativa seja pequena, é bem cotada no mercado e tem escoamento certo.

A meta prevista no projeto inicial do CCP era de atender a 170 famílias. O que se observa é menos de 10,0% dessas famílias sendo beneficiadas. É citado que já houve um período em que o CCP atendia a 50 famílias, entretanto, fatores como o clima e a sazonalidade da produção fez com que muitos desistissem. O que restou foram 16 famílias beneficiárias do CCP, sendo que apenas uma é associada e duas são cooperadas.

**E. E como é o acesso ao mercado?**

- O pessoal está nos disputando. A produção é toda vendida

**E. Sim. Certo. E vocês vendem aqui para o mercado de Mato Grosso do Sul?**

- É uma empresa do Mato Grosso do Sul, mas ela exporta pra São Paulo.

**E. Nunca tiveram problemas de comercialização?**

- A produção sempre foi levada (...),

(Entrevista com liderança local)



A comercialização de leite feita de maneira individual, por conta da pouca produção, tende a desvalorizar o valor do litro de leite. Com o advento da cooperativa, ao comercializar o leite de vários produtores coletivamente, o ganho em escala possibilita barganhar um valor melhor para a venda do leite viabilizando a manutenção do projeto.

No entanto, para as lideranças comunitárias, apenas com a venda do leite não é possível dar conta dos custos operacionais da cooperativa, nem tampouco vislumbrar qualquer margem de lucro. Além do leite, faz-se necessário lançar mão de outros mecanismos como a comercialização de sal e ração para equilibrar os gastos.

- Então a cooperativa tem conseguido manter isso com uns outros recursos que tem. Você tem um ganho na venda de sal, ganho na venda da ração que nós também vendemos. Então o leite acaba sendo um ciclo que acaba fechando as contas.  
(Entrevista com liderança local)

É fato que mesmo tendo ocorrido uma melhoria no valor pago pelo litro de leite, e mesmo havendo a garantia do escoamento de sua produção, o produtor ainda assim se apresentava insatisfeito com o valor pago. Os custos de produção são elevados e o preço do litro de leite não acompanha os aumentos no custo dos insumos utilizados para manter uma produção de leite satisfatória. As expectativas de ganhos não seguiram de acordo com o esperado.

Essa perspectiva apontada pelos produtores acerca do elevado custo dos insumos vai ao encontro do que o representante do sindicato e o técnico do órgão de extensão rural apontam como insuficiências que impactam nos resultados inadequados que esses produtores conseguiram obter efetivamente na sua produção e na sua produtividade.

**E. E isso que vocês esperavam, vocês conseguiram alcançar?**

- Ah, eu não.
- A maior parte vai responder que ainda não porque o pessoal esperava o preço do leite de R\$ 0,95 a R\$ 1,00. É que o pessoal esperava que ia chegar a esse preço. Mas vamos esperar que vai chegar daqui até o mês que vem.
- No comecinho de maio era pra estar a quase um real mesmo
- Não, por causa assim...50 centavos pra o gado que a gente fala o sal aumentou bastante...
- 50% que subiu, subiu tudo.
- O leite subiu, mas subiu 50% tudo.
- E os remédios tudo que vai comprar...
- É os remédios porque o leite não cobre os remédios. Pra cobrir tem que subir bastante.

- Tem que tirar uns 90 litros pra sobrar um pouquinho.

**E. Então o que vocês esperavam não foi alcançado?**

- Foi bom os resfriadores.
- Mas falta melhorar o preço do leite.
- Melhorar nossa renda.

(Grupo focal com produtores)

Muitas famílias desistiram de se manter na produção de leite, dado os motivos apresentados. Muitos migraram para a lavoura, buscando produzir e vender ao mercado, outros preferiram arrendar seus lotes, o que possibilitou que outros pudessem aumentar sua produção agrícola ou agropecuária.

**E. Mas vocês acham que os vizinhos de vocês, a comunidade, o pessoal do assentamento, acreditam no leite para conseguir renda?**

- Eu acho que não acreditam muito não porque na parte que eu moro tem bem pouca gente que mexe com leite, que tem vaca. Acho que pode contar nos dedos assim uns dois ou três e só.
- Muitos estão mexendo com roça, né.
- É, muitos estão com lavoura.
- Lá na minha área que eu sei que mexe com vaca são uns quatro.

**E. Vocês estão falando de vários problemas da lavoura, mas as pessoas estão acreditando na lavoura?**

- É, tem gente que desiste de tirar o leite pra plantar lavoura. É o que o ele está falando.
- É, eles acabam com o gado e estão arrendando o sitio deles.
- É, pra plantar lavoura.
- Não é que eles estão plantando, eles arrendam.
- Alugam o sitio.
- É.
- Aí é por causa de que tem gente que já mora na cidade.

(Grupo focal com produtores)

Os produtores do assentamento estão vulneráveis às intempéries que são comuns na região. Sofrem com geadas e secas que acabam alterando as condições ambientais e afetando diretamente a produção. Ademais, há a ausência de um controle e de uma assistência técnica que contribua para que os produtores possam se apropriar de conhecimentos que os ajudem a melhorar as condições de seu rebanho, desde a qualidade do alimento oferecida até as técnicas de manejo para garantir uma produção equilibrada para todo o ano<sup>18</sup>. Por conta disso, a instalação dos resfriadores, a melhora no escoamento, e o aumento do preço conquistado com o advento do CCP, que

<sup>18</sup>A questão da assistência técnica será abordada com mais profundidade no item que tratará dos entraves na execução do projeto.

deveriam ser propulsores do incremento da produção e do engajamento dos produtores, não se mostraram eficientes ou suficientes.

**E. Depois que o CCP começou a funcionar a produção de leite de vocês aumentou ou diminuiu? Teve diferença na produção de vocês?**

- Não, a minha diminuiu porque eu fiquei quatro meses sem tirar leite agora até que eu estou voltando.
  - Eu, a mesma coisa que estava antes, o mesmo total.
  - Esse negócio aí varia conforme está o tempo, o clima...
  - O tempo da vaca.
  - O clima.
  - O que castigou nós aqui foi seca também.
  - Então a geada também né. No tempo da geada a gente estava entregando aí 60 litros, 80 litros. Hoje eu estou entregando cento e poucos, então o clima que muda né.
  - E o leite também varia muito por causa do gado, a desmama, bezerro que mama, varia muito.
  - Varia muito e a gente não costuma manter aquele padrão e falar não; hoje estou entregando 100 litros e vou entregar pra o ano inteiro. Não tem como.
- (Grupo focal com produtores)

Os dados quantitativos seguem na mesma direção do que foi destacado pelo grupo focal. A maioria (62,5%) dos produtores afirma que sua produção diária de leite permaneceu igual ao que era antes do CCP. Porém, para alguns (31,3%) a quantidade de leite produzido em sua propriedade aumentou. Um produtor (6,3%) afirmou que sua produção diminuiu. Contrapondo ao que foi identificado na avaliação em relação à quantidade de gado dos produtores antes e após o CCP, os dados são convergentes.

**Tabela 47:** Quantidade de leite produzido diariamente na propriedade após o funcionamento do CCP

<b>Quantidade de leite produzido diariamente</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Aumentou</b>	5	31,3
<b>Continua igual</b>	10	62,5
<b>Diminuiu</b>	1	6,3
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Esta situação compele as famílias a buscarem alternativas de sustento e geração de renda. Ainda que o leite nessa comunidade dificilmente seja utilizado como única fonte de renda, até que ele volte a ter um *status* capaz de complementar a renda da

família, a busca por outras atividades se coloca como uma condição irrevogável em que o homem sai em busca de trabalho e à mulher cabe as atividades de cunho doméstico e a gestão da pequena lavoura e da horta que eventualmente possa existir.

**E. Então quando para de produzir leite vocês tem que sair para arrumar emprego em outro lugar?**

- Ah, com certeza eu acho que todo mundo.
- Às vezes tem que trabalhar pra fora.
- Meu marido vai.
- Eu fico aqui, me viro aí.

(Grupo focal com produtores)

Não é incomum depararmos com pequenos produtores que não tenham conhecimento sobre o custo total de sua produção. No assentamento Itamarati II não é diferente. Os produtores não sabem quanto custa cada fase do processo produtivo. Diante disso, ficam sem saber de fato que lucro obtém. Mais uma vez esbarra-se na necessidade de uma assistência técnica que possa ajustar essas lacunas e tornar os efeitos do projeto mais efetivos. Esse é um problema recorrente que também contribui para dificultar a formulação de um plano de trabalho que possa tornar a produção mais eficiente.

**E. Vocês conseguem calcular quanto sai um litro de leite? Para você produzir um litro de leite, custa quanto?**

- Olha, esses dias eu comecei a fazer uns cálculos lá e desisti (rsrs).
- É porque você tem que colocar no papel tudo que você gasta né?
- É e comecei a somar lá e falei pra mulher eu não vou mexer com esse trem não, isso aqui vai acabar... vai dar prejuízo e eu vou ficar nervoso com esse trem, eu vou ficar nervoso.
- Eu acho que sai meio a meio mais ou menos, você gasta a metade dele.
- Se eu falar pra você que sei, eu estou mentindo. Eu comecei lá a mexer e falei, rapaz eu não vou somar esse trem não, eu gasto não sei quanto no veterinário, eu tenho que comprar ração...

(Grupo focal com produtores)

Assim como os produtores, as lideranças comunitárias entrevistadas também citam que os custos não são calculados. Não há a prática, inclusive por não ser trivial.

**E. Vocês acham que o produtor consegue definir o custo de produção dele?**

- Não.

**E. Quanto sai um litro de leite para ele? Ele sabe?**

- Não sabe fazer.

- Não. Não consegue. Não sabe.

**E. Vocês têm ideia de quanto para o produtor sai o litro de leite?**

- Até começamos a fazer um trabalho em cima, mas assim não é cultura daqui fazer essa conta não.

- Nós não temos nem ideia.

(Entrevista com liderança local)

**E. O produtor tem noção mais ou menos do custo do leite para ele? Quanto sai para ele produzir um litro de leite. Ele consegue fazer esse cálculo?**

- Rapaz eu vou falar pra você que não é todo, não. E é onde que precisava a assistência técnica estar sentando com ele e colocar no papel. Pra ver quanto tem de despesa e quanto tem de lucro. Isso daí eu acredito que bem pouco.

(Entrevista com liderança local)

**E. Por exemplo, quanto o senhor gasta para tirar um litro de leite da vaca? O senhor tem ideia disso?**

- Bom, na verdade pra mim aqui eu não tenho esse cálculo somado não, mas o custo aqui graças a Deus pra mim não tem sido muito alto. (...) Mas eu não cheguei a somar pra ver: eu gastei tanto e sobrou tanto disso aí.

**E. O senhor acha que algum produtor fez esse cálculo?**

- Não sei, mas pode ter ocorrido. Mas uns 80% eu acho que não.

**E. Por que não se faz este cálculo?**

- Não é fácil de fazer. É variado. Num mês é uma coisa no outro mês é outra coisa, no frio é uma coisa, verão é outra coisa.

(Entrevista com liderança local)

A questão anteriormente debatida sobre o relacionamento que os produtores têm com a COOPERAFI, baseado apenas em uma dinâmica de entrega do produto e recebimento do valor referente, não gera a identificação ou mesmo uma relação de mútua cooperação entre produtores e a cooperativa responsável pelo gerenciamento do CCP. Essa falta de vínculo explica em parte a despreocupação dos produtores com o custo de produção.

Mas a ausência de controle do processo como um todo leva os produtores a não controlarem os custos agregados ao valor do leite. Isso inviabiliza uma gestão eficiente do processo produtivo, pois eles não conseguem identificar onde devem ser empregados os recursos conquistados com a venda para tornar o processo de produção mais eficiente e lucrativo. Essa relação de “empregado” e “patrão”, identificada entre produtores e cooperativa, cerceia os produtores de vislumbrarem uma maior autonomia e disposição para gerirem o CCP.

É cômodo para o produtor este formato de gestão do CCP, que coloca a cooperativa como responsável por administrar o comércio do leite, providenciando compradores e realizando a venda do produto. Há, no entanto, alternativas que poderiam agregar maior valor ao produto e estimular antigos e novos produtores a investirem na produção de leite ampliando o número de associados à cooperativa. A criação de uma fábrica de laticínios ou empacotadora de leite, por exemplo, seriam investimentos que poderiam atingir maiores mercados e fomentar a produção, inclusive daqueles produtores que não reconhecem no leite uma boa alternativa de renda.

Sem estas alternativas para a diversificação do leite, o produtor fica limitado ao cultivo de *commodities* como soja, que à época apresentava preços mais altos, milho e feijão. Há um problema identificado pela avaliação que consiste na escolha da pauta produtiva dos produtores do assentamento, que não tiveram a chance de definir no que queriam investir os recursos tomados, ficando a cargo do INCRA, mesmo que indiretamente, essa definição:

- Quando o INCRA implantou o assentamento e se começou a ver o PRONAF<sup>19</sup>, o pessoal não visou assim a postura das famílias no sentido de se ela tem aptidão pra ser leiteira, trabalhar com atividade leiteira, ou é outra aptidão que ela quer. E muitas vezes elas queriam outra atividade e na época o INCRA enclausurou demais nessa questão que tem que ser gado leiteiro e o Banco do Brasil também: nós não financiamos outra coisa, só gado de leite.

(Entrevista com quadro técnico)

Esse produtor que não tem a chance de escolher, trabalhando em uma atividade para a qual não tem vocação ou não conseguiu se adaptar, vê no cultivo da soja - mesmo sendo uma cultura que não lhe garanta ganhos durante todo o ano, por ser um alimento de produção anual – um bom caminho para elevar sua renda, reduzindo ainda mais o quantitativo de famílias na produção de leite.

**E. Vocês acham que com os CCPs aumentou? Ou se manteve igual? Ou diminuiu?**

- Agora também tem uma concorrência desleal que é o preço da soja. O preço da soja, ele é muito tentador porque aquele que, como a gente estava falando lá, tem muita gente que adquiriu vaca, mas que não tem vocação pra vaca. A vocação dele era outra. Esse não vai melhorar a produção. Não vai investir na produção. Ele se puder migrar pra uma outra atividade, ele vai migrar.

(Entrevista com liderança local)

---

<sup>19</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

- A gente vê que a produção não avançou com todo investimento que houve da produção

**E. A que o senhor atribui isso?**

- Várias pessoas se desestimularam com leite por causa do preço da soja lá em cima e começou esse negócio de plantação de soja e na verdade foi vendido bastante animais aí. Os produtores diminuíram muito não só a produção de leite assim, mas os animais também diminuíram bastante, a área de leite diminuiu. Isso aconteceu mesmo.

(Entrevista com quadro técnico)

Numa perspectiva mais técnica, além de tudo que foi discorrido sobre os pontos que fragilizaram a produção leiteira, há o fato de que a qualidade do gado que os assentados tiveram acesso não era adequada à produção de leite, frustrando a expectativa dos produtores que tiveram que conviver com a baixa produtividade das vacas. Mediante um conjunto de produtores que já não possuía disposição para persistir até lograr êxito, muitos desistiram da atividade. Essa perspectiva é corroborada pela liderança local:

**E. O senhor acha que diminuiu a quantidade de gado leiteiro lá no Itamarati por causa da soja?**

- Cerca de 50%. Mas não foi só por causa da soja.

**E. O que mais então?**

- Foi devido ao baixo lucro que eles tiveram. Muitos acredito que não tinham condições, preparo, qualificação para administrar o próprio gado. Somando isso, a pastagem não era de boa qualidade (...). Isso diminuiu bastante a quantidade de leite. Outro item importante a ser visto é a qualidade do gado que foi vendido pra aquela comunidade. A qualidade do gado que foi prometido e depois o que eles tiveram não foi o gado que eles esperavam que a produção seria numa quantidade razoável pra eles terem uma melhor subsistência.

(...)

- No início, o leite era vendido acerca de R\$ 0,25 o litro, então isso também contribuiu bastante para quem tivesse o gado, vendesse o gado pra corte e isso contribuiu pra que pudesse voltar a ter que produzir a soja, a plantar a soja, a plantar o milho, enfim, outros até pararam de vender porque não tinha recurso. E o que eles fizeram, venderam o gado pra pagar conta individual e conta de prestação e alguns venderam os seus lotes inclusive.

(Entrevista com quadro técnico)

**E. Em algum momento o senhor achou que pudesse chegar a 170 famílias aqui?**

- Olha porque é aquilo que eu falei no início da entrevista o povo veio como bacia leiteira, então como bacia leiteira o CCP foi tirado pra 170 famílias. Só que muitos mudaram; uns vendeu

o gado, outros ah, não dá pra gente mexer com o gado, eu não me adéquo a esse setor de mexer com leite. Então vendeu o gado e foi trabalhar de empregado, outro vendeu o gado e arrendou o lote ou plantou soja e está lá vendendo pra COOPERAIFI a soja também ou pra outras empresas. Então diminuiu o povo que mexia com bacia leiteira.

(Entrevista com liderança local)

Sintetizando esse tópico, partimos para algumas considerações que tocam na produção, produtividade, escoamento e diversificação da produção. Destaca-se a facilidade e a comodidade gerada aos produtores tendo os resfriadores instalados mais próximos a si e a garantia da compra de sua produção pela cooperativa.

Entretanto, apesar desse ganho, a avaliação não identifica uma proporção alta de produtores que tenha aumentado sua produção. Aqueles que conseguiram adquirir mais vacas, o fizeram utilizando recurso extra (salário). A renda obtida com o leite é insuficiente para garantir tal investimento. Contudo, os produtores sinalizam que as condições, em especial o preço do leite, estão melhores do que antes do CCP.

Os ganhos com a venda do leite também não são suficientes para bancar os custos de produção (ração, remédios, etc.). Mesmo com a elevação do valor pago por litro, os insumos sofreram incremento do preço numa proporção mais elevada. Ou seja, os ganhos com o leite não acompanharam os custos para produzi-lo.

Essa percepção dos produtores não é baseada em dados controlados. Os produtores não têm noção dos custos e por conta disso não sabem se realmente estão lucrando e qual seria o valor de venda correto para seu produto. Essa falta de entendimento sobre o processo de produção inviabiliza a autonomia e dificulta a possibilidade de investir na etapa correta do processo. Ademais, essa falta de conhecimento reforça o exercício do trabalho individualizado em detrimento do trabalho coletivo. Como não se preocupam com os custos, visto que na relação entre produtores e cooperativa a ordem que se estabelece é a de vendedor e comprador, não ocorre uma busca por interação, a fim de debater sobre os problemas que cercam a produção e comercialização do leite.

Aqueles que não conseguiram se manter produzindo leite, seja por falta de talento ou predisposição, endividamento ou desestímulo, por conta dos momentos de baixa na produção, deixam suas terras e arrendam para os produtores que aumentaram seu rebanho. Entretanto, estes produtores, representam apenas 37,0% (os que



conseguiram ampliar seu rebanho) e 31,0% (os que aumentaram sua produção de leite/dia) das 16 famílias que compõem o CCP.

#### **4.8 - Vinculação da AAFI e da COOPERAIFI com outros projetos voltados para a qualidade de vida e a geração de renda.**

Percebe-se na avaliação que a AAFI, a associação que capitaneou o projeto junto à Eletrobras e que assumiu a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, tem uma forte relação com programas e instituições da esfera federal, como o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar – Pronaf e o Banco do Brasil e muito menos relação com entes das esferas estadual e municipal. Os assentados dispõem de crédito do Banco do Brasil para alavancar a produção. Porém, não existem parcerias estaduais ou municipais visando o apoio à produção.

O papel da prefeitura no processo se limitou, no início, ao fornecimento da planta dos galpões onde seriam instalados os refrigeradores e não houve nenhum acompanhamento da obra. A outra parceira, no nível estadual, a AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e de Extensão Rural – se restringiu à montagem dos equipamentos do CCP.

Houve um trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) acerca da produção de leite na agricultura familiar, quando o assentamento foi constituído. O projeto objetivava repassar tecnologia para produtores com dificuldade em desenvolver em suas propriedades uma forma de produzir visando a autossustentabilidade e demonstrando as condições técnicas e econômicas que uma estrutura familiar tem para a produção de leite. Contudo, essa estratégia não foi bem sucedida.

- Nós, uma época começamos uma tentativa aqui com a questão do Balde Cheio pelo INCRA, mas a dificuldade foi se estendendo porque inicialmente a Fundação Banco do Brasil contratava três técnicos e uma veterinária. Veterinária que até hoje trabalha na COOPERAIFI e esse custo seria repassado para o produtor. Os sócios da COOPERAIFI tinham que bancar. A Cooperativa bancou o técnico e o acompanhamento da veterinária. Para os demais produtores, teriam um custo pra manter o técnico e, convenhamos, o que os técnicos estavam

recebendo também era pouco. E aí foi se esvaziando e até agora não se tem uma resposta disso.  
(Entrevista com liderança local)

O PRONAF é o dispositivo de crédito que se apresenta como a primeira alternativa para as famílias. As expectativas de possibilidades de investimentos na propriedade e nas diferentes atividades que os agricultores familiares vislumbram, possíveis para a geração de renda, inclusive na produção de leite, passam pela chance dessas famílias serem contempladas pelo PRONAF. No entanto, para se chegar ao crédito e ter os recursos liberados, passa-se por um processo burocrático problemático.

- Inclusive a COOPERAIFI, nós estamos discutindo com o banco a questão do PRONAF QUARTA PARTE. O Quarta Parte seria pra dar uma alavancada na produção do leite. Inicialmente recuperar pasto. Corrigir solo e recuperar pasto e num segundo momento paralelo a isso nós estamos com a intenção de fazer o Centro de Recria da Bezerra (...) Então nesse sentido que nós temos uma discussão pra desenvolver isso. Aí encontra a dificuldade do banco. O próprio banco não tem uma experiência aqui no estado que trate disso. Agora enquanto a unidade da comunidade em torno desse objetivo comum a gente não tem conseguido avançar muito não.  
(Entrevista com liderança local)

- Só temos dois problemas, dois probleminhas básicos aqui: um é financeiro. Que os financiamentos tanto do PRONAF como futuros financiamentos que seriam de custeio no Banco do Brasil estão muito insignificantes em vista do investimento que precisa pra implantar uma bacia leiteira  
(Entrevista com liderança local)

Há uma discussão em torno do PRONAF por conta da forma de utilização dos recursos tomados pelos produtores. No assentamento, famílias, que não apresentavam vocação para a atividade, tiveram acesso aos recursos destinados ao incremento da produção de leite e logo depois desistiram do negócio. Como não há uma avaliação prévia do perfil dos produtores, para aqueles que têm o propósito de fato de fazer a produção de leite crescer, acabam sendo penalizados sem o recurso necessário para desenvolver a atividade de forma mais alargada.

- Você vê que 90% dos assentados do Itamarati II acessou o PRONAF. Só que vocação mesmo você vai encontrar uns 20%. Se houver um investimento em potencial ali nesses 20%, eles podem duplicar ou triplicar a produção do que existe hoje.  
(Entrevista com liderança local)

A ideia do projeto de CCP era, para além da geração de renda, também incrementar a capacidade da comunidade em captar novos projetos. Nos dois primeiros anos de seu funcionamento o que se observa é que o CCP não conseguiu influenciar positivamente nesse aspecto, visto que os investimentos adquiridos foram por meio de apoios federais que a associação e a cooperativa buscaram. No entanto, os produtores, pelo seu baixo nível de organização, não participam e desconhecem o processo.

É fato que é baixa a participação das famílias nas esferas de debate como associação, cooperativa e sindicato. Ademais, os produtores, embora tenham representantes nestes espaços de decisão política, não os reconhecem.

No levantamento dos dados qualitativos, observou-se uma experiência de organização partindo de uma iniciativa autônoma, a fim de conseguir recursos para desenvolver projetos alternativos ao leite, visando complementar ou incrementar a renda dos produtores, como por exemplo, o de um aviário:

**E. O que seria necessário para se conseguir trazer projetos deste tipo? Como seria possível?**

- Aqui não consegue, não.

**E. Porque não consegue?**

- Porque a gente foi ver esse negócio de trazer aviário pra montar aqui uma empresa vir, construir tantos barracões e tal com um grupo de tantas pessoas. Fizemos todinha uma discussão durante um ano todinho, aí quando o representante da empresa veio aqui visitar e tal, chegou aqui e falou: cadê o título da terra de vocês? Não, isso aqui é um assentamento, nós não temos título de terra aqui, é um assentamento. Não, então vocês não podem pegar esse tipo de coisa não, isso aqui vocês tem que ter alguma coisa como garantia. A garantia é o título da terra de vocês. Agora vocês não têm, a empresa não pode fazer um investimento de 2 milhões, 3 milhões em cima sem nada de garantia. Foi simplesmente isso na reunião. E pegou a pastinha dele e foi embora e tchau. E até hoje nunca mais veio nem uma discussão a respeito disso de montar aviário.

(Grupo focal com produtores)

Na experiência do assentamento, a busca por alternativas de investimento e apoio junto à iniciativa privada é frustrada em função do tipo de exigência que as empresas colocam como contrapartida. Por se tratar de um assentamento do INCRA, instalado por meio da reforma agrária, os produtores não possuem o título de propriedade da terra, que para as empresas é a garantia para poder aportar recursos em projetos e fazer investimentos. Mediante esta condição, a busca por apoio se limita às entidades públicas, que não têm essa exigência como premissa. Na perspectiva dos

produtores, a liberação de recursos é marcada por uma elevada burocratização que dificulta o processo.

**E. Você está falando de um projeto de uma empresa. E projetos que não são de empresas?**

- Sim, mas porque quando a gente vai montar alguma coisa assim, aonde nos vamos recorrer? A alguém que tem condições de montar, porque eu chego lá no banco, o banco faz o maior roleiro que até hoje eu estou enrolado e não consigo nem liberar meu DAP<sup>20</sup> pra eu pegar o custeio porque o Banco do Brasil é complicado.

**E. Vocês não falaram para mim nem da prefeitura e nem do governo do estado, por quê? Não se pode recorrer a eles para algum tipo de apoio?**

- É procurado. Na verdade é a liderança que procura, mas não chega.

(Grupo focal com produtores)

Considerando a quantidade de assentados, também é baixo o nível de participação dos produtores em esferas de articulação política como os conselhos municipais, sindicatos ou partidos políticos. Há aqueles que sequer sabem que existe essas instâncias.

**E. E vocês já participam de algum desses conselhos? Já participaram ou conhecem alguém que participa?**

- Eu não; não conheço e nem participo.

- Não.

- Eu nunca participei, mas já conheci alguém que participa, mas nunca fiz parte.

**E. Os conselhos são uma forma da sociedade tomar conta da prefeitura; é essa a função. Por isso tem o conselho da área da educação, da área da saúde, da área da assistência social...**

- Eu acho que na saúde a gente tem aí. Não tem um pessoal? Ah, não; tem agente de saúde.

- Mas deve ter o conselho da saúde.

- É, eu acho que tem sim, mas eu não sei quem que é não.

- Tem o conselho de saúde, mas que trabalha e ele cuida do agente de saúde.

---

<sup>20</sup> Trata-se de da “Declaração de aptidão ao Pronaf”, documento que identifica os beneficiários do Pronaf e suas características, como, por exemplo, condição do agricultor (proprietário, parceiro, posseiro, quilombola, assentado, etc.), área da propriedade, predominância do trabalho familiar e renda familiar. É emitida para a “unidade familiar de produção”, prevalecendo para todos os membros da família que habitam a mesma residência e exploram as mesmas áreas; a sua apresentação é obrigatória para obtenção de financiamento. É fornecida gratuitamente por entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (por exemplo: Incra, Funai, empresas de assistência técnica, sindicatos e associações de produtores rurais, etc.).

- É, eu acho que tem sim aí, mas eu não sei quem que é também não.

**E. Vocês não tinham nenhuma informação sobre isso?**

- Não, sobre isso aí não.

**E. E do Sindicato? Vocês participam?**

- Eu sou associada ao sindicato.

**E. E os outros são?**

- Eu não sou. Eu fiquei uns anos afiliado ao sindicato e depois parei.

- Eu, já faz muito tempo que eu saí do sindicato.

- Até na época da FETAGRI aí eu saí da FETAGRI e passei pra o MST e foi quando a gente veio pra ser assentado e acabou o negócio do sindicato, nunca mais participei. Eu só tenho as carteirinhas.

- Eu paguei uma vez, me aposentei, mas deixei, paguei mais não.

(Grupo focal com produtores)

Baseado no universo avaliado, observa-se que o nível de participação das famílias em entidades dentro e fora do assentamento, que preconizam o associativismo, é muito baixo. Em parte, os conselhos, associações e sindicatos têm responsabilidade sobre essa inexpressiva participação, pois não buscam caminhos para levar essas famílias a se integrarem diretamente a essas esferas. Ao contrário, suas ações baseiam-se em lideranças dos movimentos, que têm em sua base, carência de representatividade.

No entanto, essa falta de participação das famílias não foi sempre assim, enquanto lutavam pela posse da terra liderados pelo Movimento Sem Terra - MST, observava-se uma participação mais efetiva. Ocorre o arrefecimento dessa participação depois que as famílias conquistam seus lotes.

- A questão da unidade é assim: conforme o assentamento vai criando corpo, vai ficando mais antigo, as pessoas vão se isolando. Muitas vezes vai acontecendo. Hoje eu não sei assim na questão da união se ainda tem aquela união do começo.

- Até porque há necessidade. A questão da união você só consegue provocar a unidade quando existe um objetivo comum e geralmente esse objetivo é financeiro.

- Não é questão social, é de interesse mesmo. (...) Nós não temos conseguido avançar nesse sentido.

(Entrevista com liderança local)

**E. O senhor acha que esses produtores que estão entregando leite para os CCPs são unidos ou são desunidos?**

- Eu acho que eles são bastante individualistas. Não tem aquele... pelas reuniões que nós tivemos participando de

algumas aqui, eles são muito individualistas. Eles só vêm a parte deles, a produção deles lá e não tem a parte coletiva.

**E. Mas eles vieram de acampamento do MST, não seria de esperar uma motivação maior para o trabalho coletivo?**

- Sim de acampamento que tem infraestrutura e conhecimento de reuniões de grupo, né? E foi massificado bastante isso aí, a parte de produção coletiva e tal. Só que a gente vê depois que entrou no seu lote. Hoje esse individualismo então é o que importa ali (...).

(Entrevista com quadro técnico)

Os produtores reafirmam que o papel do CCP foi nada além de viabilizar uma comercialização do leite mais justa, no formato de compra e venda, sem agregar valores de união, cooperação e organização comunitária.

**E. E o conjunto? Vamos falar do geral então. O conjunto do Itamarati II é unido ou desunido?**

- Desunido.

- Bem desunido.

**E. O CCP ter sido instalado, estar funcionando, não mudou essa situação?**

- Não. Só deu essa vantagem do leite.

- É, que a gente chega aqui e entrega o leite.

**E. Sei, mas a união não mudou em nada?**

- Não.

- Não.

- Nada não.

(Grupo focal com produtores)

Comparando com o que havia de participação coletiva antes da implantação do CCP, os produtores alegam não ter ocorrido qualquer mudança. Isso se confirma no próprio formato de gestão da associação e da cooperativa, que foram criadas para tornar o projeto mais orgânico e para representar os assentados. Contudo, sua forma distanciada de atuação denota a falta de representatividade que essas esferas possuem para o assentado, muitas vezes demonstrada no desconhecimento que esses têm da liderança que os representa.

A única associação voltada para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores em que a AAFI está inserida é o MST, que dá capacitação às lideranças locais que ocupam os espaços de poder no assentamento.

A AAFI se coloca como a associação que representa o conjunto dos assentados, independente de outros movimentos sociais que este assentado possa estar vinculado,

como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST ou a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI).

**E. E a AAFI hoje faz o que?**

- Ela ficou com o sustento pra COOPERAIFI, entendeu? A COOPERAIFI contribui com ela em valor de leite. Que a AAFI é a fusão de todos os assentados: MST, CUT... E a COOPERAIFI é dos cooperadores. Então a AAFI ela tem que existir porque ela é a fusão do assentamento inteiro (Entrevista com liderança local)

O que foi observado neste tópico é que a implantação do CCP não contribui para estreitar os laços comunitários e produzir um ambiente mais orgânico, em que, o interesse na participação coletiva e na cooperação, possam ser utilizados como forma de obter ganhos de bem-estar comunitário, financiamentos, ou comprometimento para buscar outros projetos de geração de renda.

Na perspectiva de Putnam (2007), quanto mais possibilidades associativas uma comunidade tem, maior será o seu capital social. Quanto mais as pessoas puderem se associar, participar de diferentes esferas associativas, mais o indivíduo se tornará cooperativo, tenderá a confiar mais no outro e o seu “valor comunitário” tenderá a aumentar. Observa-se que a falta de vínculos organizativos dos assentados tende a promover uma comunidade desinteressada, desunida, que, apesar de vislumbrar necessidades de melhoria em sua renda, não é capaz de se envolver para ser também um agente de mudança. Assim o produtor terceiriza à cooperativa a busca pela solução de seus problemas e se isenta de, pelo menos, conhecer aqueles que ficam responsáveis pela sua direção.

As conquistas e os investimentos que são conseguidos para o assentamento são fruto da força política e da liderança que o movimento social organizado possui, mas que acaba se limitando a negociar com agentes federais.

#### **4.9 - O processo de implementação do CCP**

Na época do levantamento de dados para essa avaliação, havia apenas 16 famílias participantes. Não obstante o CCP ter sido pensado para atender a 170 famílias, ele conseguiu atender no máximo 50. A falta de interesse na produção leiteira se revela na valorização de outras atividades agrícolas que apresentavam maiores ganhos, criando

assim uma série de problemas estruturais, gerando o desinteresse dos produtores em investir naquela atividade.

Alguns pontos tocam diretamente nessa questão estrutural. O primeiro se refere à compra das vacas pelos assentados. Alguns que poderiam fazer parte do projeto não conseguiram adquiri-las. Os que conseguiram, tiveram dificuldade com a qualidade do gado recebido. Além desses, houve aqueles que não tiveram o resultado que esperavam com a produção de leite, e, endividados, migraram para a agricultura.

- É por falta da matéria prima. A matéria prima seria o leite. Foi feito um projeto por parte do governo de financiamento da produção de leite, do gado. Enfim, pra produzir leite. Muitos se endividaram e acabaram não obtendo o lucro esperado. Se desfizeram, venderam a matriz, a vaca, e aí acabaram voltando pra agricultura novamente e isso acabou diminuindo a produtividade do leite na comunidade local.

(Entrevista com quadro técnico)

- Rapaz, primeiro eu acho que o gado que tem dentro do assentamento não é um gado que presta pra leite. (...) Se tem uma vaca produzindo 6, 8 litros de leite, não compensa nem tirar. Eu acho que o agricultor ali, pra sobreviver, o animal tem que produzir 15 litros pra frente. Se você tiver lá 5 vacas com 15 litros, 20 litros, são 100 litros por dia. Isso tem uma renda ótima e é o que faz o plantel de gado do assentamento deixar a desejar.

(Entrevista com liderança local)

- Outro item importante a ser visto é a qualidade do gado que foi vendido pra aquela comunidade. A qualidade do gado que foi prometido e depois o que eles tiveram não foi o gado que eles esperavam que a produção seria numa quantidade razoável pra eles terem uma melhor subsistência.

#### **E. Mas por que o gado comprado não era o ideal?**

- Foi porque não teve assistência técnica, ninguém que ajudasse. A AGRAER não deu esse apoio.

(Entrevista com quadro técnico)

A assistência técnica para os produtores foi outro entrave para o processo de implantação do CCP. Os produtores revelam que a ausência de assistência técnica representou o principal problema para o avanço da produção de leite. A AGRAER, empresa de assistência técnica rural do estado do Mato Grosso do Sul, no início do projeto prestava assistência técnica de forma continuada. Com o passar do tempo as visitas foram arrefecendo até chegarem a quase não mais ocorrer.



Ademais, existe um convênio, que expirou e que não tem data para ser renovado, entre o governo do estado e o INCRA, que possibilitava a assistência técnica para o assentamento por meio da AGRAER. Esse órgão, que tem um escritório dentro do assentamento não consegue realizar um trabalho junto aos produtores, de maneira adequada, pois possui um quadro reduzido de técnicos.

**E. Vocês recebem assistência técnica?**

- Não recebem. Pra receber tem que pagar extra... e o assentamento aqui não tem gente com dinheiro.  
(Entrevista com liderança local)

- Mas é o que acontece, quantos técnicos tem dentro da AGRAER é uma mixaria pra atender a 3.000 famílias. Eu acho que hoje um técnico tem que ser pra atender 100 famílias no máximo. Mais do que isso ele não dá conta.  
(Entrevista com liderança local)

- Porque o próprio INCRA ou AGRAER, que fez ou ajudou a fazer o Plano de Desenvolvimento Agrário, não tinha interesse ou não tinha gente, assistência técnica, não tinha gente suficiente pra atender essa demanda de 1.700 pessoas.  
(Entrevista com liderança local)

A falta de assistência técnica se desdobra também na falta de assistência aos animais que necessitam de cuidados que muitas vezes têm custos elevados, com os quais o produtor tem dificuldade de arcar, impactando na produção do leite.

**E. Deixe eu falar agora sobre assistência técnica. Vocês receberam alguma assistência técnica para a implantação do CCP?**

- Eu não.

- Vocês receberam?

- Nós temos a AGRAER ali, você vai atrás deles lá pra eles virem ver, mas não vem. Eu estava com um bezerro doente, fui atrás deles pra vir: ah, a gente está sem condições de ir lá. Morreu ali, eu ainda apliquei remédio

- (...)

- O bezerro quando adocece se a gente não vai correr e comprar remédio pra tratar logo, morre. Porque aqui eles dão diarreia né se não vai logo lá comprar remédio, pagar uma fortuna, não vai melhorar.

(Grupo focal com produtores)

Com o CCP em funcionamento, a expectativa era de que algumas situações pudessem ser alteradas na comunidade. Um acompanhamento mais efetivo por parte da

AGRAER era esperado. No entanto, a falta de uma assistência mais próxima e frequente se manteve mesmo após o funcionamento do CCP.

**E. E depois da implantação do CCP teve assistência técnica?**

- Ter tem, no papel tem, mas na prática...
  - Eu, por exemplo, como que eu posso dizer, nunca tive nada a respeito de assistência técnica. Um dia eu fui lá na AGRAER, eu nem sei pra que foi, uma vaca dele que estava ruim, eu fui lá pra ver se tinha condições de um veterinário vir e ele falou que não tinha mais jeito de vir atender não porque o veterinário que tinha, já tinha ido embora e eles não tinham veterinário.
- (Grupo focal com produtores)

A perda de animais ocorre muitas vezes em função da falta de assistência de um veterinário qualificado para dar orientação e acompanhar o desenvolvimento do rebanho. A falta desse recurso induz os produtores, ao se depararem com seus animais enfermos, a diagnosticar por conta própria, muitas vezes levando os animais à óbito.

Os custos com remédios e pagamento de profissionais autônomos são elevados para os produtores e se revela como um dos grandes problemas que carecem de solução para garantir a produção e a sustentabilidade do projeto.

**E. E faz falta para vocês a assistência técnica?**

- Faz.
- Pra mim faz.
- Ah, dá pra fazer.
- Eu acho que... eu com certeza falo pra você que faz falta sim e tinha que ter. Porque às vezes você está com uma planta que não está muito boa ou um animal seu que depende de um veterinário, daí você vai recorrer a quem?
- Tudo é pago; são 100 reais, 120 reais pra eles virem.
- Veterinário é.
- Daí da onde vai tirar?
- Só pra vir ver uma vaca só pra olhar são 80 paus cada vez que ele vem.
- Mas veterinário é assim mesmo, é vir lá e só fazer uma consulta, o que está dependendo e daí em diante você tem que honrar o pagamento...
- Era 80 reais. Eu falei: não vou pagar. Só pra dar uma olhada na vaca, se for tratar aí com remédio...

(Grupo focal com produtores)

A produção leiteira não se restringe aos cuidados com o gado, mas também com toda a cadeia que permeia a produção. Nesse sentido, faz-se necessário um atendimento técnico especializado profissional que busque resolver as questões de irrigação,

melhoria do pasto e da produção de hortifrutigranjeiros, utilizados por alguns produtores para melhorar a renda. Esse conjunto de atividades é importante para o bom desenvolvimento do projeto.

- Mas é com investimento, irrigação, melhoramento no pasto, uma assistência técnica específica pra esse ramo. Não pode confundir com um técnico aqui que vai trabalhar leite, vai trabalhar soja, vai trabalhar hortifrutigranjeiro, não. Tem que direcionar: esse grupo aqui vai trabalhar leite, esse outro aqui vai fazer horta. Esse aqui vai produzir commodity, soja, milho.  
(Entrevista com liderança local)

- Muitos, acredito que não tinham condições, preparo, qualificação para administrar o próprio gado. Somando isso, a pastagem não era de boa qualidade. O local onde a agricultura prevalecia. Faltou o técnico pra dar acompanhamento do plantio de cana, do napiê enfim a produção do vegetal que alimentaria o gado.  
(Entrevista com quadro técnico)

A carência de assistência contribui para que os produtores busquem conhecimento em suas experiências do dia a dia ou na relação que tinham com as antigas empresas para quem vendia leite, a partir de suas palestras. Outra forma é a partir da visita de algum técnico em sua propriedade para desenvolver uma atividade.

**E. Como é que vocês fizeram então, sem a assistência técnica?**

- Cada um pra si. Cada um sabe o que o bicho tem pra comer, paga uma cesárea, paga o médico. E daí muitos foram aprendendo, né? De palestras com as empresas que pegava leite. Sempre quando vinha um técnico fazer teste de coleta de leite e outro vinha falar como é que fazia o melhoramento do gado; eles vinham fazendo palestras e a gente ia aprendendo e aplicando aquilo ali na prática no lote.  
(Entrevista com liderança local)

Nem mesmo a prefeitura se compromete em fornecer assistência técnica aos produtores.

**E. E a prefeitura não dá nenhuma assistência técnica?**

- A gente tinha uma ilusão aí. Pensamos que com esse novo prefeito teria um avanço. Porque a gestão anterior da prefeitura, o prefeito era tão amigo dos assentados que ele dizia que dos assentados nem o voto ele queria. E essa gestão atual também não melhorou em nada.

**E. Entendi. Mas nada de assistência técnica? Da secretaria de agricultura?**

- Não melhorou nada. Não tem nada de assistência técnica da prefeitura.

(Entrevista com liderança local)

**E. E a prefeitura, proporciona alguma forma de assistência técnica para o assentamento?**

- Aquela área é do INCRA, a prefeitura não tem atuação ali, não. E no Mato Grosso do Sul tem a AGRAER, que é do estado e tem esse dever.

(Entrevista com quadro técnico)

Profissionais da própria AGRAER corroboram a existência destas dificuldades:

**E. Mas esse produtor hoje que está entregando leite nos CCPs, ele consegue ter assistência técnica ou não consegue?**

- Ele consegue, mas teria que fazer uma assistência técnica mais efetiva de dizer: nós vamos fazer uma visita quinzenal, nós vamos ter um controle diário, esse controle tem que ser implantado. Então precisaria a gente ter a condição de chegar no produtor e falar: o senhor não fez aquilo, não registrou o dia que nasceu o bezerro, quanto foi a produção de leite do mês etc. Pra você realmente acompanhar aquele processo ali de produção de leite. Porque o que a gente vê? Você entrega um financiamento, tudo bem ele se compromete a fazer aquilo que está planejado, mas se você não tiver visitas frequentes, a pessoa fica pelo caminho, cara. É impressionante isso. Então o técnico tem que sentar com ele ali, puxar as coisas: olha, está faltando fazer isso, vamos fazer a adubação ali de cobertura daquela pastagem. O projeto Balde Cheio que era pra estar bem, vamos dizer deslumbrou uns municípios, lá São Gabriel do Oeste e outros lá pra cima, aqui está indo aos trancos e barrancos e olha lá, lamentavelmente. Então falta realmente um acompanhamento efetivo.

(...)

- Só que aí às vezes AGRAER tem o potencial pra dar, mas o nosso governo na parte de recurso pra destinar a AGRAER é uma luta desgraçada, né? Hoje por exemplo todo mundo sabe que nós estamos com deficiência de combustível, falta um veterinário pra cuidar aqui.

(Entrevista com quadro técnico)

O conhecimento de como lidar no momento das intempéries é fundamental para que se possa garantir uma boa produtividade. No inverno, quando a queda na produção tende a ser intensa, o conhecimento sobre a utilização de medidas na alimentação do rebanho pode equilibrar a produção em períodos de sazonalidade.

- O cara tem a terra, mas não tem uma capineira, uma cana bem plantada, uma leucena; nós falamos muito em leguminosa, eu defendo muito porque seria um banco de proteína que seria uma mistura excelente, a produção de leite não cairia.

(Entrevista com quadro técnico)

Na falta de um planejamento que produza um tratamento específico para determinados momentos da produção por falta de conhecimento, observa-se um produtor que fica suscetível ao que impõe a natureza sem ter mecanismos de defesa para incrementar sua produção e continuar gerando renda nos mesmos patamares dos ciclos naturais favoráveis.

**E. Quantos meses por ano mais ou menos que vocês ficam sem entregar?**

- O menos é no inverno.
- É, menos leite.
- No inverno, uns quatro meses mais ou menos.
- É, uns quatro a cinco meses.
- É difícil eu entregar no inverno.
- É, fica difícil.

**E. O fato de parar um tempo é porque está sem produção? Mas antes do CCP já era assim?**

- Já era assim.
- Geralmente é assim por causa do clima. O tempo mesmo é que diz.

(Grupo focal com produtores)

O que observamos é que muitos enfrentam obstáculos que não conseguem transpor e que poderiam ser sanados com atitudes simples relacionadas ao manejo dos animais, a alternativas de alimentação do rebanho, que se colocam para os produtores como barreiras impossíveis de ultrapassar, em função da falta de uma orientação técnica eficiente. Nesse momento, o que os produtores vislumbram, por falta de expectativa, é repassar suas terras como forma de resolver seu problema. Esses são aspectos importantes que vão impactar na sustentabilidade do projeto e do próprio assentamento.

#### **4.10 - A sustentabilidade do CCP**

Iniciamos este tópico fazendo uma varredura entre os outros cinco resfriadores que estão espalhados pelo assentamento e que compõem a área de Nova Conquista. Não é apenas no CCP Boa esperança que se observa uma adesão diminuta e uma capacidade de utilização ociosa dos resfriadores. Em novembro de 2013, nos seis resfriadores, a

taxa de utilização se apresentava muito aquém do que foi previsto no projeto inicial. O Quadro 2 demonstra que há elevada capacidade ociosa.

**Quadro 2:** Produção esperada e real dos CCPs da Área Nova Conquista

Centro Comunitário de Produção	Famílias Previstas	Famílias entregando leite	Produção esperada em litros/dia	Produção real aproximada em litros/dia
<b>Boa Esperança</b>	<b>170</b>	<b>16</b>	<b>1500</b>	<b>340</b>
Zumbi dos Palmares	54	14	1500	510
Pioneiros do Sul	66	13	1500	330
Oziel Alves	83	15	1000	350
Sete de Setembro	120	8	1000	300
União dos Palmares	75	15	800	310

Fonte: Dados coletados em campo

De fato, o recrudescimento da produção de leite é geral na região. Não apenas no assentamento Itamarati II, onde está localizado o CCP, mas também no assentamento Itamarati I, que se vê com uma produção diminuída.

- Então o bovino de leite hoje está aí com menos, já chegou aqui a mais de 20.000 litros de leite. Na I nós já chegamos a mais de 20.000 litros, somando aqui com a II, naquela época dois anos, três anos atrás nós tínhamos uns 30.000 litros de leite/dia, hoje se nós falarmos em 10.000 litros/dia eu acho que nós estamos numa realidade bem real.

(Entrevista com quadro técnico)

Uma série de motivos explica a situação pela qual se passa a cadeia produtiva do leite no local. Ao longo desse estudo temos apresentado os motivos que têm levado o endurecimento e a contração da produção de leite no assentamento: a falta de vocação de produtores para a produção de leite, que tiveram que aceitar essa pauta produtiva por não ter tido opção de escolher a sua de maneira independente; o tipo de gado comercializado para os assentados, que se apresentava de qualidade questionável para cumprir o seu papel; o preço da soja, mais valorizado, despertando o interesse dos produtores; o preço do litro de leite pouco atrativo; e a inexistência de uma assistência técnica que atendesse minimamente suas necessidades.

Para garantir a sustentabilidade do CCP, é necessário que o projeto consiga gerar renda para os agricultores e assim mantê-los na atividade. Para gerar renda é necessário

que se tenha um mercado consumidor que possibilite à cooperativa praticar um preço justo pelo litro de leite.

Além das questões financeiras, a facilidade no acesso ao equipamento e a garantia da compra de toda a produção diária, independente da capacidade de produção do produtor, são pontos importantes na opinião dos beneficiários do CCP.

#### **E. O CCP trouxe alguma melhora para as famílias?**

- Eu concordo que trouxe melhora sim. Muitas vezes você tinha que deslocar uma distância bem mais longe para levar o leite e agora está pertinho.
  - Tem concorrente.
  - Tem o outro resfriador que chegava para entregar leite que quando chegava lá perto de Natal, Ano Novo e Semana Santa já ligava e dizia que não ia pegar o leite, ai ficava ruim para mim.
  - Eu já cheguei a ficar cinco dias sem entregar lá.
  - Agora a gente entrega direto. Não para.
- (Grupo focal com produtores)

Os atores envolvidos nesse processo percebem que, mesmo com problemas, o CCP representou benefícios para as famílias e para a comunidade. O levantamento quantitativo demonstra que a maioria dos beneficiários (62,5%) avaliou o CCP como um bom projeto. Há aqueles também que o classificaram como ótimo e regular (18,8% cada). Ao pedirmos para avaliarem o projeto atribuindo uma nota de zero a 10, todos os beneficiários deram notas acima de seis (6), a nota média foi 8,75.

**Tabela 48:** Avaliação do CCP pelo entrevistado

<b>Conceito</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Ótimo</b>	3	18,8
<b>Bom</b>	10	62,5
<b>Regular</b>	3	18,8
<b>Ruim</b>	0	0,0
<b>Péssimo</b>	0	0,0
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

**Tabela 49:** Nota que o entrevistado atribui ao projeto – faixas

<b>Notas</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>7 a 8</b>	6	37,5
<b>9 a 10</b>	10	62,5
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

A explicação para uma avaliação tão positiva decorre do histórico de exploração e incerteza vivenciado por esses produtores, que antes da implantação do CCP eram submetidos a uma situação de insegurança no que tange à compra de seu leite. As empresas compradoras poderiam por um determinado tempo, descontinuar o recolhimento, deixando os produtores com seu leite encalhado. Ademais, esses produtores estiveram sempre submetidos a um cartel que mantinham baixo o valor pago pelo litro de leite. O CCP reverte essa *práxis*, pois possibilita que a COOPERAFFI garanta a compra de toda a produção durante todo o ano e que busque no mercado um preço mais justo pelo litro de leite, superando o preço pago antes de sua operação no assentamento.

**E. Qual o resultado para as famílias e para a comunidade da implantação dos CCPs? Teve algum resultado?**

- O que havia antes era uma rotatividade muito grande, vinha uma empresa hoje, comprava leite durante 60 dias, 40 dias vazava, ia embora. Às vezes atrasava o pagamento ou nem pagava. Chegamos a perder 2 meses de leite. Desses últimos tempos pra cá e principalmente com esses resfriadores que estão sob domínio coletivo, não tivemos mais esse problema.
- Fora isso, ainda que a região é o melhor preço do estado.
- Por causa da instalação do CCP que deu unidade pra cooperativa.
- Na última reunião da CONSELEITE<sup>21</sup> dentro da agricultura familiar só havia uma cooperativa que pagava mais que a COOPERAFFI está pagando no estado. E assim mesmo é uma cooperativa que só tem 15 produtores. Então o impacto nesse sentido foi grande.

(Entrevista com liderança local)

Nessa comunidade é forte a realização de um segundo trabalho, uma segunda fonte de renda para reforçar o orçamento, dado que os ganhos com a venda do leite não são suficientes para a sobrevivência das famílias.

- Aqui cai o seguinte: tem cara que entrega leite e trabalha de pedreiro e entrega leite aqui. Têm outros que entrega leite e trabalha como empregado na usina, outros entrega leite e planta uma outra coisinha. Então aqui... esse ano foi um ano muito difícil aqui, deu cinco geadas, então você depender só do leite

---

<sup>21</sup> Trata-se do Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite em Mato Grosso do Sul. Este corresponde a uma organização da sociedade civil que objetiva auxiliar na organização da cadeia produtiva e na valorização do produto. O Conseleite indica com periodicidade mensal o valor de referência do leite com base em pesquisas de preço. A entidade é composta por representantes dos produtores rurais e dos laticínios.



naquele momento, o cara passaria necessidade. Então o leite dá, mas tem que ter outro ramo.  
(Entrevista com liderança local)

Apesar das dificuldades, da insatisfação em decorrência do valor pago pelo leite, há uma ampla expectativa da possibilidade de aumento na produtividade e no incremento da renda. Embora haja a indicação de que nesse momento a produção se encontre em níveis baixos, há potencial para ampliação.

**E. Como técnico da AGRAER, o senhor avalia que esses CCPs têm sustentabilidade ou não?**

- Sim.

**E. Por quê?**

- Eu creio por causa dessa... O leite pra pequena quantidade é uma alternativa... Não existe outra, ele pode ter dado uma quebrada agora com esse negócio da soja, esse preço da soja louca aí, mas uma hora você pode anotar isso aí, é temporário, uma hora vai ter que cair no leite novamente. Porque a gente sabe que a renda um pouquinho que ele recebe é do leite e pelo tamanho da propriedade e tem as indústrias aí que compram o leite. Eu acho que o leite dá.

(Entrevista com quadro técnico)

Na opinião da maioria dos entrevistados (62,5%) o CCP consegue atender às necessidades da comunidade, contudo há espaço para melhorar. Pois, na opinião de 37,5% dos produtores o CCP ajuda, mas não resolve. Seriam necessárias mais ações.

Ações que consigam resolver ou buscar alternativas que facilitem e promovam adesão de mais famílias ao CCP e estimulem o aumento da produção das que já participam, atentando para a sazonalidade da produção, responsável por quedas significativas em determinados períodos; para a questão dos tamanhos dos lotes, que impedem a expansão do gado, para a qualidade do gado comercializado aos assentados; e para a inexistência de assistência técnica que não consegue fazer frente à concorrência da soja.

**Tabela 50:** Opinião dos entrevistados sobre o atendimento das necessidades da comunidade através do CCP Boa Esperança

<b>O CCP Boa Esperança</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Atende às necessidades da comunidade</b>	10	62,5
<b>Ajuda mas não resolve, seria necessário mais ações</b>	6	37,5
<b>Total</b>	16	100,0

Fonte: Dados coletados em campo

Os agentes sociais que foram abordados nesta pesquisa avaliam a implantação de um “laticínio” ou “empacotadora de leite” como um caminho para resolver a situação, tornando o CCP mais atrativo e mais rentável para os produtores. Ao invés de vender o leite *in natura*, venderia um produto com um valor agregado.

Outra estratégia para aumentar os ganhos do CCP e conseqüentemente dos produtores é atender ao mercado institucional, fornecendo leite para a merenda escolar.

- Agora se nós tivéssemos uma condição de processar o leite aqui através de um laticínio, mesmo que o produtor recebesse os R\$ 0,80, mas ele seria um associado desse laticínio e receberia pelo processamento e agregação de valores etc. Então, aí teria um retorno pra dizer: não, esse preço agora é justo, eu ganho um pouquinho menos, mas na agregação eu recebo um bônus e a bonificação depois. Então, é o tipo do negócio que eu vejo como a saída pra o produtor aqui é nós levantarmos um laticínio.  
(Entrevista com quadro técnico)

- (...) Só que a gente precisa de mais parceria pra gente estar podendo cada vez ir ampliando mais. Tem que ter a empacotadora de leite, então o nosso produto já vai sair empacotado, então tem jeito, só depende da gente buscar os caminhos e as parcerias.  
(Entrevista com liderança local)

#### **E. Vocês acham que têm sustentabilidade ainda os CCPs?**

- Hoje, sim. Da maneira como o tempo vai passando, vai se amadurecendo as ideias, por exemplo, a cooperativa ela chegou num estágio, que é nova uma cooperativa, mas nós temos a possibilidade do leite trabalhar na merenda escolar.

- Então, do momento que nós conseguirmos isso aqui, vamos conseguir agregar valor ao produto do produtor. Eu acredito que daí vai dar mais entusiasmo a ele produzir mais leite porque ele vai ter mais valor e ele vai ver mais uma luz na frente. Eu acredito que é sustentável a ideia.

(Entrevista com liderança local)

O leite que vai para a cooperativa possui um mercado consumidor consolidado. É vendido *in natura* para grandes empresas de laticínios. A proposta de beneficiar o leite no assentamento agregaria valor ao produto, trazendo ganhos maiores, que poderiam ser revertidos para pagamento de assistência técnica, buscando o aumento da produção. Esse desenho possibilitaria empreender em novos mercados potenciais.

No entanto, na configuração efetivamente encontrada na pesquisa, quando comparamos com o período anterior à implantação do CCP, o que se observa de

mudança é somente a melhoria no preço do leite, mesmo que este ainda não esteja satisfatório, e o compromisso da cooperativa em recolher toda a produção diariamente.

Pensando ainda na sustentabilidade do projeto é importante compreender como é realizada a manutenção dos equipamentos. O assentamento apresenta grande oscilação na rede de transmissão de energia elétrica atingindo os motores dos resfriadores. Além de inviabilizar o equipamento, implica também na perda do leite armazenado. O custeio do conserto dessas ocorrências tem ficado sobre a responsabilidade da cooperativa.

**E. Mas a manutenção é custeada como?**

- Da venda do leite. Tem mês que atrapalha, por exemplo, só esse resfriador de 3.000 litros que está aí. O conserto dele que foi R\$6.280,00.

- Mais o frete.

- Mais o frete. Pra você conseguir esse dinheiro com o leite é muito difícil. Mas a gente tem que manter o preço combinado com os produtores. Trocamos o motor. Porque queimou tudo. Mas nós trabalhamos é pra deixar o produtor pelo menos com um preço razoável. A gente banca aquilo pra eles.

(Entrevista com liderança local)

**E. E a manutenção dos equipamentos. Alguma coisa já quebrou ou ficou sem funcionar?**

- Já. O resfriador mesmo daqui que era maior queimou o motor, aí colocaram esse pequeno aí.

- Disseram que tá pra chegar de volta da oficina.

**E. Mas quem mandou consertar, vocês dividiram o custo?**

- Não. Quem arruma aí é a cooperativa.

- Eles que ajeitam quando quebra, o forro mesmo aí tava caindo, já mandaram consertar.

- Disseram que tá pra chegar de volta da oficina.

**E. Certo, mas quem paga? Desconta do valor do leite que vocês recebem?**

- Não, não desconta.

- Não sei como é que faz, mas não desconta, não.

(Grupo focal com produtores)

Concluindo o tópico, podemos dizer que o CCP será sustentável, na medida em que seja garantido, pelo lado da oferta, um grupo de agricultores assentados produzindo leite e entregando no resfriador e, pelo lado da procura, o mercado consumidor pagando um preço justo ao produto, cuja responsabilidade pela captação está a cargo da COOPERAFI, entidade que gere o equipamento.

No que tange à garantia de permanência dos produtores no projeto, a avaliação não observa qualquer interesse desses 16 agricultores em abandonar o CCP. Mesmo

diante de um preço criticado por eles para o litro de leite, visto que o custo para manter o rebanho é elevado, quando comparam ao que recebiam anteriormente, concluem que houve melhoria.

Embora não pensem em abandonar, há a consciência de que a falta de uma assistência técnica qualificada contribui ainda mais para dificultar o avanço na produção. Não há entre os produtores conhecimento mais sofisticado de como lidar com as enfermidades que acometem o rebanho ou com os períodos em que as vacas reduzem a sua produção. Além disso, não conseguem calcular os custos que envolvem o processo de produção do leite. Caso houvesse uma assistência técnica qualificada e de forma continuada, os problemas enfrentados pelos produtores no campo poderiam ser sanados ou minorados.

Sem esse arcabouço técnico que os auxilie, os produtores são facilmente atingidos pelos ciclos naturais que afetam a produção de seu rebanho. Essa exposição que a falta de uma assistência técnica qualificada os impõe possibilita que sua produção seja impactada por intercorrências levando-os a suspender temporariamente sua atividade ou até mesmo inviabilizá-la. Um ponto que depõe é o fato de o CCP Boa Esperança já ter tido 50 famílias se beneficiando do projeto e no momento da pesquisa estar reunindo apenas 16. Outro ponto que chama a atenção é o fato de também ter encontrado, nos outros cinco resfriadores que compõem a área Nova Conquista do Assentamento Itamarati II, uma elevada capacidade ociosa. A capacidade de resfriamento dos seis CCPs juntos é de aproximadamente 7.300 litros/dia. O observado foi de aproximadamente 2.140 litros/dia, equivalendo a 30,0% de sua capacidade instalada. Obviamente isto se explica pela baixa adesão das famílias assentadas, visto que esses seis resfriadores poderiam beneficiar cerca de 568 famílias, porém apenas 14,3% deste total estavam fazendo uso na época do levantamento.

## CONCLUSÕES

Neste tópico passamos às conclusões, trazendo ao debate os pontos mais significativos observados nos dois projetos aqui estudados (CCP de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e o CCP de Pintadas, na Bahia) comparando-os um com o outro.

Entretanto, há de se considerar que existe uma especificidade entre os dois projetos, a saber: no caso de Pintadas, foi realizada uma avaliação do tipo *ex-post*, ou seja, após a implantação do CCP, tendo como referência a avaliação *ex-ante* realizada antes da implantação do CCP, em 2006. Nesse caso, tivemos como objetivo verificar as transformações ocorridas até 2015.

Em Ponta Porã, também foi realizada uma fase *ex-post*. Porém, sem uma avaliação do tipo *ex-ante* como referência. Neste sentido, as representações, características e informações das famílias beneficiárias já expressariam os resultados da experiência e carregariam certo grau de “viés”. Portanto, recorreu-se a procedimentos metodológicos para mapear e identificar os impactos do CCP neste período de dois anos de operação (de 2011 a 2013). Estabeleceu-se uma linha de base previamente definida antes da operação do CCP (na medida em que não foi realizada uma avaliação *ex-ante*), e partir daí buscou-se as representações dos beneficiados sobre as mesmas variáveis observadas para o CCP de Pintadas.

Passamos a destacar alguns pontos importantes que se destacam na comparação entre os perfis de Pintadas e Ponta Porã para esse processo avaliativo.

### **Perfil socioeconômico**

O primeiro aspecto importante está relacionado à origem, pois no caso de Pintadas-BA, os produtores são da própria região. Em Ponta Porã, estes são assentados com origem em diversos lugares, que se juntaram para lutar pelo direito à terra. No entanto, independente das diferenças de composição, trata-se, na sua grande maioria, de famílias pobres que refletem o perfil do campesinato descapitalizado brasileiro.

Uma curiosidade em relação à escolaridade é observar, no caso de Pintadas, uma melhora no grau de instrução dos produtores. Em 2006, apenas 1 dos 11 produtores acompanhados tinha o ensino médio completo. Em 2015 eles representavam 4, seguindo na contramão do que geralmente se observa no meio rural, marcado pela descrença da necessidade de escolarização para trabalhar no campo. Ponta Porã reproduz o

baixíssimo nível de escolaridade, que geralmente se encontra no mundo rural brasileiro, em que mesmo tendo o acesso à escola, demonstram uma indisposição, justificada pelo tempo de trabalho que dedicam às suas propriedades.

O Programa Bolsa Família, política de governo que visa ao atendimento das populações pobres e miseráveis brasileiras, tem assento nas comunidades investigadas. Em Ponta Porã, quase a totalidade das famílias (81,3%) é atendida por esse mecanismo. Em Pintadas, em 2015, apenas uma família foi beneficiada pelo Programa, porém, quatro (4) famílias recorreram ao Garantia Safra e uma (1) ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), representando duas vezes mais uso de auxílios de governo do que em 2006.

A produção é de base familiar, com baixo nível de contratação de mão de obra, reafirmando o perfil de uma agricultura familiar marcada pela pobreza e descapitalizada.

Em ambas comunidades as famílias são pequenas, com produtores com idades médias elevadas (43 anos em Ponta Porã e 55 em Pintadas), com aproximadamente 4 membros em média e poucos filhos vivendo no domicílio. É preocupante quando se avalia a questão da sucessão na propriedade diante dessa configuração, que no longo prazo, coloca em risco a sustentabilidade da produção leiteira dessas famílias.

## **Capital Social**

A fim de se alcançar a ação coletiva, dois pontos são fundamentais e dizem respeito à participação política e a organização para a produção. Esses despontam como elementos importantes para manter os produtores unidos, buscando atingir os objetivos comuns, atender às demandas e viabilizar novos projetos. Um dispositivo que pode servir como facilitador para que as ações necessárias sejam implantadas é a cooperativa.

Diferentemente da Associação de produtores, uma cooperativa possui uma perspectiva mais economicista, podendo comercializar produtos. Para o projeto de CCP, se apresenta como solução aos limites de comercialização que são impostos para a associação. Por meio da cooperativa, os produtores podem ter seus produtos comercializados, as questões burocráticas referentes a essa comercialização resolvida e a prestação de contas apresentada.

Em Ponta Porã, essa responsabilidade ficou com a Cooperativa dos Agricultores do Assentamento Itamarati II – COOPERAIFI. Em Pintadas, a COOAP – Cooperativa

Agroindustrial Pintadas é a responsável. Enquanto a COOAP representa uma cooperativa de produtores de ovinos, que já existia desde 1999, tendo incorporado o projeto do CCP, a COOPERAIFI foi criada para fazer exclusivamente a gestão do CCP.

Tanto no CCP de Pintadas quanto no de Ponta Porã, não é necessário que o produtor seja cooperado para armazenar o leite nos resfriadores. Basta que produza e tenha interesse em participar da rede de coleta oferecida. O transporte da propriedade até o resfriador é realizado pelo próprio produtor em ambos CCPs.

A dificuldade em criar, nos produtores da região, que trabalham com a produção de leite, a disposição para se inserirem formalmente na cooperativa se apresenta como um dos grandes problemas enfrentados nos dois municípios. Observou-se no trabalho de campo a inexistência de uma cultura que se baseie no trabalho coletivo. Não obstante, inexistia também um ambiente propício em que os produtores envolvidos no processo identifiquem a cooperativa como um instrumento facilitador capaz de impulsionar sua produção possibilitando uma melhora na qualidade de vida de sua família.

À época das entrevistas, o que se observava era que os produtores se comprometiam em retirar o leite e a cooperativa ficava responsável pela compra desta produção. Para os produtores, essa garantia representa certa estabilidade, pois é assegurada sua renda mensal e a garantia de seu pagamento, o que antes do CCP não ocorria. O que se estabelece entre produtores e cooperativas se configura em uma relação meramente comercial, onde a cooperativa atua como uma “empresa” que compra leite como qualquer outra. Não se desenvolve uma relação que promova a interação, associação ou confiança intersubjetiva entre os produtores.

Pintadas passou por um momento em que essa configuração foi diferente. Inicialmente, quando da implantação do CCP em 2006, a relação entre produtores e CCP era de elevada participação na decisão dos caminhos a serem percorridos na gestão do CCP. Esse envolvimento dos produtores motivou a criação de um comitê gestor composto por eles próprios, que de forma coletiva, a partir de reuniões abertas a todos os beneficiários, discutia caminhos para o desenvolvimento do projeto. Esse se apresentava como um formato de gestão agregador, que exigia uma mobilização constante da participação dos produtores, que, ao longo do tempo, foi se desmobilizando até parar os trabalhos em 2009. A partir daí, a COOAP toma a frente da gestão, assumindo uma forma profissionalizada e hierarquizada, e conseqüentemente impondo

um distanciamento dos produtores nas definições que diziam respeito à administração do CCP.

Apesar de a gestão da cooperativa ter se profissionalizado, ela propiciou a redução da participação dos produtores, que não fizeram qualquer objeção ao processo e se assumiram como meros fornecedores de leite, mesmo sendo cooperados. Assim, a existência do CCP de Pintadas, neste período de 9 anos compreendido entre 2006 e 2015, não conseguiu promover acréscimo da capacidade associativa nem de confiança intersubjetiva entre os produtores de leite.

Em Ponta Porã, a cooperativa foi criada desde o início com a finalidade de fazer a gestão do CCP. O baixo grau de participação comunitária, decorrente da falta de laços entre os assentados, exigia que os responsáveis pelo projeto criassem essa estratégia, e da mesma forma que foi observada em Pintadas, essa gestão não buscou incorporar os produtores na definição dos rumos a serem tomados. Não se preocupou em promover a inclusão de metodologias decisórias mais participativas, para além da assembleia da cooperativa, cuja representação ocorre de forma *sui generis*, sem possuir legitimidade e reconhecimento por parte do conjunto de produtores. Em contrapartida, esses também não demonstram qualquer interesse em sair da condição de meros vendedores de leite. Observa-se no município uma baixa tradição associativa e falta de interesse dos produtores em participar de organizações coletivas.

O que ocorria em Pintadas em 2006, um cenário participativo e de gestão coletiva, que foi arrefecendo progressivamente; não foi observado no caso de Ponta Porã. Nesse caso, nem o CCP em seu momento de implantação conseguiu fomentar um nível mínimo de confiança intersubjetiva e incrementar a participação coletiva.

Entretanto, na medida em que as cooperativas cumprem seu papel de comprar permanentemente o leite produzido e efetuar os pagamentos sem atrasos, elas desenvolvem o sentimento de confiança nos produtores. Trata-se apenas de uma confiança entre fornecedor e comprador.

Essa é uma questão que precisa ser observada com cuidado, na medida em que à cooperativa cabe estabelecer a parceria e unir os produtores em função da produção de leite. As cooperativas são compostas de produtores associados e não associados que produzem leite, mas que não compreendem sua função social e sua importância como um elemento propulsor de benefícios para o conjunto de famílias que dependem da atividade leiteira.



Um fator que é nocivo e que se origina desse quadro, que se observa tanto em Pintadas, quanto em Ponta Porã, é a dificuldade em fidelizar os produtores. Isso representa para as cooperativas dificuldades na gestão comercial, pois seria mais adequado que essas pudessem trabalhar com o máximo de previsibilidade e a maior escala possível, para conseguirem melhores preços para o leite resfriado que comercializam.

Portanto, tornar a gestão do CCP mais horizontalizada e promover a participação coletiva é fundamental para os dois projetos. Porém, o que se observou foi total indisposição dos produtores para coletivizar e nenhuma perspectiva das cooperativas para empreender.

## **Gênero**

Um ponto importante que precisamos destacar nesse processo, que diz respeito também aos possíveis resultados do projeto é em relação ao papel da mulher nas atividades que decorrem dos CCPs. Faz-se necessário entender como as relações de gênero ocorrem e como a divisão sexual do trabalho é encarada no âmbito dos projetos.

Em ambos CCPs é nítida a falta de protagonismo da mulher em determinadas etapas ou situações do projeto. Assim como a literatura avalia o status que ganha a mulher na agricultura familiar, não é diferente nos nossos projetos em questão.

A mulher tem um papel fundamental, seja de forma indireta, assumindo as tarefas domésticas e o cuidado do lar, possibilitando que os demais membros possam se dedicar às atividades fim, seja nas pequenas, ou menores atividades produtivas que resultam no produto final. Infelizmente, esse papel nunca, ou muito raramente, possibilita que elas estejam em posição de comando junto às cooperativas.

Em Ponta Porã, as mulheres têm uma atuação bastante direta na produção de leite, no entanto, essa participação se estabelece na base de todo o processo, na ordenha e por vezes no transporte – para além dos afazeres domésticos diários. Esse lugar que compete à mulher, reafirmando as distinções de gênero existente no assentamento, tende a distanciá-la cada vez mais das esferas de decisão e aniquilar qualquer possibilidade de participação. O que poderia ser um elemento a favor do projeto, com diversidade nas tomadas de decisão e na ampliação de conhecimentos por meio das capacitações, que só são realizadas por homens e representam uma perda de talentos.

Pintadas tem uma das histórias mais emblemáticas de participação política local de mulheres. Os anos 1990 foram marcados no município pelo movimento organizado de mulheres que fez emergir por meio da Associação das Mulheres de Pintadas as discussões de gênero que nortearam o cotidiano da comunidade. Essa experiência poderia ter sido usada para a busca do incremento do CCP. Embora funcione no âmbito público, no privado essa participação não toma corpo, seja na esfera familiar, seja na relação com a cooperativa. Tanto em Ponta Porã quanto em Pintadas são poucos os casos em que elas aparecem como listadas formalmente como responsáveis legais pela produção de leite. Além de não terem cadeira nas esferas decisórias das cooperativas.

As lideranças locais observam que é necessário pensar em caminhos para tornar as mulheres mais engajadas e participantes no processo. O problema é que até o momento da realização da pesquisa não se observou qualquer movimento no sentido de estimular uma participação feminina mais efetiva.

Reproduzindo os mecanismos de desigualdade que perfazem a dominação de gênero nas diversas esferas, o quadro que se apresenta nos CCPs avaliados é o que coloca a mulher como responsável pelas atividades que o homem julga menor ou inadequada para eles. Mesmo realizando atividades sem as quais o produto final não se materializa, seu trabalho é compreendido como uma ajuda ou como algo que perfaz as atividades domésticas. Nesse lugar em que são colocadas, ficam impotentes para tomar uma posição de comando e, conseqüentemente, ficam alijadas da gestão econômica em nível familiar, visto que os ganhos obtidos com a venda do leite não ficam sob seu controle.

### **Acesso à política de saúde**

Há uma única estrutura de saúde no assentamento, um posto com atendimento 24 horas, que já existia antes do advento do CCP. No entanto, o serviço não funciona a contento. Não há médicos suficientes para dar conta da demanda. Na verdade, os moradores do assentamento tendem a buscar atendimento na sede do município ou então no Paraguai por não contarem muito com o sistema brasileiro. O sistema comunitário de saúde em que agentes fazem atendimento domiciliar é tão inexpressivo que sequer foi citado nas entrevistas. Todos os entrevistados têm a mesma opinião a respeito da saúde de Ponta Porã.

Como temos citado nos diferentes tópicos desse estudo acerca da falta de engajamento dos produtores que inibe maiores avanços ao projeto, essa situação se estende para o caso da saúde. O CCP não se revelou capaz de fomentar o desejo de participação dos produtores para, nesse caso, buscar melhorias para o seu sistema de saúde.

Em Pintadas, a avaliação dos entrevistados é positiva e já era assim em 2006. Cabe salientar que em Pintadas o CCP está instalado no perímetro urbano do município e a avaliação dos entrevistados acaba sendo atravessada por essa que é uma realidade diferente do que se passa na zona rural. De qualquer forma, segundo os entrevistados, diferente do que ocorre em Ponta Porã, em Pintadas os agentes comunitários são em número suficiente para atender a todas as comunidades e oferecer um suporte eficiente.

As comunidades rurais são munidas de postos de saúde e nos casos em que não há atendimento capacitado no município, os pacientes são transferidos para Feira de Santana-BA ou Salvador-BA com suporte de hospedagem caso seja necessária sua permanência por mais tempo. Essas conquistas são frutos dos movimentos sociais que fomentaram a participação social e a organização comunitária nos anos 1990.

## **A educação**

Convergente com o que se observa para a saúde, em Pintadas a educação foi bem avaliada pelos produtores. Esse é um importante aspecto, visto que é por meio da escolaridade que as famílias dos produtores e eles próprios podem ter maior acesso à instrução formalizada que possibilitará participar com maior rendimento das capacitações, aumentando sua participação política e sua inserção nas instâncias de poder, como a cooperativa.

Desde a primeira avaliação em 2006, é possível observar que para os produtores a educação não é uma preocupação no município, há vagas para todos na rede pública de ensino e uma distribuição de escolas nas comunidades que consegue atender às necessidades.

Os produtores possuem baixa escolaridade, reproduzindo o perfil da agricultura familiar no Brasil. Embora tenha ocorrido uma melhora entre 2006 e 2015 na formação educacional de alguns, esta não foi motivada pelo projeto, estimulando os produtores a voltarem para sala de aula, inclusive como forma de melhorar a qualidade de sua atuação para a organização política.

Em Ponta Porã não há escolas no assentamento, porém, há facilitação para o acesso através de transporte e vagas para todos os estudantes. A crítica dos produtores está na qualidade do ensino e na forma de fazer a gestão. Como ocorre em Pintadas, o CCP não conseguiu desenvolver nos beneficiários o espírito de engajamento coletivo e cooperativo para buscar promover a qualidade da escola que eles gostariam de ver sendo oferecida ao assentamento. A situação se mantém a mesma desde 2004.

## **Renda**

Em relação à renda, destacam-se alguns pontos em comum. De início devemos ressaltar que a renda das famílias é complementada com trabalhos externos. Em ambas experiências, apenas uma pequena parte das famílias vive só do que obtém com a propriedade. A renda adquirida com a venda do leite tende a ser superior a renda obtida com as outras atividades da agricultura. A maioria das famílias faz um uso diversificado de seus recursos. Os pontos citados, que sugerem uma visão positiva para a produção leiteira, apontam para o investimento no setor, de forma a deixá-lo mais especializado, buscando aumentar a produtividade e garantir a sustentabilidade do projeto.

Em Pintadas, a renda das famílias tem permitido a essas fazer investimentos em aquisições e benfeitorias que se relacionam diretamente com a atividade leiteira, como pastagens, animais e benfeitorias nas propriedades. A renda média mensal medida em salários mínimos é semelhante nas duas comunidades, sendo um pouco maior em Pintadas (1,49 SM) do que em Ponta Porã (1,19 SM).

Outra semelhança entre Pintadas e Ponta Porã foram as mudanças que o CCP realizou em cada região. A sua implantação serviu para equilibrar o mercado de leite. Em ambas comunidades os produtores ficavam expostos ao atravessador que pagava os preços mais baixos e não garantia o recolhimento do produto, gerando prejuízo para os produtores, que perdiam sua produção com frequência. Com o CCP houve a valorização do preço do leite e a garantia da coleta diária. Em Pintadas o preço subiu de R\$0,40 em 2006 para R\$ 0,70 em 2015.

Outro ponto que ocorre com os dois grupos é a falta de conhecimento sobre a gestão feita no CCP. Não há controle por parte dos produtores dos trâmites que envolvem todo o processo administrativo, como custo de operação, preço de venda do leite e a taxa administrativa.

## Produção

Há no caso de Ponta Porã uma singularidade que não ocorre em Pintadas. Por conta de ser um assentamento, as áreas distribuídas têm tamanho padrão de 6 hectares para cada família, o que comporta até 13 vacas. Isso representa um limitador para a produção dessas famílias e frustra qualquer perspectiva de investimento em animais. Metade dos produtores afirmou que o tamanho de seu rebanho se manteve como era antes do CCP. Entretanto, 37,0% afirmaram que conseguiram aumentar e 13,0% diminuiram este quantitativo. Os que conseguiram aumentar o rebanho o fizeram porque arrendaram mais terras ou porque tinham um número de vacas aquém do possível para o tamanho de seu lote. Os que diminuiram pertencem ao grupo que não se adaptou ao trabalho com leite.

Diferentemente de Ponta Porã, os produtores de Pintadas não fazem parte de assentamento e possuem lotes de tamanho variado. O número médio de vacas nas propriedades fica em torno de 27,7. Embora a produção em Pintadas ocorra de uma forma mais intensa, isso não garante uma produção mais robusta, visto que está situada em um bioma cujo clima não favorece a produção de pasto, demandando a suplementação dos animais por meio de ração, soja, milho e outros. Portanto, Pintadas tende a apresentar um custo mais elevado para produção do leite. No entanto, o preço que a COOAP conseguiu pagar em 2015 pelo litro de leite foi de R\$0,70, menor que o valor pago pela COOPERAFI, de R\$ 0,89, em Ponta Porã, no ano de 2013.

Quanto à assistência técnica, para ambos os grupos ela é inexistente. Sabendo dos problemas que pode sofrer com a intermitência dos serviços que esse canal de contratação pode gerar, por falta de recursos para contratação de pessoal, em Pintadas, a cooperativa buscou se inserir em editais públicos e na busca de apoio de ONGs como forma de minimizar os efeitos da falta de assistência técnica.

Em Ponta Porã não há apoio da Secretaria de Agricultura do município, nem AGRAER, órgão de assistência técnica rural do governo do estado, que mesmo estando inserido dentro do assentamento, se depara com insuficiência de pessoal e de material de trabalho, como combustível para as visitas.

Diante desse quadro, os produtores tendem a contratar individualmente, veterinários para questões pontuais. A necessidade que esses produtores têm de orientação é principalmente voltada para evitar a descontinuidade da produção em

períodos sazonais. É o combate à dependência que o produtor tem perante as intempéries e a criação de uma pauta produtiva mais racional, que deve ser o foco dado pela assistência técnica no auxílio aos produtores. Para que possam diminuir as chances de descontinuidade ou paralisação da produção.

Vale ressaltar que em Pintadas a expectativa do produtor abandonar a atividade aumentou entre 2006 e 2015. No caso de Ponta Porã não houve qualquer indicativo dessa possibilidade entre os produtores que continuam no CCP.

### **Outros projetos**

Para a comunidade que é beneficiada pelo CCP é importante aproveitar o projeto para criar expertise e experiência na formulação de novos projetos. O que se pode concluir em relação à busca de novos projetos é que o CCP não funcionou como um elemento agregador capaz de estreitar os laços comunitários, desenvolvendo entre seus associados o interesse pela participação coletiva e pelo cooperativismo, buscando ganhos de bem-estar comunitário, novos financiamentos, ou ainda, outros projetos de geração de renda.

Em Pintadas e Ponta Porã, as cooperativas, que são as responsáveis pelo projeto, provavelmente por terem uma proposta mais diretamente voltada a elementos intrinsecamente comerciais, não buscaram viabilizar projetos que tenham uma proposta mais relacionada com a qualidade de vida das famílias.

Não foi observado por parte dessas cooperativas interesse em se aproximar politicamente dos conselhos municipais que atuam nas diversas política públicas. Há associações em Pintadas que atuam buscando o aumento do acesso às políticas de bem-estar pela via da organização social. Se articular com esses canais pode ser importante para fomentar entre os produtores o interesse na participação política.

A Rede Pintadas e o projeto Adapta Sertão (ambos em execução em Pintadas) são exemplos de parcerias voltadas para o produtor, que buscam promover soluções para a permanência do homem no campo. O apoio dessas entidades é fundamental para a melhoria da qualidade da produção e o aumento da produtividade.

Em Ponta Porã os investimentos que são conquistados para o assentamento são fruto da força política que os movimentos sociais, muito frequentemente sem

representação legitimada pelos assentados, possuem e que acabam sendo limitados a negociar com as instâncias federais. Não há parceria com entidades do terceiro setor como no caso de Pintadas.

### **Sustentabilidade**

A autossustentabilidade do projeto é resultado de todos os pontos que foram discutidos ao longo dessa conclusão. Buscar a sustentabilidade é fazer com que o investimento feito no projeto produza o aumento da produção e da produtividade, da renda e do bem-estar das famílias, gerando benefícios e resultados que se mantenham no longo prazo.

A motivação inicial para a criação de ambos CCPs decorre da necessidade de agrupar os pequenos produtores de leite a fim de ganhar escala e fazer a comercialização coletiva. Esse procedimento eliminaria a relação dos pequenos produtores com os atravessadores e empresas compradoras de leite que estabeleciam preço e condições de coleta de produção de forma individualizada. Essa estratégia, maléfica para os produtores, possibilitava manter o preço do litro de leite em níveis baixos, pois a falta de organização coletiva na produção os mantinha com pequenas produções individuais e não gerava atração aos compradores.

As lideranças e quadros técnicos dos dois projetos entendem que o CCP é um projeto que tem sustentabilidade. No caso de Pintadas, apesar dos problemas encontrados, seus nove anos de funcionamento já confirmam a sua sustentabilidade. No caso de Ponta Porã à época da pesquisa, o CCP tinha apenas dois anos de inauguração.

Os elementos que aparecem citados nas entrevistas pelos agentes sociais como justificativa para a crença de que o CCP tem capacidade para se manter em funcionamento são diferentes. Em Pintadas são evidenciados o crescimento da produção de leite desde 2006 e a experiência que foi acumulada ao longo dos anos no trabalho com a produção de leite.

Em Ponta Porã é destacada a perenidade da atividade no assentamento. Nessa visão, o leite sempre tem mercado e é o que de fato mantém uma regularidade de ganho, frente às outras atividades que geram expectativas, mas são mais sazonais. Outro ponto importante se refere à maturidade e experiência que estão acumulando com a atividade, que pode propiciar uma melhor gestão futura.

O fato de os produtores não fazerem qualquer tipo de cálculo sobre o custo de produção do leite, por não saberem ou não terem interesse, e confiarem no “sentimento” de que existe ganho na relação de venda e compra, é um elemento importante a ser considerado na análise. Não foi observado qualquer interesse por parte de ambas cooperativas em atuar para levar conhecimento ou estímulo aos produtores em realizar tais cálculos.

É fato que para garantir a sustentabilidade dos CCPs é necessário introduzir novos produtores e fidelizar os que já existem. O aumento do volume de leite resfriado nos dois municípios possibilitará que as cooperativas se tornem mais competitivas e adquiram maior poder de barganha no mercado.

Incorporar e fidelizar produtores depende tanto de incrementar a adesão às cooperativas quanto de transformar a relação verticalizada existente, em uma relação mais horizontal, levando os produtores a se sentirem parte do empreendimento, proprietários coletivos do CCP. A mudança de comportamento precisa ser trabalhada em ambos projetos, em que os agricultores familiares se veem como meros vendedores de seu produto, que poderão oferecer sua produção a quem melhor lhes pagar. É necessário pensar em ações que foquem a organização social e o desenvolvimento de práticas de gestão mais colegiadas.

Um ponto importante que se destaca como balizador dessa sustentabilidade é a assistência técnica. Em Pintadas, apesar de também ser uma questão a ser resolvida, há um pouco mais de preocupação da cooperativa do que se observa em Ponta Porã. Obviamente que se faz necessário considerar o tempo de existência do CCP de Pintadas, que representa uma vantagem em relação à Ponta Porã.

Ainda que as cooperativas busquem viabilizar assistência técnica via contratação e/ou parcerias diversas (caso de Pintadas), ou a contratação de veterinário por parte dos produtores individualmente, esta, definitivamente, não é a situação ideal. Uma articulação mais concreta com prefeituras e órgãos estaduais de extensão se faz necessária, antes da decisão de instalar um CCP.

Finalizando, ressalta-se que tais condições (por um lado, uma capacidade associativa forte e uma gestão horizontal do CCP; e por outro uma assistência técnica pública continuada) não estão presentes em ambos os projetos. Os resultados encontrados em Pintadas e a configuração que identificada em Ponta Porã ocorrem fortemente em função dessas ausências. Caso estas variáveis estivessem presentes, o investimento realizado pela entidade promotora poderia ter rendido ganhos muito mais



amplos e alcançado os aspectos relativos à autonomia associativa e ao bem-estar em geral das famílias.

De qualquer forma, devemos destacar que em Pintadas, mesmo com as dificuldades climáticas enfrentadas pelo município entre 2010 e 2014, foi possível o aumento da renda média anual das famílias advinda da produção de leite, e o CCP se mostrou perene ao longo de seus nove anos de existência. Em Ponta Porã, a operação do CCP em dois anos se mostrou eficiente no aumento da renda dos produtores, porém, é necessário resolver os problemas de assistência técnica para que a produção de leite seja mais eficiente e consiga agregar um maior número de produtores, beneficiando um número crescente de famílias, e gerando maior perspectiva de aumento do preço do leite.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)> Acesso em: 11dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4

.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)> Acesso em: 04dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Presidência da República. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm)> Acesso em: 12dez. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*; 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOVENS, M., HART, P., KUIPERS, S. The politics of policy evaluation. In: Moran, M. et al. (eds.). **The Oxford Handbook of public policy**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: Acesso em: 26 out. 2016.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. “O trabalho da mulher na pequena produção agrícola”. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BUAINAIN, A.M., SOUZA Fo., H. (coords.). **Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos**. Brasília: IICA, 2007. (cap.1).

CAMARGO, R. A. L. ; BACCARIN, J. G. ; SILVA, D. B. P. . O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública* (UNESP. Araraquara), v. 8, p. 21-34, 2013.

COHEN, E., FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PINTADAS LTDA. *Centro Comunitário de Produção do Sertão no Município de Pintadas – Bahia*. COOAP. Agosto 2005.

DENTE, B. La politiqued’évaluation des politiquespubliques. In : Kessler, M-C et al. (dir.) **Evaluationdes politiques publiques**. Paris: L’Harmattan, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Índice do custo de Vida*. 2014. Disponível em [<http://www.dieese.org.br/analiseicv/icv.html>]

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELETROBRAS. *Luz no Campo - Projetos Sustentáveis Proposta de Projeto. Minuta*. Diretoria de Engenharia - Departamento de Engenharia de Distribuição, Janeiro 2003.

ELETROBRAS. *Manual para Apresentação de Projeto de Centro Comunitário de produção (CCP)*. Diretoria de Engenharia - Departamento de Engenharia de Distribuição, Julho 2003.

ELETROBRAS. *Centro Comunitário de Produção São Fidelis. Relatório Eletrobras*. Diretoria de Engenharia - Departamento de Engenharia de Distribuição, Janeiro 2003.

ELETROBRAS. *Informativo da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras*. Departamento de Comunicação social - PRC, Janeiro 2004.

FARIA, C.A. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n.59, out., 2005.

FISCHER, Fernando e NASCIMENTO, Antônio. "Projeto Rede Pintadas" in: LOTTA, Gabriela Spanghero (et alii) (org.) **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: FGV, 2003.

FLEXOR, G.; LEITE, S.P. Análise das políticas públicas: breves considerações teóricometodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12. 2007, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: SEP, 2007.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa / Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. - 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, n. 21, p. 211-259, 2000.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social.2014. Disponível em [http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/]

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 76 p. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, Dec. 2013 .Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1982-45132013000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Jan. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: TEIXEIRA, M; EMÍLIO, M ; NOBRE, M GODINHO, T; (Orgs ) *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas* São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003 149p (Col. Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 3)

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar. In: Leite, S. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 58-85, 2001.

MINAYO, M.C.S. e CRUZ NETO, O. “Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud”, in: BRONFMAN, M.M. e CASTRO, R. (org.). *Salud Cambio y Políticas: Perspectiva desde América Latina*. México: Edamex, 1999, p. 65-80.

MINAYO, M.C.S. “Conceito de avaliação por triangulação de métodos”, in: MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G. e SOUZA, E.R. (org.). *Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 15-51.

MINISTÉRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002. Anexo VI – Regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Acesso à Informação. Sobre o Programa PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em 21 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Acesso à Informação. Agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> Acesso em 21 nov. 2014.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PEDROSO, Maria Thereza Macedo. A agricultura familiar no Brasil. *Hortic. Bras.*, Vitória da Conquista, v.32, n.1, Mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-05362014000100125&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-05362014000100125&lng=en&nrm=iso). acesso em 05 Out. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-0562014000100022>.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, Apr. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400002&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, Mar. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100008>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1999**. Disponível em [[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8715.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8715.htm)]

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Desenvolvimento humano e IDH*. 2014. Disponível em [http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx]

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. / Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. – reimpressão. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al . A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 17, n. 2, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-753X2014000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004.

SANTOS, N.C. e BRAME, F.R.G. *A gestão dos conhecimentos tácito e explícito sob a ótica da metodologia de pesquisa socioeconômica: Uma abordagem aplicada aos Centros Comunitários de Produção*. In: SMARS – IV Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Setor Elétrico, Curitiba-PR, 2010, CD-ROM (Informe Técnico 1.10).

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS Roselí Alves dos. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Rev. Terr@Plural**, Ponta Grossa, Vol. 7, n. 2, Dez. 2013. Available from <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view>. Access on 30 Mar. 2015.

SCOTT, J. *A Matter of Record – Documentary Sources in Social Research*. Cambridge: Polity. 1990.

SILVA, Victor Hugo Farias da; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Mental**, Barbacena , v. 10, n. 19, dez. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1679-44272013000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 mar. 2015.

SILVA, Ester Simão Lopes; ARNT, Ana de Medeiros. O acesso às escolas do campo e o transporte escolar. In: IV Fórum de Educação e Diversidade: diferentes, (des)iguais e desconectados, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas : uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 25, n. 5, Oct. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1415-52732012000500010&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Nov. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000500010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saudesoc.**, São Paulo , v. 19, n. 4, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902010000400019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400019&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>.

UNICEF – Brasil. *Índice de Desenvolvimento Infantil*. 2014. Disponível em [[http://www.unicef.org/brazil/pt/activities\\_10175.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10175.htm)]

VIANNA, Iara Lima e AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima. "Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil" in: AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima (et. alii) (org.) **Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas**. 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro, XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Anuais Agrários. Caxambu, MG. Out. 1996. Available from <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=899435](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object_id=899435)>. access on 08 oct. 2014. file:///C:/Users/Cesar/Downloads/raizeshistoricascampesinato%20(2).pdf